

FELIPE CARLOS DE OLIVEIRA

**A ACLAMAÇÃO DA REPÚBLICA: IMAGENS DO IDEÁRIO POLÍTICO  
CATARINENSE**

Dissertação de Mestrado em História Cultural sob orientação do Prof. Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ILHA DE SANTA CATARINA

2008

FELIPE CARLOS DE OLIVEIRA

**A ACLAMAÇÃO DA REPÚBLICA: IMAGENS DO IDEÁRIO POLÍTICO  
CATARINENSE**

**Banca examinadora:**

**Prof. Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho (UFSC) - Orientador**

**Profa. Dra. Maria Bernardete Ramos Flores (UFSC) - Membro**

**Profa. Dra. Rosângela Miranda Cherem (UDESC) - Membro**

**Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado (UFSC) - Suplente**

*(...) também se muda de roupa sem trocar de pele.*

**Machado de Assis**

## **Agradecimentos**

Ao professor e orientador Henrique Espada, que acolheu com grande presteza a proposta desse trabalho e apontou caminhos importantes que aparecem aqui trilhados. Ao professor Paulo Pinheiro Machado, por sua leitura criteriosa do trabalho e seus importantes e pontuais aconselhamentos. À professora Rosângela Cherem, de quem esse trabalho é grande tributário, pela gentileza de me receber em sua casa, por suas sugestões de leitura e seus conselhos. À professora Maria Bernardete, de quem tive a honra e o prazer de ser aluno durante o mestrado, apresentando-me importantes leituras que deixam nesse trabalho grande influência. À professora Cynthia Machado Campos, que participou dos primeiros passos dessa pesquisa. Ao professor João Klug, pelas conversas esclarecedoras sobre Ferdinand Hackradt, Fernando Hackradt Júnior e Carl Hoepcke. À Nazaré, do PPGHST-UFSC, exemplo maior de competência e presteza no serviço público. Ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa. Aos funcionários do Arquivo de Periódicos da Biblioteca Pública Estadual. À minha irmã Paulinha, que ajudou bastante nos últimos arranjos do trabalho. Aos colegas de trabalho do Colégio de Aplicação (UFSC), Marise, Maria das Graças, Rafael Pereira e Rodolfo, pelas conversas valiosas, por dividirem angústias, pela paciência de ouvir e pelas palavras de incentivo. Ao amigo Valtinho, por sua sensibilidade e solicitude ao possibilitar o acesso ao arquivo pessoal de seu tataravô Gustavo Richard, e à dona Eliane, bisneta deste, por me receber em sua casa e permitir o acesso aos documentos que sua mãe, dona Sylvia Amélia Carneiro da Cunha, guardava do arquivo pessoal de seu avô. Ao grande mestre Manuel Beiro Caraméz, o responsável maior pela paixão que preservo pelo estudo da História. Ao meu pai, Zenir Albertino de Oliveira, grande incentivador desse trabalho, quem primeiro soube despertar em mim a paixão pelo conhecimento, companheiro das horas difíceis e conviva maior das horas melhores. À minha família, pelo apoio incondicional. À minha esposa, Thaiana, pelo carinho e incentivo, pelo amor e pela compreensão, pela paciência e torcida na espera.



**Ao meu pai e à Thaiana**

## Sumário

<b>Resumo.....</b>	<b>p. 8</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>p. 9</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>p. 10</b>
<b>Capítulo I – A definição de um roteiro: os atores políticos e seus papéis no novo regime...</b>	<b>p. 24</b>
<b>1.1. A propaganda republicana em Santa Catarina: o lugar do povo na política em uma concepção reformista de República.....</b>	<b>p.24</b>
<b>1.2. A chegada da República a Santa Catarina: da Corte, os <i>marechais</i>, aos <i>cabos</i> do telégrafo em Desterro.....</b>	<b>p. 44</b>
<b>Capítulo II – O levante militar de 18 de novembro e a adesão liberal ao novo regime.....</b>	<b>p. 65</b>
<b>Capítulo III - Um mapa das expectativas: revolucionários e reformistas.....</b>	<b>p. 99</b>
<b>Capítulo IV - A encenação do teatro republicano: a platéia e os atores.....</b>	<b>p. 138</b>
<b>4.1. Quando a República precisou ser aclamada: o momento em que os atores entram em cena.....</b>	<b>p. 138</b>
<b>4.2. Em viagem a Lages, a saga dos “republicanos encobertos”: os conservadores adesistas e a assimilação da idéia republicana.....</b>	<b>p. 179</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>p. 197</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>p. 204</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>p. 206</b>

## Índice de Imagens

**Figura 1.** p. 56 - Prédio da empresa Carl Hoepcke & Cia na década de 1890. Fonte: Disponível em <<http://www.hoepcke.com.br/instituto>>. Acesso em 12 jun. 2007.

**Figura 2.** p. 57. Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina. Fonte: CORRÊA, Carlos Humberto. História de Florianópolis. Florianópolis: Insular, 2005. p. 278.

**Figura 3.** p. 57. Vista da Praça XV de Novembro – 1905. Fonte: Disponível em <<http://www.ihgsc.org.br>>. Acesso em 14 jul. 2007.

**Figura 4.** p. 58. Palácio da Presidência. Fonte: CORRÊA, Carlos Humberto. História de Florianópolis. Florianópolis: Insular, 2005. p. 232.

**Figura 5.** p. 58. Vista aérea da Praça XV de Novembro e da Câmara Municipal. Fonte: Disponível em <<http://www.ihgsc.org.br>>. Acesso em 14 jul. 2007.

**Figura 6.** p. 58. Antigo ancoradouro da Praia de Fora. Fonte: VEIGA, Eliane Veras da. Florianópolis: memória urbana. Florianópolis: Editora da UFSC/Fundação Franklin Cascaes, 1993. p. 351.

**Figura 7.** p. 59. Antigo Mercado Público de Desterro. Fonte: Disponível em <<http://www.ihgsc.org.br>>. Acesso em 14 jul. 2007.

**Figura 8.** p. 196. As lideranças do novo regime à frente do povo. Fonte: CARVALHO, José Murilo de. “O pecado original da República: como a exclusão do povo marcou a vida política do país do início do período republicano até os dias de hoje”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, nov. 2005, n. 5, p. 21.

## **Resumo**

A presente pesquisa estuda a passagem da Monarquia para o regime republicano na Província de Santa Catarina, tendo como principal objetivo analisar o discurso construído pelas lideranças políticas republicanas buscando legitimar a República como um regime político “pacífico” e “popular”. Frustrando as expectativas de que o novo regime seria instituído através de uma reforma constitucional no Congresso Nacional, com o apoio e a participação do povo, a proclamação da República foi realizada pelas lideranças políticas do país e da Província através da prisão e da deposição de autoridades políticas da Monarquia. Diante destas circunstâncias, as lideranças políticas do novo regime se empenharam na produção de cenas e discursos através da imprensa local com o objetivo de atribuir à República o sentido de um novo momento político para Santa Catarina, forjando uma imagem pacífica da ascensão republicana, com amplo apoio de um “povo” calmo e esclarecido. Analisando os jornais locais da década de 1880 e memórias escritas de políticos dessa época – Duarte Schutel, Gustavo Richard, João José Theodoro da Costa e Vidal Ramos -, procurou-se identificar o lugar atribuído ao “povo” na política republicana e o modo como as lideranças do novo regime assimilaram em seus hábitos e discursos os novos valores que emergiam com a nascente República.

Palavras chave: República; lideranças políticas; povo.

## **Abstract**

The present research studies the passage of the Monarchy for the republican regime in the Santa Catarina province, having as principal objective to analyze the speech constructed for the leaderships republican politics seeking to legitimate the Republic as a politician “pacific” and “popular” regime. Frustrating the expectations of that the new regime would be instituted through a constitutional reform in the National Congress, with support and participation of the people, the proclamation of the Republic was carried through by the politics leaderships of the country and the Province through the arrest and the deposition of politics authorities of the Monarchy. Ahead of these circumstances, the leaderships politics of the new regime had pledged in the production of scenes and speeches through the local press with objective to attribute to the Republic the direction of a new politician moment for Santa Catarina, forging a pacific image of the republican ascension, with ample support of a calm and clarified “people”. Analyzing local periodicals of the 1880’s decade and written memories of politicians this time - Duarte Schutel, Gustavo Richard, João José Theodoro da Costa and Vidal Ramos -, it was looked to identify the place attributed to the “people” in the republican politics and the way as the leaderships of the new regimen had assimilated in its habits and speeches the new values that emerged with the rising Republic.

Key words: Republic; politics leaderships; people.

## Introdução

O Brasil não tem povo, tem público.

**Lima Barreto**

Era o ano de 1889 em Desterro. Os jornais da cidade, segundo Oswaldo Rodrigues Cabral, decepcionaram um pouco àquele ano, mais notadamente nos meses cruciais do segundo semestre, revelando muito pouco do que certamente ocorria na política provincial e, principalmente, no Rio de Janeiro. “Um silêncio sepulcral se fazia presente”<sup>1</sup>. Fosse talvez a maneira mais encontrada de se posicionar diante da incerteza atemorizadora dos fatos que então se esboçavam, das soluções diversas ensaiadas nos confins dos bastidores da cena política nacional. Passava-se já o mês de novembro, em suas duas primeiras semanas, e os jornais mais importantes de Desterro – *A Regeneração*, o *Jornal do Comércio* e *O Conservador* – se calavam quase completamente em relação aos acontecimentos políticos da Corte. As páginas destes jornais eram então povoadas por notícias sobre questões políticas pouco relevantes ao âmbito local, envolvendo Europa e Estados Unidos, além de novelas estrangeiras sobre temas também bastante alheios às inquietações das populações locais, anúncios publicitários e medidas ordinárias da administração provincial. Sobre o Rio de Janeiro, fora as notícias pouco detalhistas do baile em homenagem à marinha chilena na Ilha Fiscal, em 9 de novembro, imperava o silêncio. “Onde tudo acontecia, onde tudo se tramava e onde tudo, muitas vezes, era escondido do resto do Império – a Corte virara um feudo, e lá parece que a história transcorria bem diferente do resto do país”<sup>2</sup>.

Era comum, ainda nos meses anteriores a novembro, que alguma notícia importante da Corte chegasse a Desterro com algum atraso, confundindo muitas vezes alguma versão mais atualizada dos fatos que antes aí chegasse por via telegráfica ou através das embarcações que atracavam no sossegado porto da cidade, quase sempre com alguma reserva. Não raro, algumas destas versões preenchiam o vazio deixado na imprensa local pela censura que se fazia a algumas destas informações na imprensa carioca. E era a mesma censura, certamente, que fazia calar na imprensa provincial qualquer notícia ou informação

---

<sup>1</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História da Política em Santa Catarina durante o Império*. Vol. 4. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. p. 1678.

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*, p. 1679.

que não contemplasse os fatos que se quisessem antes ocorridos e confirmados. E daí se fazia propagar todo aquele silêncio, parecendo, contudo, querer dizer alguma coisa. E parecia também ser isso o que todos se colocavam agora a decifrar: o significado deste inquietante silêncio, por trás do qual alguma grande coisa parecia se tramar.

Era o momento da conjura, do sigilo, da tática infalível. Toda uma trama de acontecimentos mais decisivos se encerra na reserva de lugares mais reclusos, onde se é possível melhor guardar o sigilo aí desejado. Em graves momentos nos quais importantes acontecimentos vão se desenovelando, a cidade de Desterro vive então a evasão de seus lugares mais públicos, como a Praça Barão de Laguna, a Assembléia Legislativa Provincial e a Câmara Municipal, onde as coisas chegam mais facilmente aos olhos e ouvidos de todos, aos debates públicos, sobretudo. Tudo deveria agora tramitar em meio às confabulações de bastidores, aos burburinhos das reuniões privadas promovidas na sede do Clube Republicano Esteves Junior – na confeitaria do Hotel da Praça, na Praça Barão de Laguna -, nos cômodos íntimos do Palácio da Presidência, sob portas fechadas ou mesmo nas residências de importantes lideranças políticas da cidade, onde as grandes soluções eram então ensaiadas por uma minoria mais empenhada em fazer-se implicada nas mudanças preparadas por estes acontecimentos.

Vivia-se o momento dos grandes acertos e arremates, das decisões rápidas, das respostas precisas e imediatas, onde as idéias dos homens assumem a fluidez que o tempo das coisas reclama, onde elas se liquefazem para poder permear aquelas vias mais afiladas da política, por onde de outra forma e sob outras circunstâncias não conseguiriam interpor-se. Em um jogo tão acirrado pelo poder, onde tanto *status* talvez se concedesse às idéias dos homens, outro fator agora se faz emergente e primordial: o tempo. E este se mostra então mais rarefeito e fugidio, fazendo-se escapar aos grandes pensamentos, aos mais memoráveis projetos, às mais históricas bandeiras até então desfraldadas. Encarrega-se de mesclar, em seu estreito funil de ampulheta, os elementos mais diversos e heterogêneos, em um arranjo de cores das mais contrastantes.

As negociações ensaiadas em reuniões reservadas revelam a emergência de outros e novos meios de associação através dos quais os atores envolvidos nessa trama assinalam seu ingresso na política, pautando-se, sobretudo, nas relações interpessoais que aí se estabelecem, ultrapassando e fazendo desvanecer formas mais usuais de associação política, como os partidos políticos, as corporações e clubes militares, os clubes civis de

debates de idéias e projetos políticos, além de campanhas históricas concebidas também nesses termos. As relações estabelecidas entre esses atores dessa cena política não encerram mais nessas esferas associativas consagradas as suas possibilidades de atuação na defesa de seus interesses. Furtando-se dos espaços e dos debates públicos onde as questões políticas eram mais costumeiramente tratadas até então, esse novo contexto de relações no qual se promove a instalação do regime republicano em Santa Catarina é o que impossibilita a participação de outros atores que não encontram penetração nessa estreita e labiríntica esfera de relações. Por consequência disso, a proclamação da República em Santa Catarina, marcada por saídas individuais e confundindo-se com uma mera e protocolar transmissão de cargos, reafirma o velho e usual exclusivismo político dos tempos da monarquia, pautado nas fortuitas alianças entre republicanos históricos, conservadores e lideranças militares, frustrando as expectativas suscitadas pelos discursos republicanos na província de que o novo regime inauguraria um novo momento de maior inserção popular nos trâmites políticos locais, incorrendo naquilo que o historiador José Murilo de Carvalho chamou de “pecado original do novo regime”<sup>3</sup>.

Ensaíada sob o enredamento de uma conturbada esfera de relações interpessoais, a proclamação da República em Santa Catarina, assim como fez apagar velhas rugas do passado, também despertou ódios antigos entre grupos e pessoas que não se viam contemplados pelas mudanças aí compreendidas e outros que melhor se fizeram aí implicados, estabelecidos na nova ordem e no novo governo. Percebida como algo incerto, pelas surpresas e desconfianças que despertou até mesmo em suas principais lideranças na província, a República pareceu, também às pessoas e grupos que não se viam aí contemplados – militares de baixo posto, liberais e alguns conservadores -, como algo efêmero, com possibilidades acreditadas de reversão dos fatos propalados como confirmados, onde então ódios cultivados se fizeram manifestar pela via da insurreição, descortinando um quadro de graves divergências e disputas acirradas pelo poder que vão se desenovelando sob o tempo curto das revoluções, ou melhor, das mudanças súbitas da política.

Contemplando um número limitado de nomes entre as principais lideranças políticas da Província lotadas em Desterro, sob o pano de fundo do revanchismo

---

<sup>3</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 9.



conservador contra os liberais estabelecidos no poder, a instalação da República em Santa Catarina, a partir da manhã de 17 de novembro de 1889, fez-se por meio de práticas políticas intervencionistas, interditando autoridades constituídas pelo regime decaído através da deposição imediata do governo provincial e do fechamento da Assembléia Legislativa, acompanhando as práticas adotadas pelo movimento republicano no Rio de Janeiro. Prevista para ser instalada de maneira tranqüila e democrática, seguindo prescrições conhecidas de todos os grupos políticos e do público que acompanhava os encaminhamentos da política nacional, mais exatamente através de uma reforma constitucional a ser votada no Congresso Nacional na ocasião da esperada morte do Imperador, como previa o próprio Manifesto Republicano de 1870 e advogavam na Província seus principais propagandistas, a República, maculada também pelo caráter impopular de sua ascensão, frustrava as expectativas reformistas validadas nos últimos anos da Monarquia pelo próprio movimento republicano e encampadas também pelos dois principais partidos do Império.

Principalmente após a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, aumentavam as expectativas acerca do avanço das reformas esperadas no país. Em resposta à Lei Áurea, aprovada durante o ministério conservador de João Alfredo, os liberais buscavam “apressar a instalação de uma monarquia federativa, como preconizava Joaquim Nabuco”<sup>4</sup>, uma das mais destacadas lideranças abolicionistas do país, filiado ao Partido Liberal. A política reformista ganhava adesão entre os grupos mais divergentes do Império, até mesmo entre as representações republicanas mais destacadas do país, como o jornalista Quintino Bocayuva – simpático ao projeto sucessório do Príncipe D. Pedro Augusto, pautado na idéia de um terceiro reinado com uma espécie de imperador-presidente, ao estilo Napoleão III, da França<sup>5</sup> -, reafirmando a orientação moderada do manifesto de 1870 em contraposição à orientação revolucionária de lideranças consideradas mais radicais do movimento republicano, como Silva Jardim e Lopes Trovão, que defendiam desde algum tempo a ascensão republicana por meio de um levante das massas populares. A *Revista Ilustrada*, do Rio de Janeiro, de orientação republicana, em conformidade com idéias políticas mais moderadas, publicava em 11 de agosto de 1888 uma matéria intitulada

---

<sup>4</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 199.

<sup>5</sup> DEL PRIORI, Mary. *O príncipe maldito: traição e loucura na família imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. pp. 88-89.

“Federação das províncias” onde defendia que o sistema federativo – antiga reivindicação republicana – deveria ser instalado no país pela via reformista, maturando-se em um processo gradual, afirmando que “‘As reformas em pequenas doses são as melhores’ porque o povo vai fazendo sua educação”<sup>6</sup>, consentindo, por isso, à distância, às medidas aprovadas pelos grupos políticos estabelecidos.

Instaurada na Província por meio de práticas impopulares - marcadas pelo exclusivismo político de alianças marcadamente restritas e fortuitas – e da adoção de práticas políticas intervencionistas povoadas de deposições e interdições, a República foi, desde os primeiros dias, contestada pelos grupos políticos decaídos por ocasião de sua ascensão, principalmente os liberais, apontando suas contradições e ensaiando desde já um projeto político alternativo pautado, sobretudo, no reformismo consagrado nos últimos anos da Monarquia, a despeito do que a República, segundo eles, havia então validado em suas práticas iniciais. Assim que a República foi proclamada na Província, um dia após isso, algumas destacadas lideranças liberais de Desterro se fizeram envolvidas em uma rebelião restauradora promovida por cerca de 40 soldados da banda musical do 25º Batalhão de Infantaria, inspirados pela presença do líder liberal Gaspar Silveira Martins na cidade. Senador do Império, presidente de província no Rio Grande do Sul e inimigo pessoal do marechal Deodoro da Fonseca, Silveira Martins havia sido aprisionado em Desterro por autoridades republicanas quando viajava a caminho do Rio de Janeiro, percebido pelas lideranças do novo regime como o nome indicado pelo Imperador para presidir um novo ministério liberal que serviria de plataforma política para um terceiro reinado, programado para ser iniciado, conforme alardeava a imprensa carioca, no dia 2 de dezembro de 1889, durante as festividades comemorativas do 64º aniversário de D. Pedro II, quando este então abdicaria do trono em favor de sua filha Isabel ou de seu neto Pedro Augusto.

Frustrados os propósitos da rebelião militar e as perspectivas reformistas que alguns liberais procuravam aí vincular ao projeto de um terceiro reinado articulado por Silveira Martins, as lideranças liberais desterrenses, algumas delas implicadas na rebelião do 25º Batalhão de Infantaria, formalizaram sua adesão ao “Estado Federal de Santa Catarina”, conforme denominação reclamada, recobrando do novo governo propostas de reformas políticas encampadas nos últimos anos pelo repertório liberal, como o federalismo,

---

<sup>6</sup> “Federação das províncias”. *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1888. Apud. MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. p. 199.

insinuando o descaso preservado em relação a isso pelo governo do recém proclamado “Estado Republicano de Santa Catarina”, como se referiam os republicanos. Era uma maneira bastante sutil de desqualificar o regime instituído pelo novo governo, atribuindo-lhe o emprego de práticas intervencionistas que vinham interromper o curso das reformas previstas para acontecer na Monarquia sob a tutela dos liberais, talvez mesmo em um suposto terceiro reinado engendrado sob tal orientação. Assim, diante do apelo liberal por concepções políticas consagradas nas cabeças dos principais grupos políticos do país e da Província durante os últimos anos do Império, orientadas em grande parte em práticas e propósitos reformistas, os republicanos catarinenses perceberam concentrar-se aí o debate mais encontrado acerca da legitimidade do novo regime, encampando as bandeiras então empunhadas pelos liberais e que haviam orientado os propósitos originais do movimento republicano.

Segundo Rosângela Miranda Cherem, “os atores do amanhecer republicano tanto assumiram o poder político como justificaram-se diante dos oponentes e das adversidades com as quais tiveram de enfrentar-se”<sup>7</sup>. Era o momento conturbado da “definição dos papéis dos vários atores, os títulos de propriedade que cada um julgava ter sobre o novo regime, a própria natureza do regime”<sup>8</sup>, conforme afirma José Murilo de Carvalho. E nesse contexto, as concepções políticas moderadas orientadas em práticas reformistas outrora validadas também pelo discurso republicano iam de encontro à necessidade de se estabelecer nessa nova trama política que se inicia com o novo regime, principalmente em seu evento fundador, um papel a ser desempenhado pelo povo, condizente de algum modo, é claro, com as expectativas aí suscitadas. Sem rejeitar a idéia de que o povo não exercera um papel protagonista na proclamação da República, como reclamavam os defensores de uma república revolucionária, o novo regime, orientado no reformismo político consagrado nos últimos anos da Monarquia, concedeu ao povo um papel de espectador ativo, que, percebendo a justeza dos propósitos compreendidos na emergente República, educado o bastante para tanto, como queria o discurso republicano, consente ao que vê. Mais do que isso, o povo ilustrado aclama o que se descortina aos seus olhos, o “heroísmo

---

<sup>7</sup> CHEREM, Rosângela Miranda. Os faróis do novo tempo: política e cultura durante o amanhecer republicano na capital catarinense (Tese de Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1989. p. 46.

<sup>8</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 35.

desinteressado”<sup>9</sup> daqueles que em seu nome se colocavam à frente dos acontecimentos, conferindo àquilo que outros acusavam de um rechaçado exclusivismo político, uma carga exaltada de abnegação e desprendimento.

Em outras palavras, se o povo não proclamou a República, participando de modo ativo e direto da instalação do novo regime, o discurso republicano justificava que houve ao menos a ACLAMAÇÃO DA REPÚBLICA pela vontade popular, transformando o imobilismo conformista do povo em um consentimento ilustrado dotado de requintes invejáveis de civilidade, como advogavam os republicanos de Desterro, em concordância com as prescrições do movimento republicano no Rio de Janeiro e com a própria orientação seguida pela propaganda republicana na Província. Desse modo, o heroísmo daqueles que protagonizavam a mudança de regime, isentando-os do peso de quaisquer práticas políticas consideradas intervencionistas, era justificado no sentido de que, autorizados por expectativas com origens no povo, como queriam, tombavam um regime já decrépito em seu quase completo imobilismo, sepultando algo que já se encontrava inerte, conforme afirmava o jornal *República*, em 2 de dezembro de 1889, “com exéquias régias, em meio das pompas da generosidade”<sup>10</sup>. Avançavam, assim, na realização de uma reforma de importância maior e que compreendia uma série de outras reformas já esperadas pelo povo: a República, do modo como advogavam os republicanos, implantada “sem violência e pela persuasão”<sup>11</sup>, onde “só labutaram as penas e os cérebros”<sup>12</sup>, em meio ao regozijo popular, ao conagração geral da população. Tudo ocorrera de um modo tão desejável, segundo o discurso republicano, que o povo brasileiro poderia orgulhar-se de que a civilização o consagraria herói<sup>13</sup>.

Em meio a esse emergente plano discursivo, os atores do amanhecer republicano em Santa Catarina se viram impelidos a justificar seu pertencimento ao novo regime, incorporando em seus pronunciamentos, em seus gestos e falas, as prescrições que percebiam aí compreendidas, sob um novo apelo de hábitos e idéias. A necessidade de apresentar respostas rápidas e imediatas às situações produzidas por um regime instituído por via de um exacerbado pragmatismo, em meio ao alvoroço de idéias suscitadas em um

---

<sup>9</sup> *República*, Desterro, 2 de dezembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Idem.

tempo percebidamente curto e rarefeito, fez-lhes produzir já nos primeiros dias republicanos um sem número de imagens próprias da percepção que desenvolviam acerca do nascente regime. Esses atores políticos procuraram imprimir em seus gestos e falas, em seus pronunciamentos, uma personalidade percebidamente republicana, orientada nos princípios de civilidade que o arranjo dos fatos recentes fizera qualificar, em consonância com o papel histórico o qual o povo deveria então representar.

A inserção no novo regime implicava o desenvolvimento de saberes sobre como bem pronunciar-se, sobre como bem produzir seus gestos e suas falas em conformidade com aquilo que percebiam encontrar legitimidade no novo regime. Foi assim que os atores do amanhecer republicano em Santa Catarina procuraram assumir em um curto tempo, uma personalidade percebidamente republicana, atendendo a um ideal de moderação do agir, uma espécie de ética da medida substanciada em uma imagem idealizada do ser republicano. Fazia-se iminente um apelo maior ao caráter ambivalente do indivíduo, impelido a saber por si como bem calar e exprimir suas emoções, como bem expressá-las por meio de seus gestos e falas, de seus pronunciamentos, aguçando-lhe ainda mais a percepção acerca do outro, diante de quem se sente coagido por uma constante exposição ao seu olhar.

Sob essa prerrogativa tão própria da natureza política, esses sujeitos assumem necessariamente uma natureza dupla e são, ao mesmo tempo, ser e aparência, condição inerente a todos os seres expostos ao olhar alheio, mergulhados no hiato existente entre as exigências da sociedade e as aspirações individuais. Segundo Marcel Mauss, “o ser se decompõe, de um modo extraordinário, entre seu ser e seu semblante (...). Ele dá de si mesmo e recebe de outro, algo que é máscara, duplo, disfarce, pele destacada”<sup>14</sup>. Assim, em uma espécie de observação introspectiva, conforme consideram Jean Jacques Courtine e Claudine Haroche, o sujeito projeta sua aparência a partir daquilo que percebe como prescrição de um olhar exterior<sup>15</sup>, constituindo aquilo que Foucault chama de uma “elaboração de si por si”<sup>16</sup>, em um esmerado cuidado de si com vistas ao domínio sobre os outros. Formula-se, segundo Foucault, “uma experiência do poder político que, por um

---

<sup>14</sup> COURTINE, Jean Jacques e HAROCHE, Claudine. “O homem desfigurado: Semiologia e Antropologia política da expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 13, 1986/fev. 1987. p. 9.

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*. p. 14.

<sup>16</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. São Paulo: Graal, 2005. p. 97.

lado, assume a forma de um ofício distinto do *status* e, por outro, requer a prática atenta das virtudes pessoais”<sup>17</sup>, em conformidade com as prescrições percebidas em olhares exteriores. Por isso, segundo Claudine Haroche, “É preciso lutar contra o excesso de interesse por si mesmo e manifestar pelo outro atenção, deferência, respeito, consideração”<sup>18</sup>.

Em um campo marcado por uma ostensiva troca de impressões, assumem certa solidez algumas concepções que implicitamente adquirem um caráter mais ou menos consensual, inteligíveis a um determinado grupo, forjando uma espécie de *habitus social*, alguma coisa que, segundo Norbert Elias, “brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com os outros”<sup>19</sup>, onde parecem estar consolidados alguns valores que regem ou moderam de alguma forma esse agir coletivo percebidamente republicano. Essa linguagem compartilhada que molda as práticas de elaboração de um pensamento político percebidamente republicano se desenvolve, segundo Pocock, através de meios próprios e singulares de validação, entre uma “grande variedade de coisas de podiam ser ditas ou reconhecidas como tendo sido ditas”<sup>20</sup>, uma grande diversidade de contextos lingüísticos que determinam “o que poderia ser dito e que, ao mesmo tempo, sofriam a ação daquilo que era dito”<sup>21</sup>.

Assim, o contexto lingüístico no qual esse pensamento republicano encontra possibilidades de validação se situa no meio de um debate político acalorado durante os últimos momentos do Império e os primeiros dias da República acerca da definição dos encaminhamentos políticos a serem dados às demandas políticas que os vários grupos políticos aí envolvidos percebiam emergir. É o momento no qual a prática reformista, sobrepondo-se às expectativas revolucionárias propulsadas por uma minoria republicana considerada mais radical, encontra destacado apoio entre esses vários grupos políticos, principalmente em função da preservação de uma dinâmica política favorável aos seus interesses, onde o papel reservado ao povo nessa trama é o de um simples espectador ativo dos fatos, ou seja, que pode ou não aplaudir o que vê, aclamar ou não o que ora se

---

<sup>17</sup> Idem, ibidem, p. 96.

<sup>18</sup> HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. Trad. Ana Montoya e Jacy Seixas. Campinas: Papirus, 1998. p. 38.

<sup>19</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. p. 150.

<sup>20</sup> POCKOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. Trad. Fabio Fernandez. São Paulo: Edusp, 1999. p. 24.

<sup>21</sup> Idem.

sobressalta aos seus olhos, por uma evolução que se lhe atribui pautada nos conceitos então forjados de ilustração e civilidade.

É preciso considerar, ainda, que a emergência desse novo plano discursivo implica também a emergência outra de critérios novos de autorização à locução das falas entre os sujeitos que se encontram aí empenhados nessa disputa por inserção no novo regime, bem como pela apropriação da própria concepção de República, do próprio pensamento republicano. Além do reconhecimento ou não como republicano histórico ou da simpatia reconhecida pelas idéias republicanas ainda nos tempos do Império, importavam também, entre estes e principalmente entre aqueles que mantiveram até o episódio de 15 de novembro o seu pertencimento aos partidos do Império, as posições assumidas por esses atores no contexto da instalação do novo regime. Dos diferentes perfis e dos diferentes posicionamentos políticos assumidos pelos mesmos nesse complexo quadro de relações e negociações que marcou a inauguração do novo regime no estado, resultaram diferentes condições para o pronunciamento republicano. É nesse contexto que se definem as implicações de ser um republicano histórico, alguém considerado simpático às idéias republicanas, um conservador adesista ou ativamente solidário ao movimento republicano na ocasião da deposição do governo liberal e da composição de um governo republicano na província, uma autoridade liberal incondicionalmente adesista, um adesista liberal federalista, um monarquista percebido ou mesmo declarado, um militar envolvido ou não na Questão Militar, restaurador ou não, entre outros mais perfis e posicionamentos.

Assim, conforme defende Bourdieu, as posições ocupadas nesse contexto por quem formula um discurso e por aqueles que o recebem – como interlocutores, principalmente, e não simplesmente como ouvintes passivos – são condicionamentos importantes para o conteúdo do próprio discurso<sup>22</sup>. Desse modo, a interlocução que se estabeleceu nos primeiros dias da República em Santa Catarina entre republicanos históricos e liberais adesistas, em um campo de disputas acirradas pela própria natureza do regime – principalmente no que se referia ao papel do povo nesse processo – é o que influencia de maneira determinante o pensamento republicano definido nos pronunciamentos, nos gestos e nas falas desses grupos. É nesse contexto, por fim, que se valida a idéia de que a República, supostamente inculcada de modo geral nas mentes da população, teria sido

---

<sup>22</sup> BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996. p.27.

proclamada pelo heroísmo desinteressado das classes militares em aliança com lideranças republicanas e aclamada por um povo ilustrado e civilizado.

É no empenho de reconstituir o processo histórico no qual se constrói esse pensamento republicano, em meio às disputas políticas que marcaram os dias iniciais da República em Santa Catarina, que o presente trabalho se concentra, em seu primeiro capítulo – *A definição de um roteiro: os atores políticos e seus papéis no novo regime* –, na análise do contexto social e político no qual se desenvolveu a propaganda republicana na Província, consolidando estratégias discursivas próprias através das quais suas principais lideranças tentaram conciliar a tarefa paradoxal de atender a novas demandas sociais a ter que atender ao mesmo tempo a um determinado extrato social diferenciado – uma minoria de eleitores – e já mais ou menos estabelecido nos quadros políticos locais. Dessas estratégias próprias de atuação decorreu a consolidação de um modo próprio de pensar o novo regime, tanto em sua natureza quanto nas estratégias políticas pensadas para promover a sua ascensão efetiva. Apesar desses projetos políticos, essas lideranças tiveram, contudo, que lidar, na ocasião da proclamação da República, com grandes contradições nesse sentido, no empenho de conferir às suas práticas iniciais um sentido que contemplasse as expectativas aí suscitadas em um público mais assíduo no acompanhamento dos fatos políticos locais.

Assim, a pesquisa sobre o movimento republicano nos tempos do Império se baseou principalmente nos pronunciamentos e depoimentos produzidos por importantes lideranças republicanas da província, investigando o *Jornal do Comércio*, de 1881, onde o republicano Emílio Blum iniciou sua atuação política na imprensa local, o jornal *A Voz do Povo – Órgão do Partido Republicano* –, de 1885, primeiro jornal assumidamente republicano da Província, além das *Reminiscências Políticas* de Gustavo Richard, contendo um pequeno relato sobre a fundação do primeiro clube republicano catarinense e os primeiros anos da propaganda republicana na Província. Sobre os acontecimentos que marcaram a inauguração do regime republicano em Santa Catarina, as principais fontes analisadas foram os manuscritos do deputado liberal Duarte Schutel – *A República vista do meu canto* –, o *Almanak Litterario e estatístico do Rio Grande do Sul para 1891*, o jornal *República* e o *Jornal do Comércio*, de 1889, revelando estratégias próprias de inserção dos vários grupos políticos na nova ordem estabelecida, além dos sentidos que essas práticas acabaram conferindo à própria imagem do regime, marcado por grandes contradições.



No segundo capítulo - *O levante militar de 18 de novembro e a adesão liberal ao novo regime* -, analisa-se o modo como as relações e negociações que marcaram o posicionamento desses vários grupos políticos no novo regime acabaram definindo critérios próprios de autorização sobre o pensamento republicano, bem como estratégias de argumentação às demandas políticas percebidamente emergentes. O envolvimento liberal em um levante contra o novo regime revela já uma indisposição desse grupo político em relação aos sentidos percebidos nas práticas que marcaram na província a ascensão republicana, principalmente por causa dos arranjos políticos aí concebidos, onde a aliança entre republicanos, conservadores e militares, sob um regime que se mostrava sempre mais unitário – pelas intervenções promovidas na dinâmica política local pelo governo republicano do Rio de Janeiro -, assinalavam com clareza o empenho republicano pela exclusão dos liberais dos quadros políticos da República. Nessa relação de enfrentamento dos liberais em relação aos republicanos, reivindicando um comprometimento do novo regime com um sistema político federativo – uma antiga aspiração nacional, conforme argumentavam -, o debate em torno da natureza do regime, ou seja, a disputa por títulos de propriedade sobre o pensamento republicano – muito mais de caráter retórico do que institucional -, acabou qualificando uma concepção reformista de República, que implicava, sobretudo, um papel diferenciado a ser representado pelo povo nesse processo político.

A trama política na qual se desenvolve esse processo de formação de uma concepção política reformista, onde as questões mais locais estabelecem conexões com questões políticas do âmbito da Corte, são tratadas no terceiro capítulo - *Um mapa das expectativas: revolucionários e reformistas* -, partindo de uma discussão com uma literatura mais especializada nas questões políticas concernentes ao âmbito nacional. Assim como no segundo capítulo, as fontes históricas investigadas compreendem os manuscritos políticos de Duarte Schutel, o relato do major Manoel Eufrásio dos Santos Dias – comandante do 25º Batalhão de Infantaria -, publicado no jornal *República* em 2 de dezembro de 1889, sobre o levante militar de 18 de novembro de 1889, os jornais *A Regeneração*, *O Despertador* e o *Jornal do Comércio* editados na primeira metade da década de 1880, remontando toda uma rede de divergências e afeições políticas entre alguns dos atores políticos mais implicados nessas disputas do início republicano em Santa Catarina. Afrouxado nos primeiros dias republicanos os laços políticos antigos, até mesmo

um certo senso de identidade política e mesmo ideológica, as relações pessoais se tornam um canal importante para a composição dos novos grupos políticos nessa nova arena política que é a República, influenciando também, por conta disso, nas estratégias de ação e de argumentação desses atores aí envolvidos.

Por fim, diante das contradições que marcaram as cenas políticas do início republicano em Santa Catarina, onde as próprias disputas por inserção no novo regime descaracterizaram uma imagem antes percebida de República entre um público mais assíduo no acompanhamento dos acontecimentos políticos locais, fazia-se imperativo aos grupos políticos que se colocavam à frente do regime republicano instituir um novo sentido de realidade condizente com as expectativas aí produzidas. Assim, o quarto capítulo – *A encenação do teatro republicano: a platéia e os atores* –, se concentra na análise das estratégias performáticas adotadas por esses atores – por meio das falas e dos gestos, através dos seus pronunciamentos – para produzir uma imagem do novo regime que fosse mais condizente nas aspirações reformistas validadas no debate político acalorado que marcou o início republicano no Estado. As estratégias adotadas para tanto dão conta de um destinatário específico e que se situa entre pequena uma minoria da população: os letrados, em grande parte os reconhecidos eleitores, representando menos de 2% de toda a população local. É este o reduzido público leitor e eleitor a quem o discurso republicano se refere como povo, assumindo, por isso, na dinâmica política republicana, a calma e pacata posição de um espectador dos fatos, cujo consentimento é o que valida ou não as práticas políticas que se queriam populares, no sentido de se legitimarem como republicanas.

A imprensa foi então o principal canal pelo qual essa classe dirigente do novo regime se reporta aos seus governados. Concebido e identificado como *Órgão Oficial do Partido Republicano Catarinense*, o jornal *República* foi a tribuna pela qual os atores principais do novo regime se justificaram diante do seu público, fazendo uso de um ostensivo apelo de novos hábitos e idéias através das falas e gestos aí descritos, dos pronunciamentos aí veiculados. Por essas características, as edições iniciais do jornal *República* constituem as principais fontes históricas analisadas no quarto capítulo. As páginas do jornal revelam a teatralização de episódios do novo regime que buscava justamente instituí-lo como realidade diante de uma parte da população mais implicada nas mudanças ocorridas e leitora assídua dos acontecimentos políticos noticiados na imprensa local. Alguns relatos escritos por políticos republicanos – como as *Reminiscências*

*Políticas* de Gustavo - ou que aderiram à República – como as *Reminiscências Políticas* de João José Theodoro da Costa e as *Notas sobre minha vida*, de Vidal Ramos, ambos ex-conservadores - dão conta também de qualificar um posicionamento político condizente com os propósitos do novo regime, validando sua inserção no mesmo, dando mostras também de como esses políticos assimilaram todo um conjunto de valores percebidamente republicanos.

## **Capítulo I**

### **A definição de um roteiro: os atores políticos e seus papéis no novo regime**

#### **1. 1. A propaganda republicana em Santa Catarina: o lugar do povo na política em uma concepção reformista de República**

Em uma cidade como Desterro, incumbida principalmente das funções político-administrativas compreendidas em uma capital de província, as atividades políticas durante o Império, diante de uma legislação eleitoral marcadamente restritiva, contemplavam principalmente um pequeno grupo social ligado aos quadros do funcionalismo público civil e militar, além de um pequeno grupo de capitalistas mais abastados ligados ao comércio atacadista, empresas de beneficiamento, proprietários de terras, imóveis, escravos e embarcações, acumulando capital em várias atividades, muitas das quais se concentravam também na prestação de serviços à administração provincial e municipal. Excluído dos quadros sociais contemplados pela dinâmica política na capital da Província durante o Império, um pequeno grupo de homens bem instruídos e ligados em grande parte ao comércio varejista e demais atividades liberais foi o nicho social onde se manifestaram de modo mais formal e explícito em Desterro as insatisfações com a política imperial, com o regime monárquico, dando início à propaganda republicana na Província de Santa Catarina. Além da simples simpatia pelas idéias republicanas, vislumbraram também aí possibilidades mais encontradas de inserção na vida política local, no que buscaram a identificação dos grupos sociais igualmente distanciados do alcance das práticas políticas aí compreendidas.

Antes mesmo de se formalizar a campanha republicana na Província com a fundação de jornais, clubes ou mesmo de um partido político em sintonia com o movimento republicano na Corte, a idéia republicana encontrava desde algum tempo nesse mesmo nicho social alguns simpatizantes em Desterro, destacando entre estes o comerciante Antonio Justiniano Esteves Junior, que já na década de 1870 havia anunciado seu desligamento do Partido Liberal para filiar-se ao Partido Republicano com sede na Corte, partindo então para o Rio de Janeiro, de onde pôde acompanhar mais de perto o movimento político do qual passava a fazer parte, vivendo desde então dos rendimentos que obtinha em

um armazinho situado na Rua do Hospício<sup>23</sup>. Foi seu sócio depois no negócio que mantinha na Corte o jovem tijuquense José Arthur Boiteux, iniciado no credo republicano por influência de Esteves Junior, como ocorreu com outros jovens catarinenses que lá iam lhe visitar e freqüentavam seu estabelecimento com alguma assiduidade, sendo o comerciante catarinense secretariado por José Boiteux no exercício do cargo de vice-presidente do Centro Catarinense do Rio de Janeiro, instituição muito procurada pelos jovens egressos da Província que iam estudar ou trabalhar na Corte<sup>24</sup>.

Entre aqueles que mantinham residência em Desterro, o professor de desenho e pintura Manuel das Oliveiras Margarida foi talvez o mais antigo simpatizante das idéias republicanas, aderindo às mesmas já no início da década de 1870, quando se iniciava formalmente a campanha republicana no país. Segundo José Arthur Boiteux, o Manifesto Republicano de 1870, lido com curiosidade e comentado vivamente nos meios políticos, “o apelo dos ilustres signatários do notável documento, encontrou, desde logo, um eco no professor Manuel das Oliveiras Margarida, quase um solitário na sociedade desterreense, insulado na sua aula noturna de desenho e pintura (...)”<sup>25</sup>. Margarida foi também um pioneiro na Província em conjugar os princípios republicanos aos propósitos abolicionistas, como também o fizeram quase sempre as principais representações republicanas da Província na década de 1880, a despeito das estratégias engendradas pelas principais lideranças republicanas da Corte, que se abstiveram de um posicionamento claro em relação à escravidão – uma questão para a Monarquia resolver, conforme argumentavam – buscando uma aproximação política a grupos escravistas ligados principalmente ao Partido Conservador, do qual aguardavam apoio em uma esperada reforma constitucional em favor da mudança de regime político no país<sup>26</sup>.

Excluídos da dinâmica política provincial tramitada na capital desterreense, insatisfeitos com o velho exclusivismo político reinante em Santa Catarina durante a Monarquia, grupos sociais ligados ao comércio varejista e outras atividades liberais, além

---

<sup>23</sup> MEIRINHO, Jali. *República e oligarquias: subsídios para a história catarinense (1889-1930)*. Florianópolis: Editora Insular, 1997. p. 45.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> BOITEUX, José Arthur. *Os partidos políticos de Santa Catarina (1821-1871)*. Apud. PEREIRA, Carlos da Costa. *A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina*. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976. p. 30.

<sup>26</sup> PRADO, Maria Emilia. “Abolicionismo de última hora”. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, n. 34, ago. 2006, p. 70.

de jovens que, mesmo oriundos de famílias mais abastadas da cidade, receberam na Corte ou fora do país uma formação tributária de princípios contrários à ordem política e social vigente no país e na Província, construíram uma identificação com outros grupos sociais menos abastados que de igual forma se encontravam também alijados dos grandes debates e decisões políticas locais. Regressado da França, onde se formara em engenharia civil, o jovem Emílio Blum chegava a Desterro em 1879 e desde então, a despeito do assédio das lideranças conservadoras e liberais desterrenses para que figurasse nas nominatas de candidatos à Assembléia Legislativa Provincial, iniciava na imprensa desterrense uma campanha de oposição à dinâmica política imperial, mais especificamente aos critérios eleitorais aprovados na Lei Saraiva, de 9 de janeiro de 1881, que, mesmo instituindo voto direto – pautando-se na crença propalada de criar obstáculos maiores às recorrentes fraudes eleitorais no país<sup>27</sup> -, preservava ainda o voto censitário instituído na Constituição de 1824, estabelecendo a renda anual mínima de 200 \$ 000 como critério para o acesso ao voto<sup>28</sup>, restringindo a participação política por canais oficiais a uma pequena minoria mais abastada da população. Aprovada em um governo liberal, a Lei Saraiva, à qual se atribuía “o intuito de garantir a verdade da eleição”<sup>29</sup>, antes mesmo de ser oficializada, era já bem defendida em seu princípio moralizador pelos liberais desterrenses nas páginas do jornal *A Regeneração*: “É, pois, lei do país, a eleição direta e é inegável que ela traz ao processo eleitoral, importantes melhoramentos, prevenindo muitos abusos, coibindo muitas fraudes, que até agora logravam sair vencedoras, como aconteceu ainda há pouco entre nós, com a eleição da Lagoa, com a qual a minoria da nossa Câmara Municipal foi escandalosamente convertida em maioria”<sup>30</sup>.

Os liberais se empenhavam ainda em defender seu caráter democrático inovador, afirmando que “Com o Art. 8º, (...) consagrou a mais ampla liberdade, estendendo a igualdade de direitos políticos a todos que constituem a comunhão brasileira, sem distinção de origem, cor ou religião”<sup>31</sup>. Como a referida lei apoiada pelos liberais não mencionasse a

---

<sup>27</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História da Política em Santa Catarina durante o Império*. Vol. 4. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. p. 1374.

<sup>28</sup> BOPPRÉ, Maria Regina. *Eleições diretas e primórdios do coronelismo catarinense (1881-1889)*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina, 1989. p. 87.

<sup>29</sup> *O Despertador*, Desterro, 16 de janeiro de 1881. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>30</sup> *A Regeneração*, Desterro, 6 de janeiro de 1881. p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>31</sup> Idem.

indistinação de renda, Emílio Blum, durante a campanha eleitoral de 1881, veiculou suas críticas aos critérios eleitorais instituídos pela Lei Saraiva através do *Jornal do Comércio*, fundado em Desterro no ano anterior, reclamando a ampliação dos direitos eleitorais na política imperial com o intuito de estendê-los a uma maioria menos abastada da população. Além disso, a despeito do que havia sido instituído pela Lei Saraiva, defendia também a contemplação dos interesses desses grupos sociais menos abastados nos encaminhamentos políticos da Província e do resto do país, reclamando uma maior aproximação política das ações do Estado com os anseios gerais de seus governados. Utilizando o título “Representações de classe”, Emílio Blum iniciava no dia 19 de maio a sua campanha na imprensa desterrense, assinando a carta editorial do *Jornal do Comércio*:

“O que tem feito até hoje a política do Império? (...) O país clama todos os dias, pede instrução, educação, porém os ventos são desencontrados e a nau soçobra”. Saudou a Lei Saraiva, que instituiu eleições diretas, apelando: “Temos homens nossos que conhecem nossas necessidades, que estão a par dos nossos interesses, que são também o de todas as classes sociais, que envidarão todos os esforços para o avanço de idéias livres e civilizadoras, de idéias que darão todo incremento, vida e progresso a todos os ramos da atividade humana”.<sup>32</sup>

Em seus discursos, Emílio Blum considerava que as demandas sociais as quais defendia eram contempladas apenas nos discursos proferidos pelos grupos políticos estabelecidos, sem medidas efetivas que promovessem de maneira concreta uma maior inserção social e a ampliação dos direitos civis para esses grupos sociais menos favorecidos. Sua crítica se pautava no fato de que a Lei Saraiva, mesmo ampliando o quadro de eleitores no país e na Província, fazia-o ainda muito discretamente, de modo irrisório, considerando que em uma população estimada em 160 mil habitantes, apenas 2670 catarinenses tinham o direito de votar, o que não atingia o percentual de 2% de toda a população da Província<sup>33</sup>. Defendia, por isso, na edição de 20 de maio de 1881, que “Não é próprio das classes populares e produtoras o papel de meros espectadores da política”<sup>34</sup>. Deste modo, a descrença em relação aos encaminhamentos políticos do regime monárquico e contribuiu para que apoiasse na imprensa desterrense a candidatura à deputação geral do

---

<sup>32</sup> *Jornal do Comércio*, Desterro, 19 de maio de 1881, p.1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>33</sup> PIAZZA, Walter Fernando. *O Poder Legislativo Catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1994)*. 2ª ed. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994. p. 161.

<sup>34</sup> *Jornal do Comércio*, Desterro, 20 de maio de 1881, p.1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

também engenheiro civil e preterido na chapa conservadora, Sebastião Antonio Rodrigues Braga, filiado ao recém fundado *Partido das Classes*, apontado como representante das classes do comércio, da lavoura e dos artistas<sup>35</sup>, empenhado também na campanha pela construção da Estrada de Ferro D. Pedro I, que ligaria Desterro a Torres, no Rio Grande do Sul, dinamizando a economia da Província<sup>36</sup> e contemplando possivelmente interesses profissionais mais específicos de sua parte.

A transcrição de artigos do jornal carioca *O Cruzeiro* pelo *Jornal do Comércio* indiciava a afinidade do jornal desterrense àquele momento com as idéias republicanas propagadas no Rio de Janeiro, posto que o jornal *O Cruzeiro* fora a essa época o principal instrumento de veiculação da campanha republicana na Corte através dos artigos assinados pelo jornalista republicano Quintino Bocayuva. Ademais, as próprias idéias defendidas pelo jovem Emílio Blum se aproximavam bastante de algumas das principais propostas republicanas formuladas pelas suas lideranças mais destacadas da Corte, mesmo que não houvesse a essa época por parte do jovem engenheiro um posicionamento explicitamente assumido em favor da República. Comprometesse talvez com isso a fidelidade dos assinantes do jornal e dos próprios anunciantes, pouco afeitos a essa idéia nova e polêmica entre as mentes catarinenses, que não redundava de modo algum, como percebiam, o alcance de maiores posições. O próprio *Jornal do Comércio*, de propriedade de José da Silva Cascaes, seguindo uma orientação monarquista em suas primeiras publicações no ano de 1880, cederia espaço em suas páginas a esses pronunciamentos contrários à ordem política vigente no país por conveniências do momento. Sua sustentação financeira encontrara uma boa oportunidade na candidatura “braguista”, mudando radicalmente de orientação após o fim das eleições de 1881, com a derrota do engenheiro Sebastião Braga, dispensando a colaboração de Emílio Blum e suspendendo as transcrições do jornal republicano carioca *O Cruzeiro*, substituindo os editoriais ideológicos da primeira página por anúncios publicitários, denotando com isso uma mudança dos meios pelos quais garantia então sua sustentação financeira.

Derrotada a candidatura “braguista”, frustradas as expectativas mais imediatas em relação à construção da Estrada de Ferro D. Pedro I, abolido em Desterro o Partido das

---

<sup>35</sup> Nome comumente usado na época para designar aqueles que se dedicavam a atividades artesanais como a alfaiataria, a sapataria, a marcenaria, a marchetaria, a tecelagem, pinturas decorativas, entre outras mais.

<sup>36</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História da Política em Santa Catarina durante o Império*. p. 1382.



Classes e mudada a orientação política da folha dirigida por José da Silva Cascaes, as idéias advogadas por Emílio Blum se preservariam ocultas em sua real orientação por cerca de quatro anos, até que se formalizasse na Província uma campanha política assumidamente republicana. Contando com a participação de Emílio Blum e do jovem estudante sul-riograndense Herculano de Freitas, o comerciante português radicado há 14 anos na Província, José de Araújo Coutinho, fundou em Desterro o primeiro jornal republicano catarinense, *A Voz do Povo*, iniciando suas publicações em 31 de maio de 1885. Menos de três meses depois, em 13 de agosto, Araújo Coutinho, Emílio Blum e Herculano Freitas, juntamente com o farmacêutico Raulino Horn e os comerciantes Carlos Napoleão Poeta e Gustavo Richard – filho de pai e mãe franceses, com formação técnica de contabilista em Paris, sócio em uma panificadora e em um colégio para moças em Desterro<sup>37</sup> -, fundaram o Clube Republicano Esteves Junior, em uma reunião realizada na confeitaria do Hotel da Praça, em Desterro.

Identificado como um “Órgão de Idéias Republicanas”, de caráter muito mais ideológico do que noticioso ou publicitário, o jornal *A Voz do Povo* trazia, em seu editorial de lançamento, elementos importantes de sua orientação política e os seus objetivos mais específicos de atuação na Província. Assinado por Araújo Coutinho, o editorial do jornal assinalava sua orientação democrática em defesa de um “governo popular”, confirmando ainda uma concepção anti-revolucionária de República, em concordância com o interesse comum desses grupos de preservação incondicional da ordem pública, tão cara ao bom funcionamento das atividades econômicas nas quais atuavam: “A missão de imprensa e dos homens bons que nela ou fora dela manifestam suas idéias em oposição às monárquicas não é certamente, como muitos crêem, a de destronar para corromper e revolucionar; é exclusivamente pugnar pela organização de um governo que respeite o direito de autonomia do povo e que seja escolhido, votado e eleito pela maioria deste, que é o verdadeiro soberano”<sup>38</sup>.

O lançamento do jornal trazia o objetivo específico de apoiar a primeira candidatura republicana à deputação provincial de Santa Catarina, em setembro de 1885, com o nome de Araújo Coutinho figurando na nominata do partido, identificado como o “candidato do

---

<sup>37</sup> CUNHA, Sylvia Amélia Carneiro da. *Gustavo Richard: um republicano histórico em Santa Catarina*. Brasília: Editora do Senado, 1995. p. 29

<sup>38</sup> *A Voz do Povo*, Desterro, 31 de maio de 1885, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

povo”, colocando-se “desinteressadamente” à disposição para “prestar alguns serviços a esta província”, empunhando as bandeiras republicanas do “progresso” e da “real democracia”, “no intuito de pugnar pelo engrandecimento do Brasil”<sup>39</sup>. Trazia como programa a “suspensão dos impostos interprovinciais de 1% e 2%. Suspensão do dízimo do peixe. Diminuição de outros impostos com que o povo tem sido onerado além das suas forças. Construção da estrada Desterro - Lages”<sup>40</sup>. Defendia, com isso, os interesses de grupos sociais mais e menos abastados da Província ligados a atividades econômicas que sofriam com a sobrecarga de impostos cobrados pelos governos do país e da Província. A forte intervenção do Estado na economia, juntamente com o imobilismo do poder público no encaminhamento de obras importantes para o desenvolvimento econômico de Santa Catarina, eram apontados como graves obstáculos impostos pela política imperial ao progresso da Província.

A menção aos altos impostos cobrados sobre a atividade pesqueira e o comércio de peixes era uma forma de preservar em seu discurso um apelo popular, sem deixar de contemplar, contudo, o público que mais lhe interessava naquele momento: os eleitores, definidos ainda pelo voto censitário, onde se fazia incluída uma população mais abastada ligada em parte aos setores produtivos. Talvez por isso, o silêncio de Araújo Coutinho em relação à escravidão na Província, justamente em um momento no qual a campanha abolicionista ganhava força principalmente em Desterro com a fundação das primeiras associações abolicionistas, a partir de 1884. Contando com o concurso de elementos destacados dos dois principais partidos do Império, a idéia abolicionista foi, de algum modo, patenteada pelos mesmos, sendo orientada em práticas que se pautavam na concessão voluntária ou na angariação de fundos para a compra de alforrias, no que os republicanos encontravam certamente alguma dificuldade, pela pouca penetração que alcançavam junto às classes que contribuía ou poderiam contribuir com essas práticas. Esse silêncio republicano na Província em relação à escravidão encontrava ainda concordância no pensamento republicano de grupos hegemônicos dentro do movimento na Corte que buscavam aproximação política com grupos conservadores, onde o número de escravocratas se fazia mais significativo, produzindo condições favoráveis a uma possível e

---

<sup>39</sup> *A Voz do Povo*, Desterro, 25 de outubro de 1885, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>40</sup> *Idem*.

esperada reforma legislativa para a mudança de regime no país<sup>41</sup>. Além disso, o programa do candidato republicano Araújo Coutinho se dirigia também a um grupo restrito da população que tinha o direito de votar, onde uma parcela considerável - aos seus propósitos, pelo menos - daqueles que se faziam aí incluídos era formada de proprietários de escravos.

Assim, de alguma forma o comprometimento com os trâmites eleitorais da política imperial na Província contribuía para ofuscar um pouco a identificação popular que buscava aí também o movimento republicano, dirigindo-se àquele momento com mais ênfase aos grupos sociais já mais estabelecidos na dinâmica política da Província. Além disso, tornava-se muito difícil concorrer com a campanha abolicionista pelos méritos de uma identificação mais popular na Província, sendo possível observar que durante o período em que as campanhas abolicionista e republicana coexistiram em Santa Catarina durante a segunda metade da década de 1880, segundo Rosângela Cherem, “enquanto os abolicionistas proliferavam em clubes e número de adeptos, alforrias e festejos, os republicanos encontravam dificuldades para difundir sua bandeira”<sup>42</sup>. Era também o momento em que pairava ainda entre as cabeças republicanas a idéia de que a escravidão, sustentada pela constituição monárquica de 1824, era coisa para ser, desde muito tempo, resolvida pela Monarquia e pelos próprios monarquistas<sup>43</sup>, onde a prática de conceder alforrias espontaneamente e sem recompensas, como ocorria em alguns casos, devesse identificar sim os antigos escravocratas e não os novos abolicionistas.

Diante de tais circunstâncias, o discurso republicano queria se fazer comprometido mais com o futuro do que com o passado, atribuindo à República a idéia de um novo ponto de partida para a história do país e da Província, onde se inaugurasse uma marcha efetiva a caminho do progresso, de um futuro promissor, em um apelo mais imediato e conveniente às características do momento que se vivia. Por outro lado, mesmo tendo que lidar com os obstáculos e as contradições de um processo eleitoral regido pelas leis de um regime contra o qual os republicanos se voltavam, a campanha eleitoral de Araújo Coutinho encontrava ainda um meio de justificar em seu discurso alguma identificação popular, mesmo com algumas restrições circunstanciais, considerando que alguns republicanos que apoiavam sua

---

<sup>41</sup> PRADO, Maria Emilia. “Abolicionismo de última hora”. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, n. 34, ago. 2006, p. 70.

<sup>42</sup> CHEREM, Rosângela Miranda. “A capital catarinense e os labirintos do início republicano”. In: LINS, Nunes Hoyedo et. all. (orgs.). *Ensaio sobre Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. p.91.

<sup>43</sup> PRADO, Maria Emilia. “Abolicionismo de última hora”. p. 70.

campanha eram abolicionistas assumidos e reconhecidos, como Gustavo Richard e Raulino Horn, este ainda de maneira engajada<sup>44</sup>. Deste modo, o discurso republicano de Araújo Coutinho se pautava principalmente na ampliação dos direitos civis da população, estendendo-os a uma parcela expressiva não contemplada nestes termos pela política imperial, principalmente no que dizia respeito ao direito de votar, reafirmando a posição que o republicano Emílio Blum assumira quatro anos antes na imprensa local contra a reforma eleitoral promovida pelo Gabinete liberal de Antonio Saraiva, que preservava ainda o restritivo voto censitário. Seguindo essa orientação, Araújo Coutinho defendia nas páginas do jornal *A Voz do Povo* a “organização de um governo que respeite o direito de autonomia do povo e que seja escolhido, votado e eleito pela maioria deste, que é o verdadeiro soberano”<sup>45</sup>.

Sem encontrar sustentação financeira à sua candidatura, Araújo Coutinho desistiu de concorrer às eleições provinciais daquele ano, dando provas da fragilidade do movimento republicano na Província, que não encontrava, entre seus acólitos, pessoas situadas entre os grupos mais abastados de Desterro, em condições de financiar sua campanha, como ocorria com os candidatos de outros partidos, que reuniam quase sempre condições de serem os seus próprios financiadores. O próprio jornal *A Voz do Povo* suspendeu suas publicações em novembro de 1885, em sua efêmera existência de apenas 27 edições em um curto período de seis meses. Em sua edição de despedida, o seu principal redator reafirmava sua antiga posição de que a política na Província deveria ser concebida no sentido de promover uma maior inserção popular nos trâmites políticos locais, possibilitando uma maior contemplação das demandas sociais aí compreendidas. Segundo Araújo Coutinho, a vida na “desolada província” era tão difícil que só poderia “convir aos funcionários e militares reformados, aos capitalistas” e a quem não precisava olhar para o futuro ou para a família<sup>46</sup>. Continuava seu discurso afirmando que a atividade a qual se dedicava, o comércio em pequena escala, definhava e morria, “sem auxílio dos públicos poderes”<sup>47</sup>. Era um discurso de completo pesar e indignação também com o tratamento dispensado pelo governo provincial aos grupos ligados também às atividades

---

<sup>44</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História da Política em Santa Catarina durante o Império*. p. 1713.

<sup>45</sup> *A Voz do Povo*, Desterro, 31 de maio de 1885, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>46</sup> *A Voz do Povo*, Desterro, 29 de novembro de 1885, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>47</sup> Idem.

manufatureiras, à lavoura, de caráter liberal e atividades artesanais, de rendimentos moderados, principalmente por causa dos onerosos tributos aí incidentes, excluídos que estavam esses grupos dos quadros privilegiados do funcionalismo público civil e militar:

As indústrias que já tenho iniciado e envidado esforços para que os particulares a iniciem, não oferecem vantagem porque deprecia-se o produto nacional para dar-se excessivo valor ao estrangeiro, ainda que seja pior. As artes de que não tenho noções, porque não as estudei, estão sem merecimento e não dão resultado. A lavoura, fonte de riqueza, não se pode abraçar como profissão, porque não há braços livres, por módicos jornais, nem estradas que comuniquem com os centros de maneira a tornar-se fácil a condução dos produtos das terras, devido a esquecer-se o governo deste principal elemento de vida de uma nação.<sup>48</sup>

Sem mais embaraços com algumas importantes e inconvenientes particularidades do processo eleitoral vigente, além de defender a ampliação dos direitos civis da população, Araújo Coutinho defendia também uma concepção política de governo que aproximasse as ações do Estado dos anseios de seus governados, sem mais distinções restritivas nesse sentido, como fizera, por exemplo, a Lei Saraiva. Sob tal orientação, criticava o sistema de privilégios concedidos a uma parcela expressiva do restrito eleitorado existente na capital da Província e que se encontrava inserida dentro dos quadros do funcionalismo público civil e militar. Denunciava com isso o descaso da administração pública local com grupos sociais que não encontravam penetração nesses meios considerados mais favorecidos, sobrecarregados aqueles com os altos impostos cobrados sobre suas atividades pelo governo da Província. Era o que, segundo Araújo Coutinho, dificultava a inserção das classes menos capitalizadas em atividades econômicas liberais como o comércio varejista, empresas de beneficiamento ou “indústrias”, como se refere, e a própria lavoura, principalmente pela falta de mão-de-obra livre em função do emprego predominante da mão-de-obra escrava por uma minoria mais abastada de capitalistas, proprietários de terras, tanto no interior como na capital. Até mesmo a atividade pesqueira, segundo Araújo Coutinho, encontrava dificuldades de sustentação em função dos onerosos impostos que pagava ao governo da Província, causando prejuízos principalmente à subsistência dos pequenos pescadores e pequenos comerciantes de Desterro e demais cidades litorâneas.

Segundo Araújo Coutinho, essa lamentável realidade também encontrava razões no imobilismo da administração pública em relação aos encaminhamentos das obras

---

<sup>48</sup> Idem.

percebidas como necessárias ao desenvolvimento dessas atividades, principalmente as estradas e ferrovias, cuja escassa existência na Província obstruía o progresso local, isolando regiões umas das outras e impossibilitando uma maior integração e expansão das atividades econômicas em Santa Catarina. Suas considerações permitiam ainda ao leitor atento relacionar esse imobilismo da administração pública em relação aos encaminhamentos dessas obras consideradas vitais ao desenvolvimento econômico e social da Província com uma grande concentração das despesas públicas no custeio de uma política marcadamente paternalista, baseada no empreguismo e no compadrio, contemplando uma pequena minoria da população que constituía, por sua vez, uma importante parcela do eleitorado local. Era a marca denunciada do exclusivismo político do regime monárquico na Província, contra o qual a frágil campanha de Araújo Coutinho levantava a sua voz, promovendo em seu discurso, mesmo com algumas restrições circunstanciais, a identificação da idéia republicana com uma proposta política percebidamente popular e democrática, defendendo com ênfase, por isso, a urgente e patriótica “extinção da monarquia, a substituição do governo desta pelo do povo pelo povo”<sup>49</sup>.

Em uma despedida melancólica, Araújo Coutinho justificava que a sua desistência da candidatura à deputação provincial, assim como o encerramento das atividades de seu jornal, devia-se à falta completa de elementos políticos e econômicos que o permitissem levar adiante tais tarefas<sup>50</sup>. Esforçava-se ainda em justificar sua oposição em relação aos dois principais partidos do Império na Província e ao próprio regime monárquico, situando-a em uma orientação na qual buscava se desvencilhar de qualquer atributo de hostilidade, de qualquer prática ofensiva ou qualquer palavra de injúria aos seus adversários políticos percebidos e, em suma, de qualquer questão de natureza pessoal:

(...) nunca tive por fim ofender autoridades, ao contrário, respeitei-as sempre.

Nunca hostilizei os meus respeitáveis e ilustrados colegas da imprensa; se algumas críticas fiz à maneira porque se manifestaram em política, razões me sobram para isto e não é razão para que se possam considerar ofendidos. O meu fim único, creiam todos, era tabular pela criação e crescimento do partido que há de indubitavelmente fazer a felicidade da pátria e do povo brasileiro – o Republicano.

---

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> Idem.

(...) sempre respeitei a lei. (...) respeitando as opiniões políticas de cada um limitei-me sempre a irromper contra as instituições que estabeleceram o atual sistema de governo, que a maioria considera incapaz de poder agir pela causa do progresso e da civilização.<sup>51</sup>

Alegava ter feito até então uma oposição legítima pautada na simples e natural divergência de idéias e interesses em relação aos seus adversários políticos em uma esfera onde tais enfrentamentos eram ou deveriam ser percebidos aí como uma propriedade inerente. Dirigia-se aos seus adversários como homem público, atuando aí apenas uma espécie de imagem destacada de si que age ou quer agir nessa esfera sem querer implicar e comprometer aí a sua personalidade, como se seus interesses nessa esfera fossem ou pudessem ser diferenciados totalmente dos seus interesses e das suas vontades pessoais, atribuindo ao mundo da política – a esfera pública - uma possibilidade de impessoalidade e pureza um tanto quanto virtual. Consoante isso, empenhava-se em rechaçar qualquer interesse pessoal que por ventura se lhe atribuísem no exercício das tarefas que desempenhou, afirmando agir apenas em favor de interesses genuinamente públicos, com origens nos anseios gerais da população: “Não foi meu intuito alcançar posições elevadas por meio da idéia e da imprensa que estabeleci, o que muita gente não acreditou, mas só do que dou provas exuberantes”<sup>52</sup>.

E foi sob essa concepção construída de esfera pública que a campanha republicana assentou suas estratégias de atuação. Obedecendo a uma espécie de ética do homem público e falando por canais de comunicação que se querem como expressão de uma opinião que se quer também pública, as classes políticas se dirigem a um público determinado como se este representasse - em sua aspiração a algo público - a totalidade dos interesses da sociedade, principalmente de uma maioria que não encontrava nenhum tipo de contemplação nos negócios e serviços públicos da Província. Dito de outro modo, a campanha republicana na Província sempre procurou se referir ao “povo” – uma demanda política percebida - em lugares onde só se encontrava o público, uma parcela restrita do povo que encontrava, diferentemente da maioria deste, algum tipo de contemplação nas práticas do poder público, destacando-se aí um considerável número de funcionários públicos civis e militares, além de capitalistas que concentravam, ainda, parte dos seus negócios no desempenho de atividades onde o próprio Estado era um dos principais

---

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Idem.

beneficiários. O “povo”, importante demanda política percebida no discurso republicano, aparece no mesmo como mera figura de retórica, cujos destinos, quando motivo de debates – por uma necessidade própria de um Estado moderno essencialmente tributário se justificar diante de seus contribuintes e governados -, são sempre tratados em espaços onde ele mesmo não se encontra: nas eleições, na imprensa e nas instituições e comissões públicas. Ocorre, em decorrência disso, que o povo, nas práticas usuais de atuação do movimento republicano na Província, embora seja percebido como uma importante demanda política, é sempre colocado como espectador dos fatos políticos, a despeito do que propalavam alguns pronunciamentos republicanos, que, na contramão dessas práticas, assinalavam a ampliação dos direitos civis do povo, trazendo-o, *a posteriori*, para figurar como público na esfera pública da política, sem que possa se igualar, é claro, ao antigo e restrito público na capacidade de encontrar penetração e contemplação nos ditos “negócios públicos”.

Trata-se de uma esfera pública típica e originária da sociedade burguesa, segundo a definição de Jürgen Habermas, forjada por um pensamento burguês que tem por base e ideal a esfera pública helênica e a ideologia liberal iluminista, em um processo que coincide com a maturação histórica da burguesia em sua capacidade de percepção, definição, negociação e defesa dos seus interesses, ao mesmo tempo em que se percebe também uma ressignificação do papel do Estado moderno, na Europa ocidental do século XVIII. Habermas afirma que essa esfera pública de concepção burguesa se desenvolve “à medida que o interesse público na esfera privada da sociedade burguesa não é mais percebido apenas pela autoridade, mas também é levada em consideração pelos súditos como sendo a sua esfera própria”<sup>53</sup>. É nesse sentido que essa classe de governados se torna dependente das medidas administrativas do Estado, justamente quando este passa a representar uma esfera de negociações onde os interesses burgueses assim percebidos se sabem aí implicados, constituindo, também por seu pioneirismo, uma demanda prioritária daquilo que se convencionou chamar de poder público. Nisso impera totalmente, segundo Habermas, “a vontade de não serem apenas regulamentados em suas atividades empresariais, mas através da regulamentação, sejam estimulados a tomarem iniciativas”<sup>54</sup>,

---

<sup>53</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2ª ed. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 38.

<sup>54</sup> Idem.



empenhados que se fazem na defesa de seus interesses em sua relação de dependência que reclamam e assumem diante do Estado.

Em decorrência desse posicionamento da burguesia, a relação que se estabelece entre as autoridades públicas e seus governados “acaba redundando na peculiar ambivalência de regulamentação pública e iniciativa privada”<sup>55</sup>. E assim, por consequência, “é problematizada aquela zona em que o poder público, mediante atos administrativos contínuos, mantém ligações com as pessoas privadas”<sup>56</sup>. O papel do Estado nessa esfera pública burguesa se consolida, portanto, restringindo-se a atender os interesses privados dos grupos que se formalizavam como tal por uma espécie de associação de interesses que se materializa como uma demanda pública. Segundo Habermas, “O Estado moderno é essencialmente um Estado de impostos”<sup>57</sup>, o que pressupõe de sua parte uma contrapartida em relação aos seus contribuintes, no que as classes produtivas com maior capacidade de produção e lucratividade, sendo também aquelas que mais pagam impostos ao Estado, assumem maior expressão nesse plano de contrapartida do poder público às pessoas privadas. É nesse sentido que a burguesia assume uma posição central dentro do público, agindo como um setor privado que “delimita nitidamente a sociedade em relação ao poder público”<sup>58</sup>, chegando mesmo a fazer por representar nessa esfera a totalidade dos interesses da sociedade.

Nessa esfera complexa de entrelaçamentos entre o público e o privado, o Estado e os setores privados organizados, em uma relação de entendimentos e enfrentamentos, para se legitimarem diante de si e entre si mesmos e também do resto da sociedade que não se faz implicado nas suas negociações, exigem e desenvolvem uma regulamentação das atribuições dessas duas esferas, a partir do que essa “zona de contato administrativo contínuo torna-se uma zona ‘crítica’”<sup>59</sup>, exigindo, por sua vez, a crítica de um público pensante. É nesse processo que a imprensa se consolida como canal principal de manifestação desse pensamento público, forjada como um instrumento que reproduz um pensamento que é diferente do pensamento das autoridades públicas em sua personalidade e que também se difere de um pensamento orientado por interesses privados, superior a tudo

---

<sup>55</sup> Idem.

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> Idem, *ibidem*, p. 31.

<sup>58</sup> Idem, *ibidem*, p. 39.

<sup>59</sup> Idem.

isso, propalando imbuir-se de um pensamento imparcial, uma expressão própria dos interesses públicos, representando, paradoxalmente, de um modo supostamente desinteressado, uma esfera constituída propriamente de negociações e enfrentamentos de interesses. E por meio desse canal virtualmente puro, as autoridades dirigem sua comunicação ao público, como se falassem também ao homem comum, ao povo em geral, da mesma forma que a opinião pública, mascarando interesses privados aí implicados, pronuncia-se pelo mesmo canal como se falasse em nome da totalidade dos interesses da sociedade<sup>60</sup>.

Esse processo que o filósofo Habermas identifica como encontrando maturação na Europa Ocidental do século XVIII, a historiadora Joana Maria Pedro identifica como tendo iniciado em Desterro pelos meados do século XIX, analisando o seu desenvolvimento em um período que compreende a Regência (1831 – 1840), quando se inicia a atividade da imprensa na cidade e na Província de Santa Catarina, e o Segundo Reinado (1840 – 1889), chegando aos limiares da República. A autora, seguindo as balizas oferecidas por Habermas e tendo como principal foco de suas análises a história da imprensa em Desterro, identifica nos jornais da época esse mesmo entrelaçamento entre os interesses públicos e privados, encontrando na imprensa um meio pelo qual as pessoas privadas se manifestam proferindo recorrentemente discursos que se querem percebidos como comprometidos somente com os interesses públicos, movidos mais “pelo ‘amor pátrio’ e não pelo ‘sórdido interesse’”<sup>61</sup>, como afirmava Jerônimo Coelho, já em 1831, nas páginas do primeiro jornal fundado na Província, com o título de *O Catarinense*. Ao longo de seis décadas, até o momento em que a República é proclamada, consolidando-se a imprensa como um instrumento forjado de manifestação do pensamento público. As classes políticas da Província confluentes em Desterro, querendo-se legitimadas como representantes dos interesses públicos, fizeram uso dos jornais para justificarem suas ações diante do que encontrava também legitimidade como público, uma parcela restrita da sociedade que era letrada e que correspondia também quase inteiramente ao pequeno percentual da população a quem cabia o direito de votar.

Assim, do mesmo modo, em meados da década de 1880, a mudança política almejada pelo debate promovido na imprensa pela campanha republicana revela o apelo a

---

<sup>60</sup> Idem, *ibidem*, p. 37.

<sup>61</sup> PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995. p. 17.

um “público” e não diretamente ao “povo”, algo que só aparece aí de modo imaterial e marcadamente abstrato. O único meio pelo qual o discurso republicano se dirige ao povo em Santa Catarina e em Desterro, principalmente, dá-se através da imprensa, onde os seus leitores, além de representarem uma pequena minoria dos leitores da província, representam também uma minoria ainda menor da população aí existente. O movimento republicano na Província e principalmente em Desterro, ao contrário do que ocorreu no Rio de Janeiro, não foi às ruas ao encontro do povo que citava em seus discursos, não foi ao encontro do povo nos espaços onde o mesmo se encontrava, no mercado, no cais do porto, nos largos e praças da cidade. O povo foi sempre objeto, mas nunca o sujeito nas suas práticas e ações efetivas.

Tudo acontecia na Província de um modo muito diferente das práticas adotadas pelo movimento republicano na Corte. Segundo a historiadora Maria Tereza Chaves de Mello, além dos instrumentos mais usuais de construção da opinião pública, como “jornais, revistas, panfletos, opúsculos, que atingiam a população alfabetizada”, a idéia republicana era também veiculada nas “conversas de rua e nas confeitarias”, assim como “os clubes, as conferências, os rumores, a leitura dos jornais em voz alta, as ilustrações faziam chegar os debates ao homem comum e aos ágrafos”<sup>62</sup>. Principalmente através dos *meetings* e das mobilizações populares intensificadas na década de 1880, a política ganhou as ruas do Rio de Janeiro, ampliando e ressignificando o espaço público da Corte. Ganhando as ruas, a política foi também se aproximando do povo, cada vez menos alheio aos acontecimentos políticos da cidade e que, desde o Motim do Vintém, em 1880, sob a liderança de um dos representantes mais destacados de uma concepção revolucionária de República – o propagandista republicano e ativista popular Lopes Trovão -, transformara-se em sujeito político ativo, mais do que uma mera demanda política, mais do que um mero espectador ativo ou inativo dos fatos em política.

É preciso considerar, contudo, que essas práticas eram concebidas por uma parte do movimento republicano considerada mais radical, contra a qual, dentro do próprio movimento, colocava-se um grupo bem maior e representante de uma concepção liberal, evolucionista e reformista de República, hegemônica dentro do Partido Republicano, da qual os propagandistas republicanos catarinenses eram grandes tributários. Por isso, em

---

<sup>62</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 13.

Santa Catarina, onde o movimento republicano seguia a orientação dessa concepção hegemônica de República, pautada na iniciativa única e exclusiva da classe política para promover em momento certo e oportuno a mudança de regime, não existiram *meetings*, panfletagens ou passeatas, qualquer tipo de mobilização popular nos espaços públicos de circulação do povo comum. Existiram somente pronunciamentos veiculados na imprensa a um pequeno número de leitores simpatizantes e debates internos promovidos em reuniões reservadas, dentro de confeitarias e salões, além dos congressos promovidos no Rio de Janeiro pelo Partido Republicano, onde os membros da delegação catarinense indicada pelos clubes republicanos da Província se fizeram presentes em algumas raras ocasiões – nos congressos republicanos de 1885, com Esteves Júnior, e em 1887, com Esteves Júnior, Corrêa de Freitas e Lúcio Martins Barbosa –, buscando maior articulação com as lideranças principais do partido na Corte, de onde contavam certamente partirem as esperadas iniciativas para a mudança de regime no país, como se considerava, por via de uma reforma constitucional a ser realizada na ocasião aguardada da morte do Imperador.

Suas práticas eram justificadas sob a orientação de promover o esclarecimento do povo – embora só buscassem empreender isso em uma parte restrita dele – e mesmo de seus adversários políticos – possíveis aliados no futuro – sobre a justeza de suas idéias, por via de um debate público na imprensa, onde melhor acreditavam promover pela persuasão a evolução das consciências políticas aí compreendidas. E assim, diante de uma população majoritariamente iletrada e esbarrando no fato de a maior parte de seus possíveis leitores encontrar-se mancomunada com a dinâmica política vigente sob a tutela de um Estado marcadamente clientelista, a campanha republicana na Província só conseguiu se expandir através de alguns poucos simpatizantes nos municípios localizados em grande parte no litoral, onde o processo de urbanização, mesmo ainda muito tímido, e o desenvolvimento das atividades liberais encontravam algum avanço maior que nos municípios do interior, onde a economia se baseava mais na agricultura, na pecuária e no extrativismo vegetal, atividades concentradas quase sempre nas mãos de alguns poucos homens mais capitalizados, que absorviam boa parte da mão-de-obra livre local em um sistema de dependência político-social típica do coronelismo<sup>63</sup>. Em cerca de dez desses municípios

---

<sup>63</sup> Em Lages, no interior da Província, segundo Maria Regina Boppré, o censo eleitoral de 1881, seguindo os preceitos da Lei Saraiva, contava um total de 302 eleitores, dos quais 105 eram “proprietários”, 67 eram “fazendeiros”, 59 eram “criadores de gado”, 35 eram “negociantes”, 11 eram “artistas”, 9 eram “empregados

litorâneos, foram fundados, sob a orientação do Partido Republicano da Província, alguns clubes republicanos. Segundo o historiador Jali Meirinho, foram fundados clubes republicanos em Camboriú, Tijucas, Porto Belo, São João Batista, Biguaçu, São José<sup>64</sup>, Joinville e São Francisco<sup>65</sup>, chegando poucos a atingir o número de dez associados, havendo ainda representações republicanas em Blumenau<sup>66</sup> e São Bento do Sul, onde o Partido Republicano se tornou majoritário na câmara municipal antes mesmo da proclamação da República<sup>67</sup>.

As práticas dirigidas pela propaganda republicana em Santa Catarina revelam um povo sempre representado por seus missionários ilustrados e que nunca age ou deve agir diretamente pela defesa dos seus interesses. As lideranças republicanas da Província se colocam na imprensa como porta-vozes da vontade do povo – uma demanda percebida no discurso republicano –, autorizando-se a falar por ele e em nome dele por meio de uma espécie de procuração implícita a elas conferida, não exatamente pelo próprio povo, mas por uma espécie de missão civilizatória imbuída de preparar as consciências políticas populares para um fim superior e inelutável da história que é, segundo atestam, a República. Tal orientação se baseia na idéia e na expectativa de que o regime republicano, instaurando um governo representante dos anseios populares, viesse contemplar todos os seus anseios. Suas práticas prevêem, contudo, que o povo não participaria de qualquer iniciativa pela implantação do regime republicano quando tal fato viesse a ocorrer, cabendo essa missão a um pequeno grupo de pessoas mais ilustradas e que então se faziam representantes dos valores elevados da causa republicana, no que se investem de autoridade para agir em nome das expectativas populares compreendidas integralmente no projeto republicano de sociedade. Assim, nessa concepção política, a causa republicana era colocada como algo tão elevado que o povo, mal instruído, precisava ser iniciado nesse esclarecimento pelas mentes mais evoluídas e que eram, por isso, detentoras desse saber: os próprios republicanos.

Nesses argumentos se assenta uma concepção de República percebidamente evolucionista, supostamente crente na capacidade de alcance e realização do

---

públicos”, 6 eram “comerciantes”, 2 eram “lavradores” e 8 não se incluem nessas classificações. (BOPPRÉ, Maria Regina. *Eleições diretas e primórdios do coronelismo catarinense (1881-1889)*. p. 144.).

<sup>64</sup> MEIRINHO, Jali. *República e oligarquias*. p. 40.

<sup>65</sup> Idem, ibidem, p. 43.

<sup>66</sup> Idem, ibidem, p. 44.

<sup>67</sup> Idem, ibidem, p. 46.

esclarecimento, na possibilidade de um processo gradativo de evolução das consciências ser capaz de promover mudanças políticas positivas à população. A República seria, assim, resultado de um consenso geral dessas consciências, emergindo como regime político por meio de práticas pacíficas de uma sociedade supostamente racional, esclarecida e civilizada, sem precisar subverter a própria ordem política vigente. Era uma concepção hegemônica de República que reafirmava o mesmo reformismo republicano propalado no Manifesto Republicano de 1870, pelo qual a mudança de regime político, ou melhor, a implantação do regime republicano se daria por meio de uma reforma constitucional tramitada dentro dos mesmos princípios político-eleitorais da legislação imperial, quando fosse confirmada a morte do Imperador, isto é, sem deposições, prisões ou interdições de autoridades ou cargos públicos. Era o que assinalava em 1888 o presidente do Clube Republicano São-bentense, João Figueiras de Camargo, após as eleições municipais daquele ano, quando a câmara municipal de São Bento, a despeito do fraco desempenho republicano em outros municípios, ficou constituída somente de nomes republicanos, entre os sete vereadores eleitos: “Não sendo a Constituição Política do Império, promulgada pelo primeiro Imperador, suficiente às liberdades e interesse do povo Brasileiro, indico que seja levado por meio de petição à Assembléia Nacional a necessidade de uma nova Constituição, dirigindo aquela Assembléia uma petição Parlamento a fim de que novos deputados a eleger-se tenham poderes para formarem uma Assembléia Constituinte”<sup>68</sup>.

O lugar reservado ao povo nesse processo é o de uma espécie de espectador “ativo” que só age *a posteriori*, quando os fatos já se lhe apresentam como confirmados, aclamando então o que ora se sobressalta aos seus olhos. Mas seria isso, segundo o discurso republicano, o reflexo da persuasão promovida junto ao “povo” pela missão civilizatória dos representantes republicanos, responsáveis pela ilustração popular, que possibilitaria ao povo esclarecido perceber providencialmente a justeza das idéias e ações aí compreendidas. Orientado por esse pensamento, o jornal joinvillense *A Folha Livre* afirmava em sua edição de 15 de maio de 1887 que a ascensão republicana se daria por meio de uma “transição natural do espírito brasileiro”, conduzida nisso pelo movimento republicano em uma espécie de “cruzada da luz e do progresso, da civilização e da democracia”<sup>69</sup>. Era dessa forma que os republicanos catarinenses atestavam em geral sua comunhão com uma

---

<sup>68</sup> Idem.

<sup>69</sup> Idem.

percepção hegemônica do movimento republicano em todo país de que o regime republicano devesse ascender politicamente por meio de uma espécie de evolução natural e inelutável das consciências, sob a luz do entendimento e das elevadas idéias republicanas, orientado somente em ações pacíficas e serenas, como bem assinalava também o próprio nome do jornal fundado em 1887 por integrantes destacados do Clube Republicano Esteves Júnior, em *Desterro: A Evolução*, rechaçando qualquer imagem revolucionária que se quisesse vincular à idéia de República, no que pesassem deposições de autoridades e ações políticas intervencionistas por parte de um governo republicano, negando também qualquer vinculação do movimento republicano a uma iniciativa popular, pautando-se este simplesmente no suposto consentimento conferido a ele por parte de um povo ilustrado e sensível à justeza das suas ações e das suas idéias.

O movimento republicano na Província seguia a mesma orientação adotada por seus principais representantes desde o momento da fundação do primeiro clube republicano. Em suas *Reminiscências Políticas*, Gustavo Richard aponta “a doença do imperador Pedro II” como um dos motivos mais importantes para que alguns “espíritos agitados”, “desiludidos com o regime monárquico”, aspirassem “a uma nova forma de governo”<sup>70</sup>, evidenciando a prerrogativa da morte do rei para que se instaurasse a República no Brasil, sem deposições, por meio de uma reforma constitucional a ser conduzida pelas classes políticas do país. Era uma missão para alguns poucos homens mais capacitados levar à frente tal empreendimento, como fora também o modo como se conduziu na Província o movimento republicano, a começar pela fundação do Clube Republicano Esteves Junior. Segundo Gustavo Richard, tudo começara quando ele e outros cinco amigos – Raulino Horn, Emílio Blum, Carlos Napoleão Poeta, José Araújo Coutinho e o estudante riograndense Herculano de Freitas – formaram um “grupo de seis moços de ‘idéias avançadas’ que se reuniram (...) no Hotel da Praça, para trocarem impressões sobre a ‘evolução democrática’ que se estendia, pouco a pouco, em todo o Brasil”, ficando “deliberado”, após “caloroso debate”, o início da propaganda da nova idéia em toda a Província”<sup>71</sup>. Dotados de “idéias avançadas”, esses “moços”, em decorrência daquilo que entendiam acordado em uma reunião reservada, se autorizavam na Província a tomar a frente de um processo político

---

<sup>70</sup> “Reminiscências Políticas” de Gustavo Richard. Acervo pessoal de Sylvia Amélia Carneiro da Cunha (Manuscritos fotocopiados).

<sup>71</sup> Idem. (Grifos meus)

“evolutivo” que tinha por fim implicar todo o resto da população, fazendo inculcar aí a justiça dessas idéias onde se faziam contidos os princípios dessa “evolução democrática”, fazendo valer uma suposta superioridade intelectual de uns poucos como condição para o governo de outros muitos.

## **1.2. A chegada da República a Santa Catarina: da Corte, os *marechais*, aos *cabos* do telégrafo em Desterro.**

Além das regularidades que marcaram em Santa Catarina as disputas políticas durante os últimos anos do Império e as estratégias traçadas pelos diferentes grupos políticos da Província de acordo com o arranjo estabelecido pelo governo imperial na política de transitoriedade e alternâncias do Segundo Reinado, os acontecimentos que marcaram a proclamação da República em Santa Catarina revelaram, em suas circunstâncias e contingências tão próprias do mundo político, detalhes importantes que delinearam de modo substancial os posicionamentos políticos assumidos por seus atores. Lidando com as demandas imediatas de um tempo curto de mudanças repentinas, de decisões e jogadas rápidas, os atores do amanhecer republicano em Santa Catarina, para além de suas orientações políticas consolidadas diante de um público mais assíduo no acompanhamento desses fatos, definiram posições e adotaram comportamentos de acordo com uma interpretação também mais imediata dos fatos com os quais se deparavam e nos quais tinham também alguma participação, diante do que, por sua vez, tiveram depois que se justificar frente a esse público, produzindo respostas que bem situassem seus posicionamentos em relação aos novos valores que percebiam aí emergentes, por conta também do que havia sido propagado pela campanha republicana.

É nas situações inesperadas de surpresa, no impulso das decisões a serem tomadas em um tempo percebidamente rarefeito, quase em um instinto de sobrevivência às mudanças súbitas e tempestuosas da política, nas ações projetadas no calor do momento, no desespero das horas, que os atores do amanhecer republicano em Santa Catarina ensaiam suas primeiras e importantes estratégias de resistência ou inserção no novo regime, muitas delas, neste último caso, em marcante dissonância com os sentidos percebidos depois, na calma das coisas, como em maior consonância com os valores que se queriam antes



vinculados ao novo regime. “As ocasiões fazem as revoluções” <sup>72</sup>, afirma acertadamente o escritor Machado de Assis pensando a proclamação da República no Brasil, referindo-se às saídas pessoais que marcaram no país a implantação do novo regime, não muito diferente nesse sentido em relação à Província de Santa Catarina, onde as práticas aí compreendidas, orientadas mais pelo tino de improviso de seus protagonistas e destacadas dos sentidos aí reclamados, exigiram depois um sentido que melhor situassem na nova ordem política estabelecida os seus atores aí implicados.

E tamanho embaraço teria sido produzido principalmente pelo modo inesperado como as coisas pareceram ter acontecido para uma grande maioria menos informada dos acontecimentos ensaiados já alguns dias na Corte, excetuando-se aí pelo menos os poucos republicanos históricos de Desterro e outras localidades da Província, mesmo que outras lideranças políticas tivessem até o dia 14 de novembro de 1889 algum conhecimento acerca do clima de instabilidade que tomara conta da política da Corte nos últimos dias. Havia, contudo, o que ofuscasse esse entendimento na capital catarinense. Segundo Carlos da Costa Pereira, naquela tranqüila e serena manhã de sexta-feira do dia 15 de novembro, os moradores dos bairros da “Figueira, do Mato Grosso, da Tronqueira, do centro da cidade afluíam para o Mercado e muitos deles, após terem feito suas compras, paravam alguns instantes para olhar o andamento dos trabalhos que se efetuavam na Praça Barão da Laguna” <sup>73</sup>. As obras de ajardinamento da praça iniciadas havia menos de três meses pelo Presidente de Província Oliveira Bello eram o que havia de mais novo e curioso para se olhar na cidade. “As obras iam adiantadas e os que ali paravam, naquela manhã, certamente diriam em seus comentários que, por fim, aparecera quem tomasse a iniciativa de dar outra feição àquela praça com sulcos abertos pela erosão e, às vezes, coberta de capim (...)” <sup>74</sup>.

Era uma reivindicação antiga em Desterro, sempre estigmatizada por suas próprias lideranças políticas com os signos do atraso, sem nada que a aproximasse das grandes cidades modernas da Europa, sem nenhum grande atributo de modernidade, de cosmopolitismo, sem nenhum grande vínculo com o progresso. Os esforços frustrados de alguns intelectuais e lideranças políticas da cidade para que se mudasse no ano anterior o

---

<sup>72</sup> MACHADO DE ASSIS, Manuel Maria. *Esau e Jacó*. São Paulo: Globo, 1997. p.133.

<sup>73</sup> PEREIRA, Carlos da Costa. *A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina*. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976. p. 27.

<sup>74</sup> Idem.

nome da cidade de Desterro para Ondina<sup>75</sup> davam provas desse empenho de superação de um passado marcado pelo atraso. Mas agora, as obras de aformoseamento da praça, acrescentando-lhe uma pequena cascata de água, cercando-a com grades de ferro importadas da Inglaterra pelo custo de mais de 280 libras esterlinas – 3: 400\$000, no (...) câmbio da época”<sup>76</sup>, adicionando-lhe ainda um “interessante chalé chinês, arbustos, flores, gramados (...)”<sup>77</sup>, situavam melhor a cidade nas vagas do progresso ou pelo menos inspiravam algum sentimento mais otimista com relação a isso, trazendo certamente expectativas de mudanças continuadas. O próprio Presidente de Província era poupado um pouco das intrigas políticas da cidade – comparando-se com seus antecessores Fausto de Souza<sup>78</sup> e Francisco José da Rocha<sup>79</sup> -, tratado com alguma consideração pela oposição conservadora, sem que se percebessem motivos de desagrado em relação à sua pessoa. O próprio momento político vivido na cidade era de calma e tranquilidade, sem nada de importante que pudesse preocupar a cabeça dos seus políticos.

O próprio silêncio que se estendeu na imprensa local sobre os acontecimentos políticos da Corte durante os últimos dias, inspirando talvez alguma desconfiança sobre o que pudesse estar acontecendo na capital do país, fora quebrado com notícias que só faziam denotar o bom estado de coisas na política imperial. Na edição daquele dia 15 de novembro, o *Jornal do Comércio* trazia em sua segunda página uma transcrição do jornal republicano *O País*, de Quintino Bocayuva, informando sobre um grandioso baile oferecido seis dias antes à oficialidade do navio de guerra chileno “Almirante Cochrane”. Segundo a extensa notícia publicada no jornal, “fora uma festa deslumbrante, tanta a profusão de luzes e de flores a dar realce aos trajes riquíssimos das senhoras, ao corte impecável das casacas dos cavalheiros e aos dourados das fardas dos militares”<sup>80</sup>. Além disso, “a presença do Imperador, da Imperatriz e dos príncipes consortes, comunicava à festa magnífica a maior solenidade e o maior prestígio às homenagens prestadas aos marujos da República

---

<sup>75</sup> MOELLMANN, Leatrice. *A obra inédita de Carlos de Faria e a Guerrilha Literária em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC – FCC Edições, 1994. pp. 65 – 69.

<sup>76</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues Cabral. *Nossa Senhora do Desterro*: Notícia. Vol. 1. Florianópolis: Copyright do autor, 1967. p. 103.

<sup>77</sup> VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina: a ilha*. Apud. VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993. p. 208.

<sup>78</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História da Política em Santa Catarina durante o Império*. pp. 1645-1646.

<sup>79</sup> Idem, ibidem. p. 1625.

<sup>80</sup> PEREIRA, Carlos da Costa. *A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina*. p. 28.

transandina”<sup>81</sup>. O célebre acontecimento traduzia aos seus leitores de Desterro a grandeza do Império e a própria solidez da autoridade do Imperador. “Uma impressão de encantamento teria ficado no espírito dos que leram a mencionada notícia e que perduraria no transcurso daquela sexta-feira, se boatos alarmantes não começassem a espalhar-se, ao cair da tarde, dizendo-se que graves acontecimentos estavam ocorrendo na capital do Império”.<sup>82</sup>

Era o início da tarde de sexta-feira do dia 15 de novembro, quinze horas ou menos, quando chegou à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, talvez por intermédio do deputado liberal Virgílio Vilella<sup>83</sup>, a notícia de ter sido enviado do Rio de Janeiro um telegrama com as lacunares assertivas “*no government – no exchange*”<sup>84</sup>, endereçado à casa comercial do ex-deputado conservador Ferdinand Hackradt Junior<sup>85</sup>, em Desterro. Uma sessão ordinária era presidida na Assembléia pelo médico e deputado liberal Duarte Paranhos Schutel, então 1º Vice-Presidente do legislativo provincial, quando de repente, por decorrência do que se achava poderem implicar aquelas palavras, “um certo pânico se estendeu pela sala”<sup>86</sup>, interrompendo o discurso proferido pelo “monótono e interminável Afonso Livramento (...) aos membros distraídos e que não lhe prestavam a

---

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. Florianópolis: IHGSC, 2002. p. 345.

<sup>84</sup> Expressão em inglês significando *Sem governo, sem intercâmbio*, isto é, sem comércio de importação e exportação pela falta de cotação monetária. Ibidem. p. 42.

<sup>85</sup> Seu pai, Ferdinand Hackradt, nascido na Alemanha, havia emigrado para o Brasil em 1847, por volta dos trinta anos de idade, instalando-se inicialmente no Rio de Janeiro, onde trabalhou por alguns meses na fazenda de um amigo de sobrenome Fischer. No ano seguinte, Ferdinand partiu para Santa Catarina, onde conheceu Hermann Blumenau, a quem se associou para fundar em Itajaí uma serraria, abandonando depois essa atividade para fundarem em terras concedidas aí pelo governo brasileiro uma colônia de imigrantes alemães, a *Colônia Blumenau*, quando houve então, por questões administrativas, um desentendimento entre os dois sócios, do que decorreu a partida de Ferdinand Hackradt para Desterro, agora para se dedicar à atividade comercial. Em 1863, sua irmã Henriette Hackradt, após a morte de seu marido Ludwig Hoepcke, partiu também para o Brasil com seus filhos Carl, Paul e Caroline. O primeiro e mais velho destes, pelo fato de Hackradt Junior ter se dedicado muito mais à política do que aos negócios, foi mais tarde o grande administrador dos negócios de seu tio, chegando mesmo em 1883, em função dos problemas de saúde contraídos por Ferdinand Hackradt, ter sido mudado o nome da empresa para Carl Hoepcke & Cia., assinando então, como diretores, Carl Hoepcke, seu irmão Paul e Carl Scharf, chamados de *sócios solidários* e, ainda, Fernando Hackradt Junior, como *comanditário*, uma espécie de sócio cujo compromisso se restringia a entrar com o capital em determinado negócio, ficando fora das responsabilidades de gestão (KLUG, João & OLIVEIRA, Sandra Regina Ramalho de & REIS, Sara Regina Poyares dos. *Carl Hoepcke*: a marca de um pioneiro. Florianópolis: Insular, 1999. pp. 57-76). Assim, quando Duarte Schutel relata sobre a casa comercial de Fernando Hackradt Junior, deveria certamente estar se referindo à empresa Carl Hoepcke & Cia, nome que parece não ter tido até então grande notoriedade, por estarem aqueles negócios ainda bastante vinculados à memória de Ferdinand Hackradt, falecido em 1887, dois anos antes apenas da proclamação da República.

<sup>86</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 42.

mínima atenção”<sup>87</sup>. Segundo Duarte Schutel, Livramento, “ficando de pé, calou-se”<sup>88</sup>, ao passo que algumas palavras avulsas ressoaram pela grave atmosfera do plenário: “morte do imperador, levantamento república”<sup>89</sup>. Tudo era espanto, apreensão e dúvida em relação ao que afirmava o enigmático telegrama, naquilo que este poderia significar à sorte de cada um dos parlamentares ali presentes, estando certamente mais atônitos entre estes os deputados liberais, cujo partido estava também à frente do executivo municipal, provincial e nacional, colocadas estas posições em risco pela relevância cogitada dos fatos noticiados.

A situação inusitada que se vivia fazia demandar prudência, dada a configuração confusa e incerta das coisas. Já mais de três horas da tarde, o Presidente de Província Luiz Alves Leite de Oliveira Bello chamava às pressas as lideranças liberais locais ao Palácio para discutir o ocorrido<sup>90</sup>. Talvez, antes ou no lugar disso, tivesse sido enviado um deputado para lhe pedir informações<sup>91</sup>, achando tê-las em maior precisão. Duarte Schutel, mesmo estando entre os nomes locais mais notórios de seu partido, conforme atesta, não acompanhou o movimento de seus correligionários. Havendo pensado um pouco sobre os fatos e tendo cogitado consigo a possibilidade tão mais grave das coisas, chamou o contínuo da Assembléia e lhe pediu que fosse “ao armazinho e comprasse dois metros de fita larga tricolor”<sup>92</sup>, o que deveria lhe ser entregue em mãos. Indagando-lhe o segundo secretário da Assembléia, o deputado liberal José Joaquim de Córdova Passos, por que queria para si a tal fita, Duarte Schutel teria lhe respondido: “tenho de colocá-la a tiracolo para anunciar à Assembléia a proclamação da República, porque o Brasil é agora republicano”<sup>93</sup>.

Esse pensamento revela a crença de que a República se instalasse preservando as autoridades então constituídas, sem alterar o quadro de forças vigente na política provincial, o que certamente se amparava na expectativa projetada de que tal regime ascendesse politicamente pela via consensual destas forças, quando já estivessem as consciências acordadas sobre os propósitos políticos notórios que se fizessem manifestar por via de um progresso lógico e inelutável da razão: o regime republicano. E era o que

---

<sup>87</sup> Idem, *ibidem*, pp. 344-345.

<sup>88</sup> Idem, *ibidem*, p. 345.

<sup>89</sup> Idem, *ibidem*, p. 42.

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> Idem, *ibidem*, p. 345.

<sup>92</sup> Idem.

<sup>93</sup> Idem.

advogava na Província a propaganda republicana. Duarte Schutel se mostrava então um homem demasiadamente crente na força das idéias, no inelutável progresso da razão – colocando-se contra os meios pelos quais a República parecia querer se assentar –, mesmo nas situações mais improváveis, o que talvez comprometesse um entendimento mais imediato sobre alguns fatos em política, a não ser que sua prestimosa atitude diante da possível chegada do novo regime guardasse também consigo o ímpeto oportunista que ele tanto depois reprovava.

Tinha motivos para isso. Diante de uma possível queda do governo provincial, mais especificamente da figura do Presidente de Província – o Dr. Oliveira Bello, como o chamavam em Desterro –, o presidente da Assembléia Provincial assumiria, pelo menos por algum tempo, o governo provincial. Diante desta situação, estando Abdon Baptista, o presidente do legislativo provincial, ausente da capital naquele momento, assumiria interinamente o executivo provincial o presidente da Assembléia Legislativa em exercício, o deputado Duarte Schutel, 1º vice-presidente daquela legislatura. Fosse talvez a oportunidade de demonstrar não sem tempo, como parecia acreditar, a sua simpatia pelo emergente regime, pelas idéias democráticas percebidas no projeto republicano. Buscasse com isso talvez a sua inserção política nos quadros do novo regime, sem desprezar-se aqui a possibilidade de almejar o tal deputado algum lugar de destaque nos acontecimentos vindouros, em uma oportunidade preciosa de gravar seu nome em alto relevo nos registros da história política catarinense. Além de interesses, estavam em jogo também as vaidades pessoais. Sua disposição imediata em aceitar a mudança de regime parecia ainda querer apontar ser desnecessária a deposição das autoridades constituídas no regime monárquico, já que as mesmas não representavam nenhum obstáculo à ascensão republicana, pelo que suas providências deixavam transparecer. Era certamente uma maneira de preservar as posições ocupadas por ele mesmo e pelo seu partido nos negócios políticos da Província, procurando antecipar-se em relação à oposição conservadora na busca por uma aliança com as lideranças mais proeminentes do movimento republicano em Desterro.

O comportamento de Duarte Schutel revela a impossibilidade de se colher àquele momento alguma certeza acerca do que poderia ou não acontecer. A prudência que se fazia reclamar no momento implicava também, paradoxalmente, pensar e agir com rapidez, mesmo que já não fosse este o valor maior das coisas a pesar na balança dos fatos. Duarte Schutel, como presidente da Assembléia em exercício, suspendeu a sessão por algum

tempo, segundo informa, convidando o deputado conservador Afonso Livramento a se sentar, conservando-lhe a palavra, ao tempo que alguns outros deputados saíram a colher informações, não voltando mais estes à assembléia até o fim daquela tarde<sup>94</sup>. Passados quinze minutos, a sessão teria sido reaberta, continuando Livramento, em poucas e vagas palavras, a falar sobre o incidente do telegrama e, sem ter idéia precisa acerca das coisas que dizia, teria se sentado por fim, sendo a sessão suspensa por definitivo<sup>95</sup>. Era a marca da dúvida e da incerteza em relação aos fatos noticiados, mostrando também a diferença de comportamentos, onde a agilidade de uns contrastava com a perplexidade de outros.

Por volta das cinco horas da tarde, antes um pouco talvez, chegava a Desterro, não se sabe como e por quem exatamente – talvez enviado por alguém de nome ou sobrenome Scharf<sup>96</sup>, citado por Duarte Schutel em seus manuscritos -, um novo telegrama contendo um amplo repertório de expressões avulsas, ao estilo telegráfico, com certa conexão entre si, ficando aí algumas dúvidas elucidadas, sem que se conseguisse evitar, contudo, que outras dúvidas ocorressem: “prisão, ministros depostos, Imperador preso, Ladário morto, Deodoro à frente das tropas proclamação, República amanhã”<sup>97</sup>. As suspeitas de Duarte Schutel sobre os fatos, entre o burburinho das confabulações, em meio às fortes suspeitas levantadas, pareciam confirmadas. A palavra “República” parecia mesmo estar presente na maior parte das notícias que se propagavam por Desterro, devendo ser também certamente sobre o que mais se questionava. E tantos questionamentos, tantas expectativas sobre isso, parecem ter mesmo reforçado tal possibilidade.

Mas, ao mesmo tempo, as informações que até então chegavam a Desterro não apresentavam grande precisão. E, talvez por isso, maiores expectativas devem ter sido criadas nas cabeças dos grupos políticos da Província presentes àquele momento na capital. O último telegrama que chegara a Desterro afirmava ainda que a República – a sua proclamação ou a instalação efetiva de um governo republicano – só deveria acontecer de fato no dia seguinte. Parece certo que algo muito importante estivesse ainda por acontecer. Havia ainda a espera por algo mais decisivo. E agora, diante de tal situação, como se posicionar sobre os fatos? Permanecer monarquista – a cogitada morte do imperador,

---

<sup>94</sup> Idem.

<sup>95</sup> Idem.

<sup>96</sup> Trata-se de Carl Scharf, “sócio solidário” de Carl Hoepcke e Fernando Hackradt Junior na empresa Carl Hoepcke & Cia., citada por Schutel como “casa Hackradt”.

<sup>97</sup> Idem, *ibidem*, p. 42.

percebida por muitos como condição imprescindível para a ascensão republicana, negada pelo último telegrama enviado a Desterro, fosse talvez algum estímulo a isso -, acreditando ter ainda força e apoio o Imperador para reagir contra a iminente República e os republicanos que então se mobilizavam? Ou aderir à República, acreditando na fragilidade da Monarquia, no seu desmoronamento por completo, na força da idéia republicana, na irreversibilidade dos fatos que ainda se esboçavam? Diante de tudo isto, parece certo que sobre os fatos, projetava-se, àquele momento, mais torcida do que certeza.

Passadas algumas poucas horas da chegada daquele primeiro telegrama a Desterro, o clima político na cidade era ainda de grande tensão, mistério e de bastante cautela. Eram sete horas da noite quando no 25º Batalhão de Infantaria o seu comandante Coronel João Batista do Rego Barros Cavalcanti de Albuquerque<sup>98</sup> recebia um novo telegrama enviado do Rio de Janeiro pelo líder e propagandista republicano Quintino Bocaiúva, atentando-o para que “toda prudência” fosse tomada naquele momento<sup>99</sup>. Foi o que relatou e o que certamente sabia o deputado liberal Duarte Schutel e, com base nisso, pensava-se certamente que Bocaiúva chamava a atenção do Comandante Rego Barros para a ameaçadora presença na Ilha de Santa Catarina do senador liberal e Presidente de Província do Rio Grande do Sul Gaspar Silveira Martins. O telegrama enviado a Desterro afirmava mais exatamente, pelo que informa o *Almanak Litterario e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1891*, o seguinte: “Detenham aí Martins. Não o deixem seguir nem para o sul nem para o norte. Tratem-no, porém, com toda a consideração”<sup>100</sup>.

A mensagem não ia muito além do que supunha Duarte Schutel. Vindo do Rio Grande do Sul, tendo daí partido ao dia 12 ou 13 de novembro<sup>101</sup>, o conhecido inimigo de

---

<sup>98</sup> Promovido a Coronel durante o Gabinete Ouro Preto, quando foi também transferido para Mato Grosso, onde Deodoro da Fonseca assumia o posto de comandante-de-armas, Rego Barros teria retornado a Desterro para assumir o comando do 25º Batalhão de Infantaria. (CORREIA, Carlos Humberto. *Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982*. Florianópolis: UFSC, 1983. p. 50.). Algum contato ou amizade que tivesse estabelecido com Deodoro em Mato Grosso influenciase talvez em sua participação no movimento de 15 de novembro de 1889, mesmo que não tivesse antes algum envolvimento na Questão Militar, pesando mais o posto de destaque que ocupava na Província durante o último gabinete liberal. Sabia ele também que qualquer movimento político sob a iniciativa militar seria algo certamente restrito às altas patentes.

<sup>99</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 345.

<sup>100</sup> RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanak Litterario e estatístico do Rio Grande do Sul para 1891*: com numerosas ilustrações, o retrato e a biographia do illustre jornalista Carlos Von Koseritz, enriquecido com muitas matérias de utilidade publica. Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande: editores Carlos Pinto & Comp. Successores, 1891. s/ p. Disponível em <<http://www.ihgrgs.org.br>>. Acesso em 14 jun. 2007.

<sup>101</sup> Em 12 de novembro de 1889 assumira já interinamente a presidência do Rio Grande do Sul, segundo informa o *Almanak Litterario e estatístico do Rio Grande do Sul para 1891*, o seu 1º vice-presidente Justo de Azambuja Rangel.

Deodoro viajava com a deputação da Província para o Rio de Janeiro com o propósito de formar, com elementos liberais, um novo gabinete sob a sua chefia, tendo no caminho atracado em Desterro por volta de 19 horas e 30 minutos do dia 15, no ancoradouro da Praia de Fora<sup>102</sup>. “(...) desembarcou e soube em terra dos acontecimentos do dia 15 e da ordem de prisão que havia contra sua pessoa”<sup>103</sup>. Teria aí recebido cópias de telegramas enviados do “Sul” – Rio Grande do Sul - e do “Norte” – Rio de Janeiro, certamente - que lhe informavam acerca do que havia ocorrido na Corte<sup>104</sup>. “Voltou para bordo imediatamente e comunicou aos seus companheiros o que ouvira em terra. Alguns aconselharam-no a que fugisse para S. José, ao que ele respondeu negativamente”<sup>105</sup>. O presidente gaúcho teria dito “que não o fazia, porque não havia cometido crime algum e que não conhecia motivos para semelhante prisão. Momentos depois recolheu-se em seu camarim e os amigos fizeram o mesmo”<sup>106</sup>. Após isso, “no convés do navio ficaram vigias para observarem os movimentos de terra”<sup>107</sup>.

Ainda na noite do dia 15, segundo aponta Duarte Schutel, falava-se pelos círculos políticos da cidade na sua volta para o Rio Grande do Sul<sup>108</sup>. Fosse talvez uma decisão pensada sob o efeito daquilo que ficara sabendo em Desterro acerca do que naquele dia mudava nos rumos da política nacional, o que, de certa forma, parecia afrontar os seus anseios. Poderia ter partido dele mesmo o tal boato, no intuito de despistar as autoridades locais - fiéis ao que se havia talvez inaugurado no Rio de Janeiro - em relação aos seus reais interesses, para que não intervissem no curso previsto de sua viagem. Talvez pudesse ainda o tal boato aludir à possibilidade cogitada de ser o tal homem escoltado pelas autoridades locais, em nome do novo regime, até o Rio Grande do Sul, o que parece pouco provável por contrariar as recomendações dadas por Quintino Bocayuva. Mas o que se sabe de fato é que na madrugada do dia 16, por volta de 4 horas, segundo informam o escritor memorialista Custódio Francisco de Campos<sup>109</sup> e o *Jornal do Comércio* daquele mesmo

---

<sup>102</sup> Localizado a cerca de dois quilômetros ou menos ao norte da alfândega do porto de Desterro, posicionada esta a poucos metros da Praça Barão de Laguna e do Palácio da Presidência da Província.

<sup>103</sup> RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanak Litterario e estatístico do Rio Grande do Sul para 1891*. s/p.

<sup>104</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 345.

<sup>105</sup> RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanak Litterario e estatístico do Rio Grande do Sul para 1891*. s/p.

<sup>106</sup> Idem.

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 42.

<sup>109</sup> CAMPOS, Custódio Francisco de. *Ditos e feitos*. Florianópolis: Lunardelli, 1995. p. 71.



dia<sup>110</sup>, Silveira Martins havia recebido, ainda a bordo do paquete Rio Pardo, no ancoradouro da Praia de Fora, voz de prisão do comandante Rego Barros<sup>111</sup>, desembarcando quase ao amanhecer, às 5 horas, no cais do porto de Desterro, de onde foi escoltado por militares até o Quartel do Campo do Manejo, onde tinha sede o 25º Batalhão de Infantaria. Sobre os detalhes de sua prisão, são encontradas informações mais precisas no termo lavrado no diário de bordo daquele paquete por seu comandante, transcrito por Custódio de Campos:

Hoje a bordo deste paquete do meu comando, às 4 horas da manhã, achando-se no porto da cidade de Desterro, no ancoradouro da Praia de Fora, fomos surpreendidos pela atracação de um escalor e uma lancha da Capitania dos Portos, conduzindo uma força armada do Exército, comandada por um capitão e dois alferes, com a intimação que me fizeram de arriar-se a escada do portaló, ao que se obedeceu imediatamente. Subindo este capitão a toda e perguntando pelo conselheiro Gaspar Silveira, lhe respondi que se achava recolhido ao seu camarote. À vista da minha resposta, o mesmo oficial me disse que tinha ordem de o conduzir. A ordem de prisão não sendo regular, por não emanar de autoridade competente, foi, no entanto, obedecida pelo referido conselheiro e acatada por nós, à vista da força que a apoiava. Em seguida a esta ocorrência, seguiu-se o desembarque do prisioneiro às 5 (cinco) horas da manhã, acompanhado pelos ditos oficiais da força.<sup>112</sup>

Às oito horas da noite daquele dia 16 de novembro, sem que este fato provocasse grandes alardes – tendo sido, inclusive, por conta disso certamente, planejado para acontecer às escuras, na calada da noite, distante dos olhares daqueles que poderiam se voltar contra tal feito –, a cidade de Desterro estava tranqüila, mais do que o comum, avistando-se pelas ruas o movimento de poucos grupos, dentre os quais estavam alguns poucos membros do Clube Republicano Esteves Junior, que permanecia ainda aberto, estando já o Palácio com as suas janelas quase todas fechadas. Contava-se apenas com aqueles espíritos mais atribulados pelas notícias que haviam espantado a pequena cidade durante aquele dia, inseguros e duvidosos da segurança e da estabilidade do regime que se inaugurava, especulava-se, no Rio de Janeiro<sup>113</sup>.

---

<sup>110</sup> *Jornal do Comércio*, Desterro, 16 de novembro de 1889, p.1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>111</sup> Tal episódio, antecedido já pela emissão de um telegrama do jornalista republicano Quintino Bocayuva, na Corte, para o então comandante Rego Barros, em Desterro, assinala a adesão deste último à República e, por conseguinte, o seu rompimento com a monarquia e as autoridades liberais às quais até então mantinha fidelidade.

<sup>112</sup> CAMPOS, Custódio Francisco de. *Ditos e feitos*. p. 71.

<sup>113</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 42.

Os grupos políticos da cidade se entregavam agora a confabular sobre os fatos, hesitantes em agir de maneira tardia ou precipitada, onde qualquer gesto ou decisão parecia se emaranhar na tênue linha que de maneira tácita e obscura separava aquelas duas coisas de uma ação concebida de forma prudente, ou mesmo, oportunista. Até o sábado do dia 16, eram mantidas em seus postos as autoridades policiais locais<sup>114</sup>. O dia na cidade fora de muita expectativa e silêncio. O Presidente da Província, Oliveira Bello, resolveu suspender o expediente no Palácio, acontecendo o mesmo nas outras repartições públicas<sup>115</sup>. Na Assembléia Legislativa, por falta de deputados, também não houve sessão<sup>116</sup>. Qualquer informação mais precisa sobre os fatos, àquele momento, parecia orientar certamente uma decisão mais rápida, uma ação mais concreta e imediata e, talvez, uma posição mais confortável diante de uma situação ainda irresoluta. Sobre o que ocorrera, parece certo também que qualquer informação desse tipo deveria agora circular de maneira mais reservada e sigilosa. Talvez, por isso, não tenham chegado até nós. Assim, outros telegramas devem ter sido enviados a Desterro, ao tempo que alguns políticos, melhor informados sobre os fatos do que outros – certamente os integrantes do Clube Republicano Esteves Junior -, puderam agir mais rapidamente, tomando a frente das mudanças que estivessem para acontecer, sem que aí deixassem de implicar outras questões menos imediatas.

Em seu artigo intitulado “A Política de Joinville no Império”, Plácido Olímpio de Oliveira conta que Antonio Justiniano Esteves Junior, vivendo desde muito tempo na Corte envolvido com a campanha republicana, mantinha sempre informado sobre os grandes acontecimentos políticos do Rio de Janeiro o seu correligionário Ignácio Bastos, do Clube Republicano de Joinville, informando-lhe através de uma de suas cartas que alguma coisa se tramava na Corte para que a República fosse proclamada a partir do dia 11 de novembro<sup>117</sup>. É possível ainda que Esteves Junior mantivesse contato também a essa época com seus correligionários de Desterro, ficando certamente também estes a par do que se estava planejando para acontecer no Rio de Janeiro a partir do dia 11 de novembro de 1889. Sendo Esteves Junior vice-presidente do Centro Catarinense do Rio de Janeiro, através do

---

<sup>114</sup> *Jornal do Comércio*, Desterro, 16 de novembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>115</sup> *Idem*.

<sup>116</sup> *Idem*.

<sup>117</sup> OLIVEIRA, Plácido Olímpio de. “A política de Joinville no Império”. In: *Álbum histórico do centenário de Joinville*. Joinville, 1951. p. 46.

qual mantinha um estreito contato com os jovens catarinenses que lá iam visitá-lo e que por ele eram então iniciados no credo republicano, sendo o seu armário, que tinha em sociedade com o também republicano catarinense José Arthur Boiteux, situado na Rua do Hospício, nº 83, chamado por muitos dos seus conterrâneos de “consulado catarinense”<sup>118</sup>. Além do mais, se o objetivo de manter seus correligionários catarinenses informados sobre os andamentos da campanha republicana era preparar terreno na Província para que os seus poucos republicanos históricos pudessem em tempo hábil tomar a frente dos acontecimentos políticos em uma suposta ascensão republicana, como parece, certamente, tão ou mais importante quanto manter informados sobre isso os seus correligionários joinvillenses era manter a par dos acontecimentos mais importantes os republicanos de Desterro, por onde se iniciaria certamente na Província a deposição das autoridades maiores do velho regime e a instalação do regime republicano. E sobre tal possibilidade, o historiador Walter Piazza afirma que quando a República foi proclamada no Rio de Janeiro, “o eminente catarinense, ali radicado, Antonio Justiniano Esteves Júnior, telegrafou ao Presidente do Clube Republicano ‘Esteves Júnior’, da cidade do Desterro, Raulino Julio Adolfo Horn, cientificando-o do fato”<sup>119</sup>. Segundo Evaldo Pauli, o telegrama continha a seguinte mensagem: “O General Deodoro da Fonseca à frente do exército acaba de proclamar a República. Abraços amigos”<sup>120</sup>.

A considerar o improvável silêncio, para além dessas informações propagadas sobre a proclamação da República no Rio de Janeiro, também entre lideranças políticas de outras fileiras – ao menos até o dia 17 de novembro, quando, depondo o governo provincial, as autoridades republicanas passaram a exercer, a exemplo do que já se fazia no Rio de Janeiro, controle sobre o telégrafo -, a historiadora Rosângela Cherem afirma que essa elite urbana que estava à frente dos negócios políticos na capital catarinense não esteve tão desprevenida assim em relação a esses acontecimentos, como consideram alguns autores. O principal deles seria o bibliotecário e pesquisador-escritor Carlos da Costa Pereira, destacando sobre esses fatos “o aspecto inesperado e surpreendente com que o novo regime apanhou a maioria dos moradores da capital”<sup>121</sup> - talvez acertadamente, se considerássemos proporcionalmente pequena a elite urbana à qual se refere aquela autora -, e que,

---

<sup>118</sup> Idem.

<sup>119</sup> PIAZZA, Walter Fernando. *O poder legislativo catarinense*. p. 212.

<sup>120</sup> PAULI, Evaldo. *Hercílio Luz: governador inconfundível*. Florianópolis: IOESC, 1976. p. 46.

<sup>121</sup> CHEREM, Rosângela Miranda. “A capital catarinense e os labirintos do início republicano”. p. 93.

“mantendo-se informada, conseguiu relacionar e interpretar os fatos com prudência, preparando-se para agir a partir do desencadeamento dos mesmos” <sup>122</sup>.

Enquanto isso, as estratégias dos grupos políticos de Desterro continuavam sendo ensaiadas sigilosamente, de maneira reservada, em meio aos recados de bastidores e reuniões secretas, à chegada de um novo importante telegrama, de alguma atualização mais esclarecedora dos fatos. Toda uma trama de acontecimentos mais decisivos se encerra na reserva de lugares mais reclusos, onde se é possível melhor guardar o sigilo aí desejado. Em graves momentos nos quais importantes acontecimentos vão se desenovelando, a cidade de Desterro vive então a evasão de seus lugares mais públicos, como a Praça Barão de Laguna, a Assembléia Legislativa Provincial e a Câmara Municipal, assim como o trapiche da alfândega, onde as coisas chegam mais facilmente aos olhos e ouvidos de todos, aos debates públicos, sobretudo. Tudo deveria agora tramitar em meio às confabulações de bastidores, à leitura cuidadosa dos telegramas enviados da Corte, aos burburinhos das reuniões privadas promovidas na sede do Clube Republicano Esteves Junior – na confeitaria do Hotel da Praça, na Praça Barão de Laguna -, nos cômodos íntimos do Palácio da Presidência, sob portas fechadas, ou mesmo nas residências de importantes lideranças políticas da cidade, onde as grandes soluções eram então ensaiadas por uma minoria mais empenhada em fazer-se implicada nas mudanças preparadas por esses acontecimentos.



**Figura 1.** Prédio da empresa Carl Hoepcke & Cia. na década de 1890. Situava-se na antiga Rua do Comércio (atual Conselheiro Mafra), onde funcionou também nos anos do Império o estabelecimento comercial de

---

<sup>122</sup> Idem, *ibidem*, p. 94.

Ferdinand Hackradt, tio de Carl Hoepcke e também seu precursor nos negócios que empreendeu. Daí teriam sido propagadas as primeiras notícias telegráficas que alardearam a cidade de Desterro sobre a mudança de regime político no país.



**Figura 2.** Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina. Nesse prédio, em foto da década de 1910, funcionou a assembleia legislativa catarinense entre 1880 e 1906, na Rua do Imperador (atual Tenente Silveira), em esquina com a Rua da Paz (atual Jerônimo Coelho), a pouco mais de cem metros dos escritórios da empresa Carl Hoepcke & Cia., localizada na quadra contornada pelas ruas da Paz, do Príncipe, do Ouvidor (atual Deodoro) e do Senado (atual Felipe Schmidt), onde hoje se situa o Centro Comercial Aderbal Ramos da Silva (ARS). Foi o palco principal da chegada em Desterro das primeiras notícias sobre a mudança de regime político no país. Durante os primeiros dias da República, após a chegada desses alarmantes telegramas, conservou suas portas fechadas, suspendendo suas sessões públicas ordinárias, passando as questões políticas da extinta província a serem tramitadas por algum tempo em meio às reuniões reservadas das lideranças políticas que protagonizaram a ascensão republicana em Santa Catarina.



**Figura 3.** Vista da Praça XV de Novembro – 1905. Em postal datado de 1º de janeiro de 1906, aparecem preservados ainda alguns aspectos arquitetônicos e urbanísticos da cidade de Desterro de 1889: à direita, a Praça XV gradeada pela reforma de 1889-1891, passando a ter seus portões abertos entre nove horas da manhã e nove horas da noite, criando obstáculos ao acesso das classes mais pobres, principalmente pelas posturas municipais aprovadas no início do novo regime; à esquerda, sinalizado por um pequeno *outdoor* com a inscrição “Grande Hotel”, anteriormente chamado de Hotel da Praça, onde fora fundado em 13 de agosto de 1885 o Clube Republicano Esteves Junior, servindo de sede para importantes reuniões reservadas promovidas pelos republicanos nos dias que marcaram em Desterro a transição do velho para o novo regime; ao fundo, à esquerda da igreja matriz, o Palácio da Presidência, adornado de vasos e balaústres em sua parte superior, seguindo o estilo eclético empregado na reforma iniciada em 1895.



**Figura 4.** Palácio da Presidência. A foto é anterior à reforma arquitetônica que entre 1895 e 1898 mudou completamente o seu aspecto. O prédio situava-se na Praça Barão de Laguna (atual Praça XV de Novembro), na Rua da Trindade, que desembocava no cais do Porto de Desterro, ladeado pelo antigo Mercado Público, oculto na fotografia. Foi o palco das reuniões realizadas entre as lideranças liberais da cidade após a chegada dos primeiros telegramas informando a mudança de regime político no país, sob o comando do Presidente de Província Oliveira Bello, entre portas fechadas.



**Figura 5.** Vista aérea da Praça XV de Novembro e da Câmara Municipal. À esquerda na foto, a antiga Casa de Câmara e Cadeia, que fechou suas portas a partir da tarde do dia 15 de novembro, quando da chegada dos primeiros telegramas a Desterro informando a mudança de regime no Rio de Janeiro, só reabrindo-as na manhã do dia 18 de novembro, após a República ter sido oficialmente proclamada em Santa Catarina. Aparece ao fundo da foto e em posição frontal à praça, o antigo Mercado Público da cidade e, no canto direito da foto, uma pequena parte do cais do porto.



**Figura 6.** Antigo ancoradouro da Praia de Fora. Situava-se nas proximidades da Rua Formosa (atual Esteves Junior) e do Forte de São Francisco. Em local mais retirado do centro da cidade, foi neste trapiche onde Silveira Martins foi preso na madrugada de 16 de novembro de 1889.



**Figura 7.** Antigo Mercado Público de Desterro. Em fotografia com data anterior ao ano de 1889, os lados norte e oeste do antigo mercado público desterrense, figurando em segundo plano, à direita, o cais do antigo porto da cidade, por onde afluíam mercadorias, notícias e idéias em Desterro. Era também o lugar onde aportavam as embarcações que traziam pessoas ilustres com destino a Desterro ou em passagem pela cidade.

E, assim, até o dia 17 de novembro, conforme relata Duarte Schutel, os liberais, que então ocupavam os principais postos políticos da Província, mantiveram-se passivos, sem esboçar qualquer tipo de reação à queda do Imperador e, por conseqüência, do Gabinete liberal de Ouro Preto<sup>123</sup>, ou mesmo, inclinar-se no sentido de aderir ao novo regime. Talvez todo aquele silêncio e toda aquela passividade, pelo contrário, mascarassem alguma conspiração que se estivesse tramando às escondidas contra a República. Tinha-se, de fato, na cidade, um preso importante e renomado que pudesse, ao seu lado, animar tal coisa. De tudo isso, os fatos conhecidos até então permitem pensar que o comportamento de Duarte Schutel parece ter sido mesmo uma exceção entre os membros do seu partido em Desterro, pela maneira singular como esperava, entre os seus pares, a instalação da República na Província.

E foi na manhã daquele dia<sup>124</sup> que os membros do Clube Republicano Esteves Junior, precedidos pelo seu fundador e presidente Raulino Horn, foram ao encontro do Coronel Rego Barros, Comandante do 25º Batalhão de Infantaria, no Hotel Brasil, onde se encontrava hospedado, no entorno da Praça Barão de Laguna – Largo da Matriz ou do Palácio<sup>125</sup> -, de onde partiram em direção ao Palácio da Presidência. Aí, assistiram ao

<sup>123</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 44.

<sup>124</sup> *República*, Desterro, 19 de novembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>125</sup> Atual Praça XV de Novembro. O referido hotel ficava do lado oposto do Palácio na praça, próximo à Casa de Câmara e Cadeia.



referido comandante intimar o Presidente Oliveira Bello a lhe entregar o poder, do que decorreu a posse do triunvirato que então se colocava à frente do regime que se inaugurava no então proclamado Estado da República: o Coronel Rego Barros, o farmacêutico e líder republicano Raulino Horn e o médico militar Alexandre Marcelino Bayma, Presidente do Partido Conservador na Província<sup>126</sup>.

No início daquela manhã, pouco mais de oito horas<sup>127</sup>, a República era oficialmente proclamada em Santa Catarina. Abatidas do Palácio a bandeira imperial, ao lado da porta frontal, e as armas da Coroa brasileira em seu ático, foi ali hasteada a bandeira do Clube Republicano Esteves Junior<sup>128</sup>, em listras horizontais azuis e amarelas, ao estilo norte-americano, executando a Marselhesa a banda musical do 25º Batalhão de Infantaria<sup>129</sup>. Em uma das sacadas do Palácio, às 30 ou 40 pessoas que se agrupavam na rua em frente – que tinha às suas costas a Praça Barão de Laguna –, assomou-se a figura do Coronel Rego Barros, aclamando o Estado Republicano de Santa Catarina e erguendo vivas ao povo, ao exército e à armada<sup>130</sup>, correspondidos por vivas à República e seguidos da queima de fogos de artifício<sup>131</sup>. Discursaram ainda após isso o membro do governo Marcelino Bayma e os liberais Elyseu Guilherme da Silva, Presidente da Câmara de Desterro, e Abdon Baptista, Presidente da Assembléia Provincial, manifestando-se já aí alguma disposição liberal em aderir ao novo regime. O episódio que em princípio se quisesse, talvez, solene e pomposo assemelhava-se mais a uma simples transmissão de cargos.

Afirmava o jornal *República* – fundado na tipografia do extinto jornal *O Conservador* - em sua primeira edição, datada de 19 de novembro, que aquele triunvirato havia recebido do Presidente Oliveira Bello o governo “com uma gentileza e desprendimento que muito honram os seus sentimentos patrióticos”<sup>132</sup>. Assemelhando-se a uma protocolar transmissão de cargos bem típica das práticas políticas recorrentes nos tempos do Império, a solenidade que marcou a inauguração do regime republicano em

---

<sup>126</sup> Idem, ibidem, p. 43.

<sup>127</sup> *República*, Desterro, 19 de novembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>128</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 43.

<sup>129</sup> *República*, Desterro, 19 de novembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>130</sup> *República*, Desterro, 19 de novembro de 1889, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>131</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 43.

<sup>132</sup> *República*, Desterro, 19 de novembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.



Santa Catarina evocava o velho e usual exclusivismo político do regime decaído. Talvez fosse mesmo aquela a ocasião para uma simples solenidade de transmissão de cargos, concebida propositadamente desta forma, em seu caráter modesto, mas também pacífico, que talvez representasse simplesmente o espírito de comunhão geral desejado por aqueles que protagonizavam a instalação do novo regime no país. Talvez, ainda, naquele momento, a pompa dos gestos, de imediato, fosse algo menos importante e mais facilmente contornado *a posteriori* pela pompa do verbo. No empenho dessas lideranças de se colocarem à frente do novo regime, era natural que o tal evento se preservasse da participação de outros grupos políticos ou mesmo de uma parcela mais ampla da população local. As reuniões reservadas que antecederam o evento desde a chegada daquele primeiro telegrama a Desterro já davam pistas de como as coisas se arranjariam. Parecia mesmo importante que tudo transcorresse na maior tranqüilidade, sem animar ódios antigos, sem grandes hostilidades, podendo isto, inclusive, figurar como atributo de polidez ou civilidade. Era preciso evitar motivos para uma possível reação política dos grupos políticos decaídos, principalmente dos liberais, ainda mais diante do aprisionamento em Desterro do líder liberal Gaspar Silveira Martins, símbolo percebido da continuidade dos liberais no governo àquele momento.

A própria recomendação de Bocayuva para que se tratasse Silveira Martins com toda a consideração assinalava isto de maneira bem clara. Houvesse aí, talvez, o receio de uma reação liberal em favor da Monarquia, mais ainda da preservação das posições que ocupava na Província tal orientação política. Cumpridas as etapas previstas daquela simples solenidade, ao meio dia, pouco mais ou menos, segundo o jornal *República*, “retirou-se para a casa que estava designada para a sua residência”<sup>133</sup>, na Praia de Fora, o Presidente Oliveira Bello, acompanhado pelos triúnviros Rego Barros e Raulino Horn, além de outros membros do Clube Republicano e adeptos do novo regime<sup>134</sup>. Mais uma vez, parecia se seguir o protocolo de uma simples e pacífica transmissão de cargos. Havia entre os governantes empossados pela República um cuidado em fazer cavalheirescos todos os seus gestos e falas a partir de então, atendendo a uma demanda das circunstâncias produzidas então pelos fatos recentes ocorridos na cidade, com a orientação de não produzir hostilidades nem animar antigos ódios que pudessem àquele tempo incitar e, por

---

<sup>133</sup> Idem.

<sup>134</sup> Idem.

consequência, legitimar uma reação hostil dos grupos políticos decaídos, principalmente em um momento no qual os mesmos se percebessem afiançados pela presença de alguém considerado importante e que pudesse amparar tal idéia. Assim, o teor das circunstâncias faz produzir cenas que relampejam já algumas imagens que evocam a idéia de uma transição ordeira e pacífica, como queriam então os republicanos, garantindo a colocação de um pequeno grupo político à frente do novo regime.

É o que evidencia a notícia de despedida do Ex-presidente Oliveira Bello, publicada no jornal *República*, em 4 de dezembro de 1889. Segundo o jornal, no mesmo paquete - Rio Paraná, onde embarcou também Rego Barros, após deixar o governo para que o assumisse o tenente nomeado por Deodoro da Fonseca, Lauro Severiano Müller -, “em companhia de sua exma. família, embarcou, com o mesmo destino - Rio de Janeiro -, o distinto cavalheiro dr. Oliveira Bello, ex-presidente de nossa ex-província. O ilustre cidadão foi acompanhado até a bordo por numerosos amigos, seus apreciadores”<sup>135</sup>. Essa orientação republicana acerca dos comportamentos produzidos por seus principais atores atesta, sobretudo, a necessidade de apaziguamento, de contenção dos ânimos daqueles percebidos como derrotados pela República e, por isso também, como uma ameaça à estabilidade da mesma. Era preciso cuidar, portanto, para que não se produzisse motivos quaisquer que justificassem uma reação hostil dos liberais decaídos contra o novo governo e o novo regime aí representado.

E, nesse caso, para conter os ânimos daqueles sobre quem se quer exercer algum tipo de controle ou mesmo algum governo efetivo, faz-se necessário conter também, por parte de quem quer exercer esse tipo de poder, suas próprias pulsões emocionais, seus próprios ânimos, a partir dos quais os outros sobre quem incide esse poder se orientam também com o objetivo de encontrar alguma abertura para qualificar algum desvio providencial concebido no sentido de suplantar, dentro dos critérios aí legitimados e subvertidos, o poder aí estabelecido. É o saber necessário ao exercício de um poder que não é nem pode ser concebido como algo meramente impositivo, onde a força de que dispõe não é bastante para tanto, mas que é sim um poder operatório, que produz realidade antes de mascarar, abstrair ou reprimir, já que detém o saber de incitar, suscitar e produzir

---

<sup>135</sup> *República*, Desterro, 4 de dezembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

verdades<sup>136</sup>. Este saber criativo constitui também aquilo que Foucault chama de uma “elaboração de si por si”<sup>137</sup>, um esmerado cuidado de si com vistas ao governo sobre os outros. Formula-se, assim, “uma experiência do poder político que, por um lado, assume a forma de um ofício distinto do status e, por outro, requer a prática atenta das virtudes pessoais”<sup>138</sup>, onde é preciso, diante de quem se quer instituir a realidade deste poder, “refrear suas paixões, dissimular suas reações afetivas”<sup>139</sup>, em consideração a um sistema de sociabilidade validado nas próprias práticas que legitimam esse poder. Por isso, segundo Claudine Haroche, “É preciso lutar contra o excesso de interesse por si mesmo e manifestar pelo outro atenção, deferência, respeito, consideração”<sup>140</sup>, em uma esfera onde as práticas que perpassam as relações de enfrentamento aí existentes encontram meios próprios de legitimação diante de uma realidade que se institui.

Deste modo, as práticas comportamentais, as falas, os discursos e os gestos desses atores do amanhecer republicano em Santa Catarina revelam já em suas primeiras cenas uma preocupação e um cuidado sobre aquilo que em suas ações poderia ou não produzir justificativas para ações outras contrárias ao poder aí estabelecido, apropriando-se da legitimidade sobre a qual se assenta esse poder. Portanto, diante de qualquer reação hostil dos grupos decaídos com a proclamação da República, preservando-se entre os republicanos essa mesma orientação de comportamento, encontrariam estes, elementos que atestassem a superioridade do novo regime e daqueles que o protagonizavam pela superioridade outra considerada de seus gestos, apontados então como condizentes com as aspirações de “evolução” da população das quais queria então se apropriar o emergente regime para se legitimar diante das forças decaídas da Monarquia. E por trás de tudo isso, a própria realidade instituída se torna também objeto de debates e disputas entre essas forças políticas antagônicas, não se podendo encontrar *a priori* um consenso acerca das verdades a serem aí consideradas, empenhadas que se encontram em impor ao outro sua visão das coisas em um jogo dinâmico de imagens caracteristicamente furtivas, que assumem por

---

<sup>136</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987. p. 25.

<sup>137</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Vol. 3. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. São Paulo: Graal, 2005. p. 97.

<sup>138</sup> Idem, *ibidem*, p. 96.

<sup>139</sup> HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. Trad. Ana Montoya e Jacy Seixas. Campinas: Papirus, 1998. p. 38.

<sup>140</sup> Idem.

vezes alguma nitidez em função dos traços produzidos pelas circunstâncias que emergem dos fatos aí compreendidos.

## Capítulo II

### **O levante militar de 18 de novembro e a adesão liberal ao novo regime**

Ainda é difícil perceber nesses primeiros momentos que marcam a ascensão republicana em Santa Catarina um sentido próprio e novo de realidade instituído pela mudança de regime. Nenhuma imagem mais nítida de realidade instituída pelo novo regime pode já exercer alguma forma consolidada de coação sobre a concepção das práticas aí ensejadas pelos diferentes grupos políticos, a despeito desses esforços iniciais das lideranças que então se colocam à frente do novo regime. Os lances de cavalheirismo dessas cenas iniciais transcorridas nos primeiros dias republicanos em Desterro se inscrevem ainda na contingência dos fatos. Por meio dessas práticas iniciais, na dificuldade de se atribuir algum sentido mais claro aos fatos ocorridos, as lideranças republicanas da cidade não conseguem ainda produzir a si mesmas e aos grupos que se lhe tornam então antagônicos uma imagem própria de República que possa denotar, em relação ao passado recente, uma nova e diferente realidade. Assim, portanto, nenhum sentido mais claro de realidade nova pode prescrever, de maneira enfática e mais claramente perceptível, formas de ação e comportamento que possam, por sua vez, estabelecer nesses termos, critérios de inclusão e exclusão dentro dessa realidade que se quer republicana.

Deste modo, outras formas de concepção dessa realidade ainda encontram, na contingência dos fatos e na vacuidade dos sentidos que se querem aí vinculados, possibilidades de validação, no sentido próprio de contestar ou de se impor a esse sentido ainda vago de uma realidade que se quer instituir. É ainda o momento percebido de subverter o sentido de realidade que se ensaia nessas práticas iniciais do novo regime, ainda dispersas na contingência dos fatos. É ainda o momento percebido também de ousar produzir outro sentido de realidade alternativo a esse que já se ensaia. Mas sob quais perspectivas? É possível detectar isso já nesse momento entre os grupos políticos que se encontram nas condições e posições mais propícias a isso, como os liberais, por exemplo? É justamente essa impossibilidade que chama a atenção para os diferentes esforços de um e outro grupo na tentativa de impor seu pensamento aos seus adversários e fazê-lo inteligível e conveniente a um público mais assíduo no acompanhamento dos fatos políticos da

província, mais intensamente em Desterro, onde os embates entre os divergentes grupos se fazem mais direto nesse sentido.

Aquilo que é entendido como forma de pensamento – elaboração de idéias e sentidos por meio do que se quer instituir uma realidade – nas falas e gestos dos inimigos aí percebidos é tomado como demanda e referência para repensar e melhor definir a idéia que se quer entendida em seus próprios pronunciamentos, nas suas falas e gestos, que adquirem nesses embates atribulados um sentido muitas vezes distanciado da intenção com a qual esses autores se projetam diante dos outros. Como afirma Pocock, é preciso considerar na elocução de um pensamento em política “a possibilidade de uma lacuna entre intenção e efeito, ou entre a consciência do efeito e o efeito propriamente dito” <sup>141</sup>. Esse pensamento que ordena uma realidade, moldado por meio de várias modalidades de expressão que permeiam um debate político – as falas e os gestos diretamente produzidos a um público ou contidos e veiculados nos pronunciamentos e manifestos escritos –, opera nesse sentido muito mais pelos modos limitados de validação e efetuação do que por uma intenção prévia e infalivelmente calculada. É nesse sentido que aquilo que se diz, como também aquilo que se faz, pode e deve ser depois justificado, conformado melhor com uma intenção original ou com intenções outras posteriores percebidas como mais convenientes aos interesses aí compreendidos. Trata-se de um exercício constante de procurar conformar aquilo que se disse e aquilo que se fez com o que se queria entendido como tendo sido dito ou como tendo sido feito.

Foi assim que as práticas iniciais – seus gestos e falas, pronunciamentos escritos e atos públicos – dos vários atores desse amanhecer republicano em Santa Catarina foram motivo de grande empenho por parte dos mesmos no sentido de ressignificá-las, conformando-as a intenções que suplantaram outras que foram nesse decurso percebidas como desqualificadas. Levados a produzir respostas rápidas e imediatas às situações inusitadas com as quais tiveram que se deparar, os atores do amanhecer republicano em Santa Catarina se depararam também depois com os sentidos indesejados que essas respostas adquiriram no decorrer dos acontecimentos, não somente por uma deturpação das intenções com as quais essas respostas foram produzidas, mas também por verem frustradas as suas próprias intenções. Assim como aqueles que tiveram alguma inserção

---

<sup>141</sup> POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. Trad. Fabio Fernandez. São Paulo: Edusp, 1999. p. 29.

inicial nos quadros do novo regime, os grupos decaídos da República também se viram diante dessas frustrações, principalmente alguns liberais que se fizeram envolvidos em um movimento contrário ao novo regime em favor da restauração monárquica – a “Rebelião do 25º Batalhão de Infantaria” ou o “Motim de 18 de novembro” -, no que se viram depois - frustrados os seus propósitos - diante da situação outra de encontrar novos meios de validar a sua inserção nesse mesmo regime, interpondo-se nas brechas percebidas entre as práticas republicanas nesse início de República, explorando principalmente as frustrações que o movimento republicano produziu a eles e a um público mais assíduo no acompanhamento dos fatos.

É nesse ínterim que um debate acalorado sobre a natureza do regime é produzido, contrapondo republicanos e liberais, empenhados ambos em mostrarem-se, cada um a sua maneira e com os seus argumentos, proprietários de um projeto político pautado nas aspirações reformistas da população - como queriam - reveladas nas últimas décadas e enfatizadas nos últimos anos do Império - como veremos mais adiante -, mesmo que as práticas iniciais desses grupos antagônicos no amanhecer republicano em Santa Catarina trilhassem caminhos diferentes desses que eram propalados. Por um lado, os republicanos ficaram marcados pelas acusações oposicionistas de deposições e demissões realizadas quando da proclamação da República, frustrando um projeto original que previa a ascensão republicana pacífica por meio de uma reforma constitucional, produzindo condições para que os liberais reclamassem, com base em um projeto político reformista, os títulos de propriedade sobre uma concepção de República que deveria ser federativa. Por outro lado, os liberais, com algum envolvimento em uma rebelião militar anti-republicana, produziam condições para que os republicanos, a despeito do caráter intervencionista de suas práticas iniciais, reclamassem para si os títulos de propriedade de uma República proclamada de maneira pacífica e ordeira, com ampla e organizada adesão social. E essas divergências entre republicanos e liberais já têm seus primeiros episódios no mesmo dia em que a República foi proclamada na extinta província, com a produção de discursos divergentes em seus propósitos, com manifestações tímidas de insatisfação com a República, mas principalmente com os desdobramentos de um acontecimento que quebraria de maneira notória a passividade com que os “catarinenses” – neste caso, mais especificamente os soldados do 25º Batalhão de Infantaria e alguns liberais – assistiram à implantação do novo

regime: o “Motim de 18 de novembro”, como foi chamado pejorativamente pela imprensa republicana.

Ainda no dia 17 de novembro, alguns pequenos acontecimentos revelam já um clima de suspense sobre os posicionamentos assumidos por alguns entre esses grupos decaídos com a ascensão do novo regime, mais especificamente entre militares e liberais. Passada a hora habitual do almoço – quando então parava suas atividades políticas e econômicas uma cidade pequena como Desterro, contando na época com cerca de 30 mil habitantes –, estando já o comércio com as portas abertas e o povo circulando novamente pelas ruas e praças da capital catarinense, uma “passeata militar exclusiva”, conforme aponta Duarte Schutel, por iniciativa própria dos integrantes do 25º Batalhão de Infantaria e, pelo que se entende das fontes, sem a ciência e o consentimento do comando militar ou da chefia de polícia, transitava pelas ruas da cidade, acompanhada da sua banda musical e da queima de fogos de artifícios<sup>142</sup>. Ainda que essa passeata militar fosse colocada mais tarde pela imprensa republicana como uma manifestação espontânea em favor da República<sup>143</sup> – pouco provável, pelo que depois se constatou dos próprios relatos de autoridades policiais e militares solidárias à causa do novo regime<sup>144</sup> – a marcha pela cidade, pelo que se lê dos manuscritos de Duarte Schutel, não fazia alusão a qualquer um dos dois regimes, sem demonstrar simpatia ao Império ou à República. Aquilo que parecia talvez denotar a mais espontânea manifestação de simpatia à chegada do novo regime, fazia agora despertar certa desconfiança entre as lideranças republicanas de Desterro. Consoante isso, remetia o novo chefe de polícia, Firmino Lopes Rego, ao triunvirato republicano, a informação de estar o prisioneiro Silveira Martins incomunicável<sup>145</sup>. Lopes Rego parecia querer rechaçar, em função do “eficiente” trabalho que propalava fazer, qualquer ligação entre aquela passeata militar e as aspirações políticas do líder liberal que se encontrava aprisionado sob a sua responsabilidade em Desterro.

Alguns outros fatos indiciavam, ainda no dia 17 de novembro, o clima de tensão política que se vivia em Desterro, marcado pelos ódios que se faziam ainda perpetuar dos tempos do Império. O deputado liberal Duarte Schutel, em seus manuscritos políticos,

---

<sup>142</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. Florianópolis: IHGSC, 2002. p. 43.

<sup>143</sup> *República*, Desterro, 29 de novembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>144</sup> *República*, Desterro, 2 de dezembro de 1889, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>145</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 43



chama a atenção para a demissão do chefe de polícia nomeado antes pelo governo liberal, seguida da ordem dada pelo novo chefe de polícia então empossado para que se efetuasse o embarque do prisioneiro Silveira Martins para o Rio de Janeiro<sup>146</sup>. Comenta ainda o referido deputado, em escritos de mesma data, sobre a denúncia feita por um tal Inspetor Alfredo<sup>147</sup> de ter sido Silveira Martins insultado na prisão pelo comandante policial José Pereira Dias<sup>148</sup>. Ao tempo que se constatava emergir em pequenos casos o inconformismo liberal com a República em Desterro, o “Diretor do Conservador”, segundo relata Duarte Schutel, fazendo referência ao partido e não ao jornal partidário, havia no Palácio se apresentado ao novo governo, onde manifestou sua adesão à República e oficializou ao novo regime o seu concurso:

Os membros do diretório do partido conservador nesta província, abaixo-assinados, á vista dos últimos acontecimentos que mudaram a forma de governo da Nação, vêm declarar aos senhores membros do Governo Provisório da Província que, nesta data, dissolveu-se o mesmo diretório, aderindo ao Governo dos Estados-Unidos da República do Brasil; ficando ao partido até hoje sob sua direção plena liberdade para igual procedimento.

---

<sup>146</sup> Idem.

<sup>147</sup> Trata-se do Inspetor de Saúde Pública dos Portos da Província de Santa Catarina, função geralmente confiada a médicos. Por ser médico (*Jornal do Comércio*, Desterro, 2 de dezembro de 1885, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.) e citado em sequência novamente por Duarte Schutel como opositor ao novo governo e ao novo regime, sendo liberal a essa época como seu pai, o tal “Inspetor Alfredo” é o filho do Barão de Batovi, Alfredo da Gama Lobo Coelho d’Eça, mesmo que o seu nome ou o de seu pai (“Dr. Batovi”) tivesse sido cogitado como possível candidato à Assembléia Legislativa Geral pelo Partido Conservador no pleito de 1885 (Idem.), o que, de fato, acabou depois não se concretizando. Talvez porque a orientação política do referido barão fosse algo já consolidado e assim percebido no âmbito político nacional, tendo ele assumido entre maio de 1883 e novembro de 1884, a presidência da Província do Mato Grosso por nomeação do gabinete liberal de Lafaiette. (CUNHA, Sylvia Amélia Carneiro da. “Sesquicentenário do Marechal Manoel de Almeida da Gama Lobo d’Eça – Barão de Batovi”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, n. 1 (3ª fase), 2º sem. de 1979. p. 65.)

<sup>148</sup> Este fato parece evidenciar sentir José Pereira Dias a mesma inimizade que Firmino Lopes Rego e seu amigo Deodoro da Fonseca sentiam pelo Senador Gaspar Silveira Martins. Essa gama de desafetos que Silveira Martins acabou cultivando entre as classes militares, além de sua inclinação favorável aos propósitos reformistas do gabinete liberal de Ouro Preto – restrição dos direitos políticos castrenses, além da submissão da pasta da Guerra a ministros civis –, parece ter origem em uma disputa com Deodoro da Fonseca, no início da década de 1880, quando este era Comandante-de-armas e 1º Vice-Presidente do Rio Grande do Sul, pelo coração de uma moça que acabou preferindo Silveira Martins ao militar. Anos mais tarde, o envolvimento de Deodoro nos acontecimentos de 15 de novembro de 1889 teria recebido forte influência do fato de Silveira Martins estar viajando do Rio Grande do Sul a caminho da Corte com o propósito de compor aí um novo gabinete ministerial, talvez sob a sua chefia, por orientação e decisão do próprio imperador, justamente quando os militares se colocavam contra o projeto reformista de Ouro Preto pelo qual Silveira Martins tinha simpatia. (*Revista Veja* (Edição especial: República). “Galanteios do bardo agreste: um marechal poeta e dançarino”. São Paulo, 20. nov. 1889, s/ n. p. 28.)

[...]. – Antonio Pereira da Silva e Oliveira, Cônego Joaquim Eloy de Medeiros, Antonio Eleutério de Souza Braga, João Pereira Vidal, Pedro d’Alcântara, Tibério Capistrano, Francisco José Eleutério, João do Prado Faria, José Ignácio de Oliveira Tavares.<sup>149</sup>

A tarde do dia seguinte, 18 de novembro, fora marcada pela reunião da Câmara de Vereadores de Desterro, quando foi então proclamada, em sessão extraordinária, a sua adesão ao novo regime<sup>150</sup>. O fato parecia evidenciar uma divisão entre os políticos liberais que se encontravam presentes àquele momento em Desterro, dado que a maioria do legislativo municipal era composta de liberais, sendo a Câmara, inclusive, presidida pelo também presidente provincial do Partido Liberal, Elyseu Guilherme da Silva, enquanto boa parte dos deputados liberais, como afirmou Duarte Schutel, mantinha-se “passiva”, sem manifestar inclinação por nenhuma posição, posto que o partido não havia formalizado até aquele momento nenhuma declaração de adesão ao novo regime – como fizeram àquele dia os conservadores -, ou mesmo algum tipo de repúdio declarado ao mesmo<sup>151</sup>. Consoante isso, ocorria em Desterro a extinção, por ato do novo governo, da Assembléia Legislativa Provincial<sup>152</sup>, também de maioria liberal<sup>153</sup>, sendo mantidos em seus postos os vereadores desterrenses, que, mesmo de maioria liberal, haviam já pronunciado, como mencionado, sua adesão ao novo regime.

Na medida em que se fazia necessário aos republicanos, para maior segurança do novo regime e daqueles que dele participavam, procurando-se “garantir a irreversibilidade do recém-nascido regime”<sup>154</sup>, em deliberações emergenciais e de caráter bastante disperso inicialmente, eram abolidos alguns símbolos e instituições que faziam ainda perpetuar a memória do regime decaído, o que depois se faria ainda mais recorrente e não menos consistente em seus propósitos. Sob essa orientação, eram abatidas naquele mesmo dia as

---

<sup>149</sup> Declaração de adesão do Diretório do Partido Conservador de Santa Catarina ao regime republicano no Estado (manuscrito). 17 de novembro de 1889. Documentos pessoais do Cel. Antonio Pereira da Silva e Oliveira. Acervo de Arthur Pereira Oliveira.

<sup>150</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 44.

<sup>151</sup> A passividade à qual se refere Duarte Schutel, tendo já algumas das maiores lideranças liberais da província manifestado sua adesão à República, fosse talvez concebida então sob outro entendimento, ou seja, querendo denotar a falta de reação dos liberais contra a República e não a sua apatia diante dos fatos até então ocorridos. Pensando desta maneira, Duarte Schutel acusava certamente alguma expectativa ou disposição para tal coisa.

<sup>152</sup> CHEREM, Rosângela Miranda. “A capital catarinense e os labirintos do início republicano”. In: LINS, Nunes Hoyedo et. all. (orgs.). *Ensaio sobre Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. p.44.

<sup>153</sup> A última legislatura provincial contou com a presença de 15 deputados liberais e 9 conservadores. (CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História da Política em Santa Catarina durante o Império*. p. 1640)

<sup>154</sup> CHEREM, Rosângela Miranda. “A capital catarinense e os labirintos do início republicano”. p. 95.

armas imperiais que encimavam as portas principais da Tesouraria Geral e da Alfândega<sup>155</sup>. E foi neste último lugar, na referida ocasião, onde mais uma vez se fizeram animar as divergências antigas da política imperial, o ódio entre conservadores e liberais. Segundo Duarte Schutel, o mesmo “Inspetor Alfredo” que no dia anterior denunciava Firmino Lopes Rego por proferir insultos contra o prisioneiro Silveira Martins, para que se provasse a sua orientação política e sua verdadeira posição diante dos fatos, certamente, era então designado para subir não se sabe onde – provavelmente em uma escada - ou mandar que algum funcionário seu o fizesse, com o intuito de abater na Alfândega o brasão imperial, ao que se negou de maneira incondicional, alegando correr perigo em tal situação ele mesmo ou o funcionário que fosse escolhido para tal ofício, do que decorria então a sua demissão<sup>156</sup>.

Naquela noite, tais inconformismos teriam ainda um ímpeto maior. Vinte horas, mais ou menos, teve início na sede do Clube Republicano Esteves Junior um banquete oferecido por integrantes do novo governo<sup>157</sup>, para o qual foram convidados, entre outros tantos, alguns oficiais do 25º Batalhão de Infantaria, todos ou quase todos componentes da banda musical da mesma corporação, certamente com o propósito de animar ou mesmo guarnecer aquela ocasião festiva<sup>158</sup>. Por volta das vinte e duas horas, estando já o banquete encerrado ou por encerrar, o major Manoel Eufrásio dos Santos Dias, que havia naquele dia assumido o comando do referido batalhão – do qual já fazia parte desde o mês de agosto do ano anterior, quando fora então fundado em Desterro<sup>159</sup> –, tendo saído não se sabe de onde – do Clube Republicano ou de sua residência, talvez -, saiu a visitar o quartel onde tinha sede a corporação que comandava, averiguando, segundo informa em seu relatório, em que estado estavam os seus militares, constatando, até então, segundo afirma, permanecer tudo em ordem<sup>160</sup>. A partir do que vivenciara naquela noite minutos depois, sem deixar claro se teria ou não comparecido antes àquele evento, o comandante major Manoel Eufrásio dos

---

<sup>155</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 44.

<sup>156</sup> Idem.

<sup>157</sup> Idem.

<sup>158</sup> *República*, Desterro, 2 de dezembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>159</sup> O 25º Batalhão de Infantaria foi estabelecido em Desterro, em agosto de 1888, pelo decreto nº 19 015, “organizado com os elementos da 8ª Companhia de Infantaria, então extinta, e que havia sido criado também no Desterro em 1870, pelo decreto nº 4 572”. (CALDAS, Cândido. *História Militar da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1992. p. 135).

<sup>160</sup> *República*, Desterro, 2 de dezembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Santos Dias nos legou um relato que permite melhor detalhar os desdobramentos daquilo que foi noticiado na imprensa desterrense com o nome de “Rebelião do 25º Batalhão de Infantaria” ou, ainda, “Motim de 18 de Novembro”.

[...] ontem ás dez horas da noite, tendo vindo visitar o quartel, não encontrei novidade alguma; porem, em caminho para casa de minha residência, que fica próxima do mesmo, antes de nela entrar, ouvi a música que se retirava da tocata no Clube Republicano, como que precedida de vivas desconcertados em tom de algazarra. Supondo partirem esses vivas dos cadetes do batalhão, voltei imediatamente afim de coibi-los e repreendê-los por esses excessos. Qual, porém, não foi a minha surpresa, quando ao aproximar-me mais do quartel deparei com um grupo de 40 a 50 soldados armados necessariamente, os mesmos que estavam de piquete e de guarda; e convenci-me de que me achava em presença de uma rebelião [...].<sup>161</sup>

Contando ou não com a participação ou a influência de políticos liberais locais, ou mesmo, do próprio Silveira Martins, a rebelião promovida por alguns oficiais do 25º Batalhão de Infantaria trazia consigo, como bandeira, o repúdio à República e a simpatia pelo antigo regime, aspirando inclusive à sua restauração, pelo que se pode concluir dos repetidos vivas à Monarquia que o comandante Santos Dias afirmou ter ouvido daqueles revoltosos durante aquela noite<sup>162</sup>, contemplada tal colocação nos manuscritos de Duarte Schutel<sup>163</sup>. Dirigindo-lhes “a palavra, perguntando-lhes se estavam loucos e sabiam analisar a gravidade do crime que estavam cometendo, procurando por meios suasórios acalmá-los e trazê-los ao cumprimento da ordem”<sup>164</sup>, o referido comandante, segundo afirma, obteve em resposta a declaração de que não se aproximasse, caso contrário morreria<sup>165</sup>, o que, segundo ele, não o fizera desistir de seu propósito:

Baldados, porém, foram os esforços por mim empregados, visto que apenas consegui trazê-los á frente do quartel, donde voltaram, obedecendo aos cabeças do motim, nesse momento, então, pude entrar no portão da face esquerda, onde os revoltosos tinham anteriormente as armas ensarilhadas, encontrando aí a guarda formada com nove praças, inclusive o comandante dela, cabo, inferior de dia e oficial de estado-maior em prontidão. Chamando, então, por diversas vezes o corneta de serviço e apresentando-se-me ao mesmo tempo em que eu empunhava uma carabina para defender-me das cargas que sucessivamente ameaçavam sobre mim, ordenei-lhe nessa ocasião repetidos toques de rebate.<sup>166</sup>

---

<sup>161</sup> *República*, Desterro, 2 de dezembro de 1889, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>162</sup> *Idem*.

<sup>163</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p.46.

<sup>164</sup> *República*, Desterro, 2 de dezembro de 1889, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>165</sup> *Idem*.

<sup>166</sup> *Idem*.

E continuavam os revoltosos, consoante isso, bradando repetidos vivas à Monarquia e ao prisioneiro Silveira Martins, acompanhados de foras à República, “investindo diversas vezes a coice d’armas contra a arrecadação geral, que fica por baixo do arco do quartel, com o fim de arrombá-la para apoderarem-se da munição (...)”<sup>167</sup>. O controle da situação ficava então cada vez mais distante do alcance do comandante Santos Dias, conforme faz entender em seu relato, estando ainda mais ameaçado o novo governo instituído, agora pela possibilidade de envolvimento do Partido Liberal - que até então se mantinha quase totalmente “passivo” - na rebelião, inclusive sob a liderança ou a orientação do líder liberal Silveira Martins: “Vi então quão arriscada e melindrosa era a minha situação! Pensei na segurança da população, medindo as conseqüências funestas e toda a sorte de desvarios que podia praticar essa horda de vândalos desenfreada! Pensei no preso de responsabilidade confiado à guarda do batalhão, quando então tornei a ver diante de mim, no outro lado do portão, o oficial de piquete de espada em punho, que veio assegurar-me que o preso estava debaixo de guarda”.<sup>168</sup>

Sobre isso, o jornal *República* assegurava ainda no dia seguinte que o Conselheiro Silveira Martins havia se conservado “sempre no seu aposento de sentinela à vista”<sup>169</sup>. Houvesse talvez o receio de que tivesse sido libertado pelos revoltosos, podendo estar, por isso, à frente do movimento. O caráter monarquista e declaradamente anti-republicano daquela revolta, de fato, contemplava os anseios de alguns liberais decaídos em Desterro. O tal prisioneiro, mesmo sem qualquer intervenção direta de sua parte no movimento, por sua simples e notável presença, inspirou, pelo que se pode concluir dos repetidos “vivas” evocando seu nome, o ânimo daqueles militares para tal empreendimento. Existisse talvez a crença entre os revoltosos de que qualquer ação iniciada por eles, neutralizando o poder do governo instituído, poderia ser depois amparada por aquele influente e poderoso líder político, certamente por sua conhecida habilidade de grande articulador político<sup>170</sup>.

Segundo informa Duarte Schutel, Silveira Martins estivera acompanhado, durante sua estadia em Desterro, por um homem de nome ou sobrenome Camargo<sup>171</sup>, sem ficar

---

<sup>167</sup> Idem.

<sup>168</sup> Idem, ibidem, p. 3.

<sup>169</sup> *República*, Desterro, 3 de dezembro de 1889, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>170</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História da Política em Santa Catarina durante o Império*. p. 1237.

<sup>171</sup> Trata-se certamente do deputado-geral liberal gaúcho e ex-ministro da Guerra durante o Gabinete Saraiva (1885), Antônio Eleutério de Camargo. O jornal conservador desterrense *O Despertador* transcreve em 23 de

claro se este, antes de partir para o Rio de Janeiro em um vapor inglês às três horas da tarde do dia 19<sup>172</sup>, estivera também preso, como seu companheiro. Fosse talvez considerado tão perigoso quanto Silveira Martins ou mesmo representasse, como este, algum tipo de ameaça ao novo regime. E se não fosse, se estivesse realmente em liberdade e mantivesse contato com o líder liberal, fosse talvez um mediador entre Silveira Martins e os militares que promoveram aquela rebelião, podendo se afirmar daí, portanto, uma ligação direta entre o levante militar e os anseios da política liberal na Província e em parte do país, talvez mesmo na Corte. Sobre tal possibilidade, tratando da estadia desse político gaúcho em Desterro, o jornal *República*, ainda em 19 de novembro, segue apontando o que se pode ter como mais um importante indício: “o que em relação ao mesmo conselheiro se passou desde o dia de sua chegada a esta capital até (...)”<sup>173</sup> momento do seu desembarque, consta dos nossos despachos telegráficos, pelo que julgamos-nos dispensados de nossas referências”<sup>174</sup>. Parece querer rechaçar qualquer comprometimento de Silveira Martins com a revolta, advogando a competência do novo governo e das autoridades militares locais na custódia do ilustre prisioneiro, conferindo ao levante um caráter frágil e disperso, sem maiores relações com as grandes questões políticas então vivenciadas no país, um simples caso isolado de indisciplina militar. E tal entendimento parecia mesmo encontrar sentido, conforme coloca Rosângela Miranda Cherem, no fato de as baixas patentes do Exército terem ficado à margem do processo que havia levado à proclamação da República, encabeçado pelas altas patentes militares em consonância com outras forças políticas<sup>175</sup>. Mais rejeitada ainda nas colocações do jornal *República* era a idéia de esses soldados indisciplinados e insubordinados estarem agindo agora sob a liderança ou a influência de Silveira Martins, o conhecido inimigo pessoal de Deodoro da Fonseca e adversário notório das causas propaladas pela Questão Militar<sup>176</sup>.

---

setembro de 1882 uma matéria da Corte onde Silveira Martins havia no Senado declarado sua oposição ao gabinete liberal do Visconde de Paranaguá, sendo nisso apoiado na Câmara pelo tal deputado Camargo. (*O Despertador*, Desterro, 23 de setembro de 1882, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>172</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 45.

<sup>173</sup> Fragmento danificado, ilegível.

<sup>174</sup> *República*, Desterro, 19 de novembro de 1889, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>175</sup> CHEREM, Rosângela Miranda. “A capital catarinense e os labirintos do início republicano”. p. 95.

<sup>176</sup> SILVA, Hélio & CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *História da República Brasileira: nasce a República* (1888-1894). Vol. 1. São Paulo: Editora Três, 1975. p. 69.

Parecia necessário negar qualquer relação do levante dos soldados do 25º Batalhão com as questões políticas então vivenciadas no país e na Província, com os arranjos políticos ensejados na composição do novo governo estabelecido em Desterro. O levante militar de 18 de novembro é reduzido pelo discurso republicano a um simples caso de insubordinação militar, onde a indisposição dos soldados rebelados com o novo regime fosse motivada por questões próprias da esfera militar e que não tocassem diretamente o campo da política, não envolvendo outros elementos além daqueles que se encontravam aquartelados na cidade, que pudessem, por sua vez, conferir ao movimento uma dimensão política de amplitude maior, mesmo que para isso fosse preciso poupar de qualquer citação ou punição alguns nomes fora destes quadros e que tivessem algum envolvimento com a causa da rebelião, principalmente entre as fileiras liberais. Ao contrário do que fazem outras fontes – como os manuscritos de Duarte Schutel, a serem analisados em seguida -, o discurso republicano preserva alguns nomes importantes - sobre os quais os relatos do referido deputado apontam graves suspeitas – com o intuito de produzir condições favoráveis para que esses mesmos nomes, vencida a revolta, pudessem conformar-se à nova ordem política, neutralizando essa indisposição inicial com a República.

Conforme se colocou, essa orientação adotada pelo novo governo aparece de modo mais evidente quando as informações produzidas no jornal *República* são contrastadas com as informações encontradas nos manuscritos do deputado liberal Duarte Schutel. A maneira como foram cunhados os seus escritos, assim como os propósitos com os quais foram concebidos, figurando até o resto de sua vida em caráter de sigilo, revelam um menor ou mesmo nenhum compromisso com esses cuidados tomados pelo discurso republicano veiculado na imprensa local. Da mesma forma, se outros liberais não desautorizaram a versão que os republicanos construíram deste episódio, a orientação seguida por Duarte Schutel de registrar informações que contestem essa versão revela um modo diferente como esse político, em comparação com seus correligionários, se posicionou diante dos fatos que marcaram o início republicano em Santa Catarina. E por tal característica, os seus manuscritos são um importante contraponto em relação à versão dos fatos construída pelo discurso republicano, sobre o que revelam alguns aspectos marcadamente contraditórios.

Na seqüência dos fatos arrolados no jornal *República*, de acordo com o relato do comandante do 25º Batalhão de Infantaria, os seus esforços para conter aqueles revoltosos, em movimentos variados, continuavam. Abandonando a carabina e fazendo uso da palavra,

conforme relata o major Santos Dias, o mesmo teria tentado convencer os amotinados da superioridade da nascente instituição, “de que este grandioso cometimento havia sido planejado e executado pelo Exército Brasileiro e que conseqüentemente uma revolta nessas condições importava numa luta de irmãos contra irmãos” <sup>177</sup>. Era o difícil empenho de se fazer aceitar ou acreditar, sob o jugo de tais lideranças, na necessidade de adesão de todos os diferentes interesses políticos e concepções ideológicas ao novo regime e, neste, da suplantação de todas essas diferenças, fazendo assim, inculcar-se a idéia de um amplo conagraamento da população sob os ares novos da República, de uma ampla e organizada adesão social ao novo regime, onde as supostas manifestações espontâneas de uns poucos eram concebidas no sentido de fazer evidenciar um consentimento implícito e generalizado àqueles que agora estavam, por uma espécie de procuração do mesmo tipo, à frente do governo.

As investidas dos revoltosos, contudo, continuavam, fazendo-se uma vez mais expressar a sua orientação monarquista e anti-republicana, conforme relata o major Santos Dias. Segundo ele, enquanto falava aos revoltosos, ouvindo-lhe com atenção aqueles que lhe estavam mais próximos, os que estavam “mais distantes gritavam: queremos beijar a nossa bandeira verde e amarela”<sup>178</sup>, fazendo referência ao pavilhão imperial. Ameaçado por novos golpes de baionetas empregados pelo cadete revoltoso Joaquim Martins Baptista Junior, que se encontrava de dia no quartel, o comandante do batalhão, conforme relata, para acalmá-los, consentiu que fossem buscar a bandeira do Império. Exigiram-lhe os revoltosos, em seguida, uma passeata, ao que anuiu novamente por terem lhe sugerido, como relata de maneira um pouco obscura, “a idéia de retirados eles os oficiais, cadetes e praças casadas acudiriam aos toques de rebate anteriormente feitos” <sup>179</sup>. Naquilo que prossegue relatando, em linhas mais claras, o comandante detalha melhor a idéia colocada:

E foi isto uma verdadeira inspiração. Fiz-lhes ver então que consentiria somente com a condição de irem formados, ao que anuíram; mandando-os em seguida formar, fiz numerar seguido e reconheci então que era de 42 o numero de revoltosos.

Notando nesse ínterim a presença do Tenente Valeriano Gomes de Meirelles e cadete Tiburcio Sant’anna, que também me coadjuvaram fi-los marchar precedidos da banda de música, efetuando um pequeno trajeto, o suficiente para que o Quartel mestre pudesse apoderar-se da

---

<sup>177</sup> *República*, Desterro, 2 de dezembro de 1889, p. 3. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>178</sup> *Idem*.

<sup>179</sup> *Idem*.



munição e encontrar no Quartel aqueles que já citei, reunidos, afim de, armados e municidados, efetuarem a reação.

Não me enganara. Ao chegarmos á entrada da retaguarda do dito quartel, deparei com uma força já municuada em nossa frente, e, fazendo alto com a dos revoltosos, fiz retirar a música, oficial, inferior e cadetes já referidos, recebendo aqueles do bravo capitão Firmino Lopes Rego, (...), a intimação de se renderem um a um (...).<sup>180</sup>

Essa intimação de rendição dada pelo capitão e chefe de polícia Lopes Rego não teria sido, contudo, acatada pelos revoltosos, do que então decorreram cenas mais violentas em tal episódio, marcadas pelo derramamento de sangue. Face à desobediência dos revoltosos àquela intimação, acrescido isto da tentativa daqueles de carregar contra a força policial, o comandante Santos Dias ordenou, conforme relata, um disparo de tiros contra os militares rebelados, do que resultou entre estes a morte de um e o ferimento grave de outro. Os disparos teriam sido seguidos da debandada de grande parte dos “sediciosos”, fugindo em diversas direções à perseguição de vários “escoltas”, chegando alguns já aí a serem capturados e presos, apresentando-se depois “espontaneamente” em rendição a grande maioria<sup>181</sup>.

Do inquérito que se procedeu até esta data, chegou-se á conclusão de que os cabeças da revolta foram os cabos d’esquadra Candido Pedro Duarte, que ao ser agarrado disparou ainda um tiro a queima-bucha sobre o cadete Aureliano Candido de Oliveira, que felizmente não atingiu; Antonio Ayres, Valentim Martins da Costa, que ainda se acha ausente; Justino Gomes da Silva, Aureliano José Francisco e José Bispo dos Reis, sendo este soldado o autor do ferimento do (...) soldado Espíndola.

Tornam-se, porém, salientes como chefes principais, que arrastaram o movimento sedicioso, o cabo Candido Pedro Duarte e o soldado Aureliano José Francisco, ambos da 3ª companhia.<sup>182</sup>

O relato sobre a rebelião de alguns militares do 25º Batalhão de Infantaria escrito pelo comandante Manoel Eufrásio dos Santos Dias, imbricado de justificativas e cuidados estratégicos concebidos no sentido de qualificar o seu próprio trabalho e assinalar certamente o seu comprometimento com a República, deixa passarem despercebidos alguns detalhes sobre o tal episódio que por ora aparecem relatados nos manuscritos do deputado liberal Duarte Schutel, sugerindo, inclusive, ainda que de maneira um pouco lacunar, algum comprometimento do referido comandante naquela rebelião. São apontados de início apenas alguns indícios, até de maneira um pouco obscura, pela forma escrita de seus reticentes apontamentos, condicionados mais pelas circunstâncias produzidas pelos fatos.

---

<sup>180</sup> Idem.

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> Idem.

Resultam, assim, do episódio onde os revoltosos exigiram do comandante Santos Dias a bandeira imperial, conforme coloca Schutel, dos fatos que se seguiram, alguns traços que permitem melhor delinear a idéia aqui aventada: “Querem a bandeira: mas já não temos. Nós queremos, está bem, iremos ver a bandeira: essa não, não é nossa é dos paisanos, queremos a nossa, nacional. Vem a bandeira – Saúdam-na com vivas ao Imperador, obrigando Major a saudar – Vão sair – Major de acordo, manda numerar e formar: cedem, numeram até quarenta, formam e toca o hino nacional”<sup>183</sup>.

As falas entrecruzadas e de insipiente pontuação, características destes lacunares manuscritos cunhados em tiras de papéis destacadas de cadernos, mesmo em sua tácita eloquência, permitem-nos já algumas considerações, alguns questionamentos ao menos. E, colocado isto, relevando as dúvidas que ainda aqui se fazem pertinentes, teria mesmo o referido comandante saudado aquela bandeira proferindo vivas ao imperador deposto? Por que os militares revoltosos teriam exigido isto dele? Não teria o comandante Santos Dias, antes de ter assumido o dito posto naquele mesmo dia 18 de novembro, algum envolvimento com a revolta ou, ao menos, alguma inclinação ou simpatia pelos seus propósitos? Sobre tal possibilidade, é preciso considerar a possibilidade de a tal rebelião ter sido tramada já antes daquele dia, antes de o major Manoel Eufrásio dos Santos Dias ter assumido o posto de comandante do 25º Batalhão de Infantaria. De fato, a passeata promovida no início da tarde do dia anterior evidenciava já alguma inclinação para que se promovesse semelhante feito e, mesmo sob suspeitas, a banda da corporação fora levada a tocar na noite do dia 18, com o estranho consentimento de seu comandante, em um banquete oferecido pelo Clube Republicano Esteves Junior em comemoração ao advento do novo regime. E se tivesse o tal comandante realmente saudado àquela noite, junto aos revoltosos, a bandeira imperial, proferido vivas ao imperador deposto, e tivesse ainda, antes de assumir o tal comando, manifestado alguma simpatia ou comprometimento com a revolta, somadas estas coisas ao fato de ter consentido à realização da passeata exigida pelos revoltosos, parece bem possível que estes tivessem, por isso, motivos para acreditar, ainda com algum receio, na sua disposição em se envolver, simplesmente ou mesmo assumir a liderança do movimento.

---

<sup>183</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 46.

Além da presença em Desterro do monarquista e líder liberal Silveira Martins, preso nessa cidade pelo ex-comandante do 25º Batalhão de Infantaria e triúnviro republicano Rego Barros, o fato de Santos Dias ter assumido o comando do referido batalhão, se tivesse ele algum comprometimento com a causa dos militares rebelados, seria também um fole a mais à causa da revolta. É importante considerar que se o major Santos Dias tivesse mesmo algum envolvimento com a revolta, antes ou depois de ter assumido o comando daquele batalhão, sendo entre os envolvidos citados em seu relato o de mais alto posto, é possível e até mesmo provável que tivesse sido uma de suas lideranças, senão a mais saliente delas. Por fim, se tivesse mesmo o tal major algum envolvimento anterior com os propósitos da revolta – como aqui se suspeita -, o mesmo teve também motivos importantes para desistir de seus propósitos e suas convicções. O simples fato de ter assumido aos tempos do novo regime um posto de maior prestígio que fosse até então por ele almejado ou mesmo reclamado fosse talvez um bom motivo para fazê-lo, a não ser que, mesmo diante dessa promoção, conservando ainda tais propósitos, os mesmos tivessem sido frustrados pela intervenção – talvez inesperada - feita pelo chefe de polícia Lopes Rego, homem de confiança do Presidente Deodoro da Fonseca<sup>184</sup>. Nesse caso, a confirmação dessa possibilidade faria entender que a posição que assumira no novo regime não o contentara suficientemente, sendo a sua aspiração ao poder – parece aí - ainda maior do que se havia cogitado, se não tivessem maior peso suas concepções ideológicas, que são até aqui desconhecidas.

Havia motivos ainda para que a indisposição dos oficiais do 25º Batalhão de Infantaria com a República, para além da simpatia demonstrada pelo antigo regime na noite de 18 de novembro, fosse algo mais precisamente dirigido à figura do coronel Rego Barros, que até a manhã do dia 17 estivera à frente do comando daquela corporação, posto este então percebido por aqueles, entre suas mais outras atribuições, como uma espécie de porta-voz dos seus anseios e interesses junto à Presidência da Província, para quem deveria, inclusive, repassar as condições nas quais atuavam os seus soldados. Assim, sobre a situação do 25º Batalhão de Infantaria em Desterro, o relatório do então Presidente de Província interino Joaquim Eloy de Medeiros, com data de 26 de junho de 1889, informa

---

<sup>184</sup> Nascido em São Paulo, no ano de 1847, segundo o Carlos Humberto Corrêa, o capitão Firmino Lopes Rego, “ao lado de Deodoro, participou efetivamente do movimento da Proclamação da República” (CORRÊA, Carlos Humberto. *Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982*. Florianópolis: UFSC, 1983. p. 270).

que a maior parte dos seus oficiais era de adidos e agregados, ou seja, não efetivos, não se tendo apresentado até aquele momento “os que nele foram classificados”, achando-se, ainda, a referida corporação, “sem fardamento nem armamento”, inibindo-se o serviço próprio da guarnição<sup>185</sup>. A situação não era, de fato, conforme apontava o próprio presidente de província, das mais elogiáveis, tendo sido ainda aqueles aquartelados do Campo do Manejo transtornados recentemente em suas rotinas por um completo retelhamento deste prédio<sup>186</sup>, encontrando-se ainda paralisadas até pouco tempo, por falta de crédito, as obras da ala direita da Enfermaria Militar<sup>187</sup>.

Se até aquele momento a situação em Desterro dos soldados do 25º Batalhão de Infantaria não era das mais desejáveis, parece certo, pelo que viria a ocorrer depois, que poderia se agravar ainda mais, principalmente a partir do que aconteceria àquele ano ao dia 7 de julho, quando então assumia os negócios do Império um novo gabinete chefiado pelo Visconde de Ouro Preto, do Partido Liberal, notório pela orientação que preservava de submeter a pasta da Guerra ao controle de ministros civis e promover a redução do contingente da ameaçadora instituição do Exército – em detrimento da ampliação dos contingentes da Guarda Nacional, como contrapeso à indisciplina do Exército, justificada pelos militares como resistência ao tratamento dado pelo governo à corporação<sup>188</sup> –, cada vez mais influenciada pelos ideais republicanos propagados por Benjamin Constant na Escola da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, contando sempre mais com um número maior de adeptos desta causa. Assim, a nomeação de Rego Barros para o cargo de comandante do 25º Batalhão de Infantaria pelo gabinete liberal de Ouro Preto – pouco afeito aos interesses da classe militar –, era motivo para que o mesmo fosse visto com alguma desconfiança entre os seus comandados, constituídos em grande parte de “adidos e agregados”, conforme

---

<sup>185</sup> Relatório com que o Exm. Sr. Cônego Joaquim Eloy de Medeiros, 2º Vice-Presidente, passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Abdon Baptista, 1º Vice-Presidente, em 26 de junho de 1889. Desterro: Typographia da Republica, 1890. p. 39. Disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>>. Acesso em 04 jun. 2007.

<sup>186</sup> Relatório com que o Exm. Sr. Coronel Augusto Fausto de Souza, Presidente da Província de Santa Catharina, passou a administração da mesma província ao Dr Francisco José da Rocha, em 20 de maio de 1888. Desterro: Typographia do Conservador, 1888. p. 45. Disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>>. Acesso em 04 jun. 2007.

<sup>187</sup> Idem. Em nota com data de 7 de novembro de 1889, o Jornal do Comércio comenta um fato ocorrido na cidade envolvendo o cabo Pedro Cândido Duarte, uma das lideranças do levante militar, ferido então por um *meliante* durante uma ocorrência policial, sendo, por isso, atendido na referida enfermaria militar, em suas precárias instalações, como se fazia denunciar também na imprensa desterrense (*Jornal do Comércio*, Desterro, 7 de novembro de 1889, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.).

<sup>188</sup> CARVALHO, José Murilo de. “As proclamações da República”. *Ciência Hoje (Especial República)*. *Revista Brasileira de História*, Araxá - MG, vol. 10, n. 59, nov. 1989. p. 29.

informava em 26 de junho de 1889 o presidente de província interino Joaquim Eloy de Medeiros, aqueles percebidos como mais fragilizados diante de uma possível redução de contingentes nos quadros do Exército. Era uma reação esperada em um quadro tal de insatisfações onde as mais remotas perspectivas de melhora só faziam derrocar, e agora não mais de maneira velada, como antes, mas sim de maneira visivelmente deliberada, percebendo-se, certamente, na figura do Coronel Rego Barros, a substanciação desta anunciada crise<sup>189</sup>.

Desarticulados politicamente e sem grande ou talvez nenhum enquadramento dentro das principais correntes político-ideológicas do momento, com uma formação marcadamente heterogênea, e contando ainda muitos com pouco tempo de fixação na cidade, alguns oficiais do 25º Batalhão de Infantaria pareceram não ter identificado nos ideais republicanos, como os fatos da noite de 18 de novembro evidenciaram, uma resposta que satisfizesse aos seus anseios. A mudança de regime, então propalada por alguns poucos entusiastas na cidade de Desterro, não parecia contemplar seus interesses ou, ainda, significar para alguns uma possibilidade oportuna de recolocação profissional. Muito pelo contrário, a possibilidade percebida talvez de ascender na carreira militar ou mesmo de encontrar alguma inserção maior na vida política local com uma participação importante na inauguração do novo regime em Santa Catarina havia sido frustrada pelos encaminhamentos então tomados pelo comandante Rego Barros. Este proclamara a República na Província através de uma aliança arranjada com lideranças políticas civis da cidade, deixando seus soldados alheios aos principais acontecimentos, sem qualquer tipo de participação, sendo apenas convidados a animar as festividades promovidas pelas lideranças políticas do novo regime, a exemplo do que ocorreu no banquete oferecido na sede do Clube Republicano Esteves Junior, na noite de 18 de novembro de 1889. Teriam, no entanto, como previam suas atribuições legais, de dar sustentação à nova ordem política, seguindo as prescrições daquele que, mesmo deixando o comando da corporação, tornava-

---

<sup>189</sup> Em 21 de agosto de 1881 o jornal liberal desterrense *A Regeneração* noticiava ter ocorrido em abril daquele ano, por motivos semelhantes a estes cogitados, um pequeno “motim militar”. Liderados pelo capitão Tristão *Sucupira* de Alencar Araripe, os praças do Quartel do Campo do Manejo se indispuseram contra as difíceis condições de trabalho a que estavam submetidos, recusando-se a comer o “horrível” rancho que lhes era oferecido pelas autoridades provinciais (*A Regeneração*, Desterro, 21 de agosto de 1881, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.). Fosse talvez um acontecimento acompanhado de outras ocasiões semelhantes, pela persistência de tais condições -, permitindo pensar que tais motivos, aparentemente despretensiosos, pudessem mesmo influenciar uma rebelião militar de tais proporções em Desterro, já não tão pacata quanto se imaginava.

se a autoridade maior à qual deveriam obedecer. Longe de vislumbrarem na República alguma possibilidade de obtenção de benefícios, esses soldados continuariam ainda vivendo e trabalhando em condições precárias de trabalho - criticadas desde algum tempo na cidade, motivos de sublevações militares no passado -, cuja possibilidade de solução parecia estar identificada na figura que então ocupasse o comando da corporação, uma espécie de porta-voz dos seus anseios, como aqui já se afirmou, junto à Presidência da Província e, agora, ao governo do Estado. Por fim, dependendo de quem estivesse à frente do governo, haveria certamente menos motivos para expectativas e motivos suficientes para a insatisfação e a revolta.

Sem qualquer ligação conhecida com a Questão Militar e sem qualquer comprometimento anterior com a causa republicana na Província, chamado a fazer parte do novo regime em Santa Catarina – certamente pela importância estratégica do posto que ocupava na capital desta província, mais do que qualquer outra coisa -, aderindo à República de última hora, o coronel Rego Barros assim o fez, mostrando-se então como representante maior dos anseios militares neste recém proclamado Estado da República, no novo governo e no novo regime – considerando que para algumas lideranças militares do país a proclamação da República seria o “ato final da Questão Militar”<sup>190</sup>, chegando mesmo a erguer empolgados vivas ao Exército e à Armada Brasileira. Fazia-se agora, por tais pronunciamentos, um envolvido histórico na tão bem datada Questão Militar, defensor heróico dos interesses militares em aguerrida oposição aos propósitos reformistas de Ouro Preto – considerando-se a ascensão da República com Deodoro da Fonseca a vitória da Questão Militar sobre o reformismo dos “casacas”, como eram chamadas as lideranças políticas civis do Império -, dos quais, paradoxalmente e não por acaso, era ele talvez um dos mais devotados instrumentos – pelo menos assim percebido, pelo posto que acabou ocupando na Província durante o seu governo -, sob a nítida orientação de reduzir a notória influência que tinha o Exército nos trâmites políticos nacionais, percebida então esta instituição como contaminada sempre mais pelos ameaçadores ideais advogados pela campanha republicana, na qual agora o mesmo coronel apresentava, não sem tempo, o seu concurso.

---

<sup>190</sup> CARVALHO, José Murilo de. “As proclamações da República”. p. 29.

E foi certamente essa figura contraditória que se viu descerrar aos olhos daqueles oficiais rebelados do 25º Batalhão de Infantaria, em um momento no qual aquele que se achava ser o porta-voz dos seus anseios junto às autoridades para tanto competentes – mais precisamente a Presidência da Província -, atendendo, porém, a interesses totalmente contraditórios a esses e ao Exército em geral, acabou por fazer do relevante posto que ocupava, a mola propulsora que o permitisse auferir uma posição outra em contemplação a interesses primeiramente pessoais, rompendo com forças então decaídas com as quais até então compactuava e se colocando ao lado de ideais e interesses antes por ele ignorados: o republicanismo, a Questão Militar e, concomitante isso, os anseios e a real situação em que viviam os seus ex-comandados do 25º Batalhão de Infantaria. E mais, deixando o comando do referido batalhão para compor, em posição de destaque<sup>191</sup>, a junta governativa do Estado, nomeava, assim – pela competência atribuída ao cargo que então ocupava -, o seu sucessor no comando daquela corporação, assinalando, ao menos aparentemente, a sua perpetuada influência sobre a mesma, o que talvez aumentasse ainda mais o seu inconformismo em relação àquele coronel<sup>192</sup>. Justificar-se-ia, assim, uma revolta anti-republicana por parte destes soldados, no intuito de derrubar o novo regime e afastar de si, com isso, a indesejada influência de Rego Barros, que não teria certamente na Monarquia restaurada a confiança que antes lhe era aí depositada.

Submetidos às constantes mudanças de comando ocorridas em decorrência principalmente do freqüente troca-troca entre liberais e conservadores na chefia dos gabinetes ministeriais do Império e dos governos provinciais, essas corporações estavam também divididas entre tais orientações políticas, inclinando-se alguns militares – principalmente aqueles cuja patente permitisse concorrer a tal posição, incluindo-se aí

---

<sup>191</sup> Em nota com data de 17 de novembro de 1889, Duarte Schutel se refere a Raulino Horn e Marcelino Bayma como “ajudantes ou membros” (SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 43) – supostamente do governo constituído no estado com a República -, colocando-os em papéis coadjuvantes no novo governo se comparados aí com a relevância atribuída pelo mesmo Duarte Schutel, em nota com data de 21 de novembro de 1889, ao papel exercido por Rego Barros, então apontado como “governador” (Idem, ibidem, p. 47). De fato, a deposição do antigo presidente de província e a proclamação da República em Santa Catarina tiveram o Coronel Rego Barros como grande protagonista, ficando Raulino Horn e Marcelino Bayma em posição de menor destaque no episódio que marcou nesta terra a inauguração do novo regime. É possível imaginar, por isso, que Rego Barros tivesse maiores poderes que os outros dois triúmviros, ao menos quando se tratasse da escolha do nome ou da nomeação, de fato, de alguma autoridade policial ou militar.

<sup>192</sup> É possível que a nomeação do major Santos Dias ao comando do 25º Batalhão de Infantaria fosse perpetrada por Rego Barros, se aquele representasse antes a ele alguma oposição, no sentido, talvez, de, ao incluí-lo nos quadros republicanos, desarticular sua relação com uma suposta reação militar por daquela corporação.

também seus inferiores mais próximos ou aqueles que pudessem tirar algum proveito disso – a uma fileira ou outra, a este ou aquele concorrente a tal posto militar. E isso chegava a provocar alguma tensão de cunho político dentro dessas corporações, como de fato ocorrera em outros momentos<sup>193</sup> e se percebeu então dessa vez no 25º Batalhão de Infantaria, durante a rebelião de 18 de novembro de 1889, quando esta corporação foi vista dividida quase equitativamente entre escoltas e rebelados ou amotinados, ou ainda, entre republicanos e restauradores monarquistas e, talvez, entre os “pró-Rego Barros” e os “contra-Rego Barros”, podendo isto significar ainda uma divisão entre conservadores e liberais. E diante disto, era natural que tivesse em meio a essas acirradas tensões alguma figura que se colocasse em oposição ao ex-comandante Rego Barros, percebido entre muitos como uma alternativa outra de comando, ligada talvez a uma orientação política contrária àquela – ou àquelas? – seguida(s) pelo referido coronel, galgando por isso também algumas outras simpatias, mesmo fora de sua corporação.

Pensando desta maneira, a nomeação do coronel Rego Barros ao comando do 25º Batalhão de Infantaria em Desterro, por volta de julho ou agosto de 1889, acompanhava àquele momento uma mudança completa nos domínios da política nacional, quando a 7 de julho daquele mesmo ano, o Visconde de Ouro Preto assumia a chefia daquele que seria o último gabinete ministerial do Império, marcando a ascensão dos liberais ao poder, suplantando quatro anos de gabinetes conservadores, assinalando também a mudança de todos os presidentes de província do país sob a mesma orientação. Rego Barros tirava o

---

<sup>193</sup> Em 9 de março de 1881, o jornal conservador desterrense *O Despertador* afirma que um grupo de oficiais de terra e mar, liderado pelo médico militar conservador Marcelino Bayma e contando também com a participação do então tenente Tristão Sucupira de Alencar Araripe – líder do motim que aconteceria um mês depois no Quartel do Campo do Manejo -, havia fundado em Desterro um Clube Militar com o intuito imediato de escolher um representante da classe para concorrer ao legislativo provincial, auferindo-se aí o engajamento da classe militar desterrense na política provincial (*O Despertador*, Desterro, 9 de março de 1881, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.). O motim militar liderado por *Sucupira* em abril daquele ano aconteceria em plena campanha eleitoral, ocorrendo talvez também por questões políticas, considerando certamente alguma divisão política dentro da corporação da qual fazia parte, estando o governo provincial àquele momento em mãos liberais, conservando os comandos militares da província a mesma orientação. Criava-se em Desterro o grupo dos militares conservadores e o dos militares liberais, perpetuando-se tais cisões, pelo que permitem as fontes, até maio do ano seguinte, pelo menos, quando o médico tenente-coronel Alfredo Gama d’Eça, do corredor da assembléia provincial, colocou-se a criticar – não se sabe em que tom exatamente – o também médico militar e deputado Marcelino Bayma, que, da tribuna, indispôs-se com aquele, chegando a reclamar aí a intervenção das autoridades policiais da província (*Jornal do Comércio*, Desterro, 14 de maio de 1882, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.). O antagonismo político entre os dois médicos militares se estenderia ainda, como visto, até os dias iniciais da República, quando Alfredo Gama d’Eça teve participação no levante militar contra a junta governativa da qual Bayma fazia parte.



lugar do major Manoel Eufrásio dos Santos Dias, então comandante interino daquele batalhão durante os últimos dois ou três meses em que os conservadores estiveram à frente do governo da Província. Passando da qualidade de comandante para a de comandado, tendo acima de si um homem cuja orientação política se lhe tornara um motivo suficiente para provocar grande descontentamento – não só por estar ligado a um governo liberal, mas também por servir ou pelo menos se submeter aos seus propósitos reformistas já evidenciados -, o major Santos Dias tinha motivos suficientes para guardar consigo algum ressentimento que se substanciasse na figura do coronel Rego Barros, sua grande sombra em Desterro.

Muito próximo até então aos políticos conservadores catarinenses, sendo tratado de maneira bastante lisonjeira pelo presidente interino da província, cônego Joaquim Eloy de Medeiros, em seu relatório datado de 26 de junho de 1889<sup>194</sup>, Santos Dias tinha também motivos para alimentar alguma simpatia por tal partido, encontrando aí – talvez mesmo por uma suposta neutralidade política que mantivesse até assumir interinamente o comando do 25º Batalhão de Infantaria – alguma possibilidade mais concreta e também mais imediata de recolocação profissional. E isto o colocaria, não sem grandes propósitos, em oposição, talvez mesmo declarada, ao coronel Rego Barros, percebido até antes do dia 15 de novembro como um afiliado às propostas e aspirações liberais, fazendo-se ascender nestas instâncias mais uma disputa – talvez mesmo velada – entre conservadores e liberais. E talvez por isso, ainda, a idéia de depor o governo republicano encabeçado por Rego Barros e afastar de Desterro a sua indesejada influência tivesse mesmo a simpatia do major Santos Dias, mesmo se contrariando aí a aliança ensejada nesse momento entre conservadores e republicanos históricos, o que não parece ter sido também muito sólida, como faz entender o deputado liberal Duarte Schutel, em apontamentos datados de 20 de novembro de 1889,

---

<sup>194</sup> O referido presidente iniciava suas apreciações sobre o BATALHÃO 25.º DE INFANTARIA informando que “Sob o inteligente comando interino do Major Manoel Eufrásio dos Santos Dias continua este batalhão” (Relatório com que o Exm. Sr. Cônego Joaquim Eloy de Medeiros, 2º Vice-Presidente, passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Abdon Baptista, 1º Vice-Presidente, em 26 de junho de 1889. Desterro: Tipografia da República, 1890. p. 39. Disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>>. Acesso em 04 jun. 2007). Mesmo não divergindo da forma protocolar com que anteriormente se tratou destas questões, talvez por isso mesmo, as excessivas adjetivações a um simples interino no cargo, pronunciadas também por alguém em igual situação, denotavam um empenho de qualificação política das duas pessoas, mesmo que isso partisse somente de uma delas, estrategicamente, provocando, nestes termos, alguma identificação entre ambos.

constatando propagar-se em Desterro alguma suspeita de terem os conservadores algum envolvimento com o levante militar de 18 de novembro<sup>195</sup>.

E tal idéia parece possível, para além das evidências apontadas, considerando que algumas importantes lideranças conservadoras de Desterro, além de não aderirem à República e ao governo por ela instituído, manifestaram não muito tarde a sua oposição às forças que aí detinham o poder, incluindo-se entre os políticos conservadores pouco afeitos ao novo regime e, principalmente, ao novo governo, o comerciante Fernando Hackradt Junior e o advogado Manoel José de Oliveira - popular Pendica<sup>196</sup>-, uma das mais importantes lideranças conservadoras da província nas últimas décadas do Império. No Rio de Janeiro, o senador Alfredo d'Escagnole Taunay, conservador catarinense de maior notoriedade no âmbito político nacional àquele momento, era uma das figuras mais empenhadas em tentar, ainda na noite de 15 de novembro, em reunião com os conselheiros de Estado convocada pela princesa Isabel, um acordo com Deodoro da Fonseca, onde este abandonasse a causa republicana e compusesse juntamente com o Conselheiro Saraiva um novo gabinete em conveniência com os propósitos percebidos como mais imediatos dos militares insurgentes.<sup>197</sup>

Ainda na noite de 18 de novembro, a partir do que informa Duarte Schutel em manuscritos datados de 19 de novembro, após darem volta à Rua do Vigário, Praça Barão de Laguna, Ruas da Cadeia e Menino Deus, os revoltosos, chegando ao Campo do Manejo e encontrando aí o arrecadamento militar em prontidão, teriam recebido voz de prisão do major Santos Dias, ao que ignoraram e resistiram, quando então um deles se voltou ao major e, sugerindo algum comprometimento deste com o movimento, acusou-o de traidor, anunciando feri-lo. Segundo Duarte Schutel, em seus lacunares apontamentos, “Ordenança desvia o golpe – Major manda afastar a música e ordena fogo: caem alguns, fogem outros, muitos presos. Um atira sobre alferes Olympio, salvo por Capitão Firmino que mata o soldado”<sup>198</sup>. O clima de hostilidades, ao calor do momento, diante do arrebatamento dos ânimos e da exaltação dos nervos, continuava. Na prisão, outro militar rebelado se volta contra o alferes Olympio, sustado pelo mesmo Capitão, que ameaça então disparar tiros de

---

<sup>195</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 47.

<sup>196</sup> MEIRINHO, Jali. *República e oligarquias: subsídios para a história catarinense (1889-1930)*. Florianópolis: Editora Insular, 1997. p. 60 e 63.

<sup>197</sup> SILVA, Hélio & CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *História da República Brasileira*. p.72.

<sup>198</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 46.

revólver contra o soldado aprisionado; na Praça Barão de Laguna, ainda pela noite, um soldado amotinado atira contra um cadete, mas não consegue acertar o alvo; na polícia, um soldado aprisionado havia sido espancado, ficando, por isso, gravemente ferido<sup>199</sup>. As prisões se estenderiam ainda até a manhã do dia seguinte - 19 de novembro -, capturando-se até aí quase todos os envolvidos na revolta, excetuando-se entre estes cerca de cinco ou seis soldados<sup>200</sup>.

Em seus apontamentos, Duarte Schutel confirma ainda o envolvimento de Alfredo Gama d'Eça na rebelião dos militares do 25º Batalhão de Infantaria. Sobre sua participação no movimento, do pouco que se pode concluir destes lacunares manuscritos, sabe-se que ele não estava entre os 42 soldados revoltosos em passeata perfilados por ordem do major Santos Dias, que tentava então despistá-los<sup>201</sup>, conforme atesta o mesmo em seu relatório. Chamado – pelo tal comandante, a se enfileirar em ordem na tal passeata que seria então promovida por aqueles soldados, ou mesmo por estes, para engrossar o número de revoltosos em tal empresa -, demora a ir e, encontrando a passeata militar, foge em direção à sua casa, talvez no centro de Desterro, ao lado da Igreja Matriz, indo depois dormir com toda a sua família no bairro Mato Grosso, na casa de seu pai, o Barão de Batovi, patente nobiliárquica do general Manoel de Almeida da Gama Lobo Coelho D'Eça<sup>202</sup>. Duarte Schutel ainda afirma sobre isso, por fim, que quando Alfredo Gama d'Eça, ao se deparar com aquela passeata, saiu em debandada, o fez em companhia do pai<sup>203</sup>.

O envolvimento de Alfredo Gama d'Eça na revolta dos soldados do 25º Batalhão de Infantaria, por sua orientação política, figura como mais um importante indício do comprometimento liberal com a proposta restauradora deste movimento. O fato de o Barão de Batovi tê-lo acompanhado em sua fuga, figura, ainda, mesmo enleado em algumas dúvidas, como mais um indício desta idéia. Os manuscritos de Duarte Schutel não informam, contudo, detalhes maiores do envolvimento do barão na tal rebelião, não detalhando o momento a partir do qual teria então prestado auxílio a seu filho, se teria ou não feito isto já desde o momento em que, deparando-se com a tal passeata militar, Alfredo iniciou sua fuga, após ter sido chamado a perfilar-se junto aos revoltosos, ou mesmo se o

---

<sup>199</sup> Idem.

<sup>200</sup> Idem, ibidem, pp. 46-47.

<sup>201</sup> *República*, Desterro, 2 de dezembro de 1889, p. 3. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>202</sup> Idem, ibidem, p. 46.

<sup>203</sup> Idem, ibidem, p. 47.

barão estava de prontidão em algum lugar próximo do local em questão, na propriedade que tinha no centro da cidade, ao lado da igreja matriz, ou mesmo no Mato Grosso, de onde talvez tivesse partido – em outra interpretação -, sob a sua orientação, o filho Alfredo, demorando este ainda algum tempo a atender ao tal chamado, dada, talvez, alguma distância a ser percorrida. Contudo, mesmo que o envolvimento do general Gama d'Eça na revolta esteja ainda envolto em mistérios e silêncios – somente os apontamentos de Duarte Schutel confirmam tal envolvimento, não aparecendo nada sobre isso publicado na imprensa local ou mencionado no relato do major Santos Dias -, sua orientação liberal e sua convicção monarquista, reforçada esta pelos privilégios que tinha e que lhe conferiam ainda grande prestígio no regime monárquico, frente à anunciada queda do Gabinete Ouro Preto e do próprio Imperador Pedro II, bem como a possibilidade iminente da perda da patente nobiliárquica que detinha, podem ser entendidos como fatores que dão sentido aos anseios restauradores que por ventura, de sua parte, manifestassem-se.

Sua marcante presença àquele momento em Desterro, como político liberal, militar de alto posto e membro da nobreza imperial, além de sua histórica participação na Guerra do Paraguai – considerado por isso um herói nacional -, era também um importante motivo para inspirar e animar entre liberais e militares monarquistas, sob a crença ou mesmo a garantia confirmada de um amparo estratégico de sua parte<sup>204</sup>, uma revolta como aquela promovida na noite de 18 de novembro de 1889, com o propósito de restaurar o regime decaído. Talvez por isso, em um momento delicado da revolta, quando esta encontrava já alguma resistência, os revoltosos teriam reclamado - como parece ter acontecido, segundo apontam os manuscritos de Duarte Schutel - a presença do filho do ilustre barão, que lhe dava então alguma cobertura. Fosse talvez, ainda, uma maneira de o Barão de Batovi defender seus interesses políticos ou mesmo suas concepções ideológicas sem expor de

---

<sup>204</sup> O secretário do comando do batalhão rebelado era Joaquim de Almeida Gama Lobo d'Eça, irmão do Barão de Batovi (Manoel de Almeida Gama Lobo d'Eça) e tio de Alfredo. Talvez isso ajude a explicar o fato de o filho do barão não ter sido citado como revoltoso ou foragido no relato assinado por Santos Dias e Joaquim Gama d'Eça, não se fazendo aí nenhuma menção ao referido nome, do qual se tomou ciência aqui através somente dos manuscritos de Duarte Schutel. A importante patente nobiliárquica que detinha, entre outros poucos casos na província, era responsável certamente por colocar o nome do Barão de Batovi entre os mais respeitados e disputados entre os políticos da capital, mesmo entre os grupos oposicionistas, principalmente em um momento onde as antigas fileiras do Império então se confluíam e se misturavam das mais inusitadas maneiras sob a iminente derrocada da monarquia. Talvez por isso, tenha-se ocultado o provável envolvimento de Alfredo Gama d'Eça na rebelião militar de 18 de novembro, buscando-se ainda, certamente, a importante adesão do ilustre barão ao novo regime, ou mesmo, objetivando minorar em sua importância o dito levante, ocultando-se aí a participação de qualquer importante personalidade, onde a República pudesse figurar como o lugar do congraçamento geral dos mais divergentes anseios da nação.

maneira demasiada sua notória imagem, ou não, se o fato de o vaso de guerra que levava Silveira Martins do sul para a Corte ter atracado no ancoradouro da Praia de Fora – furtando-se do trapiche principal da cidade, onde comumente atracavam e desembarcavam na cidade pessoas ilustres, como era o caso da sua delegação - tivesse, com isso, o objetivo pouco discreto de estabelecer contato aí com o ilustre barão, cuja residência – uma das mais belas e portentosas da pequena capital – ficava bastante próxima do referido lugar, de onde pudesse também tal embarcação melhor se furtar dos olhares das autoridades militares fiéis à República em Desterro.

Abafada a revolta, mesmo já se vivendo dias mais calmos, havia ainda em Desterro, entre as autoridades do novo governo certamente, a preocupação em relação ao que poderia provocar a continuada presença de Silveira Martins na cidade, mesmo estando este aprisionado. Diante da condição na qual se encontrava o referido presidente, a mesma da maior parte daqueles envolvidos na revolta, talvez se tivesse algum receio com relação ao que poderiam provocar os cinco ou seis militares refugiados, ou ainda, as lideranças liberais da Província presentes em Desterro, considerando estar entre estas a figura notória do Barão de Batovi, cujo filho era então um dos refugiados. O *Jornal do Comércio* de 21 de novembro comentava sobre alguns boatos que no dia anterior se propagavam por Desterro, afirmando “que receando-se qualquer tentativa do Rio Grande<sup>205</sup>, resolvera-se apressar a saída de Gaspar”<sup>206</sup> da Ilha de Santa Catarina, levando-o para o Rio de Janeiro através do paquete Laguna<sup>207</sup>. Duarte Schutel afirma existir àquele momento em Desterro, certo temor em relação à posição contrária dos liberais Vilella e Souza<sup>208</sup> à ordem expressa de levar seu correligionário para o Rio de Janeiro, acrescido isto da formação de uma força entre “populares do Sul” - Rio Grande do Sul - para prestar apoio a Silveira Martins<sup>209</sup>. O único grande efeito disso tudo foi de fato o embarque do mesmo para o destino que lhe era

---

<sup>205</sup> Tal receio se justificasse talvez, entre outros tantos motivos, pelo fato de ter retornado ao Rio Grande do Sul em 16 de novembro a deputação provincial que acompanhava Silveira Martins em sua viagem ao Rio de Janeiro.

<sup>206</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 47.

<sup>207</sup> Ao contrário do que afirma Duarte Schutel, o “Almanak Litterario e estatístico do Rio Grande do Sul para 1891” afirma que Silveira Martins teria partido para o Rio de Janeiro somente em 24 de novembro, sendo escoltado por autoridades policiais a bordo do cruzador Parnaíba. (RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanak Litterario e estatístico do Rio Grande do Sul para 1891*).

<sup>208</sup> Virgílio Vilella e João Silveira de Souza, deputado-geral do Império eleito no último escrutínio da monarquia, ou Francisco Tolentino Vieira de Souza, vereador em São José por várias legislaturas nas décadas de 1870 e 1880, tendo aderido depois à República e eleito deputado constituinte em 1890, o que faz assentar algumas dúvidas sobre seu suposto envolvimento com os anseios restauradores de Silveira Martins.

<sup>209</sup> Idem.

previsto, o que mereceu a despedida de Souza e outros deputados<sup>210</sup>, certamente liberais, frustrando àquele momento qualquer plano de restauração, ou mesmo, qualquer idéia de reação ao governo estabelecido, formado a partir da aliança entre militares do Exército, republicanos históricos e conservadores adesistas, entendendo estes últimos a instalação do novo regime como uma possibilidade de revanchismo contra o partido que quatro meses antes havia suplantado quatro anos de gabinete sob esta orientação.

E, por fim, não por acaso, o diretório do Partido Liberal, em mesma data, descartando outras possibilidades certamente, manifestava oficialmente ao novo regime a sua adesão. Até mesmo alguns membros do partido sobre quem pudessem pesar suspeitas acerca de sua convicção republicana – principalmente por alguma inclinação ou envolvimento direto com os propósitos do levante militar de 18 de novembro – se faziam agora incluídos nesse termo de adesão. De fato, havendo algum envolvimento de algumas dessas lideranças adesistas na rebelião do 25º Batalhão de Infantaria, fora pelo menos tudo calculado no sentido de não comprometê-las diante de uma possibilidade e de uma necessidade futura de adesão ao novo regime, sabendo-se bastante arriscados os propósitos do referido levante. E considerando essa possibilidade de ter que recorrer à adesão à República, era preciso pensar também na incompatibilidade de um comportamento rebelde com os valores que as lideranças políticas do novo buscavam prescrever e validar nos atos de cavalheirismo e na relativa calma com que se procurou inaugurar em Santa Catarina o novo regime.

Algumas das lideranças liberais mais destacadas da extinta província parecem ter tido, assim, o cuidado para que sua imagem não fosse incompatibilizada com a nascente República. Mais do que isso, todo esse cuidado tinha ainda propósitos mais ousados. Por esse motivo, o termo de adesão dos membros do partido ao novo regime era concebido com uma sutil ressalva presente em discurso lavrado com uso de argumentos comuns aos repertórios liberal e republicano, pautando-se então na defesa do federalismo, afirmando

---

<sup>210</sup> Esse comportamento recebeu, segundo Duarte Schutel, de Rego Barros ou Lopes Rego, a ameaça, ou ainda, uma comunicação de prisão: ““Os Srs. são boas pessoas, e como ainda quero lhes aproveitar os serviços, vou mandá-los meter no xadrez”” (Idem). Os tais serviços não são informados, talvez algum depoimento do qual se extraísse alguma informação mais detalhada sobre os reais propósitos de Silveira Martins em sua interrompida viagem ao Rio de Janeiro. Ou, ainda, informações que pudessem detalhar como foi tramada, talvez com a participação de elementos liberais, a rebelião dos soldados do 25º Batalhão de Infantaria. Havia, contudo, uma desconfiança de uma dessas autoridades em relação ao comportamento dessas lideranças liberais, ou seja, sua proximidade ou afeição pelo líder liberal Silveira Martins, grande inspirador da rebelião do dia 18 de novembro.

que “Consultando a opinião de seus correligionários na província resolve aderir à ‘República Federal’ proclamada como a nova forma de organização política nacional e colaborar com a máxima lealdade e esforço na constituição da ‘Pátria livre’ e nomeadamente do ‘Estado Federal de Santa Catarina’”<sup>211</sup>. O apelo à causa federalista era uma forma de tentar fazer resguardar a dinâmica política local, mais precisamente o seu processo eleitoral vigente desde 1881, sem intervenções diretas do governo central que pudessem pôr em risco as posições políticas consolidadas por esse grupo na extinta província. A autonomia política do “Estado Federal de Santa Catarina”, como se referiam os liberais adesistas, diante de um quadro de forças até então bastante favorável aos grupos políticos do Império – considerando-se principalmente o fracasso republicano nas últimas eleições<sup>212</sup> -, pudesse talvez fazer que a nova ordem política a ser ainda estabelecida continuasse a bem atender aos seus interesses. Fosse talvez uma reação esperada diante do que os atos do novo governo significaram e poderiam ainda significar às lideranças políticas liberais de Santa Catarina.

O apelo à causa federalista presente no termo de adesão do Partido Liberal ao novo regime trazia os mesmos argumentos contidos no pronunciamento de adesão da Câmara de Vereadores de Desterro, realizado já ao meio-dia do dia 18 de novembro, em sessão sediada no plenário desta casa legislativa. De maioria liberal, a Câmara Municipal era presidida pelo farmacêutico Elyseu Guilherme da Silva – também presidente do Partido Liberal na Província -, que foi seu porta-voz na referida sessão. Seu discurso atentava para a possibilidade rejeitada de o novo regime instituir-se sob a orientação de um sistema unitário, tão combatido tanto por republicanos como liberais na Monarquia, provocando prejuízos à autonomia política dos estados desejada e reclamada ainda mais agora pelos liberais. Temiam estes que as ações centralizadas de uma república unitária intervissem de maneira prejudicial nos interesses políticos liberais em Santa Catarina, onde contavam com

---

<sup>211</sup> PEREIRA, Carlos da Costa. *A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina*. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976. p. 35. (grifos meus)

<sup>212</sup> Em 31 de agosto de 1889, nas últimas eleições para a deputação-geral do Império, os candidatos republicanos Esteves Junior, pelo 1º distrito, e Raulino Horn, pelo 2º distrito, obtiveram respectivamente 110 e 3 votos, tendo vencido a eleição os liberais João Silveira de Souza, pelo 1º distrito – Desterro (sede), São Miguel, Tijucas, Itajaí, Parati e São Francisco (CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A história da política em Santa Catarina durante o Império*. p. 1381)-, e Olímpio Souza Pitanga, pelo 2º distrito – Laguna (sede), São José, Tubarão, Lages e Curitiba (Idem) -, com 698 e 194 votos respectivamente (Idem, ibidem, pp. 1671-72).

a maioria dos eleitores do maior distrito eleitoral da extinta província<sup>213</sup>, assegurando uma posição percebida como melhor preservada por um sistema federativo de governo, onde se imaginavam imunes às determinações do governo republicano do Rio de Janeiro, protegidos por uma dinâmica política local favorável aos seus propósitos.

Em nota publicada pelo jornal *República*, em 22 de novembro de 1889, seguiam descritos os termos de adesão da Câmara contidos no pronunciamento do seu presidente Elyseu Guilherme da Silva. Segundo a folha republicana, “expôs o Sr. Presidente os fatos capitais ocorridos, considerando como definitiva e irrevogavelmente assentada a forma republicana no governo do país”<sup>214</sup>, considerando, por via de palavras atribuídas à maior liderança liberal de Santa Catarina no momento, rechaçar-se qualquer posicionamento ou mobilização contrária ao novo regime no Estado, como havia ocorrido na noite de 18 de novembro, no que o discurso republicano insinuava algum envolvimento liberal. E tal percepção se fazia nutrida claramente pelo posicionamento condicional assumido pelo líder liberal no discurso de adesão proferido no plenário da Câmara, conforme descrevia o jornal: “Desenvolveu em seguida as bases e princípios dessa forma governativa sob as duas faces, unitária e federativa, e disse que esta última era uma longa aspiração do país, por vezes manifestada ainda recentemente no Congresso Liberal”<sup>215</sup>.

Em seus condicionamentos, Elyseu Guilherme da Silva reclamava um providencial comprometimento do novo regime com um sistema federativo de governo, em conformidade com interesses políticos mais imediatos percebidos certamente por seus correligionários. O temor de um republicanismo unitário se justificava pelas possibilidades cogitadas de que decisões unilaterais do governo provisório da República no Rio de Janeiro, além de interditar outras mais autoridades liberais constituídas no regime decaído, pudessem alijar o Partido Liberal dos quadros políticos do novo regime, neutralizando todas as disposições políticas que até então conferiam aos liberais a sustentação das posições aí conquistadas dentro dos trâmites políticos da monarquia. A deposição do Presidente de Província liberal e a dissolução de uma assembléia legislativa de maioria liberal, seguindo as orientações do Governo Provisório do Rio de Janeiro, além da notícia propagada em Desterro de que o presidente Deodoro da Fonseca já havia

---

<sup>213</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A história da política em Santa Catarina durante o Império*. p. 1382.

<sup>214</sup> *República*, Desterro, 22 de novembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>215</sup> Idem.



nomeado o jovem tenente do Exército e engenheiro militar Lauro Müller para assumir o governo estadual<sup>216</sup>, eram motivos bastantes para que os liberais catarinenses ficassem apreensivos e temerosos em relação aos próximos encaminhamentos a serem feitos pelo novo governo.

Confirmando a substituição em breve da junta governativa formada pela aliança entre republicanos, militares e conservadores, os boatos propagados sobre a nomeação de Lauro Müller – implicado na Questão Militar, participante importante da deposição do Gabinete do Visconde de Ouro Preto<sup>217</sup> e ex-aluno do professor de Matemática da Escola Militar, Benjamin Constant, defensor de uma República inspirada nos ideais positivistas de August Comte<sup>218</sup> -, reclamada pelo republicano catarinense Esteves Junior em detrimento da indicação do ex-deputado conservador Dr. Olympio Pitanga pensada por Deodoro, assinalava a inclinação do regime republicano à formação de um governo cada vez mais fechado entre as lideranças republicanas do Estado, no que os liberais vislumbrassem ainda outras possibilidades maiores de exclusão no novo regime. As únicas instituições políticas representativas constituídas durante o Império e que eram ainda preservadas pelo novo regime eram as câmaras municipais. Havia algo ainda importante que os liberais desterrenses temessem perder com a República, contando a Câmara de Vereadores de Desterro com uma expressiva maioria liberal, ameaçada pelo caráter marcadamente unitário das práticas políticas adotadas pelo novo regime, a despeito das expectativas federalistas suscitadas nos últimos anos do Império pela propaganda republicana e também por importantes lideranças do Partido Liberal.

Assim, diante do desprezo republicano por essas expectativas federalistas em suas práticas iniciais, as lideranças liberais de Desterro vislumbraram a oportunidade de reclamar para si a patente sobre tal idéia, “uma longa aspiração do país”<sup>219</sup>, segundo propalava o líder liberal Elyseu Guilherme da Silva, com o que quisesse confundir certamente a idéia de aspiração popular, tão cara ao discurso republicano. Uma república

---

<sup>216</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 44.

<sup>217</sup> Diante da resistência do Ministro da Marinha, o Barão de Ladário, ao levante militar contra o Gabinete Ouro Preto na manhã de 15 de novembro, recebendo voz de prisão do Marechal Deodoro da Fonseca e disparando um tiro de pistola contra o mesmo, o tenente Lauro Muller, juntamente com o tenente Adolfo Pena, atirou contra o referido barão, tendo o seu tiro ou o do tenente Pena o acertado na região glútea. (*Revista Veja* (Edição especial: República). “A trama da vitória”. São Paulo, 20. nov. 1889, s/ n., p. 32.)

<sup>218</sup> KONDER, Marcos. *Lauro Müller: Ensaio biobibliográfico*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1957. p. 25.

<sup>219</sup> *República*, Desterro, 22 de novembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

unitária, percebida pelos liberais como bastante providencial aos interesses mais imediatos das representações republicanas no Estado, seria a subversão completa das propostas reformistas defendidas desde algum tempo pelos republicanos e encampadas agora pelos liberais, que empunhavam de maneira enfática a bandeira do federalismo. Em outras palavras, seria ainda, como queriam os liberais, a frustração das perspectivas reformistas ansiadas desde muito tempo pelo povo brasileiro, uma longa aspiração nacional - sobre o que se assentava o próprio episódio de 15 de novembro – supostamente impaciente com o criticado imobilismo dos negócios públicos do Império, onde as reformas esperadas no país demoravam muito a acontecer.

E agora, sobre aquilo que antes era só lentidão, os liberais queriam lançar os atributos da estagnação definitiva e do retrocesso. Isto porque o país voltava a viver o velho e rejeitado intervencionismo político do governo central do Rio de Janeiro, no que as províncias continuassem a sofrer com os usuais cortes políticos incisivos e longitudinais daí desferidos, sempre em um sentido unilateral, agora, porém, de maneira mais abrupta que antes. Se a mudança de regime parecia mesmo irrevogável, reclamava-se, contudo, no novo governo, o comprometimento de contemplar essas aspirações reformistas com origens nas aspirações da população, principalmente agora a reforma federalista, sem o que os seus representantes não poderiam afirmar sua legitimidade sobre o novo regime, posto que o mesmo se dizia, pela fala de suas principais lideranças, aclamado por um povo dotado de um “espírito evoluído”<sup>220</sup>, devendo ser consideradas também evoluídas as suas aspirações. E desta forma, baseando-se em tais prerrogativas, Elyseu Guilherme da Silva reclamava com um sutil tom de ameaça tal comprometimento do novo governo, bastante providencial aos interesses liberais na Província àquele momento, adiantando que se o mesmo não fosse honrado pelas autoridades empossadas, melhor o seria por quem detinha, conforme reclamava, maiores direitos de propriedade sobre tal idéia, mesmo na nova forma de governo, sem perspectivas de restauração: “A república é um fato, e um fato grandioso, que faz de cada província um estado soberano, com leis próprias, agindo livremente com toda a força de seus recursos em prol da própria grandeza e prosperidade, só ligada ao poder

---

<sup>220</sup> *República*, Desterro, 19 de novembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

central pelos laços únicos da federação, isto é, pela necessidade da defesa comum e representação externa”<sup>221</sup>.

Insistia ainda que o novo regime contemplasse as idéias presumidamente liberais e assentadas no desejo popular, em longas aspirações nacionais, legitimando desde já, caso não o fizesse, futuros esforços, representando aspirações das mesmas origens, empenhados na defesa da honra de tais idéias pelo novo regime. Previa, por fim, que tais esforços deveriam ser vistos e lembrados como derivados do próprio princípio de liberdade que a República inaugurava: “Declarou que o novo regime sustenta e garante o direito de vida, liberdade e propriedade do cidadão, e que, portanto, é dever de cada um que tenha amor à pátria concorrer com todas as suas forças para consolidar do modo mais completo e perfeito a obra grandiosa do governo popular, que vem de fundar-se”<sup>222</sup>.

O discurso liberal de Elyseu Guilherme da Silva situava a ascensão republicana – muito mais do teor das idéias aí percebidas do que de seus propagandistas, nos quais não admitia grande propriedade sobre as aspirações que queria fazer aí compreendidas – no curso das reformas propaladas e iniciadas durante o Império – como queriam os liberais –, das aspirações e expectativas aí suscitadas, considerando, portanto, um histórico de envolvimento dos grupos políticos aí estabelecidos, no que o discurso liberal então se pautava para reclamar e justificar alguma e importante autoridade sobre o pensamento republicano. Deste modo, a propriedade que os liberais reclamavam para si sobre o pensamento republicano se concentrava no envolvimento propalado com a causa das reformas, já que não poderiam reclamar para si a responsabilidade e o mérito pelas iniciativas políticas que promoveram em Santa Catarina a instalação do regime republicano, mesmo que algumas lideranças liberais demonstrassem alguma disposição para isso, como fez o próprio vereador e presidente liberal Elyseu Guilherme da Silva, além do presidente da assembléia, Abdon Batista, participando de maneira destacada na solenidade que marcou em Desterro a proclamação da República, chegando mesmo a discursar na ocasião de uma das sacadas do Palácio da Presidência, dividindo espaço com as lideranças políticas e militares que compunham na ocasião a junta governativa do então proclamado Estado Republicano.

---

<sup>221</sup> *República*, Desterro, 22 de novembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>222</sup> *Idem*.

É preciso considerar, contudo, que tal *performance* fosse mesmo concebida com esse propósito, contribuindo ao menos para atestar sua simpatia e seu comprometimento com a República, o que certamente fortalecia suas estratégias outras de inserção no novo regime. E era só o possível, já que a simpatia prontamente demonstrada pela República não era estratégia considerada válida para concorrer pela inserção no novo regime em consonância com os grupos políticos que aí se estabeleciam. Isto porque o concurso dos conservadores pela inserção no novo regime, articulado em meio às reuniões reservadas e confabulações de bastidores engendradas em aliança com lideranças republicanas e militares, era concebido com a orientação revanchista de suplantar politicamente os liberais então estabelecidos no governo da Província. Portanto, se a implantação da República, marcada por questões circunstanciais bem típicas do mundo da política, guardava para os republicanos, militares e conservadores os papéis protagonistas, tornava-se imperativo aos liberais desprezar essas contingências políticas que marcaram na Província os fatos relacionados à ascensão republicana.

As lideranças liberais adesistas aí representadas formulavam já nesse pronunciamento, mesmo concebido com propósitos políticos conciliatórios, repleto, contudo, de condicionamentos, o ensaio de uma concepção alternativa de República com valores que reclamavam e receavam não serem contemplados pelo Governo Provisório da República, a despeito daquilo que inicialmente orientou o discurso republicano no país: o federalismo<sup>223</sup> – ainda mais caro agora aos propósitos políticos liberais –, que se apresentava então como uma idéia bastante vaga e confusa, despertando diferentes expectativas e entendimentos entre as forças políticas que travavam já veladamente uma silenciosa disputa em torno dos projetos de República que desejavam para si e,

---

<sup>223</sup> O discurso federalista expresso no manifesto republicano assinado em 1870, na província de São Paulo, propunha fazer das províncias ou dos estados um espaço onde as disputas políticas estivessem menos vulneráveis aos cortes incisivos e unilaterais promovidos pelo imperador, conforme garantia o regime político instaurado na Constituição de 1824, ainda vigente no país, mesmo após as mudanças promovidas pelo Ato Adicional de 1834 e pela instituição do chamado Parlamentarismo às avessas, em 1847. Tratava-se de uma reivindicação histórica na política imperial, influenciando já nas décadas de 1820, 1830 e 1840 importantes revoltas provinciais contra o poder centralizador do imperador. Na década de 1860, quando se mostrava menor o ímpeto revolucionário das oposições políticas a Pedro II, a causa do federalismo voltava à pauta das grandes discussões políticas nacionais, principalmente a partir de 1868, quando, com a dissolução do Gabinete Zacarias, de orientação liberal, políticos liberais, agora na oposição, reivindicavam maior autonomia política e econômica às províncias, diminuindo aí a influência por hora indesejável do governo central, ou melhor, do imperador. Decorriam dessas aspirações, as críticas proferidas pela oposição liberal contra o regime político vigente no país, marcadamente centralizador, como apontava, por essa época, de maneira incisiva, a Gazeta de Campinas: “As províncias contribuem e a corte esbanja” (CHEREM, Rosângela Miranda. “A capital catarinense e os labirintos do início republicano”. p. 88).

consequentemente, para o país. Fosse o tempo agora talvez um pouco menos rarefeito em relação ao que se vivenciara até então e, mesmo assim, permanecia na pauta das negociações os homens a participarem ou não do novo regime, por via não só do jogo de forças políticas, mas também do debate de idéias, assumindo um *status* maior que aquele antes conferido às mesmas.

É certo, contudo, que as condições eram outras. O Partido Liberal aderiu à República com o propósito óbvio de garantir sua participação política no novo regime, mas não da mesma maneira que os conservadores o haviam feito. Isto porque a participação política no novo regime parecia entendida pelas lideranças liberais adesistas na Província como algo diferente de participar do novo governo, ao menos do provisório, com duração sem prazo de término e que, por sua composição, evidenciava já aos seus olhos, o revanchismo conservador. Por outro lado, a considerar boatos espalhados sobre a decisão acerca da escolha do nome do tenente Lauro Müller – aluno de Benjamin Constant, professor de Matemática na Escola Militar e adepto de uma República baseada nos princípios positivistas de August Comte – para assumir o governo do Estado, em detrimento da preferência de Deodoro da Fonseca pelo ex-deputado conservador Olympio Pitanga, o novo regime ensaiava ainda um estreitamento ainda maior das suas vias de acesso, por onde somente os chamados republicanos históricos fossem percebidos como habilitados a transitar.

Vivia-se já uma situação considerada irreversível, ao menos por algum tempo, contando-se desde o dia 18 de novembro com a Assembléia Legislativa dissolvida e o nome do governador provisório do Estado já consentido pelo Presidente Deodoro da Fonseca. E, não por acaso talvez, entre estes fatos e a adesão liberal ao novo regime situava-se a rebelião do 25º Batalhão de Infantaria. Tivessem talvez esses fatos alguma influência no levante militar ocorrido na noite desse mesmo dia ou fossem, ainda, os seus motivos mais importantes ou imediatos: uma revolta contra a dissolução de uma assembléia majoritariamente liberal por um governo que contava então com a participação conservadora – um integrante dissidente das fileiras liberais, como era o caso do médico militar Alexandre Marcelino Bayma, uma das mais contundentes personalidades políticas catarinenses dos anos 1880.

Mesmo assim, tais aspirações se viram, também por isso, frustradas, o que talvez justificasse a cartada última da adesão, mesmo com algumas restrições e alguns

condicionamentos. E estes, não por acaso, eram também colocados no sentido de reclamar aí a legitimidade liberal diante dos novos valores políticos que orientavam agora a nova forma política vigente no país, erguendo-se então a bandeira histórica do federalismo, reclamada com raízes nas fileiras liberais, a partir das quais teve início também o movimento republicano no âmbito nacional, em forte oposição, na ocasião, ao pensamento e aos interesses políticos conservadores, que se apropriavam também agora de um discurso que lhe era outrora tão barato. E era mesmo, como se coloca, uma questão de ocasião, circunstancial, oportuna para alguns e frustrante para outros tantos. E, por fim, por conta disso, vivia-se ainda um complexo quadro de expectativas, muitas das quais se viram frustradas, mas que não deixaram de ser, principalmente para aqueles que agora se colocavam à frente do poder, uma demanda política a ser considerada, talvez não só por seu caráter alternativo e ameaçador, mas deixando também sua marca sobre a imagem que se foi aos poucos, na dinâmica dos gestos, dos pronunciamentos, das falas e dos atos públicos dos grupos políticos catarinenses, projetando sobre a idéia de República.

### Capítulo III

#### Um mapa das expectativas: revolucionários e reformistas

...Revolução suave e pacífica, se as idéias e interesses lentamente desenvolvidos, alcançam o termo e madureza, sem encontrar tropeços sérios; violenta, inexorável e cruel, se a obstinação e cegueira da velha autoridade desafiam a sua cólera, procurando opor-lhe uma resistência tão desarrazoada como impotente.

**João Francisco Lisboa – Direito de Revolução (Maranhão, 1864)**

Tendo sido animada ou mesmo articulada em Desterro a rebelião restauradora do 25º Batalhão de Infantaria pelo senador liberal e presidente gaúcho Gaspar Silveira Martins – aprisionado na capital catarinense desde a madrugada de 16 de novembro, quando partia do Rio Grande do Sul em direção à Corte – e lideranças liberais locais, pelo influente cidadão desterrense Barão de Batovi – general do Exército e ex-combatente na Guerra do Paraguai (1864-70), membro da nobreza imperial e afiliado também às aspirações liberais -, ou, ainda, pelo próprio major Santos Dias – então comandante do 25º Batalhão de Infantaria -, o fato é que não se tratava de um caso isolado cuja trama envolvesse apenas questões e elementos locais. Além do clima de incertezas e, principalmente, de desconfiança em relação à estabilidade do novo regime, à sua continuidade, outras questões pareciam criar um complexo quadro de expectativas. Paralelamente ao levante militar ocorrido em Desterro, ocorreram também em outras províncias manifestações de repúdio ao governo então estabelecido, mesmo sem despreço pela República – como os movimentos emancipacionistas promovidos em São Paulo e no norte do país, onde algumas províncias objetivavam fundar a República do Amazonas -, como também manifestações de caráter anti-republicano ocorridas em outras províncias, em repúdio não somente ao novo governo, mas também ao regime recém instituído<sup>224</sup>.

Esse ímpeto restaurador dos primeiros dias da República em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, por sua vez, por conta do que acabou repercutindo na imprensa européia durante os dias subseqüentes, em contraste com o silêncio que imperava sobre isso

---

<sup>224</sup> SILVA, José Luiz Werneck da. “O 15 de novembro e a imprensa de Paris”. *Revista Ciência Hoje*, São Paulo, nov.1989, v. 10, n. 59. p. 42.

na imprensa nacional<sup>225</sup>, parece ter sido acompanhado por manifestações de semelhante orientação no Rio de Janeiro, das quais teriam recebido possivelmente alguma influência. O jornal monarquista parisiense *Le Gaulois* – que se gabava de estar sempre à direita e que por intermédio de um secretário do duque de Nemours se fizera sempre presente junto ao ex-imperador tão logo ele chegou à Europa –, nas suas edições de 20 e 22 de novembro de 1889, reproduzia algumas notícias publicadas na *Norddeutsche Zeitung* (*Gazeta da Alemanha do Norte*), de Hamburgo, que afirmavam a ocorrência de “focos de oposição no Brasil ao governo provisório republicano, mencionando uma manifestação na capital federal aos gritos ‘Abaixo a República! Viva D. Pedro Augusto!’”<sup>226</sup>, do que teriam resultado a morte de duas pessoas e o ferimento de outras mais. Talvez coincidissem com a manifestação de alguns marinheiros – considerando-se o pertencimento do Príncipe D. Pedro Augusto à Marinha e a importante influência que o mesmo tinha entre algumas lideranças da corporação, simpáticas, inclusive, ao seu projeto sucessório – contra a ascensão republicana, na madrugada do dia 16 de novembro, no paço da Corte. Por volta de três horas e meia, “gritos e tiros de espingarda” ressoavam “na escuridão da praça”, quando “alguns marinheiros leais à monarquia, tentando um desembarque”, depararam-se com a resistência das “tropas leais ao golpe”<sup>227</sup>.

Sobre o nobre então saudado na ocasião – neto do imperador deposto e filho da união da princesa brasileira D. Leopoldina com o duque de Saxe-Coburgo e Gotha –, os jornais *Le Gaulois* e *Le Figaro* davam “curso aos boatos de que D. Pedro II e a princesa Isabel abdicariam de seus direitos ao trono em benefício de D. Pedro Augusto e em detrimento do Conde D’Eu, este o mais decidido em empenhar a família real numa guerra civil”<sup>228</sup>. Circulava na imprensa parisiense, por via do jornal socialista *Le Cri du Peuple*, o boato de que diante da dificuldade de D. Pedro II em “continuar governando e do conseqüente imobilismo dos negócios públicos, a família real e o gabinete reformista de Ouro Preto, teriam programado para 2 de dezembro de 1889 a abdicação do monarca e o

---

<sup>225</sup> Uma das primeiras medidas políticas estratégicas do novo governo foi estabelecer o controle do telégrafo no país, ao menos daquilo que era propagado do Rio de Janeiro para outros estados e vice-versa, garantindo-se a publicação somente daquilo que fosse desejável ao novo regime, o que torna compreensível o fato de algumas notícias sobre movimentos restauradores àquele momento serem mais facilmente encontradas na imprensa estrangeira.

<sup>226</sup> SILVA, José Luiz Werneck da. “O 15 de novembro e a imprensa de Paris”. p. 45.

<sup>227</sup> DEL PRIORI, Mary. *O príncipe maldito: traição e loucura na família imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 235.

<sup>228</sup> SILVA, José Luiz Werneck da. “O 15 de novembro e a imprensa de Paris”. p. 45.



início do 3º Reinado (...)”<sup>229</sup>, sendo talvez esta a grande inspiração imediata para o levante militar de 15 de novembro, sabida que era a rejeição em relação à influência que o francês Conde D’Eu, príncipe-consorte do Brasil, esposo da Princesa Isabel, teria em um suposto Terceiro Reinado – com a Princesa Isabel ou seu filho Pedro de Alcântara ao trono, o que não parecia estar claro nem para a realeza -, principalmente entre os membros do Exército brasileiro, que rejeitavam sua orientação de valorização da Guarda Nacional em detrimento do acusado descaso com sua corporação, submetida à autoridade dos “casacas”, ou seja, dos burocratas civis que se ocupavam costumeiramente da pasta da guerra.

O ano de 1889 fora, já desde o seu prelúdio, bastante turbulento no campo das coisas políticas, marcado, sobretudo, pela publicação de severas críticas dirigidas ao Conde d’Eu na imprensa carioca, questionando principalmente a idoneidade do príncipe-consorte do Brasil. Acusavam-no, através dos jornais, de explorar atividades informais no ramo imobiliário, como aluguéis de quartos de cortiços e casas de estalagem – o que não ficava bem para um nobre oriundo da tão bem considerada cultura francesa e, acima de tudo, membro da família real do Brasil, guardião da moral e das leis deste país -, organizar companhias subvencionadas pelo Estado em nome de terceiros e, até mesmo, de não pagar os funcionários que para ele trabalhavam em negócios, como estes, de desacreditada lisura<sup>230</sup>. Tais críticas eram produzidas em um momento no qual a debilidade da saúde do Imperador estimulava nos círculos políticos da Corte e na imprensa nacional o debate acerca da sucessão imperial, quando então se fazia mais nítida a percepção da possibilidade rejeitada por muitos de uma mulher ascender ao trono, assumindo definitivamente as rédeas da política nacional, em uma esfera de atuação até então de exclusividade masculina no Brasil.

Era, ainda, uma rejeição que se consolidava por contar tal experiência com graves precedentes aos olhos de muitos daqueles que prestavam apoio ao regime – principalmente a aristocracia rural escravocrata de várias províncias do país, descontente com o decreto assinado por Isabel em 13 de maio de 1888, colocando fim à escravidão no Brasil -, tendo já ela assumido antes o governo imperial como princesa-regente por outras vezes em que D. Pedro II se ausentou do país para tratar de sua fragilizada saúde, acometido principalmente

---

<sup>229</sup> Idem, *ibidem*, p. 46.

<sup>230</sup> DEL PRIORI, Mary. “O homem que queria ser imperador”. *Revista BrHistória*, São Paulo, jun. 2007, n. 4, p. 38.

pelos males do Diabetes. E, nestas ocasiões, fez-se bastante notória a influência de seu esposo na condução dos negócios públicos, quando então foram perpetrados sem maiores obstáculos, como então acusavam seus mais vociferantes desafetos – como o republicano radical Silva Jardim -, alguns daqueles negócios que fizeram pesar sobre ele o desagrado público manifestado na imprensa carioca. Rejeitava-se não somente a idéia de os negócios públicos serem conduzidos pelas mãos de uma mulher, mas também - para além do seu apego exacerbado à religião, muito mais do que à política, em seu comportamento de carola inveterada e fervorosa, conforme criticavam os seus opositores<sup>231</sup> - o que poderia isso implicar, isto é, a sabida influência de um estrangeiro no trono brasileiro, sobre o que pesava, sobretudo, a desconfiança de poder isso implicar, ainda, sérias rupturas na dinâmica política nacional, desestabilizando certamente o quadro de forças então vigente no país.

Diante de uma situação pouco favorável a um terceiro reinado sob a cogitada influência do Conde d'Eu, o nome de Pedro Augusto parecia mesmo encontrar grande simpatia entre aqueles mais empenhados na conservação do regime monárquico. Neto mais velho de D. Pedro II, Pedro Augusto nasceu no Brasil, mas morava na Áustria, retornando ao país quando da morte de sua mãe, a princesa Leopoldina, em 1871, quando tinha ainda cinco anos de idade. Teria vindo ao Brasil para que se preparasse desde então sua sucessão ao avô, já que sua tia, a princesa Isabel, filha mais velha do Imperador, ainda não conseguira engravidar, temendo D. Pedro II que ela não lhe desse um herdeiro ao trono do Brasil. Até 1875, Pedro Augusto fora tratado sem grandes embaraços, no Colégio Pedro II, entre colegas, pais e professores, e nos círculos políticos da Corte, como futuro sucessor do trono, até que nascesse Pedro de Alcântara, o tão esperado filho da princesa Isabel. Embora a idéia defendida por alguns de um terceiro reinado com Pedro Augusto provocasse agora alguns embaraços, um grupo devotado de acólitos seus – os chamados “pedristas” – continuavam ainda a propagá-la, atentando para a indesejada influência que teria o Conde d'Eu em um terceiro reinado com seu filho no trono. O pai, um estrangeiro, como se fazia questão de lembrar, governaria pelo filho, diziam, o que encontrava mesmo sentido no fato de Pedro de Alcântara ter ainda pouca idade.

Passada a euforia das festas de maio de 1888, os ataques contra Conde d'Eu se intensificavam na imprensa e o grupo legitimista de Isabel cerrava fileiras, fazendo-se

---

<sup>231</sup> Idem.

aumentar, consequentemente, a rejeição ao nome de Pedro de Alcântara, à proposta sucessória dos chamados legitimistas. “Já o príncipe Pedro Augusto continuava circulando em busca de apoios e reconhecimento popular. Não raras vezes, ao sair de casa, encontrava grupinhos à porta do palácio Leopoldina, sua residência, que o aplaudiam ao vê-lo passar”<sup>232</sup>. Era já alcunhado na imprensa carioca como “o favorito”<sup>233</sup>. Os olhos azuis e os cabelos claros, sua semelhança fisionômica com o avô, e os nove anos que tinha a mais em relação a seu primo, contribuísssem talvez para dar-lhe maior legitimidade na disputa pelo posto que o príncipe pleiteava. Até o jornalista republicano Quintino Bocayuva nutria discretamente alguma simpatia pelo projeto do príncipe. “Devia achar que era um meio indolor de atingir os fins do movimento republicano”<sup>234</sup>, baseado na convicção “de que a passagem para um novo regime deveria ser feita por meio de um imperador presidente, à maneira de Napoleão III da França”<sup>235</sup>.

[...] significava a possibilidade de reverter o quadro de antipatia pela família real. Era uma solução de continuidade dentro da mudança. Corresponhia aos panos quentes necessários para acalmar o crescimento da vaga republicana, que, dentro da Corte, poucos pareciam antever. Representando o futuro, Pedro Augusto podia encarnar um imperador-presidente: caso único nas Américas. Uma mistura de duas tendências que dariam ao país condições de crescimento. O exemplo de Napoleão III estava bem vivo na lembrança de uma classe política que confiava nos modelos importados.<sup>236</sup>

Aumentavam, com a percebida instabilidade do regime, as expectativas em relação a um terceiro reinado, ainda mais pelos embates travados em torno do tema, dividindo grupos e definindo posições, acirrando as disputas entre monarquistas e republicanos – para além das disputas internas pela sucessão do trono -, culminando mesmo em intervenções políticas perpetradas pelo próprio governo imperial, como ocorreu em São Borja, no Rio Grande do Sul, quando em janeiro de 1888 alguns vereadores republicanos liderados por Aparício Mariense da Silva foram “destituídos do cargo após moção crítica às perspectivas do Terceiro Reinado”<sup>237</sup>, realizada em 31 de outubro do ano anterior, propondo a organização de um plebiscito para que se pudesse decidir sobre a conveniência ou não de

---

<sup>232</sup> Idem.

<sup>233</sup> Idem, *ibidem*, p. 37.

<sup>234</sup> Idem, *ibidem*, p. 38.

<sup>235</sup> Idem, *ibidem*, p. 37.

<sup>236</sup> DEL PRIORI, Mary. *O príncipe maldito*. pp. 88-89.

<sup>237</sup> FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. “Silva Jardim: um radical a ferro e fogo”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, nov. 2005, n. 5. p. 43.

um terceiro reinado, principalmente com a princesa Isabel ao trono<sup>238</sup>. Outros, sem receberem punições, também o faziam certamente, porém, como bem calculavam, às escondidas.

As expectativas em torno de um terceiro reinado faziam sombra às intensificadas mobilizações republicanas nos momentos últimos do Império, quebrando, certamente, entre os acólitos monarquistas, a apatia que muito se tem a eles atribuído. Concomitante ao florescimento de idéias e projetos republicanos, à força que estas coisas adquiriam no âmbito político nacional, talvez mesmo em resposta a isso, ganhava força também o projeto de antecipação de um terceiro reinado à morte de D. Pedro II, fazendo já mobilizar muitos de seus simpatizantes, não somente à causa, mas também ao regime. No dia 14 de novembro, véspera do levante militar que culminou na proclamação da República, o jornal *A Cidade do Rio* trazia na capa a seguinte manchete: “O imperador vai abdicar no dia 2 de dezembro, dizem todos”<sup>239</sup>. De fato, após o escandaloso baile da Ilha Fiscal, realizado no dia 9 de novembro em homenagem à marinha chilena no Rio de Janeiro – sobre o que pipocaram depois, na imprensa carioca, inúmeros boatos sobre pitorescas *cenar orgíacas* protagonizadas por homens e mulheres da alta sociedade carioca, após terem se retirado da festa, por volta de duas horas da madrugada ou menos, o Imperador e sua esposa Teresa Cristina<sup>240</sup> -, propagava-se pela Corte o rumor insistente de que no dia do seu aniversário, D. Pedro II abdicaria do trono. “Havia mesmo quem corroborasse dizendo que, sentindo a situação do império fragilizada, ele abdicaria em favor de Isabel e esta, em favor de Pedro Augusto”<sup>241</sup>.

---

<sup>238</sup> A moção plebiscitária de São Borja assinada por Aparício Mariense da Silva propunha que a câmara de vereadores daquele município representasse “à Assembléia Legislativa provincial sobre a indispensável necessidade de dirigir-se à Assembléia Geral para que, dado o fato lamentável do falecimento de S. M. o Imperador, se consulte à Nação, por meio de um plebiscito, se se convém a sucessão no trono brasileiro de uma Senhora obcecada por uma educação jesuítica e casada com um príncipe estrangeiro, e, bem assim, que a Assembléia Rio Grandense convide as outras Assembléias Provinciais a, no mesmo sentido, representarem ao Parlamento; e que esta câmara peça às outras municipalidades da Província que façam seu este apelo à Assembléia Provincial” (PESSOA, Reynaldo Carneiro (Org.). *A idéia republicana no Brasil através dos documentos*. São Paulo: Alfa – Omega, 1973. pp. 92 – 93.).

<sup>239</sup> DEL PRIORI, Mary. “O homem que queria ser imperador”. p. 38.

<sup>240</sup> Ao clarear do dia, quando os últimos convidados já haviam se retirado, os encarregados do serviço de limpeza haviam encontrado alguns artigos curiosos espalhados pelo chão: copos quebrados, garrafas jogadas por todos os cantos, além de condecorações perdidas e até mesmo peças de roupas íntimas femininas. Era o que informava a coluna humorística “Foguetes”, do periódico republicano carioca “O País”, editado no dia 12 de novembro. (DANNEMANN, Fernando. O último baile da monarquia. Disponível em <<http://www.fernandodannemann.recantodasletras.com.br>>. Acesso em 12 abr. 2008.)

<sup>241</sup> Idem.

Tais colocações fazem desvanecer um pouco a imagem de apatia e indiferença atribuída à família real em relação ao modo como lidou com as mobilizações antimonárquicas no país, com os fatos que iam aos poucos minando o reinado de D. Pedro II. Percebia certamente, como evidenciam tais rumores, a situação política no país se agravar contra seus propósitos, chegando mesmo a planejar com certa urgência uma solução para a crise que se vivia, objetivando prioritariamente a salvação do regime monárquico, talvez mesmo diferente da maneira como até então fora concebido, conservando, contudo, a família real no poder. Daí se percebe, por consequência, que os propósitos que então orientavam a viagem de Silveira Martins ao Rio de Janeiro eram mais audaciosos do que até aqui se pensara. Não partia para a Corte, acompanhado da deputação geral do Rio Grande do Sul, com o simples propósito de compor, sob a orientação do Imperador, um novo ministério, até porque os rumores propagados pela Corte pareciam deixar já bem claro que a onda de insatisfações políticas que se avolumava na imprensa e nos principais círculos políticos do país não tivesse somente como alvo o Gabinete Ouro Preto, como alguns certamente suspeitavam. Representações republicanas e militares, apoiadas por lideranças conservadoras ressentidas pela derrota de 7 de julho, os principais grupos de oposição ao governo, assinalavam já sua rejeição pelo regime vigente no país, ao qual atribuíam a causa dos males que então denunciavam, o imobilismo dos negócios públicos na dinâmica política do Império.

E foi em meio a essa grave crise política que o senador e presidente gaúcho Silveira Martins foi percebido como o nome mais acreditado para garantir a continuidade do velho regime. A tarefa para a qual fora incumbido o colocava então como o principal acólito da causa monarquista, assim percebido por muitos, principalmente por aqueles que viam a sua incumbência como um alento às suas almas inseguras, assombradas pelo fantasma do republicanismo, apostando suas fichas para que obtivesse o êxito esperado em sua empresa ou, ainda, por aqueles que contra a mesma se voltavam. Sua viagem para a Corte, em um momento no qual exercia o cargo de Presidente de Província no Rio Grande do Sul, parecia bastante imprópria se prevista para que continuasse, após um suposto retorno a Porto Alegre, exercendo o mesmo cargo. Sua viagem ao Rio de Janeiro parece ter tido objetivos outros que o afastassem do referido cargo, sem o que pudesse parecer aos outros como algo descabido e inoportuno. Com partida datada de 12 ou 13 de novembro de 1889, a viagem de Silveira Martins, pelo que assinalavam os boatos propagados na imprensa carioca e

ressoados até mesmo na imprensa européia, reunia características e circunstâncias para que fosse percebida como tendo o propósito de compor um novo gabinete liberal e formar, sob tais pilares, uma plataforma política em conformidade com o projeto de instauração de um terceiro reinado, a ter início, segundo se propalava, em 2 de dezembro daquele mesmo ano, quando Pedro II completaria 64 anos de idade.

Se o baile na Ilha Fiscal não fora percebido como suficiente para denotar o bom momento que se queria em sua despedida, cuja pompa e grandiosidade assinalassem talvez o bom estado de coisas em seu governo, a festa de aniversário do Imperador seria certamente percebida como uma boa ocasião para deixar o trono, disfarçando as inquietações intensificadas na cena política nacional. Acreditava-se talvez que o clima festivo de sua despedida inibisse o ânimo revolucionário da oposição formada por militares e republicanos, apoiados estes então pelos conservadores frustrados com a abolição do trabalho escravo e com a queda do Gabinete João Alfredo, os chamados republicanos de 13 de maio e 7 de julho, como ficaram conhecidos pelas ocasiões nas quais aderiram à idéia republicana<sup>242</sup>. Considerava-se, certamente, quão cruel seria uma interrupção nos últimos dias de governo do velho D. Pedro II, quanta incivilidade depor o Imperador no dia do seu aniversário, chegando à avançada idade de 64 anos, justamente quando seu providencial desprendimento em relação aos louros do poder real que exercia há quase meio século se fizesse manifestar em favor das mudanças aí reclamadas, colocando o Terceiro Reinado como um meio mais propício de promovê-las. É possível que se imaginasse ainda que qualquer movimentação política planejada a partir daquele momento contra a Monarquia esperasse passar a data do aniversário de D. Pedro II, percebida tal ocasião como motivadora de uma reação das forças que estivessem aí decaídas por ventura. Para tanto, entendia-se ser necessário que tais encaminhamentos fossem versados no mais absoluto sigilo, no que pesasse certamente a possibilidade de uma antecipação republicana em relação aos mesmos.

Imagine-se, com base nessas considerações, a gravidade percebida pelos opositores do regime na viagem de Silveira Martins do Rio Grande do Sul, onde era presidente de província, ao Rio de Janeiro, às vésperas da comemoração do aniversário do Imperador,

---

<sup>242</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Condensado da Tese de Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 196.

fazendo aumentar ainda mais as suspeitas levantadas pelos boatos propagados pela Corte. Era algo bastante incomum um presidente de província – ainda mais do Rio Grande do Sul, bastante distante do Rio de Janeiro em uma época em que tal viagem era feita por meio de embarcações – interromper os andamentos de sua curta gestão – de pouco mais de um ano, como era recorrente – para ir à capital do Império, independente dos assuntos que tivesse para tratar aí, principalmente se tal fato não fosse precedido por uma convencional exoneração do importante cargo que exercia, como era de costume para aqueles que mantinham laços maiores com a vida na Corte. Havia motivos para que dúvidas e questionamentos pipocassem de todos os lados. O que tramava o Imperador com essa viagem descabida de Silveira Martins, sem que tivesse antes o exonerado do cargo importante que exercia? Era mesmo um motivo forte para gerar desconfiâncias sobre seus reais interesses, sobre seus verdadeiros propósitos. A própria viagem aparentemente despropositada do tal presidente sem que o mesmo fosse exonerado da presidência do Rio Grande do Sul, o seu caráter sigiloso, diante da gravidade das possibilidades cogitadas nos bastidores da política na Corte, era motivo suficiente para que se desconfiasse de alguma importante elaboração estratégica por parte de D. Pedro II.

E havia, ainda, outras questões que alarmavam certamente as cabeças republicanas da Corte. Na expectativa de que o escandaloso baile da Ilha Fiscal, assinalando fortemente a crise moral do regime monárquico, despertasse no governo a percepção da necessidade de tomar alguma medida no sentido de superar o momento crítico no qual se mergulhava, as lideranças republicanas mais atentas aos movimentos do Imperador certamente identificaram na viagem de Silveira Martins alguma relação com tais propósitos. Diante da crise que assolava o Gabinete Ouro Preto pela forte oposição que lhe faziam as lideranças militares implicadas na Questão Militar, qualquer movimentação política imprevista por parte dos liberais - como a viagem de Silveira Martins – poderia ser suspeitada como tendo ligação com a formação de um novo gabinete ministerial preservando a mesma orientação política. E diante da forte oposição militar ao governo liberal, principalmente daqueles ligados à Questão Militar e à figura de Deodoro da Fonseca, a escolha do nome de Silveira Martins para a presidência do novo conselho de ministros parecia algo extremamente despropositado e incoerente. Isto porque se o objetivo principal desse projeto era acalmar os brios feridos das classes militares e o espírito arrebatado das lideranças republicanas, o nome de Silveira Martins soava certamente como uma provocação ainda maior aos ouvidos

destes grupos: o presidente gaúcho era o notório inimigo pessoal de Deodoro da Fonseca, a mais proeminente liderança da Questão Militar.

Suas desavenças tiveram início em 1882, quando Deodoro servia como comandante de armas da Província do Rio Grande do Sul. O vaidoso marechal, bastante afeito ao uso indiscriminado de jóias<sup>243</sup> e conhecido também pelo capricho de manter sempre penteadas e perfumadas com odores de ervas a sua barba grisalha, empenhava-se em cortejar a Baronesa do Triunfo – mesmo sendo casado já havia bastante tempo –, quando teve a infeliz oportunidade de conhecer pessoalmente Gaspar Silveira Martins, então senador do Império por aquela mesma província. Os dois se debateram por essa mesma época pelo coração da enfiuvada baronesa, mas Silveira Martins parece ter obtido maior êxito, conquistando a desafeição de Deodoro. “O senador quis impressionar a baronesa como cavaleiro e acabou caindo do cavalo na frente da fazenda da família dela. Quebrou a perna e, durante mais de um mês, foi a jovem quem cuidou de Silveira Martins”<sup>244</sup>. Quando Deodoro voltou a cortejar a tal baronesa, já era tarde. A moça havia caído nas graças de Silveira Martins, por quem o Marechal nutriu desde então a uma forte inimizade, tornando-se a partir daí o seu maior desafeto pessoal.

E além das querelas pessoais, a rivalidade entre os dois teve ainda novos e calorosos episódios, inspirados certamente por essa primeira desavença. Ainda quando era Comandante de Armas na Província do Rio Grande do Sul, Deodoro da Fonseca se colocou em favor da legitimidade da posição assumida por um dos seus subordinados, o coronel Sena Madureira, em crítica na imprensa à administração civil do Ministério da Guerra, considerada uma afronta aos brios das classes militares, então subordinadas aos “casacas”, como costumavam chamar os burocratas civis, integrantes em grande parte da odiada elite bacharelesca do Império, ao menos pelos militares. Foi a ocasião oportuna para que Silveira Martins, também conhecido por sua proximidade com os quadros civis da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, manifestasse sua oposição ao posicionamento adotado pelo

---

<sup>243</sup>Esse costume do marechal chegou a custar-lhe mais tarde, no início da República, as críticas do ministro Aristides Lobo, reprovando seus hábitos aristocráticos, pouco condizentes com uma República que se queria popular. (*Revista Veja* (Edição especial: República). “Galanteios do bardo agreste: um marechal poeta e dançarino”. São Paulo, 20. nov. 1889, s/ n. p. 29).

<sup>244</sup>Idem.



Marechal, na mesma época em que havia sido apresentada contra o seu grande desafeto uma acusação de prevaricação no Supremo Tribunal de Justiça<sup>245</sup>.

Assim, a idéia de nomear Silveira Martins como chefe do novo gabinete ministerial com o intuito de amenizar principalmente as insatisfações do Exército com o governo parecia mesmo incoerente sob esse ponto de vista. Tanto era que o argumento utilizado mais tarde, na noite do dia 15 de novembro de 1889, para convencer o enfermo e acamado Deodoro a assinar o decreto da Proclamação da República, era o de que o Imperador o havia nomeado chefe do novo conselho de ministros, após a deposição do ministro Ouro Preto pelo marechal nas primeiras horas da manhã daquele dia. Foi uma estratégia muito bem conduzida pelo major Sólton Ribeiro, um republicano oculto entre a guarda que servia a Monarquia. Tudo começou no dia 14 de novembro com a divulgação pela Corte do boato de que D. Pedro II pedira ou pediria a prisão de Deodoro e Benjamin Constant - afamado professor de Matemática da Escola Militar e grande propagador dos ideais republicanos positivistas fundados nos postulados do filósofo-sociólogo francês August Comte – por tramarem contra o governo. O tal boato incendiário pareceu ter influenciado a decisão de Deodoro em participar e liderar, em aliança com lideranças republicanas da Corte, o levante pela deposição do gabinete presidido pelo Visconde de Ouro Preto, considerado ofensivo em sua administração aos interesses castrenses, como o era também o Conde d'Eu, por sua criticada convivência às ações daquele<sup>246</sup>. Até a manhã do dia 15 de novembro, quando da deposição do Gabinete Ouro Preto, as ações de Deodoro se concentravam na simples deposição do ministério, na defesa dos interesses do Exército, daqueles envolvidos na Questão Militar, sem oficializar qualquer comprometimento com os propósitos da República, que ainda não havia sido proclamada pelo Marechal, talvez pelo sentimento de amizade e pelo respeito que o mesmo conservava publicamente pelo Imperador, percebidos ainda certamente sem grandes embaraços.

Em Desterro, as notícias mais apuradas sobre os fatos ocorridos na Corte até o fim da tarde do dia 15 de novembro apontavam para esse mesmo estado de coisas, como bem considerava um segundo telegrama enviado da Corte nesse mesmo dia aos escritórios da empresa Carl Hoepcke & Cia., contendo em seu desfecho a clareza lacônica das seguintes

---

<sup>245</sup> Idem.

<sup>246</sup> SILVA, Hélio & CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *História da República Brasileira: nasce a República* (1888-1894). Vol. 1. São Paulo: Editora Três, 1975. pp. 71-72.

assertivas telegráficas: “República amanhã” <sup>247</sup>. Nesse ínterim, mesmo preso, Ouro Preto teve acatado seu pedido por uma conferência com o Imperador no paço da Corte. D. Pedro II, descendo de Petrópolis ao Rio de Janeiro, seguindo as normas do parlamentarismo brasileiro, reuniu-se com os parlamentares do Partido Liberal, majoritário no momento dentro das casas legislativas, objetivando constituir um novo ministério. Diante da gravidade do momento que se vivia, o nome de Silveira Martins foi logo preterido pelo próprio Imperador, mesmo indicado inicialmente pela maioria dos conferentes, em vista da sua incompatibilidade com o líder do levante que depusera Ouro Preto, concordando-se, por conseguinte, com a indicação imperial do nome do Conselheiro José Antônio Saraiva, acreditando-se este em melhor conformidade com Deodoro da Fonseca e com os propósitos da Questão Militar. O Marechal, contudo, no dia seguinte, quando lhe foi apresentada tal indicação sob a orientação conciliatória do Imperador, não a aceitou, considerando-a tardia por estar já a República proclamada em decreto por ele assinado na noite anterior, convencido antes pelo major Sólon Ribeiro de que o Imperador indicaria o nome de seu grande desafeto para a Presidência do Conselho de Ministros, do que decorreria de maneira planejada, conforme alertava o tal major, a prisão do “insurgente” Marechal, incompatibilizado com o novo governo do país<sup>248</sup>, até mesmo se Silveira Martins não fosse o novo presidente do Conselho, considerando-se simplesmente a indisposição de Deodoro com o governo e sua insubordinação diante do mesmo.

Os fatos referidos atestam que o nome de Silveira Martins era mesmo percebido como descabido para compor um novo ministério em um momento tão grave como este que se vivia, quando se percebia também a necessidade urgente de acalmar as insatisfações militares. Era inaceitável para tais representações que o governo passasse, com alguma duração mais alongada às mãos do inimigo número um de Deodoro<sup>249</sup> e opositor declarado da Questão Militar. Mas por que o Imperador havia então convocado àquele momento a inconveniente presença de Silveira Martins no Rio de Janeiro? Tal indagação nos faz reportar novamente ao projeto de abdicação de D. Pedro II em favor de um terceiro reinado a ser iniciado no dia de seu aniversário de 64 anos. O clima político da Corte estava

---

<sup>247</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. Florianópolis: IHGSC, 2002.p. 42.

<sup>248</sup> SILVA, Hélio & CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *História da República Brasileira*. pp. 72-73.

<sup>249</sup> Desde o dia 8 de novembro de 1889 os militares se reuniam sob a liderança de Benjamin Constant, contando a partir do dia 11 com a participação de Deodoro e de lideranças republicanas importantes como Quintino Bocayuva, Rui Barbosa e Francisco Glicério, preparando-se a deposição do gabinete Ouro Preto sob a liderança de Deodoro, submetidos todos às suas determinações. (Idem, ibidem, pp. 67-68).

bastante abalado e, também, muito instável, onde se fizesse prudente confiar nos nomes acertados para encabeçar um projeto delicado como este, justamente em um momento no qual a Monarquia se encontrava bastante fragilizada e, por isso, muita gente mudava de posição<sup>250</sup>, enquanto lideranças republicanas e militares tramavam em reuniões secretas contra o governo.

Entende-se, nesse sentido, a escolha do nome de Silveira Martins. Sua notória desavença pessoal com Deodoro e sua declarada oposição aos propósitos da Questão Militar - como fizera já saber em suas críticas a Deodoro e Sena Madureira em 1882 -, sua completa indisposição com os líderes da propaganda republicana na Corte em decorrência principalmente da aproximação destes com importantes dissidências conservadoras, seu desprezo pelo republicanismo positivista de Julio de Castilhos no Rio Grande do Sul<sup>251</sup>, além do interesse na preservação das posições que conquistara nos últimos meses de gabinete liberal, fariam de Silveira Martins o nome percebido como de grande confiança por parte do Imperador para arquitetar, com os cuidados do sigilo e a destreza dos bastidores, uma plataforma política para um projeto sucessório, onde a sua participação tivesse a duração estrategicamente curta de uma grande e certa cartada, sem prejuízos à sua permanência no cargo que exercia.

Silveira Martins era considerado, entre os nomes mais importantes de seu partido, uma espécie de “livre pensador”<sup>252</sup>, transitando com facilidade entre as várias correntes de pensamento, de fácil adaptação à “diversidade de opiniões” e à heterogeneidade de idéias que caracterizava o seu partido, no que também não era diferente do Partido Conservador. “Laet e Zacarias eram crentes. Ouro Preto encarnava a superioridade da ordem civil (...). Nabuco alteava sua voz eloqüente e sincera em prol da abolição pura e simples”<sup>253</sup>. Silveira Martins, pelo contrário, era do tipo que se ajustava bem a qualquer uma dessas vertentes, atendendo às conveniências do momento. Era uma figura conciliatória dentro do partido, com uma capacidade própria de se sobrepor às diferenças internas, apropriando-se com

---

<sup>250</sup> Principalmente os conservadores, apresentando alguns, além da insatisfação com o governo, uma descrença em relação à monarquia e uma aversão completa ao Imperador, talvez mais ainda em relação à princesa Isabel e às perspectivas de um terceiro reinado com ele no trono.

<sup>251</sup> ROSSATO, Luciana. *Imagens construídas: imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889 – 1896)*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1999. p. 74.

<sup>252</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Reinado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1998. p. 318.

<sup>253</sup> Idem.

facilidade desta ou daquela idéia. Era então a ocasião para um discurso reformista que priorizasse a “superioridade da ordem civil” defendida por Ouro Preto, preservando a mesma orientação de combater a “indisciplina” e a “ousadia” do Exército, mas também de sustentar o plano de reformas definido pelo Partido Liberal na reunião de maio de 1888, em São Paulo, logo após a aprovação da Lei Áurea, pautado na descentralização política do país, produzindo uma resposta à reforma abolicionista promovida pelo gabinete conservador de João Alfredo.

“O plano de reformas proposto pelo Partido Liberal no congresso de São Paulo era de tal de ordem que (...) importava num verdadeiro reconhecimento das fraquezas imperiais e da verdade expressa na ruína das instituições vigentes (...), uma fonte de golpes terríveis, donde viria a derrocada do regime”<sup>254</sup>. A proposta vencedora era fundamentada por Moreira de Barros, afirmando que “no período de agitações em que estamos entrando ou vamos entrar... o único meio de salvar a monarquia é a descentralização profunda”<sup>255</sup>. E por tais motivos, segundo Moreira de Barros, o congresso liberal resolvia que fosse “nomeada uma comissão que redija um programa de governo federal em tudo semelhante ao dos Estados Unidos, menos no que diz respeito ao chefe do poder Executivo, que continuará a ser o Imperador”<sup>256</sup>. Era também uma resposta às críticas republicanas ao regime monárquico, além de constituir um projeto político em notória conformidade com o projeto sucessório do príncipe Pedro Augusto. Mas era também uma crítica ao regime, feita por um partido apanhado na oposição, indispondo seus principais autores com a figura própria do Imperador. É daí, portanto, que se destaca o nome de Silveira Martins, um “livre pensador” bem posicionado em seu partido, bem situado dentro das idéias aí validadas e sem o radicalismo ideológico que pudesse comprometer um pragmatismo necessário ao governo dos diferentes interesses e vaidades. No momento oportuno, atestando seu comprometimento com os novos projetos políticos, era possível até que se fizesse algum tipo de ligação mais profunda entre essas novas idéias e o jornal que fundara em Porto Alegre ainda na década de 1850: *A Reforma*, do qual foi um dos redatores, chegando a se pronunciar em alguns momentos de maneira enfática contra as instituições políticas da

---

<sup>254</sup> Idem, ibidem, p. 186.

<sup>255</sup> Idem, ibidem, p. 320.

<sup>256</sup> Idem.

Monarquia, principalmente contra o seu centralismo<sup>257</sup>, sempre que fosse conveniente, por se encontrar na oposição, é claro.

Silveira Martins apresentava, assim, um perfil político e um posicionamento ideológico em grande conformidade com o projeto sucessório do príncipe Pedro Augusto, sem, contudo, apresentar nada que o incompatibilizasse com o projeto legitimista da princesa Isabel, oportunizando ao mesmo a neutralidade entre as duas correntes sucessórias. Era inegável, contudo, sua melhor conformidade com o projeto do primeiro, cujos principais apoiadores estavam situados justamente entre as fileiras liberais<sup>258</sup>, destacando-se aí o senador Antônio Prado e o Duque de Estrela, com quem Silveira Martins mantinha amistosas relações. Era o partido da situação, no qual a princesa Isabel e principalmente o Conde d'Eu não tinham grande penetração, colocando-se aquela, ainda, em indisposição com boa parte do partido no qual havia assentado sua base política, os conservadores escravocratas, alguns dos quais demonstraram a amplitude de sua insatisfação com a princesa e a Monarquia quando aderiram ao Partido Republicano. Talvez esse conjunto de fatores contemplasse mesmo os boatos propagados pela Corte de que Pedro Augusto era o preferido do Imperador na sucessão do trono real, embora D. Pedro II, mesmo às vésperas de sua cogitada abdicação, não definisse publicamente sua escolha ou sua preferência, havendo por isso quem apostasse no seu gosto pela legitimidade, isto é, pelo projeto legitimista da princesa Isabel, mesmo que pesasse sobre ela a tormentosa sombra do argumento moral pela Lei Sálica<sup>259</sup>, bastante providencial aos interesses do príncipe Pedro Augusto.

O projeto “pedrista”, procurando contemplar as demandas novas da política que se faziam perceber também nas insatisfações republicanas, buscava legitimidade e aceitação

---

<sup>257</sup> ROSSATO, Luciana. *Imagens construídas*. p. 81.

<sup>258</sup> DEL PRIORI, Mary. *O príncipe maldito*. p. 173.

<sup>259</sup> Princípio jurídico de origem francesa e medieval que regulava o papel das mulheres no direito sucessório, privando-as de qualquer participação nesse sentido sob o argumento da ameaça estrangeira à soberania nacional por via da transmissão de poderes a dinastias com origens em outras nacionalidades. Mesmo abandonado como princípio regulador explícito nas cartas legislativas das principais monarquias européias, o teor moral da Lei Sálica orientou estratégias políticas nesse sentido, mesmo sem o amparo formal deste princípio jurídico de origem medieval, evocado então pelo príncipe Pedro Augusto em seu projeto sucessório, desqualificando a influência estrangeira cogitada em um terceiro reinado com a princesa Isabel ao trono. Em conversa com o barão de Teffé, em março de 1888, na ocasião do aniversário de sua avó, quando acompanhava o tratamento de saúde do Imperador na Europa, Pedro Augusto aderiu a esse apelo, afirmando o seguinte: “a Lei Sálica, embora não mencionada em nossa Constituição, influiu no ânimo do primeiro imperador para abdicar em favor de meu avô com cinco anos de idade, em vez de passar a Coroa à sua primogênita D. Maria da Glória” (Idem, *ibidem*, p. 127).

no argumento reformista, referendando estrategicamente o projeto inicialmente concebido pelo movimento republicano, legitimando-o pela defesa das reformas vistas como necessárias para que o centralismo político do país não continuasse mais a obstruir a esperada expansão e modernização de sua economia, cuja orientação estava sempre atrelada aos arranjos políticos ensejados pelo Imperador no âmbito político da Corte. A idéia pouco clara de vir a ser o Príncipe Pedro Augusto uma espécie de imperador-presidente, ao estilo Napoleão III da França, procurava contemplar ao menos tacitamente as aspirações federalistas presentes no recente discurso liberal e empunhado também pelos republicanos como bandeira, prevendo medidas que buscassem melhor denotar alguma forma de autonomia política maior às províncias, talvez com alguma participação maior ou total na escolha dos governadores provinciais. Falava-se pelo menos no seu envolvimento com a idéia, como fazia entender o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1888, vinculando o projeto sucessório de Pedro Augusto à “questão da federação das províncias”<sup>260</sup>, justamente quando os liberais, após a aprovação da lei da abolição em um governo conservador, abraçavam a bandeira do federalismo. Além disso, o Príncipe percebia antes que na falta de apoio necessário ao seu projeto sucessório nos círculos políticos da Corte teria de recorrer ao apoio das províncias<sup>261</sup>.

Era um discurso concebido antes da última ascensão liberal, buscando justamente o apoio do partido, preocupando-se também em buscar satisfazer às inquietações republicanas, onde encontrava também alguma simpatia, por parte de Quintino Bocayuva principalmente. Era por isso visto por parte dos acólitos da Monarquia como um meio de salvar o regime, mesmo com algumas concessões. Conseguira antever o que os conservadores outrora não conseguiram. O imobilismo político da Monarquia seria a ruína do regime, por onde se ergueria a revolução republicana. O último período de ministérios conservadores teria sido marcado fatalmente pela insensibilidade de seus dirigentes diante das aspirações reformistas qualificadas junto à opinião pública por via dos discursos liberais e republicanos, diante da “exaltação do espírito público à idéia democrática, à república”<sup>262</sup>, conforme alertava em 1885 o Ministro da Justiça Ferreira Viana ao Presidente do Conselho, o Barão de Cotegipe. Ferreira Viana defendia que “apenas um

---

<sup>260</sup> Idem, *ibidem*. pp. 114 - 115.

<sup>261</sup> Idem, *ibidem*, p. 128.

<sup>262</sup> Idem, *ibidem*, p. 129.

meio haveria de resistir a esta calamidade; a reabilitação da opinião conservadora com o intuito de opor à revolução reformas largas e refletidas”<sup>263</sup>.

As lideranças do movimento republicano e da Questão Militar souberam, contudo, antecipar-se a essas previsões, frustrando o projeto sucessório de Pedro Augusto fundado na pauta reformista das fileiras liberais, nas quais a Princesa Isabel também procurava maior penetração na medida em que a abolição da escravidão, provocando o descontentamento de importantes representações conservadoras, mostrava já o empenho reformista da Monarquia, o que certamente obrigava Pedro Augusto a propor reformas novas e mais ousadas em seu projeto sucessório. Caíam, contudo, ao dia de 15 de novembro de 1889, a Monarquia e o Partido Liberal, pairando no ar somente a imagem desbotada daquilo que poderia ter sido e não foi, talvez por uma questão de dias ou, ainda, de estratégias, dos nomes a serem arrolados ou dos arranjos a serem engendrados. Cabia, contudo, reclamar àqueles que então interrompiam os projetos reformistas propalados pelos liberais a contemplação dos mesmos, sem o que não se percebesse como legítimo o meio pelo qual a mudança de regime fora concebida, por via de deposições das autoridades constituídas, destoando fortemente, inclusive, dos princípios contidos no manifesto fundador do movimento republicano, presentes ainda nas falas de suas principais lideranças até poucos meses antes da proclamação, comprometendo - como algumas lideranças liberais se colocavam agora a denunciar, a exemplo de Elyseu Guilherme em Desterro -, a autenticidade da idéia republicana, também por outras questões que vinham aí mancomunadas.

Mesmo associada nos tempos modernos aos movimentos revolucionários que tinham o tema da liberdade como uma de suas principais bandeiras, a idéia de República no Brasil não teve, por exemplo, como se imagina às vezes, uma relação muito próxima com a campanha abolicionista, estando isto relacionado, sobretudo, a uma questão de estratégia política e, mesmo indiretamente, a uma questão de cunho ideológico, que remonta, inclusive, as idéias primeiras publicadas em seu manifesto de fundação. A composição de um gabinete conservador em 1868, colocando à margem das grandes decisões governamentais o Partido Liberal, incitou e inspirou entre alguns daqueles que encabeçavam tal orientação, a proposição de reformas políticas estruturais para o país –

---

<sup>263</sup> Idem.

prevendo, por exemplo, a queda do regime e do próprio sistema unitário de Estado -, a partir do que foi fundado no ano seguinte o Clube da Reforma, que em 3 de dezembro de 1870 publicou em São Paulo o Manifesto Republicano, selando aí também a fundação do efêmero Partido Liberal Radical, que em 1873, na Convenção de Itu (SP), dera origem ao Partido Republicano. Nesse manifesto de fundação do movimento republicano no Brasil, os republicanos – entre os quais constam como signatários nomes como o de Quintino Bocayuva, Lopes Trovão, Saldanha Marinho e Aristides Lobo – assinalavam que a República deveria ser implantada no país de forma pacífica, isto é, através de uma alteração na Constituição a ser votada no parlamento imperial, cuja necessidade deveria ser antes por eles esclarecida à sociedade, sem o propósito de convulsioná-la, e cabendo somente à mesma, em detrimento de qualquer outro preceito, julgar a relevância de tal proposta.

Desde que a reforma, alteração ou revogação da carta outorgada em 1824 está por ela mesma prevista e autorizada, é legítima a aspiração que hoje se manifesta para buscar em melhor origem o fundamento dos inalienáveis direitos da nação. – Só a opinião nacional cumpre acolher ou repudiar essa aspiração. Não reconhecendo nós outra soberania mais do que a soberania do povo, para ela apelamos. Nenhum outro tribunal pode julgar-nos; nenhuma outra autoridade pode interpor-se entre ela e nós. – Como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da nossa pátria, não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos. Nosso intuito é esclarecê-la.<sup>264</sup>

Propunha-se, em termos mais precisos, “a convocação de uma Assembléia Constituinte com amplas faculdades para instaurar um novo regime”, valendo-se, para tanto, da legislação eleitoral então vigente no país. Com isso, os signatários deste manifesto “falavam não a todos os habitantes do Império, mas apenas aos eleitores – homens maiores de 25 anos com renda superior a 200 mil-réis, a quem cabia eleger deputados e senadores”<sup>265</sup>. Estavam em jogo, pelo que se viu decorrer da queda do gabinete liberal em 1868, muito mais os meios pelos quais seriam tecidas as disputas políticas no país, nas quais um grupo ou outro se via de quando em quando acometido pelas cartadas dadas pelas poderosas mãos do Imperador, sabendo-se serem, desta vez, acometidos por tais investidas, os políticos de orientação liberal, de onde provinham então as idéias republicanas.

Por esse e outros motivos, não se viu inicialmente, entre republicanos, alguma proposta de ampliação dos direitos civis – mais especificamente o direito ao voto – nos

---

<sup>264</sup> Manifesto Republicano de 1870. Apud. PRADO, Maria Emilia. “Abolicionismo de última hora”. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, n. 34, ago. 2006, p. 70.

<sup>265</sup> Idem.



termos que a nova constituinte propunha inaugurar<sup>266</sup>. Falavam nesse manifesto os anseios de grupos políticos e econômicos pouco afeitos às intempéries de um regime político marcadamente centralizado, contra o que se propunha desde algum tempo, ainda dentro dos quadros da Monarquia, uma maior autonomia às províncias, que desde 1834, por conta do Ato Adicional, escolhiam os seus representantes do poder legislativo, não tendo o direito de escolher, contudo, o seu presidente de província – como previa já a Constituição de 1824 –, nomeado pelo Imperador, quase sempre alguém de outra província, com quem as elites políticas e econômicas locais pouco se identificavam, até mesmo pela curta duração de seu mandato, de mais ou menos um ano.

Diante de um debate que se fazia irresoluto no país havia mais de três décadas – ignorando-se aí as frustrações que decorreram do Ato Adicional de 1834, mesmo com a criação das assembleias provinciais –, a idéia de República, mancomunada com a idéia de um princípio federativo inspirada no modelo político norte-americano, vinha então atender à demanda daqueles grupos. Sem prever o ingresso de outros grupos sociais na arena das disputas políticas, procurava-se fazer das províncias ou dos estados um espaço onde tais disputas estivessem menos vulneráveis aos cortes incisivos e unilaterais do regime político instaurado em 1824, esquivando-se também de qualquer compromisso com as demandas das classes populares, bem como de seus funestos arrebatamentos. Nestes termos, a idéia de democracia suscitada pelos signatários republicanos se limitava à idéia de maior autonomia política às províncias reclamada pelos mesmos, confundindo-se enfaticamente com isso, acomodando-se na idéia de que o modelo de representatividade até então vigente no país – marcadamente excludente – era legítimo e satisfatório.

As mudanças que os republicanos queriam promover, nas condições então previstas, dependendo de uma eventual votação a ser realizada no parlamento imperial, encontravam nesse âmbito a presença de “muitos dos representantes ligados aos interesses agro-exportadores de base escravista”<sup>267</sup>. Em meio a esse grupo, os conservadores se faziam notória maioria. Por tais motivos, mesmo que o republicanismo, do ponto de vista ideológico e até mesmo histórico, pudesse ser visto àquela época como um correlato do abolicionismo – por estar atrelado nos tempos modernos às lutas pela liberdade dos povos –,

---

<sup>266</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 43.

<sup>267</sup> PRADO, Maria Emilia. “Abolicionismo de última hora”. p. 70.

o movimento republicano não levantou de forma enfática e decidida, a bandeira da abolição da escravatura. Tal posição levava em consideração o apoio que precisariam dos políticos escravocratas para aprovar a mudança de regime em uma eventual constituinte. Daí, a aproximação que se viu já nesses tempos ensaiar entre republicanos e conservadores, obviamente que por iniciativa dos primeiros.

Nos referidos termos, conciliando tal situação com a bandeira outra que levantavam em seu arcabouço ideológico – a da descentralização política, substanciada na idéia de maior autonomia às províncias –, os republicanos, por ocasião do primeiro congresso do partido, em 1873, emitiram um “parecer sobre a questão escravista e, de acordo com a defesa que faziam (...) do federalismo, propunham que cada província devia resolver a seu modo e de acordo com seus interesses a emancipação dos escravos”, colocando ainda que a abolição era uma questão a ser resolvida pela Monarquia e que, portanto, não competia aos republicanos lutar pelo fim da escravidão<sup>268</sup>. Afirmavam, por isso, e talvez também pela memória recente da experiência vivenciada nos Estados Unidos durante a Guerra da Secessão (1861-65), que a centralização política poderia levar o país ao desmembramento, evitando-se isto, ou seja, mantendo a unidade política do Brasil, através da descentralização, estabelecendo laços políticos mais salutares entre o centro e a periferia: “Ao proporem a mudança da forma monárquica para a republicana, sem referência à escravidão, os signatários do Manifesto evitavam choques com uma parcela bastante significativa dos eleitores. A proposta carregava, assim, a marca da conciliação, pois os republicanos não desejavam “convulsionar a sociedade” e sim esclarecê-la. O tema da democracia aparecia no Manifesto relacionado à maior autonomia provincial”<sup>269</sup>.

A despeito do que algumas vozes minoritárias e consideradas mais radicais dentro do Partido Republicano – como Silva Jardim e Lopes Trovão - advogaram tempos depois, pronunciando-se em favor de uma república popular a ser implantada pelo povo e para o povo, defendendo uma revolução popular com ampliação dos direitos civis das populações comuns menos abastadas, as lideranças mais proeminentes e conservadoras do partido, como Quintino Bocayuva e Campos Sales, limitaram-se a ecoar o antigo discurso lavrado na década de 1870, sendo posteriormente encampado sem grandes dificuldades pelas correntes liberais. Por isso, com a proclamação da República, o liberalismo reformista se

---

<sup>268</sup> Idem.

<sup>269</sup> Idem

tornou uma importante demanda política a ser, inclusive, bem considerada pelos republicanos do episódio de 15 de novembro de 1889, que não poderiam rejeitar mudanças que eles mesmos propalaram com alguma veemência em outros tempos. Isto também porque os liberais, principalmente aqueles mais engajados na causa do projeto sucessório de Pedro Augusto, antevendo o crescimento da vaga republicana nos anos últimos do Império, ocuparam-se de encampar as demandas que daí percebiam derivar.

Dentro do movimento republicano, um de seus mais radicais representantes, o vociferante Silva Jardim, alertava para este fato, condenando fortemente, inclusive, a aproximação de importantes representações republicanas aos liberais “pedristas”. Sua crítica atingia diretamente o jornalista Quintino Bocayuva, com quem disputava em maio de 1889 as eleições para a presidência nacional do Partido Republicano. Em um manifesto emocionado com o título sugestivo de “A Conspiração”, Silva Jardim denunciava a aproximação de Quintino Bocayuva em simpatia e apoio ao projeto sucessório de Pedro Augusto, entendendo o jornalista que um terceiro reinado com o príncipe no trono representaria um caminho de transição para a implantação da República no Brasil, reafirmando a concepção original do movimento republicano de não convulsionar a sociedade com uma revolução onde se corresse o risco certamente de perder as rédeas do movimento para o povo ou representações políticas com maior penetração entre as massas populares. Na visão de Silva Jardim, o posicionamento de Bocayuva acabaria tendo como consequência o encampamento legitimado do projeto republicano pelos liberais, descaracterizando a idéia republicana. Percebia isso nas coisas neutras que Bocayuva escrevia, buscando não se indispor com o regime nos aconselhamentos que fazia à Coroa, paralisando, conscientemente ou não, a agitação republicana: “Aí fica a razão do meu manifesto; é que o liberalismo monárquico – quer do Sr. Souza Dantas, quer do Sr. senador Antonio Prado – nos está absorvendo. Eis porque tenho acusado o Sr. Quintino Bocayuva: porque ele não tem força alguma para tirar o partido republicano deste perigo, deixando que a República seja a monarquia sem imperador”<sup>270</sup>.

Contando com pouco apoio entre seus correligionários, Silva Jardim perdeu a eleição à presidência nacional do Partido Republicano para Quintino Bocayuva, uma das vozes mais influentes entre os integrantes do movimento em todo país, representante

---

<sup>270</sup> DEL PRIORI, Mary. *O príncipe maldito*. pp. 173-174.

destacado de uma concepção hegemônica de república pautada, sobretudo, em princípios que rejeitavam a idéia de que o novo regime ascendesse politicamente por meio de uma revolução popular. Sob sua chefia, as cores das idéias republicanas se atenuavam cada vez mais, permitindo e ansiando ao mesmo tempo uma aproximação com diferentes bandeiras, ao passo que algumas lideranças liberais, inclusive aquelas mais inclinadas ao projeto sucessório de Pedro Augusto, buscavam se apropriar com mais veemência das idéias reformistas agora pouco propaladas pelos republicanos, interessados mais que estavam em arregimentar aliados das mais diferentes e conflitantes idéias e posições. O próprio Quintino Bocayuva, no manifesto ao Partido Republicano que o elegera presidente em maio de 1889, já não considerava mais o federalismo uma característica essencial ao regime republicano. Era apenas um meio de se garantir a soberania nacional, uma finalidade maior com meios de alcance variados, validando mesmo a possibilidade de uma república unitária: “Unitário ou federal, este regime [republicano] pressupõe o governo do povo pelo povo. A soberania nacional como a única fonte de poderes legítimos; o sufrágio universal como instrumento pelo qual a vontade do povo se pode manifestar, tais são os dois fundamentos do regime institucional republicano, cuja síntese é universalmente expressa por este glorioso lema: liberdade, igualdade e fraternidade”<sup>271</sup>.

Fosse talvez um meio de valorizar outros princípios que os liberais não valorizassem nessa disputa acirrada pela patente de idéias e projetos políticos. O federalismo já se tornava algo tão falado entre os liberais que talvez fosse melhor para os republicanos valorizarem traços mais autênticos da idéia republicana, onde não precisassem disputar com os liberais os títulos de propriedade desta ou daquela idéia. Além disso, igualar-se aos liberais em idéias e projetos políticos não era uma estratégia interessante para quem buscava alguma aproximação política com os conservadores. Por outro lado, mais interessante para os republicanos era diferenciar-se dos liberais, diminuindo em seus projetos políticos, inclusive, a importância às idéias que os liberais queriam como suas. Entende-se daí, a indiferença com que o republicano Quintino Bocayuva se referiu em seu discurso à idéia federalista, empunhada agora como bandeira principal pelos liberais. Diante da abolição da escravidão em um governo conservador - mesmo que fosse uma idéia

---

<sup>271</sup> SILVA, Eduardo (Org.). *Idéias políticas de Quintino Bocaiúva*. Apud. MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império* (Condensado da Tese de Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 136.

mais advogada entre os liberais, quase um lema oficial do partido<sup>272</sup>, a exemplo do que aconteceu também em Santa Catarina -, cabia aos liberais definirem outra bandeira de orientação ideológica do partido, legitimando a sua própria existência diante dos seus adversários. Foi assim que em 1888, dias depois do “treze de maio”, o congresso do Partido Liberal em São Paulo – ao qual Elyseu Guilherme da Silva se refere no discurso de adesão da Câmara Municipal de Desterro, de maioria liberal, ao regime republicano, em 18 de novembro de 1889 - adotou então o federalismo como bandeira principal.

Daí se explica a indiferença de Quintino Bocayuva com o federalismo, outrora tão caro ao discurso republicano, concebida, contudo, no sentido de diferenciar o Partido Republicano do Partido Liberal em termos de idéias, preservando sua autenticidade e zelando por uma aproximação política com o Partido Conservador, principalmente agora que a Lei Áurea provocava a antipatia de muitos conservadores – onde se encontravam muitos escravocratas - com o regime monárquico e o Imperador. Além de um jogo de disputas pela patente de idéias e projetos políticos estratégicos, a orientação republicana era a de construir condições políticas favoráveis para a aprovação de uma reforma republicana no Congresso Nacional.

E foi assim que os próprios republicanos, em detrimento das idéias defendidas por algumas lideranças menores do partido, contribuíram para a qualificação de uma concepção reformista de política advogada então pelas lideranças liberais, desqualificando o ímpeto revolucionário que se fez por muito tempo – mais pelo empenho de suas lideranças mais radicais ou mesmo pelo próprio imaginário republicano construído em uma amplitude situada além das experiências nacionais – inerente à idéia republicana, onde se misturavam tacitamente imagens vagas de tomada de poder, deposição de autoridades por meio de práticas políticas intervencionistas impulsionadas e amparadas pela ovação popular. Parece certo, contudo, que pelo menos a idéia de apoio popular não fosse algo mal visto por essa nova concepção qualificada na política brasileira, até mesmo porque muitas das reformas aí propaladas buscaram legitimidade assentadas sob o dossel do espírito democrático.

---

<sup>272</sup> Uma estratégia muito utilizada por Dom Pedro II durante o seu governo foi aprovar projetos políticos de um partido político em um governo de outro partido. O partido da situação, mesmo contrariado em suas idéias e interesses, pagava o preço de estar no poder e o partido da oposição não encontraria nenhuma saída senão apoiar uma medida por ele mesmo defendia. E assim, durante o Segundo Reinado, as mais importantes leis abolicionistas foram aprovadas em governos conservadores, mesmo que a campanha abolicionista encontrasse nas fileiras liberais os seus maiores acólitos e a maioria dos seus apoiadores. (SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Reinado*. p. 151.)

A estratégia republicana parece ter sido necessária ou pelo menos bem adequada aos encaminhamentos que o movimento assumiu, ascendendo ao poder por meios antes desqualificados com o próprio endossamento republicano, fazendo uso da deposição de autoridades constituídas e de práticas políticas intervencionistas e arbitrárias sem nenhuma grande expressão de participação ou apoio popular nos episódios que marcaram sua fundação no Rio de Janeiro e nas capitais provinciais do país. As alianças fortuitas que o movimento arranhou representavam agora o apoio com o qual a República contava para superar a apatia popular e fazer frente à oposição que se formara entre os quadros decaídos. Eram as garantias de curto prazo, havendo ainda outras coisas a serem consideradas, como a necessidade de vincular as ações republicanas às aspirações populares amparadas nas expectativas reformistas antes propaladas.

O discurso liberal, em sua defesa enfática de um sistema político federativo, precisava ser considerado pelo novo governo. Os próprios liberais alertavam isso em Santa Catarina quando a adesão do Partido Liberal ao novo regime, em 21 de novembro de 1889, fazia-se sob a condição de que o regime republicano devesse contemplar as aspirações reformistas qualificadas fazendo valer suas antigas propostas federalistas, desde algum tempo encampadas habilmente pelo discurso liberal. Afirmavam os liberais catarinenses de Desterro, como já se colocou anteriormente, que o partido, “consultando a opinião de seus correligionários na província resolve aderir à República Federal proclamada como a nova forma de organização política nacional e colaborar com a máxima lealdade e esforço na constituição da Pátria livre e nomeadamente do Estado Federal de Santa Catarina”<sup>273</sup>, apontando para uma das principais propostas reformistas liberais, cujos trâmites, bastante lerdos durante o Império, os liberais queriam colocar como algo interrompido pelo movimento republicano de 15 de novembro, ameaçado, por isso, de não ser contemplado pelo novo regime, o que não era apenas um apelo ideológico carregado de ressentimento, mas também a reivindicação de meios políticos mais favoráveis à inserção liberal nessa nova ordem política.

E tais argumentos, mesmo que não carregassem somente o ressentimento ideologizado daqueles que foram destituídos de suas posições pelo novo regime, revelavam-se com tal facilidade e aparente espontaneidade às lideranças liberais

---

<sup>273</sup> PEREIRA, Carlos da Costa. *A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina*. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976. p. 131.

catarinenses certamente pelo que os fatos recentes em Desterro fizeram notabilizar. A prisão do notável senador e Presidente do Rio Grande do Sul Gaspar Silveira Martins, em Desterro, na madrugada que precedeu o alvorecer do dia 16 de novembro, provocara na cidade também grandes suspeitas sobre a missão política que iria desempenhar na Corte. Viajando para o Rio de Janeiro com a deputação geral da Província que representava, esteve preso em Desterro contando com a companhia do deputado liberal gaúcho Antônio Eleutério Camargo, sobre quem parece não ter pesado nenhuma ordem de prisão em Desterro, o que parece mesmo ter veracidade pela pouca importância dada ao referido nome na imprensa desterrense, aparecendo citado somente nos manuscritos de Duarte Schutel<sup>274</sup>. Permanecendo em Desterro sob o gozo da liberdade, o deputado Camargo, como era conhecido, visitado certamente por seus correligionários da cidade no lugar onde estivesse hospedado – se é que não foi convidado a se hospedar na residência de algum correligionário de Desterro –, teria sido certamente o responsável por levar aos liberais desterrenses o conhecimento acerca dos reais propósitos da viagem de Silveira Martins para a Corte, constituindo, nesse entendimento, um motivo importante pelo qual algumas lideranças liberais teriam dado tanta importância à presença desse homem na cidade.

O deputado liberal Virgílio Vilella, por exemplo, foi um dos que resistiu de maneira veemente à ordem expressa pelo governo provisório de levar Silveira Martins preso para o Rio de Janeiro. Segundo Duarte Schutel, Vilella foi, juntamente com outro deputado de sobrenome Souza – certamente João Silveira de Souza, mais notória liderança liberal das duas últimas décadas na Província – quem mais explicitou publicamente seu apoio ao senador e presidente gaúcho<sup>275</sup>, chegando mesmo em tal situação a comprometer um posterior entendimento com as lideranças do novo regime, talvez com a orientação de relutá-lo, a exemplo do que fizeram na noite de 18 de novembro os soldados do 25º Batalhão de Infantaria, movidos também por um sentimento de semelhante simpatia pelo Presidente Silveira Martins. Não somente por mera coincidência, era o mesmo Vilella que cinco anos antes havia sido o grande cicerone da família real quando esta esteve em visita por Desterro durante alguns dias do mês de dezembro do ano de 1884. No dia 14, chegando a Santa Catarina primeiro por São Francisco, onde se hospedaram na residência do deputado liberal Abdon Batista, a Princesa Isabel e o Conde d’Eu, acompanhados dos filhos

---

<sup>274</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 45.

<sup>275</sup> Idem, *ibidem*, p. 47.

D. Pedro de Alcântara e D. Luiz e da Viscondessa de Suruí, chegaram a Desterro na manhã do dia 17.

Procurando atender à pompa que a ocasião pedia, o Presidente Paranaguá, de orientação liberal, havia já concluído a pintura do forro do palácio, bem como a renovação e a restauração do mobiliário ali existente<sup>276</sup>. Mesmo que a comissão formada em Desterro para cuidar da recepção dos príncipes fosse constituída por uma maioria de conservadores<sup>277</sup> – uma maneira usual na época de acalmar o ímpeto crítico da oposição<sup>278</sup> –, foi escolhido para acomodar os membros da família real na cidade o palacete-chalé de Virgílio Vilella, uma das mais portentosas residências desterrenses, localizada na Rua Formosa (atual Esteves Júnior), destruída mais tarde para dar lugar ao que é hoje a residência oficial do Arcebispo de Florianópolis<sup>279</sup>. Recepcionados no porto de Desterro pelo Presidente Paranaguá, os príncipes foram conduzidos a um *Te Deum* na igreja matriz da cidade, após o que partiram em périplo formado de um total de dez carros em direção ao “Chalé Vilella”, onde lhes foi oferecido um almoço para 50 talheres, acompanhado de muita música<sup>280</sup>. Um dos homens mais abastados da cidade, Virgílio Vilella soube tirar proveito de sua posição política e social para estabelecer boas relações com a família real, no que se sentisse creditado a gozar mais tarde talvez dos privilégios que daí pudessem derivar, firmando certamente no entendimento público uma imagem de monarquista convicto e simpático aos propósitos futuros de seus visitantes.

Assim, reportando novamente ao mês de novembro de 1889, sua manifestação em defesa de Silveira Martins, nome então percebido como principal articulador da organização de uma plataforma política para um terceiro reinado – como os boatos propagados pela Corte permitiam entender –, e seu passado de ligação com a princesa Isabel e o Conde d’Eu, seu empenho notório de aproximação junto à família real, revelam uma concatenação de fatores que apontam para a idéia de que os políticos liberais de Desterro

---

<sup>276</sup> *O Despertador*, Desterro, 3 de dezembro de 1884, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>277</sup> *A Regeneração*, Desterro, 15 de novembro de 1884, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>278</sup> A exclusão do partido opositor de um evento importante como esse fazia render pelo menos algumas semanas de acirrada crítica da oposição na imprensa local. Mais interessante para o governo era incluir a oposição no evento e poupar habilmente algumas críticas.

<sup>279</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História da Política em Santa Catarina durante o Império*. Vol. 4. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. p. 1506.

<sup>280</sup> Idem.



houvessem tomado conhecimento dos propósitos concebidos por Silveira Martins em sua viagem ao Rio de Janeiro – fossem quais fossem - e de que alguns desses liberais pelo menos tivessem ansiado pela concretização dos projetos políticos aí compreendidos. Ademais, a voz de prisão proferida contra Silveira Martins em Desterro pouco depois de ter aportado no ancoradouro da Praia de Fora, por volta de cinco horas da madrugada do dia 16, em tons emergenciais e na calada da noite, atendendo a orientações alarmantes provenientes do Rio de Janeiro, mais especificamente de Quintino Bocayuva, revelava aos olhos mais atentos da cidade uma medida de segurança contra uma ameaça percebida contra o regime que então se instalava no país. E tal percepção sobre o referido fato, chegando o mesmo em pouco tempo ao conhecimento de muitos dos políticos presentes àquele dia em Desterro, parece ter mesmo confirmado coisas importantes suspeitadas sobre o tão comentado e misterioso viajante.

E, diante dos fatos que se desenrolaram na cidade na manhã do dia seguinte, a presença desse homem em Desterro parece ter mesmo servido de inspiração para aqueles que advogavam a mesma causa por ele planejada – conforme as conheciam e imaginavam - para ser executada na viagem que fazia rumo à Corte. Parecem contemplar tais considerações as denúncias produzidas – com um ímpeto um tanto passional, como faz entender Duarte Schutel - por Alfredo Gama d'Eça sobre insultos que o chefe de polícia José Pereira Dias tivesse proferido contra Gaspar Silveira Martins, aprisionado na cidade sob a sua responsabilidade<sup>281</sup>. Que insultos poderiam ser estes aludidos por Alfredo Gama d'Eça? Talvez a acusação de que Silveira Martins objetivasse tramar algo contra a República, contra as instituições e as leis já estabelecidas, considerando os fatos na ordem dos dias, mesmo que para aqueles homens simpáticos ao velho regime não se tratasse aquela viagem, em seus propósitos, de um ato contra as leis e as instituições do país, mas sim em favor das mesmas – monarquistas ainda, conforme reclamavam -, da sua conservação, o que para outros era visto agora como uma subversão da ordem política que havia sido há pouco mudada no país.

E, nesse sentido, Alfredo Gama d'Eça fazia transparecer aos acólitos do novo regime a sua orientação política, sem maiores receios, acreditando talvez na força da causa que defendia. E era este o mesmo Inspetor Alfredo que, antes disso ainda, na manhã do dia

---

<sup>281</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 44.

17 de novembro, tão logo fora a República proclamada oficialmente na Província, negara-se a cumprir as ordens dadas pelos membros da junta governativa republicana - para que se provasse certamente a sua orientação política e sua verdadeira posição diante dos fatos – para que subisse, talvez em uma escada, ou designasse algum funcionário seu para que o fizesse, com o propósito de abater na Alfândega o brasão do Império que encimava sua porta central. Alegava não obedecer a essa ordem por correr perigo em tal situação, ele mesmo, caso fosse mesmo diretamente intimado a cumpri-la, ou o funcionário que fosse então designado para tanto, sendo por isso demitido<sup>282</sup>.

Era certamente o empenho de impedir que seu nome ou, ainda, a repartição que tinha sob a sua inspeção, tivesse alguma ligação com o regime há pouco instalado, acreditando, por conseguinte, que o mesmo tivesse uma existência efêmera, com o que não quisesse se comprometer. Mostrava total antipatia, rejeição e desprezo pela República. E tinha para isso motivos importantes. Além de ser afiliado às idéias liberais, que eram também suplantadas pela República, Alfredo Gama d'Eça tinha ainda à frente do novo regime, compondo a junta governativa do recém fundado “Estado Republicano de Santa Catarina”, um de seus grandes desafetos, talvez o maior deles, senão, ainda, o único: Alexandre Marcelino Bayma. Médico militar em Desterro, como ele, talvez a profissão que tinham em comum fosse um motivo natural de disputas e desavenças entre os dois, além de atuarem politicamente em fileiras opostas. Fosse qual fosse a causa de suas diferenças – ironicamente, talvez, aquilo que tinham justamente em comum -, o certo é que um alimentava pelo outro um ódio mortal. Envolvidos com os negócios da política na Província - Bayma com um envolvimento mais direto, portando-se mesmo como um político de carreira -, os dois parecem ter travado no passado sérias disputas envolvendo principalmente questões partidárias e, também, o envolvimento das classes militares de Desterro na política, divididas certamente entre essas duas lideranças.

Foi em 1881 que as divergências entre os dois, se ainda não existiam, passaram a ter então um motivo mais concreto. Naquele ano, o médico militar e ex-combatente na Guerra do Paraguai, ascendendo então - por decorrência certamente dos louros colhidos também por sua participação nesse evento histórico - ao posto de general de brigada, Alexandre Marcelino Bayma, um dissidente das fileiras liberais, era uma das mais destacadas

---

<sup>282</sup> Idem, *ibidem*, p. 42.

lideranças do Partido Classista ou Partido das Classes, fazendo-se representar as classes comerciantes e profissionais liberais, em uma província acusada de ter seus representantes políticos oriundos quase exclusivamente dos meios militares, do funcionariado público ou, ainda, do campo, ou melhor, do interior, onde se destacavam alguns grandes proprietários de terras. Sua origem era, contudo, contraditória aos propósitos que advogava. Mas ele não era também, como político experiente que mostrara ser, um homem desprovido de argumentos quando a ocasião então os reclamava eloqüentes e convincentes. O discurso classista, mergulhado no vazio político e ideológico existente entre os partidos Liberal e Conservador, é bem verdade, buscava a adesão de grupos sociais que julgava não representados politicamente na Província pelos mesmos, principalmente entre as classes médias urbanas, nas quais se percebia incluídas aquelas já citadas, sem que se excluísse daí alguns representantes das classes militares, principalmente, como parecia constatar-se nos quadros políticos da Província, os de baixa graduação. Esse argumento era bem particular do próprio Bayma, uma forma bem encontrada por ele para legitimar sua ligação com um grupo social mais amplo onde pudesse delinear um nicho político mais específico para seu partido e, também, outro ainda mais específico onde se fizesse representante exclusiva a sua própria figura.

E foi nesse nicho político mais específico que o médico militar Alexandre Marcelino Bayma investiu sem reservas as suas fichas, já que nos outros meios os quais seu partido propunha representar, os liberais e os conservadores, talvez mais aqueles que estes, tinham grande adesão. No início daquele ano, segundo informa o jornal desterrense *O Despertador*, em edição datada de 9 de março, um grupo de oficiais de terra e mar composto em grande parte de cabos e tenentes, sob a liderança e a iniciativa de Bayma, o mais graduado entre eles, fundara na cidade um “Clube Militar” com o intuito de escolher um representante da classe para concorrer ao legislativo provincial<sup>283</sup>, auferindo-se aí um maior engajamento da classe militar nos negócios políticos da Província. Entre os associados, o nome de Bayma era curiosamente o único com algum histórico de participação em eleições, sendo também, consequentemente, o único que já havia sido diplomado em alguma delas. Seu projeto parecia atraente aos interesses daqueles jovens iniciantes na carreira militar e, também agora, na carreira política, como queriam, mesmo

---

<sup>283</sup> *O Despertador*, Desterro, 19 de março de 1881, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

que tivesse sido cuidadosamente planejado para que seu nome fosse percebido amplamente como o mais acreditado para representá-los.

Parece certo que a iniciativa do médico militar Alexandre Marcelino Bayma tivesse mesmo conseguido despertar entre seus associados do Clube Militar um senso maior de pertencimento social, definindo melhor seus interesses de grupo, mesmo que não conseguisse talvez ser percebido pelos mesmos como um representante legítimo da classe. Sabe-se, pelo menos, que esse senso maior de pertencimento social que Bayma quisesse talvez despertar entre seus associados do Clube Militar acabou resultando em práticas onde a defesa de tais interesses incursava por canais divergentes daqueles esperados por ele, onde obtivesse então algum benefício político, o que também não é o bastante para afirmar que Bayma tivesse fracassado totalmente em seus propósitos. O certo é que em abril daquele ano, um mês após propagar-se na imprensa desterrense a fundação do tal Clube Militar, conforme notícia com certo distanciamento temporal o jornal liberal *A Regeneração*, em 21 de agosto daquele mesmo ano, ocorrera na cidade um pequeno levante militar dos praças do Quartel do Campo do Manejo sob a liderança do capitão Tristão Sucupira de Alencar Araripe, indispondo-se com as difíceis condições de trabalho a que estavam submetidos, recusando-se a comer o “horrível rancho”<sup>284</sup> que lhes era fornecido pelas autoridades provinciais. Sucupira, como era conhecido o líder do motim, era um dos associados do Clube Militar fundado por Bayma e se em agosto de 1881 a imprensa desterrense se referia a ele como capitão, meses antes disso, em março daquele mesmo ano, quando da ocasião em que se noticiava a fundação do referido clube, o mesmo tinha ainda a patente de tenente. Fora promovido nesse meio tempo e talvez algum prestígio maior que percebesse ter por conta disso o fizesse querer buscar entre seus sócios alguma influência em detrimento dos interesses percebidos de Bayma. Mas havia também motivos para que se pensasse que Sucupira fosse um aliado político de Bayma, podendo mesmo dever a ele algum favor por sua promoção, notória que era sua influência em tal meio e, talvez por isso também, em tais trâmites.

Assim percebido por muitos certamente, como os fatos permitiam acreditar, o nome de Bayma aparecia como um dos mais sérios adversários políticos do governo liberal que estava à frente dos negócios públicos da Província. E isto fosse talvez, paradoxalmente, um

---

<sup>284</sup> *A Regeneração*, Desterro, 21 de agosto de 1881, p.1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

fator desfavorável ao projeto no qual buscava adesão das classes militares para seus propósitos políticos. Ademais, é impossível imaginar, contudo, que em uma cidade costumeiramente dividida pela política, onde muitas vezes a orientação partidária seguia os mesmos critérios que definiam nessa mesma esfera o pertencimento familiar em cada um, mesmo entre as classes militares e principalmente entre aquelas de baixo posto, que o projeto de Bayma fosse capaz de despertar entre esses grupos uma consciência tal de pertencimento social, amplamente imaginada, quando a política na Província contemplava só tacitamente esses princípios e critérios. Isto também porque a atividade profissional de cada um era algo bem menos dependente da hereditariedade do que a orientação política. Em meio a isso, a própria origem de Bayma, sua graduação militar e a posição que ocupava na dinâmica política provincial, eram fatores bastantes para que se levantassem contra ele as vozes pouco amistosas da contestação.

E foi justamente no meio militar, mais exatamente no mesmo meio profissional específico no qual atuava que Bayma viu se levantar contra ele esta voz pouco desejável aos seus ouvidos. Voltava-se contra ele o jovem médico militar Alfredo Gama d'Eça, um liberal apaixonado, inserido nos quadros do governo da Província. Desde então os dois se rivalizavam nas questões que envolviam a participação da classe militar em assuntos de ordem política, defendendo suas respectivas bandeiras e posições. Se Alfredo Gama d'Eça se empenhava pelo comprometimento das classes militares com a orientação política da qual comungava, considerando que àquele tempo se vivia um momento de governos liberais, o político Alexandre Marcelino Bayma, tendo abandonado as fileiras liberais pouco antes destas se perfilarem no governo do país e da Província, em 1879 – em um momento pouco oportuno, portanto – procurava penetração em novos nichos político-eleitorais ainda pouco desbravados. Imagine-se, então, com que olhos o jovem médico Alfredo Gama d'Eça teria visto a fundação do Clube Militar de Desterro sob a liderança de seu maior rival, em agosto de 1881 ou, ainda, o levante dos soldados do Quartel do Campo do Manejo contra as condições nas quais ali viviam, liderados que estavam pelo então tenente Sucupira, em março daquele mesmo ano, encontrando-se o tal líder meses depois mancomunado com Bayma na fundação do referido clube, ocupando já então a patente de capitão, em tão oportuna promoção.

A época em questão pareceu, por isso, bastante propícia para que os dois inimigos políticos se debatessem novamente em outras contendidas, tornando ainda mais notórias as

diferenças e a rivalidade entre ambos, alimentando e fortalecendo sempre mais o ódio que um conservava pelo outro. Sobre um novo episódio da história de emulação entre estes dois personagens, já em maio de 1882, o *Jornal do Comércio* de Desterro, no dia 14, noticiava mais uma intriga entre Bayma e o dr. Batovi, como também era conhecido em função das atribuições históricas ao nome de seu pai, quando o médico tenente-coronel Alfredo Gama d'Eça, do corredor do prédio da Assembléia Provincial – na esquina da Rua do Imperador (atual Tenente Silveira) com a Rua da Paz (atual Jerônimo Coelho) –, colocou-se a criticar – não se sabe por quais motivos e em que tom exatamente – o então deputado classista Alexandre Marcelino Bayma, que, da tribuna, indisputou-se com o mesmo, chegando a reclamar aí a intervenção das autoridades policiais da Província<sup>285</sup> – onde possivelmente existissem alguns dos seus aliados militares –, sobre o que o jornal não adianta maiores detalhes.

A rivalidade de Alfredo Gama d'Eça com Alexandre Marcelino Bayma parece ter mesmo influenciado o posicionamento rebelde e ofensivo que aquele assumiu após os acontecimentos de 15 de novembro, quando a Monarquia era extinta e o governo liberal na Província era destituído por uma junta governativa republicana da qual Bayma era um dos três destacados integrantes. Contudo, este não foi certamente o único motivo que orientou seu envolvimento na rebelião restauradora do 25º Batalhão de Infantaria na noite de 18 de novembro e sua oposição aguerrida à República nos primeiros dias deste novo regime. Muito apegado ao pai, Alfredo, filho único do general Manoel da Gama d'Eça com dona Ana Pereira da Gama, parece nunca ter omitido seu zelo pela imagem e pela memória que o pai construíra nos meios políticos e militares, o que certamente contribuiu para que o chamassem em Desterro – alguns pejorativamente – de “dr. Batovi”. Sua participação na rebelião de 18 de novembro com o apoio do barão revela um pouco da relação que tinha com o pai<sup>286</sup>, revelando também, juntamente com o comportamento sempre hostil que

---

<sup>285</sup> *Jornal do Comércio*, Desterro, 14 de maio de 1882, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>286</sup> Oswaldo Rodrigues Cabral conta que em abril 1894, após o término da Revolução Federalista e durante o governo militar do Coronel Moreira César, o Barão de Batovi foi preso por ter presidido em 1893 a reunião de oficiais que votaram pela capitulação em relação à tomada da cidade pelos revoltosos da Armada do Rio de Janeiro, segundo o autor, com o intuito de poupar a população civil de um bombardeio. Seu destino era o fuzilamento em Anhatomirim, como o de muitos outros acusados de envolvimento com a Revolução Federalista e a Revolta da Armada. Segundo Cabral, “Seu filho, dr. Alfredo da Gama d'Eça, que conseguiu acompanhá-lo, não querendo separar-se do pai, no momento de enfrentar o pelotão, a ele abraçou-se – e com

demonstrou em relação à República, motivos outros que teriam orientado tal posicionamento diante dos acontecimentos que sucederam em Desterro a chegada daquele primeiro telegrama aos escritórios da empresa Carl Hoepcke & Cia..

Ex-presidente de província no Mato Grosso, notabilizado por sua participação na histórica Guerra do Paraguai, tendo já recebido as honrarias de comendador da Imperial Ordem da Rosa e da Imperial Ordem de São Bento de Avis e possuindo um longo passado familiar de ligação com a nobreza portuguesa desde os tempos coloniais<sup>287</sup>, o então general Manoel da Gama d'Eça havia auferido recentemente, há menos de três meses, a patente nobiliárquica de Barão de Batovi, em 28 de agosto de 1889<sup>288</sup>, o que estreitava ainda mais suas relações com o Imperador e com a Monarquia, regime no qual engrandecia agora ainda mais seu prestígio nos âmbitos político e militar, além do grande *status* social que passava então a acompanhá-lo juntamente com o novo título. E esses últimos acontecimentos haviam sido tramados, ainda, em um governo liberal, orientação política com a qual seu nome já estava havia bastante tempo relacionado. O novo barão tinha muito a perder com a queda do regime e do partido, com a deposição do Imperador e a queda do gabinete e dos governos provinciais liberais. A República, desqualificando a sua estreita ligação com o passado monárquico e, principalmente, sua posição nobiliárquica, era uma afronta aos seus anseios, a negação das gloriosas atribuições ao seu nome. Seria igualado aos seus “inferiores”, um “cidadão” comum como os outros, destituído de privilégios e dotado simplesmente de “direitos universais”, ignorando-se aí todo um passado e uma memória custosamente construídos.

---

ele foi trespassado pelas balas dos vencedores” (CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro: Memória*. Vol. 2. Florianópolis: Editora da UFSC, 1972. p. 277.).

<sup>287</sup> Sobre o passado nobre da família de Manoel da Gama d'Eça, a pesquisadora e escritora Sylvia Amélia Carneiro da Cunha, em trabalho biográfico sobre o referido militar, afirma o seguinte: “Foram seus pais o Cel. Manoel de Almeida Coelho e Da. Maria Isabel de Almeida Gama. Descendente de uma família de fidalgos e militares, de uma estirpe que deu a Santa Catarina o Comandante do Legendário Regimento Barriga Verde e o Brigadeiro José Maria da Gama Lobo d'Eça também pertencente àquele Regimento e que mais tarde foi Barão com Grandeza de Saican. Sobre a sua remota ascendência, o historiador Henrique Boiteux incluiu no seu Livro “Santa Catarina no Exército”, um curioso traslado autenticado por tabelião e que justifica a nobreza dos Gama d'Eça de Santa Catarina. Através desse traslado, inferimos que sua vigorosa árvore genealógica encontra raízes no casamento clandestino de El-Rei D. Pedro I de Portugal com Da. Inês de Castro, coroada rainha depois de morta e que deixou como descendente um filho, o infante D. João, casado com Da. Maria Teles de Menezes, irmã da rainha sua cunhada. (CUNHA, Sylvia Amélia Carneiro da. “Sesquicentenário do Marechal Manoel de Almeida da Gama Lobo d'Eça – Barão de Batovi”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, n. 1 (3ª fase), 2º sem. de 1979, p. 63.)

<sup>288</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A história da Política em Santa Catarina durante o Império*. p. 1684.

Sobravam, por isso, motivos para que o tão bem afamado fidalgo se voltasse contra a mudança de regime, para que apoiasse ou amparasse de algum modo, como ocorreu de fato na noite de 18 de novembro de 1889, algum movimento contra a República, em favor da restauração do regime que então decaía. Contudo, não o faria sem maiores garantias, sem a orientação de algum projeto plausível ao alcance de seus fins, sem que percebesse existir alguma sustentação política para tanto, iniciado que era já desde muito tempo em trâmites dessa natureza. Não apoiaria, por isso, uma sublevação de militares de baixa patente contra o novo governo instituído se não percebesse nisso ou por trás disso, possibilidades concretas de sustentação aos propósitos aí compreendidos. Não empenharia ou não permitiria que seu filho Alfredo se empenhasse em uma aventura qualquer perigosa e inconseqüente, arriscando para tanto sua integridade física e moral. Deste modo, o envolvimento de Alfredo Gama d'Eça na rebelião dos soldados do 25º Batalhão de Infantaria, apoiado em tal cometimento pelo pai, pressupõe elaborações maiores que aquelas notabilizadas pelo comedido relato do comandante Manoel Eufrásio dos Santos Dias, que aparecem, por sua vez, subentendidas na denúncia exaltada de Alfredo contra o comandante policial José Pereira Dias, acusando o mesmo de proferir insultos contra Silveira Martins na prisão. Assumia um comportamento semelhante àquele depois apresentado por seu correligionário Virgílio Vilella quando da deportação do mesmo Silveira Martins para o Rio de Janeiro e, tal comoção, provocando certamente algum estranhamento àqueles que presenciaram tal fato em Desterro, deveria ter lá motivos importantes. O arrebatamento de Alfredo se movia em favor do homem então percebido como o grande nome escolhido pelo Imperador para ser o articulador da formação de um novo gabinete ministerial, conservando a mesma orientação liberal, arquitetando uma plataforma política sobre a qual se assentariam as bases de um terceiro reinado, a partir do dia 2 de dezembro de 1889, no aniversário do Imperador, quando este abdicaria do trono em favor da Princesa Isabel, empenhada na causa sucessória legitimista, ou do Príncipe Pedro Augusto, apontado por muitos na Corte como o preferido pelo avô, o “favorito” na disputa, como consideravam seus acólitos principais e alguns jornais importantes da imprensa carioca<sup>289</sup>.

---

<sup>289</sup> DEL PRIORI, Mary. O príncipe maldito. p. 83.



Identificada com tais perspectivas por alguns liberais, a presença de Silveira Martins em Desterro, mesmo aprisionado pelas autoridades policiais e militares da República, representava algum alento àquelas almas mais inseguras, atormentadas pelo fantasma atemorizador do republicanismo. Advinham daí, certamente, garantias percebidas como suficientes para que se empenhasse um nome vultoso como o do Barão de Batovi na defesa do regime que então decaía, onde se preservassem sem danos as posições por ele antes auferidas. E havia, ainda, pela importância que o nome de Silveira Martins assumia em tais propósitos, um argumento mais forte de luta do que a simples defesa do regime monárquico, bastante desgastado em meio à opinião pública. Era a providencial causa do reformismo liberal empunhada como estandarte principal pelas lideranças mais notórias do partido em Desterro. E mesmo que os propósitos mais imediatos da rebelião do 25º Batalhão de Infantaria fossem frustrados pelo fracasso do levante e pela desmobilização quase completa dos seus amotinados, perdurava ainda nas cabeças liberais o projeto reformista carimbado com a sigla do partido, ciente este de que os republicanos locais, bastante fragilizados politicamente em termos quantitativos, precisariam relevar algumas rugas passadas para se pouparem do indesejado enfrentamento com essa importante e aguerrida representação política, conservando desde muito tempo um desempenho eleitoral diferenciado entre as plagas litorâneas de Santa Catarina, onde residia a maior parte dos eleitores do recém fundado “Estado Republicano de Santa Catarina” ou “Estado Federal de Santa Catarina”, como reclamavam as lideranças liberais de Desterro. Concomitante isso, os liberais decaídos, assombrando a República com o fantasma do reformismo monarquista e desqualificando o princípio revolucionário que se fez inerente à idéia republicana pela voz de alguns dos seus propagandistas mais radicais da Corte – no que pesassem mais deposições ou demissões por ação intervencionista de um novo governo – aderiam ao novo regime com o apelo pela preservação da civilidade qualificada em uma política de aspirações reformistas – como previa também o discurso republicano -, pela polidez e pela brandura nos gestos e nos atos do novo governo, por onde melhor percebiam certamente a sua inserção no novo regime.

Essa linguagem compartilhada que molda as práticas de elaboração de um pensamento político percebidamente republicano se desenvolve, segundo Pocock, através de meios próprios e singulares de validação, entre uma “grande variedade de coisas de

podiam ser ditas ou reconhecidas como tendo sido ditas”<sup>290</sup>, uma grande diversidade de contextos lingüísticos que determinam “o que poderia ser dito e que, ao mesmo tempo, sofriam a ação daquilo que era dito”<sup>291</sup>. Assim, o contexto lingüístico no qual esse pensamento republicano encontra possibilidades de validação se situa no meio de um debate político acalorado durante os últimos momentos do Império e os primeiros dias da República acerca da definição dos encaminhamentos políticos a serem dados às demandas políticas que os vários grupos políticos aí envolvidos percebiam emergir. É o momento no qual a prática reformista, sobrepondo-se às expectativas revolucionárias propulsadas por uma minoria republicana considerada mais radical, encontra destacado apoio entre esses vários grupos políticos, principalmente – no caso daqueles que ascenderam politicamente com a mudança de regime político - em função da preservação de uma dinâmica política favorável aos seus interesses, onde o papel reservado ao povo nessa trama é o de um simples espectador ativo, que pode ou não aplaudir o que vê à sua frente, aclamar ou não o que ora se sobressalta aos seus olhos, por uma evolução que se lhe atribui pautada nos conceitos então forjados de ilustração e civilidade.

Em meio a esse novo plano discursivo, segundo Pocock, cada uma das linguagens aí compreendidas, sejam quais forem suas origens – genuinamente republicana ou liberal – “exercerá o tipo de força que tem sido chamada de paradigmática”<sup>292</sup>. Cada uma dessas linguagens, independente das suas procedências sócio-políticas, “contribuirá com informações selecionadas como relevantes ao exercício e à natureza da política, e favorecerá a definição de problemas e valores políticos de uma determinada forma, e não de outra”<sup>293</sup>. E se, para tanto, independem as suas origens é também por que essas linguagens políticas possuem um caráter “mais retórico do que institucional”<sup>294</sup>, originando-se simplesmente como “modos de argumentação no interior do próprio processo evolutivo do discurso político, como novos modos inventados, ou como velhos modos transformados pela constante ação da fala sobre a língua, da *parole* sobre a *langue*”<sup>295</sup>. Ocorre, no caso dos debates políticos e nas disputas pela propriedade de idéias e pensamentos, nas disputas pela definição da própria natureza do regime, algo semelhante

---

<sup>290</sup> POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. Trad. Fabio Fernandez. São Paulo: Edusp, 1999. p. 24.

<sup>291</sup> Idem.

<sup>292</sup> Idem, ibidem, p. 32.

<sup>293</sup> Idem.

<sup>294</sup> Idem, ibidem, p. 31.

<sup>295</sup> Idem.

ao que o escritor Machado de Assis queria dizer quando afirmava que “as próprias idéias nem sempre conservam o nome do pai; muitas vezes aparecem órfãs, nascidas de nada e de ninguém. Cada um pega delas, verte-as como pode, e vai levá-las à feira, onde todos as têm por suas”<sup>296</sup>. Portanto, a despeito das origens dessas idéias, é preciso considerar, segundo Pocock, nessa disputa por títulos de propriedade sobre determinado pensamento – neste caso, o pensamento republicano, em sua concepção reformista –, “o modo pelo qual os jogadores exploraram as regras uns contra os outros, e, no devido tempo, como atuaram sobre as regras com o resultado de alterá-las”<sup>297</sup>.

Nesse contexto político do início republicano em Santa Catarina, em meio a esse acalorado debate sobre a natureza própria do regime e a disputa dos títulos de propriedade sobre a mesma, cada linguagem empregada, segundo Pocock, “favorecerá determinadas distribuições de prioridades e, conseqüentemente, de autoridade”<sup>298</sup>. Assim, considerando o discurso político como algo “que se serve de uma série de ‘linguagens’ e modos de argumentação provenientes de diversas origens”, supõe-se, conseqüentemente, a “presença de uma série dessas estruturas, distribuindo e definindo a autoridade de diversas maneiras e a qualquer momento”<sup>299</sup>, por ser o discurso político marcadamente dinâmico tanto na produção de verdades e no teor da realidade que quer instituir e institui de algum modo efetivamente, como também na definição de autoridades, ou seja, na autorização de títulos de propriedade sobre o mesmo, para liberais ou republicanos, nesse caso. Justamente porque é de sua natureza, reafirmando Pocock, ser mais retórico que institucional. Mais do que isso, “a linguagem política é por natureza ambivalente”. Ela consiste, como se verifica nos debates acalorados entre liberais e republicanos, “na enunciação do que tem sido chamado de proposições e conceitos essencialmente contestados e no emprego simultâneo de linguagens que favorecem a enunciação de proposições diversas e contrárias”<sup>300</sup>.

O discurso político, segundo Pocock, consiste, ainda, “no emprego de uma textura de linguagens capaz de dizer coisas diferentes e de proporcionar maneiras diversas de dizer as coisas (...)”. Assim, “na exploração dessas diferenças na retórica (...), o autor pode

---

<sup>296</sup> CHEREM, Rosângela Miranda. Os faróis do novo tempo: política e cultura durante o amanhecer republicano na capital catarinense (Tese de Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). p. 209.

<sup>297</sup> POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. p. 31.

<sup>298</sup> Idem, *ibidem*, p. 32.

<sup>299</sup> Idem.

<sup>300</sup> Idem.

mover-se em meio a esses padrões de polivalência, empregando-os e recombinao-os de acordo com sua própria habilidade”<sup>301</sup>. Deste modo, a própria definição de autoridades, que também se estabelece por meio da retórica, implica uma questão de desenvoltura por parte dos seus autores, de bem situar-se no uso das palavras, de bem medir a aproximação entre a intenção e o efeito daquilo que se diz, entre aquilo que se diz e aquilo que é entendido e validado como tendo sido dito por alguém, fazendo sentido a quem ouve ou a quem lê, contemplando ou convencendo de alguma forma as expectativas aí compreendidas, colhendo implícita ou explicitamente algum consentimento. Nesse movimento constante desses autores por esses padrões de polivalência do discurso político, empregando-os e recombinao-os de acordo com habilidades próprias de cada um, apropriando-se de diferentes nervuras que compõem uma textura própria de linguagens, forma-se um determinado pensamento político, com a capacidade de prescrever valores próprios de ação – a serem empregados inclusive em outras modalidades onde a linguagem e o pensamento político são também produzidos, como nas práticas performativas dos gestos e das falas, como veremos mais adiante - para os autores aí compreendidos, assim como para um grupo de espectadores onde essa linguagem política se tornou inteligível.

Esse pensamento político acaba delimitando um contexto lingüístico próprio com o poder de determinar o que pode ou não ser dito – redundando naquilo que pode ou não ser reconhecido como tendo sido dito por alguém - e que, ao mesmo tempo, em seu caráter dinâmico, sofre a ação daquilo que é dito, dentro desses padrões de polivalência inerentes ao discurso político, onde o que pode parecer a geração de mal-entendidos e confusões lingüísticas, pode ser a simples geração de retórica dentro de um pensamento que nunca é estanque<sup>302</sup>. É preciso, segundo Pocock, “observar a ‘parole’ agindo sobre a ‘langue’”<sup>303</sup>. E assim, nesse processo dinâmico de formação de um pensamento político, os seus autores se movem em diferentes direções, apropriando-se constantemente daquilo que o outro diz, concorrendo igualmente para validar como pensamento aquilo que é constantemente apropriado do outro e pelo outro, como no caso do debate político catarinense acerca da natureza do regime republicano, no qual tanto liberais como republicanos concorrem igualmente – cada qual com seus argumentos e suas estratégias próprias de retórica – para

---

<sup>301</sup> Idem.

<sup>302</sup> Idem.

<sup>303</sup> Idem, *ibidem*, p. 35. (grifos meus)

apropriar-se de uma concepção cada vez mais validada de regime político, pelo que fazem as suas próprias práticas discursivas: a República, em uma concepção reformista.

## Capítulo IV

### A encenação do teatro republicano: a platéia e os atores

#### 4.1. Quando a República precisou ser aclamada: o momento em que os atores entram em cena

Os acontecimentos que sucederam em Desterro o dia 15 de novembro de 1889, quando da chegada de um primeiro telegrama enviado do Rio de Janeiro aos escritórios da empresa Carl Hoepcke & Cia. – ao que parece, por seu sócio Carl Scharf – informando laconicamente, em pequenas assertivas telegráficas – No government - no exchange -, a ausência de governo e de cotação monetária, revelam, sobretudo, segundo os manuscritos de Duarte Schutel, uma elite política surpreendida em suas expectativas, principalmente por conta dos entendimentos mais imediatos que tiveram acerca dos fatos noticiados, mesmo que alguns mostrassem doravante grande desenvoltura para contornar essa situação marcadamente atípica. Chegando ao plenário da Assembléia pelas ou nas mãos do deputado liberal Virgílio Vilella e interrompendo, segundo Duarte Schutel, o discurso proferido pelo “monótono e interminável Afonso Livramento (...) aos membros distraídos e que não lhe prestavam a mínima atenção”<sup>304</sup>, a notícia do tal telegrama teria provocado “um certo pânico”<sup>305</sup> no plenário, provocando também entre os deputados presentes, segundo Duarte Schutel, que presidia aquela sessão, “Grande impressão, dúvidas sérias, sentido impossível de perceber”<sup>306</sup>. E, segundo o relato do referido deputado, a “idéia primeira” suscitada naquele ambiente foi a morte do Imperador, a partir do que se concluía, no agravamento das coisas, o levantamento da República<sup>307</sup>.

Essa idéia sobre os fatos só seria mudada pouco menos de duas horas depois, quando um novo telegrama enviado por Carl Scharf noticiava a deposição de ministros, a prisão do Imperador, a morte do ministro Barão de Ladário e que Deodoro, à frente das tropas do Exército, comandava um movimento pela causa da República<sup>308</sup>. Tais notícias

---

<sup>304</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. Florianópolis: IHGSC, 2002. pp. 344 – 345.

<sup>305</sup> Idem, ibidem, p. 42.

<sup>306</sup> Idem.

<sup>307</sup> Idem.

<sup>308</sup> Idem.

talvez provocassem tão grande impressão quanto as primeiras levadas ao conhecimento da Assembléia. Isso porque a idéia de República vinha antes assimilada, conforme faz entender Duarte Schutel, como algo que só se materializasse com a morte de D. Pedro II, a partir do que se poderia promover uma reforma na Constituição para aprovar a mudança de regime político no país, como propalava o movimento republicano já em seu manifesto fundador, de 1870. A demora com que muitas notícias, principalmente dessa gravidade, levavam recorrentemente para chegar a Desterro, era motivo para que se acreditasse ter havido tempo suficiente para tanto, a contar o silêncio que se fizera na imprensa local durante as duas últimas semanas sobre os acontecimentos políticos da Corte. A única notícia importante sobre a Corte publicada na imprensa desterrense durante esse tempo só fazia denotar, ao contrário, o bom estado de coisas na política do Império, como assinalava na edição do dia 15 de novembro o *Jornal do Comércio*, informando sobre o baile da Ilha Fiscal, realizado seis dias antes em homenagem à oficialidade do navio de guerra chileno Almirante Cochrane, evento descrito pelo jornal com os atributos da pompa e da elegância, dando vistas à grandeza do Império e à própria solidez da autoridade imperial. Segundo Carlos da Costa Pereira, “Uma grande impressão de encantamento teria ficado no espírito dos que leram a mencionada notícia e que perduraria no transcurso daquela sexta-feira, se boatos alarmantes não comesçassem a espalhar-se, ao cair da tarde (...)”<sup>309</sup>.

A crença que daí derivava no bom estado de coisas na política imperial reforçava ainda mais a idéia de que uma atribulada mudança de regime político só encontrasse sentido na morte de D. Pedro II. Portanto, a relação direta que se fez, segundo Duarte Schutel, a partir da notícia acerca da ausência de governo, entre a República e a morte do Imperador só faz confirmar as expectativas reformistas dos políticos do Império em Desterro em relação a uma possível ascensão republicana, pelo que a própria campanha republicana na Província fez enaltecer, em consonância com uma concepção hegemônica do pensamento republicano na Corte. Por outro lado, diante da chegada do primeiro telegrama em Desterro na tarde de 15 de novembro, a relação direta que se fez entre a ausência de governo e a ascensão republicana revela uma elite política muito mais a par dos fatos da Corte do que consideram e explicitam as fontes históricas aí produzidas,

---

<sup>309</sup> PEREIRA, Carlos da Costa. *A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina*. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.p. 28.

principalmente os jornais da cidade, sem que se possa desconsiderar a surpresa e o pânico de alguns diante dos fatos, ameaçados que se viram muitos destes em suas posições.

Conclui-se daí a importância de algumas informações em política tramitarem àquele momento de maneira sigilosa, sem abertura ao público maior, onde aqueles que as guardam em mãos se preservam das mobilizações opostas dos adversários e da própria opinião pública. Como os artigos publicados na imprensa, os fatos também precisam, antes de figurarem para o público, de uma elaborada produção, pelos mesmos motivos pelos quais não se publicavam rascunhos e rabiscos nas páginas dos jornais. Isto porque os espaços públicos da imprensa e da cidade se transformam então em um grande anfiteatro, onde os simples gestos e as mais tímidas falas estão expostos aos olhares e ouvidos de um público mais assíduo no acompanhamento desses fatos, diante de quem se faz preciso conferir sentido à realidade que se quer denotar, mesmo quando a própria trama dos fatos quer desqualificar os sentidos aí compreendidos.

Principalmente para o público preservado como simples espectador dos fatos, as expectativas eram bem diferentes, a considerar, por exemplo, que a grande maioria aí implicada só conhecia dos fatos políticos da Corte notícias que atentavam para o bom e tranqüilo estado de coisas. Contudo, a considerar a demora recorrente com que as notícias sobre os fatos políticos mais importantes da Corte chegavam a figurar na imprensa de Desterro, o público leitor dos jornais que noticiavam esses fatos já os lia certamente com a expectativa de que os mesmos surpreendessem um entendimento sempre diferente e mais distanciado das coisas em seu tempo. Era, mesmo assim, uma experiência de surpresa, porém, a considerar um entendimento menos detalhado e mais distanciado temporalmente dos fatos, não era uma experiência de sobressalto, a não ser, é claro, aquelas que colocassem ou pudessem colocar em risco suas posições. E assim, se fosse, o seria por outros motivos.

É possível considerar, portanto, que uma parte considerável desse público que acompanhava com alguma assiduidade os acontecimentos políticos da cidade, da Província e mesmo da Corte, se não fosse a ênfase espantada dos próprios grupos políticos na ascensão republicana, dir-se-ia tratar simplesmente da queda de mais um gabinete ou coisa parecida, como era comum na política de alternâncias e transitoriedade do Segundo Reinado. A movimentação dos grupos políticos na cidade, mesmo com algum semblante de gravidade, mostrava aos espectadores dessa cena, em seu limitado conhecimento dos fatos e



sua limitada capacidade de compreensão e imaginação daí decorrente, a repetição de mais um episódio típico da política na Província e no Império, deixando ver em seus arroubos apenas os conchavos do velho e usual exclusivismo político desterrense, e em seus comuns alvoroços, dentro dessa dinâmica política, a continuidade do velho imobilismo político aí reinante.

Um olhar de soslaio sobre os fatos furtivos do momento, como era típico de um público com pouca ou nenhuma penetração nos trâmites da política local, situá-los-ia dentro da própria dinâmica política do Império. Assim, diante da ênfase com que esses fatos foram relacionados com a ascensão republicana, a surpresa e o espanto que acometeram muitos diante desta constatação se justificariam principalmente pela dificuldade de atribuir sentido às coisas que viam, pela própria dificuldade em identificar nos fatos os atributos que caracterizassem alguma idéia próxima da percepção que tivessem acerca da República, uma dificuldade que se faria plausível se acomesse às próprias classes políticas, talvez, ainda, por uma proximidade maior que conservassem diante da estranheza dos fatos. Foi esse sentido que Duarte Schutel, um liberal decaído e arremessado às fileiras da oposição ao novo regime, quis atribuir aos fatos que marcaram a ascensão republicana em Santa Catarina, criticando a ausência de qualquer redundância entre esses fatos e a idéia de República advogada pelos seus próprios protagonistas, afirmando para tanto, em um manuscrito com data de 7 de janeiro de 1890 – a menos de dois meses dos referidos fatos –, o seguinte:

Era isto o que se esperava? Seria isto o que estava planejado?

Na verdade é preciso confessar que por mais esforço que se empregue, talento, boa fé e calma em compreender as relações de causalidade, lógica e combinação racional, no conjunto dos fatos que se tem sucedido de 16 de novembro até hoje, nunca se poderá tirar outro resultado se não a convicção da mais completa desordem.<sup>310</sup>

Cenas como as que chegaram aos olhos do público desterrense já haviam tido precedentes na cidade de igual ou maior alvoroço. Além dos momentos de queda de gabinete ou mesmo de queda de um partido, bem como das próprias campanhas eleitorais que ocorriam quase anualmente na Província – ora para as câmaras municipais, ora para a

---

<sup>310</sup> CHEREM, Rosângela Miranda. Os faróis do novo tempo: política e cultura durante o amanhecer republicano na capital catarinense (Tese de Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). p. 48.

Assembléia Provincial, segundo calendário determinado pela vontade do Imperador -, as tumultuadas sessões das comissões de verificação de poderes realizadas na Assembléia Provincial, para confirmar ou não a diplomação dos candidatos eleitos, eram um exemplo bastante próximo disso. Contavam igualmente com suspensões repentinas e continuadas de sessões, dispersão abrupta do plenário, troca de telegramas com a Corte, reuniões retiradas e sigilosas, ameaças de morte e de assaltos com armas, ameaças ao cargo da Presidência de Província e movimentação numerosa de militares pela cidade – nem tão pacata como possa parecer -, como ocorreu, entre mais ocasiões, no início de fevereiro de 1884, quando da contestação do diploma do deputado conservador eleito Souza Pinto e da sua substituição no cargo pelo candidato liberal Francisco da Silva Ramos, em um governo de orientação liberal<sup>311</sup>. Eram cenas já conhecidas na política imperial em Desterro e que caracterizavam de alguma forma a dinâmica política na capital catarinense. Nada disso era inédito, segundo Cabral, na chamada “Ilha dos casos e ocasos raros”, fazendo referência a uma expressão cuja origem, segundo ele, remonta os tempos do Império<sup>312</sup>.

Na repetição de cenas semelhantes a essas, nada seria visto como grande novidade nas práticas e rumos da política na capital provincial, embora despertasse sempre a curiosidade do público desterrense, provocando até mesmo sensações de surpresa ou, ainda, de espanto, para aqueles que vissem aí ameaçadas as suas posições, porém, nada que não fosse familiar à memória política da cidade. Contudo, a idéia de que a República tivesse sido proclamada sem que estivesse morto o Imperador, a despeito de uma propalada reforma na Constituição, instaurada sob o amparo das armas e pelo uso da força, promovendo deposições e prisões de autoridades, era sim de provocar surpresa e sobressalto, diante do contraste que os fatos faziam frente às expectativas do público ou mesmo dos grupos políticos da Província confluentes em Desterro. Era, sobretudo, uma combinação de coisas um tanto espantosa e surpreendente às suas expectativas, para além de suas desconfianças.

Movidos menos por um sentimento de perplexidade e mais certamente por um senso crítico típico e necessário àqueles que então se encontravam nas fileiras da oposição, os liberais desterrenses se ocuparam de apontar, às próprias lideranças republicanas e diante

---

<sup>311</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História da Política em Santa Catarina durante o Império*. Vol. 4. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. pp. 1477-1482.

<sup>312</sup> Idem, *ibidem*, p. 1496.

de um público mais assíduo à apreciação dos fatos políticos da cidade e da Província, a discrepância percebida entre o sentido dos fatos recentes ocorridos e os valores e sentidos aí reclamados ausentes, ou seja, o teor das idéias advogadas anteriormente sobre a República. Havia, contudo, mesmo entre as lideranças liberais da Província confluentes em Desterro, diferentes posições – leiam-se aí as condições e possibilidades percebidas de inserção no novo regime – e, conseqüentemente, diferentes orientações de estratégias de desqualificação das práticas ensejadas na capital da Província por aqueles que protagonizaram as cenas que aí selaram a inauguração do novo regime.

A orientação refratária seguida pelo deputado liberal Duarte Schutel, decorrente das possibilidades nulas de inserção vislumbradas no novo regime, atesta, por isso, um completo sentimento de rejeição e desmerecimento por essas práticas, responsáveis, por exemplo, pela interdição das funções por ele antes exercidas. Além da dissolução de uma assembléia legislativa majoritariamente liberal e da qual era ele o seu 1º vice-presidente, em 18 de novembro de 1889, o governo republicano resolveu também dissolver a Câmara Municipal de Desterro – como em todo resto do país, nos outros municípios –, também de maioria liberal, substituída por um conselho municipal nomeado pelo mesmo governo e contemplando somente nomes republicanos, em 7 de janeiro de 1890, mesma data na qual Duarte Schutel compunha os apontamentos citados anteriormente. A dissolução da câmara municipal marcava o fechamento de mais um possível canal de inserção dos liberais decaídos na política do novo regime, mesmo em uma instância de menor poder, o que significaria a Duarte Schutel reviver um momento do passado no qual, mesmo após ter sido um deputado provincial, reascendeu na política local como vereador e presidente da câmara de Desterro, em 1877 <sup>313</sup>.

Foi, por outro lado, essa mesma percepção da discrepância entre as idéias e os fatos republicanos na Província que orientou em alguns liberais um posicionamento diferente daquele assumido por Duarte Schutel em relação ao novo regime. Algumas lideranças liberais importantes como Elyseu Guilherme da Silva e Abdon Batista – presidente da Assembléia – vislumbraram justamente nessas percebidas discrepâncias as suas possibilidades mais encontradas de inserção política no regime republicano, por meio da qualificação de uma concepção percebidamente alternativa de República na qual buscaram

---

<sup>313</sup> GRISARD, Iza Vieira da Rosa. *Duarte Schutel: escritor, poeta, médico e político: história de uma vida...* Ilha de Santa Catarina: Terceiro Milênio, 1999. p. 149.

fazer reconhecidos os títulos de propriedade que julgavam ter sobre o novo regime. Procuraram, por isso, valorizar a idéia de que a mudança de regime político no país – fazendo uso do próprio repertório discursivo republicano – se justificaria no sentido de que compreendesse em si um conjunto de reformas que já povoavam desde algum tempo as expectativas da população, destacando-se aí o federalismo, conferindo maior autonomia política e econômica às províncias, onde as mesmas pudessem também ingressar nas vagas do progresso, como previa o próprio discurso republicano.

E foi nas práticas que marcaram a implantação da República em Santa Catarina que essas lideranças liberais identificaram um descompasso com as expectativas a serem contempladas pelas reformas que deveriam vir aí compreendidas. Assim, no discurso liberal, as práticas que permearam e promoveram a ascensão republicana na Província eram apontadas como algo que distanciava já o novo regime dessa perspectiva reformista. As deposições e prisões de autoridades, as demissões de funcionários e as interdições de instituições políticas representativas assinalavam que a própria República havia sido instalada por meio de práticas marcadamente divergentes de uma reforma constitucional aprovada por um parlamento, como a própria propaganda republicana fizera acreditar que aconteceria. Era perceptível e notório que nada decorria de um consenso geral das autoridades representativas do parlamento nacional ou que contasse *a priori* com o consentimento das mesmas, que fosse ao encontro, por sua vez, das expectativas de uma população onde as evoluídas consciências se mostrassem persuadidas pela justeza das idéias republicanas.

Assim, o que não havia sido instituído sob uma perspectiva reformista, como se esperava, distanciando-se muito dessa concepção, também não poderia ser acreditado como algo que viesse contemplá-la em suas práticas subseqüentes. E foi situando o sentido da mudança de regime nas reformas que percebiam aí compreendidas, que os liberais buscaram desqualificar a autoridade que as lideranças políticas do novo regime então estabeleciam sobre as idéias republicanas. Por isso os liberais acabaram por defender, providencialmente, a causa do federalismo, definido como bandeira principal do partido na reunião do congresso liberal em 1888<sup>314</sup> - como lembrou Elyseu Guilherme da Silva no

---

<sup>314</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Reinado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1998. pp. 319-320.

discurso de adesão da câmara de Desterro ao novo regime, em 18 de novembro de 1889<sup>315</sup> - , após a aprovação da lei de abolição da escravidão em um governo conservador, do que decorreu a indiferença dos republicanos com essa questão, como fizera saber Quintino Bocayuva em seu discurso de posse na presidência do Partido Republicano, em maio de 1889<sup>316</sup>, considerando de igual forma as possibilidades de uma República federativa ou unitária.

Era também o mesmo federalismo abraçado como causa pelo projeto sucessório do príncipe Pedro Augusto, frustrado também pela ascensão republicana, não somente pela deposição de Ouro Preto, além da decorrente deposição do Imperador, mas principalmente com a prisão de Silveira Martins em Desterro, frustrando qualquer possibilidade de continuidade dos liberais à frente do governo – mesmo com o fim do Segundo Reinado, assim como a viabilidade de um terceiro reinado com Pedro Augusto, identificado com as propostas reformistas abraçadas pelos liberais. A presença em Desterro de Silveira Martins, escolhido por D. Pedro II para ser o próximo presidente de um conselho ministerial liberal e articular a transição para um terceiro reinado após a abdicação do Imperador - prevista para acontecer durante as comemorações de seu 64º aniversário, em 2 de dezembro de 1889, conforme assinalava o jornal carioca *A Cidade do Rio*, em 14 de novembro: “O imperador vai abdicar no dia 2 de dezembro, dizem todos”<sup>317</sup> -, suscitava entre os liberais da cidade e, principalmente, ao presidente liberal Elyseu Guilherme da Silva, uma percepção mais bem elaborada sobre tudo o que os liberais perdiam e deixavam de ser naquele momento, inspirando certamente os condicionamentos colocados por Elyseu em seus discursos de adesão ao novo regime, como presidente do Partido Liberal na Província e como presidente de uma câmara de vereadores majoritariamente liberal.

E tudo era concebido no sentido de reclamar os títulos de propriedade que os liberais julgavam ou queriam ter sobre o novo regime, em uma República identificada originalmente com um sistema federativo de governo – tratado nos últimos meses com alguma indiferença pelos republicanos – e com uma ascensão legitimada por uma reforma constitucional a ser aprovada pelo Congresso Nacional, compreendendo em si uma série de

---

<sup>315</sup> *República*, Desterro, 22 de novembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>316</sup> SILVA, Eduardo (Org.). *Idéias políticas de Quintino Bocaiúva*. Apud. MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida*. p. 136.

<sup>317</sup> DEL PRIORI, Mary. “O homem que queria ser imperador”. *Revista BrHistória*, São Paulo, jun. 2007, n. 4, p. 38.

outras reformas. É preciso considerar, ainda, que se o silêncio dos republicanos sobre temas como a abolição da escravidão e o próprio federalismo era concebido no sentido de conquistar a aliança dos conservadores em uma esperada reforma na constituição do país em favor da República, agora que a mesma havia ascendido por outros meios, fosse talvez o momento mais acertado para repensar sua posição em relação a esses temas - sem mais comprometer alianças -, principalmente quando os liberais buscavam estabelecer com base nessas questões – mais em relação ao federalismo – os seus títulos de propriedade sobre o novo regime.

Assim era feito o apelo liberal por uma concepção reformista de República – atendendo também a propósitos políticos mais imediatos onde as posições ou as possibilidades de inserção dos liberais na nova ordem política estivessem mais bem preservadas das intervenções do governo provisório do Rio de Janeiro, que até então assumia um caráter marcadamente unitário, em oposição às perspectivas federalistas liberais -, quando as práticas republicanas, orientadas na deposição e na prisão de autoridades constituídas e na interdição de instituições representativas por meio de alianças políticas fortuitas que marcaram a continuidade do antigo exclusivismo político monárquico, distanciavam-se dos preceitos reformistas e populares com os quais o novo regime fora antes identificado pelo que a própria propaganda republicana havia advogado. Usando deste apelo, o discurso liberal acabava por rechaçar, mediante um posicionamento de censura e um comportamento ameaçador, possibilidades de justificativas mais apropriadas no momento aos republicanos para reparar o sentido percebido nas circunstâncias mais evidentes dos fatos, onde as cenas de prisão e deposição de autoridades sob o amparo das armas e de forças militares melhor aproximavam a República de uma imagem indesejadamente revolucionária, com os atributos da insurgência e da sedição, no que pesasse, principalmente, trair a idéia de que a ascensão republicana se daria de modo pacífico e com o apoio popular, sem a prevalência da força.

Era o momento no qual os vários atores procuravam definir, diante de si e dos outros, como afirma José Murilo de Carvalho, os papéis a serem representados por eles e pelos seus adversários nessa nova trama política, onde também se definem “os títulos de

propriedade que cada um julgava ter sobre o novo regime, a própria natureza do regime”<sup>318</sup>. As cenas produzidas pelas lideranças republicanas em Desterro quando da inauguração do regime republicano, destoando de concepções políticas consagradas nas cabeças dos principais grupos políticos da Província durante os últimos anos do Império, como denunciavam as lideranças liberais, tornavam-se um sério agravante para a legitimidade do novo regime, bem como daqueles que protagonizavam essas cenas. A discrepância percebida entre os fatos recentes ocorridos e as idéias republicanas há tempos propagadas no país e na Província dificultava, sobretudo, a assimilação da relação intencionada pelos republicanos entre os fatos e as idéias republicanas, até mesmo para um público mais assíduo no acompanhamento dos acontecimentos políticos da cidade. Em contraposição a uma percepção sobre os fatos que os liberais queriam incutir nesse público, era preciso fazer entender como familiar aquilo que então era visto com estranheza, suprimindo e invertendo nos fatos a realidade que lhes atribuía o discurso liberal, olhando-a como referência oposta àquilo que se queria denotar – negando em si o que se lhe era atribuído pelos outros -, apropriando-se, por outro lado, do modo como os liberais idealizavam agora as cenas produzidas pelos fatos já ocorridos. Era preciso, por fim, forjar uma coesão entre as idéias e os fatos, conferindo aos fatos, principalmente, um sentido maior de realidade, em consonância com as expectativas suscitadas nesse público com a ascensão da República.

Inicialmente buscou-se esse sentido maior de realidade no novo regime através de uma simples e superficial abrangência maior dessa enunciação marcadamente lacunar que marcou a proclamação da República em Santa Catarina pelo Coronel Rego Barros, em uma das sacadas do Palácio: “Viva o Povo Brasileiro! Viva a República Federal! Viva o Estado de Santa Catarina!”<sup>319</sup>. Para os diferentes grupos políticos que então perdiam e ganhavam posições, essa simples enunciação certamente produziria um sentido necessário aos seus propósitos mais imediatos, mas sem deixar claro a eles mesmos e a um público mais próximo a esses fatos os significados outros que essa mudança de enunciados poderia ter. Os termos mais enfáticos dessa enunciação denotavam em princípio a simples mudança de nomes e referências no pronunciamento do novo governo, substituindo aí os nomes

---

<sup>318</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 35.

<sup>319</sup> *República*, Desterro, 19 de novembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

“Império” ou “Monarquia” e “Província” por “República” e “Estado”, respectivamente. Era já essa mudança de nomes o empenho inicial de expressar, por meio dos atos aí compreendidos, um novo sentido de realidade às coisas. Consoante isso, outras substituições automáticas de nomes e expressões foram também realizadas, concentrando nessas práticas de nomeação a crença inicial em uma nova realidade. E foi assim que uma massa informe de “súditos” ou de “povo” cedeu lugar aos também proclamados “cidadãos”, apelo bastante recorrente nos novos pronunciamentos republicanos, já que a República era também esperada ou pelo menos propalada como ocasião de ampliação dos direitos civis da população, sob novas perspectivas de cidadania para o povo em geral, principalmente no que se referisse a uma maior participação nos trâmites políticos locais, o que pouco se podia concluir dos fatos que marcaram as horas e os dois dias antecedentes ao dia 17 de novembro em Desterro.

Da mesma forma, “desde os primeiros documentos oficiais redigidos, a saudação ‘Deus guarde sua majestade’ foi automaticamente substituída por ‘Saúde e Fraternidade’”<sup>320</sup>. A historiadora Rosângela Miranda Cherem identifica nas correspondências oficiais do antigo e do novo governo, entre o velho e o novo regime, essa mudança simplesmente protocolar de enunciação, em mensagens de semelhante conteúdo produzidas por um mesmo autor em um curto intervalo de tempo. E assim, em 13 de novembro de 1889, o funcionário Frederico Gonçalves da Cunha remetia a seguinte mensagem ao governo provincial:

Ilmº e Exmº Sr. Dr. Presidente  
Tenho a honra de comunicar a V. Exª que hoje às duas horas da tarde, terá lugar a extração da 1ª série da 5ª loteria da província.  
Deus Guarde V. Exª  
Ilmº e Exmº Sr Luiz Leite de Oliveira Bello, muito digno Presidente da Província.  
Desterro, 13 de novembro de 1889. – Frederico Gonçalves da Cunha<sup>321</sup>

Oito dias depois de enviar essa correspondência, quatro dias após a inauguração do novo regime em Santa Catarina, o mesmo funcionário enviava uma nova correspondência ao governo do recém proclamado Estado da República, conservando o mesmo conteúdo da mensagem, mudando, contudo, a forma de tratamento em relação aos seus destinatários:

---

<sup>320</sup> CHEREM, Rosângela Miranda. Os faróis do novo tempo. p. 60.

<sup>321</sup> Correspondências de Diversos ao Palácio do Governo, 2º semestre de 1889. Apud. CHEREM, Rosângela Miranda. Os faróis do novo tempo. p. 61.



Aos Ilustres Membros do Governo Provisório do Estado Federativo da República Catarinense:

Comunicamos que fica nomeado o dia de hoje para se preencher a extração da 2ª série da 5ª loteria, que terá lugar às duas horas da tarde na Câmara Municipal (...).

Saúde e Fraternidade!

República Catarinense, 21 de novembro de 1889. Frederico Gonçalves da Cunha<sup>322</sup>

Alguns pronunciamentos veiculados no jornal *República* nos primeiros dias do novo regime eram datados com dia e mês, como era comum antes também, considerando, porém, o ano de “1889, 1º da República”<sup>323</sup>, demarcando o início de um novo tempo, procurando denotar, com isso também, uma nova realidade, um novo estado de coisas, um novo ponto de partida para a história. Era também o que queriam fazer entender, já nos dias 17 e 18 de novembro de 1889, a retirada e a destruição das armas imperiais que se encontravam fixadas no frontispício do Palácio, da Alfândega e da Tesouraria Geral, juntamente com a substituição da bandeira imperial pela bandeira do Clube Republicano Esteves Junior<sup>324</sup>, em listras horizontais azuis e amarelas, evocando a república norte-americana. Assim também, a previsão de um Estado laico no novo regime, confirmando as tendências políticas francesa e norte-americana, fazia substituir nos informes da imprensa local a expressão “matrimônio”, bastante recorrente na imprensa desterrense durante o velho regime, por “consórcio”, da mesma forma que o termo “ato” substituía o antigo termo “celebração” ou “celebração religiosa”, sem que o noivo deixasse de ser considerado “cidadão”, conforme anuncia o jornal *República*, em 29 de novembro de 1889:

#### Consórcio

Às 6 horas da tarde de ontem teve lugar o consórcio do cidadão João Francisco da Silva Dutra, praticante do correio, com a exma. D. Francisca Schmidt, estremecida filha do nosso popular e prezado companheiro Carlos Guilherme Schmidt.

Por parte da noiva testemunharam o ato a exma. Sra. d. Maria Jacques Linhares e o nosso estimado amigo cidadão Severo F. Pereira, e pelo noivo, o cidadão Francisco da Silva.

Amplas venturas, eis o que, de coração, desejamos ao jovem par.<sup>325</sup>

---

<sup>322</sup> Idem.

<sup>323</sup> *República*, Desterro, 29 de novembro de 1889, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>324</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. pp. 43 - 44.

<sup>325</sup> *República*, Desterro, 29 de novembro de 1889, p. 3. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

O fato contava com importantes nomes republicanos, como o pai e a testemunha da noiva “consorte”, os “cidadãos” Carlos Guilherme Schmidt e Severo Francisco Pereira, ambos sócios do Clube Republicano Esteves Junior, de Desterro. O envolvimento nesse “ato” destes nomes destacados do movimento republicano na Província reforça essa intenção enunciativa. É preciso considerar, contudo, que diante da inexistência a esse tempo de uma constituição que regulamentasse e instituísse no novo regime o casamento laico ou civil, o “consórcio” propalado por essas lideranças republicanas aí implicadas se dava ainda nas igrejas católicas, sob a forma mesma de um “matrimônio” celebrado por um padre ou outro clérigo católico, como atesta o jornal *República* em 20 de dezembro de 1889:

#### Consórcio

Na igreja matriz desta capital consorciaram-se ontem a tarde o cidadão Dr. Luiz C. de Campos Mello e a exma. d. Julia Cavalcante do Livramento.

Testemunharam o ato, por parte da noiva o cidadão João Custódio Dias Formiga e sai exma. consorte e pelo do noivo o cidadão 1º tenente Affonso C. do Livramento.<sup>326</sup>

A crença no efeito que essas mudanças de nomes produziam na instituição de uma nova realidade com o novo regime aparecia como uma orientação geral em todo país, conforme se anunciava na imprensa local, dando vistas ao menos a uma espécie de consenso ou comunhão geral de práticas orientadas em uma mesma direção, o que certamente contribuía de alguma forma para conferir um senso maior de realidade àquilo que os novos enunciados queriam denotar. Esboça-se nessas práticas o compartilhamento de um sentido próprio de existência e de realidade, segundo Hannah Arendt, como se “a presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos” garantisse-nos “a realidade do mundo e de nós mesmos”<sup>327</sup>. E, com essa crença e esse tipo de pensamento, o próprio Governo Provisório, através do “Decreto n. 25 – de 30 de novembro de 1889”, como faz saber o jornal *República* de 4 de dezembro do mesmo ano, “Estabelece regras provisórias sobre fórmulas e tratamento forense”, para as autoridades judiciárias entre si, no tratamento destas com particulares e vice-versa:

---

<sup>326</sup> *República*, Desterro, 20 de novembro de 1889, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>327</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993. p. 59.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório constituído pelo exército e armada, em nome da Nação, tendo em consideração o que lhe representou o ministro dos negócios de Justiça acerca da incerteza em que laboram as autoridades judiciárias quanto ao tratamento oficial com que se devem corresponder entre si, e os particulares quanto ao que devem dar às mesmas autoridades, bem como, em geral, os serventuários de justiça sobre a substituição de algumas das fórmulas do extinto regime monárquico;

Considerando que, enquanto o poder competente não prover definitivamente nesta e em outras matérias de ordem social dos Estados Unidos do Brasil, convém manter as praxes tradicionais do foro que não forem incompatíveis com o regime republicano.<sup>328</sup>

Aboliam-se, segundo o decreto presidencial, os tratamentos de “Majestade” e “Senhor”, preservando-se ainda o de “Egrégio Tribunal”. Além disso, as cartas de sentença e outros atos e documentos judiciários deveriam ser passados pelos juízes e tribunais utilizando-se somente os seus respectivos nomes, “sem dependência ou invocação de poder estranho à magistratura judicial”, principalmente sem mais decidir em nome ou por determinação do Imperador ou da vontade divina, denotando-se a natureza laica do Estado republicano e a divisão dos três poderes, conferindo à “magistratura toda a independência e honorabilidade essencial às altas funções de que se acha investida”. Assim também, nas cartas de sentença e outros mais atos judiciários, “os escrivões não porão outro nome que o patronímico ou titular legalmente use o juiz e o do ofício pelo qual conhece de feito, sem menção de quaisquer outros títulos, condecorações ou dignidades que tenha”. Por fim, o decreto estabelecia que os escrivões e mais serventuários de justiça deveriam eliminar “de seus títulos a frase ‘por mercê de S. M. o Imperador’”, sem mais colocar também “nas certidões, públicas-formas e mais atos de seus ofícios outro título além do da escrivania, tabelionato, e em geral do cargo que exerceram”<sup>329</sup>.

“Assimilando os traços de um novo regime, outros valores simbólicos foram registrados pelos nomes de ruas e praças”<sup>330</sup>. Fazia sentido também a essa crença no efeito dos nomes sobre a realidade que os espaços urbanos das cidades fossem povoados por nomes que evocassem o novo regime, suplantando os antigos nomes referentes à política ou aos valores políticos da Monarquia, adotando nomes de importantes lideranças republicanas locais e nacionais do passado e do momento, além de nomes que aludissem os

---

<sup>328</sup> *República*, Desterro, 4 de dezembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>329</sup> *Idem*.

<sup>330</sup> CHEREM, Rosângela Miranda. “A capital catarinense e os labirintos do início republicano”. In: LINS, Nunes Hoyedo et. all. (orgs.). *Ensaio sobre Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. p.103.

acontecimentos que marcaram a passagem para o novo regime, atribuindo importância aos mesmos no sentido de suscitar o início de uma nova realidade, de um novo estado de coisas, por via de uma mudança que se fizesse notória em seus fatos. Esses novos nomes deveriam figurar com destaque nos principais logradouros públicos das cidades, como queria já em 19 de novembro de 1889 uma comissão de vereadores paulistanos em uma sessão ordinária da câmara local. É o que faz saber o jornal *República*, de Desterro, em 4 de dezembro do mesmo ano, em tom bastante sugestivo ao governo republicano local, qualificando tal idéia e preparando também nestes termos a opinião pública para essa anunciada mudança. O jornal informava que um abaixo-assinado realizado pela tal comissão de vereadores paulistanos pedia para que fossem mudados os nomes dos seguintes logradouros:

Do Imperador para Marechal Deodoro;  
Imperatriz para 15 de novembro;  
Princesa para Benjamin Constant;  
Conde d'Eu para Glycério;  
Príncipe para Quintino Bocayuva;  
São José para Líbero Badaró;  
Comércio da Luz para Avenida Tiradentes;  
Largo 7 de abril para Praça da República.<sup>331</sup>

Em Desterro, essa mudança de nomes, um pouco mais tardia, veio também acompanhada de reparos emergenciais em alguns locais públicos, principalmente em prédios destacados do poder público na cidade, alguns ainda com funções modificadas, produzindo, junto com a mudança de regime, uma imagem nova aos lugares nos quais estava implicada a nova administração, acompanhando, como se queria, os significados dos novos tempos. Na primeira página do jornal *República* de 30 de novembro de 1889, na parte de comunicações oficiais do Governo Provisório do Estado de Santa Catarina, a junta governativa estadual comunicava “ao cidadão inspetor da Tesouraria”, na data de 27 de novembro, “mandando pagar ao cidadão João José da Rosa 8\$000 de consertos feitos no Palácio do Governo”. Na mesma ocasião, o governo estadual também mandava o “cidadão” inspetor da Tesouraria “pagar ao cidadão engenheiro Urbano Coelho de Gouveia 13\$750,

---

<sup>331</sup> *República*, Desterro, 4 de dezembro de 1889, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

despendidos com a condução de cal para as obras da escadaria em frente à Matriz”<sup>332</sup>. Por outro lado, a mudança própria dos nomes de praças e ruas foi mais cautelosa e demorada. Somente em 14 de dezembro de 1890, a Intendência de Desterro, “empenhada em desmonarquizar a capital do Estado e dar mais uma prova de seu republicanismo”<sup>333</sup>, resolveu mudar os nomes de várias ruas e da praça central da cidade. Segundo a resolução, passava “(...) a denominar-se Praça 15 de novembro, a Praça Barão de Laguna; Rua do Comércio, a Rua do Príncipe; Rua da República, a Rua do Senado; Rua Marechal Deodoro, a Rua do Ouvidor; Rua Marechal Gama d’Eça, a Rua Barão de Batovi; Rua Almirante Alvim, a Rua Barão de Iguatemi; Rua Almirante Lamago, a Rua Princesa Isabel; e Rua Esteves Júnior, a Rua do Príncipe do Grão-Pará”<sup>334</sup>.

A orientação de preservar alguma compatibilidade com personalidades importantes ligadas à dinâmica política do Império na Província, combinando com o empenho de denotar o espírito pacífico e racional que se queria atribuir ao novo regime – sem animar ódios antigos –, fazia que algumas mudanças de nomes ocorressem sem retirar a homenagem prestada aos seus antigos homenageados, rejeitando apenas os títulos nobiliárquicos a estes antes atribuídos. Foi assim que a “Rua Barão de Batovi” passou a denominar-se “Rua Marechal Gama d’Eça” e a “Rua Barão de Iguatemi”, “Rua Almirante Alvim”, preservando-se os mesmos homenageados, modificando-se apenas a referência aos mesmos. Além disso, o Barão de Laguna, que deixava de emprestar seu nome à praça principal da cidade, era também homenageado em nova condição, passando a emprestar seu nome – e não mais seu título nobiliárquico – a uma das ruas da cidade: “Rua Almirante Lamago”, antiga “Rua Princesa Isabel”. Embora fossem nomes vinculados à memória política do Império, o fato de terem pertencido ou pertencerem ao Exército ou à Marinha assinalava a importância do papel desempenhado pelos militares na proclamação da República. Foi certamente com essa mesma orientação conciliatória, sem que se compromettesse a orientação outra de demarcar o início de um novo tempo e instituir uma nova realidade, que o novo governo, conforme fazia saber o jornal *República* de 29 de

---

<sup>332</sup> *República*, Desterro, 30 de novembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>333</sup> PEREIRA, Carlos da Costa. *A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina*. p. 41.

<sup>334</sup> Idem, *ibidem*, pp. 41 – 42.

novembro 1889, anunciava que seriam “extintas todas as ordens honoríficas e títulos nobiliários”, permitindo, porém, aos “cidadãos” que os tivessem, “conservá-los”<sup>335</sup>.

O espírito de cautela com que foram concebidas essas mudanças de nomes dos logradouros públicos locais só reforça a importância que essas práticas adquiriam no início do novo regime, pautando-se na crença do efeito que os nomes poderiam exercer sobre a realidade, ou melhor, sobre a percepção que as pessoas elaboravam sobre a mesma. E foi esse tipo de apelo percebido pelos protagonistas do novo regime como uma das estratégias mais acertadas para conferir à República o sentido de uma nova realidade que se queria aí instituir. Foi sob essa mesma concepção que o escritor Machado de Assis delineou em seu romance *Esaú e Jacó*, de 1904, as estratégias adotadas por alguns de seus personagens no sentido de buscar coesão em relação a uma nova realidade que percebiam iminente com a mudança de regime político no país. A maneira como um desses personagens concebe suas estratégias diante desse momento serve como um importante parâmetro para se entender a maneira própria como esse sentido novo de realidade foi pensado em suas estratégias pelos seus principais artífices no novo regime.

É nesse sentido que o escritor constrói o drama vivido pelo personagem Custódio, proprietário da tradicional “Confeitaria do Império”, fundada em 1860, localizada na Rua do Catete, no centro do Rio de Janeiro. Na véspera do dia 15 de novembro de 1889, Custódio havia encomendado a pintura de uma nova tabuleta com o antigo e até então respeitado nome de seu estabelecimento. No dia seguinte, porém, por relevância do que ocorrera, tinha início o drama de Custódio. Pela manhã, alguns boatos foram pouco a pouco se propagando pela Corte, afirmando a mudança de gabinete ou mesmo “a revolução e vagamente a República”<sup>336</sup>. A República havia sido instalada e Custódio, tomado de surpresa e espanto, certificara-se disto. Lembrou depois da tabuleta e percebeu logo “que era preciso sustar a pintura. Escreveu às pressas um bilhete e mandou um caixeiro ao pintor. O bilhete só dizia isto: Pare no D”<sup>337</sup>. Tarde demais. Quando o caixeiro voltou, “trouxe a notícia de que a tabuleta estava pronta”<sup>338</sup>.

---

<sup>335</sup> *República*, Desterro, 29 de novembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>336</sup> MACHADO DE ASSIS, Manuel Maria. *Esaú e Jacó*. São Paulo: Globo, 1997. p.128.

<sup>337</sup> *Idem*.

<sup>338</sup> *Idem*.

Custódio enfiou um casaco de alpaca e voou à Rua da Assembléia. Lá estava a tabuleta, por sinal que coberta com um pedaço de chita; alguns rapazes que a tinham visto, ao passar na rua, quiseram rasgá-la; o pintor, depois de a defender com boas palavras, achou mais eficaz cobri-la. Levantada a cortina, Custódio leu: “Confeitaria do Império”. Era o nome antigo, o próprio, o célebre, mas era a destruição agora; não podia conservar um dia a tabuleta, ainda que fosse em beco escuro, quanto mais na Rua do Catete...<sup>339</sup>

Custódio passava a conviver com a perturbadora incerteza da permanência ou não do velho nome do estabelecimento impresso na nova tabuleta. Nome este referente ao regime então deposto; incerteza aquela, referente à estabilidade e continuidade do regime recém instalado. E a tabuleta? “Que nome lhe poria agora? (...) Não sabia que buscasse, faltava-lhe invenção e paz de espírito”<sup>340</sup>. Lembrou nesse momento do “vizinho Aires e correu a ouvi-lo”<sup>341</sup>. Ex-conselheiro do Império, dotado de notória erudição e sensibilidade para tratar destas delicadezas, Aires foi ao socorro do vizinho. “S. Ex<sup>a</sup>., com a grande inteligência que Deus lhe dera, podia salvá-lo”<sup>342</sup>. Sugeriu de início que mudasse o nome do estabelecimento para “Confeitaria da República”, filiando-se, assim, ao novo regime, corroborando com a mudança ocorrida. Esta primeira sugestão não teve, porém, a aceitação do proprietário, alegando este o seguinte: “se daqui a um ou dous meses houver nova reviravolta, fico no ponto em que estou hoje, e perco outra vez o dinheiro”<sup>343</sup>. Aires sugeriu depois um meio termo entre os dois regimes: “Confeitaria do Governo”. Custódio recusou novamente a sugestão do vizinho, alegando, desta vez, procurar o respeito de todos, expondo, para tanto, o problema de todo governo, independente do regime político, ter oposições. Após várias sugestões, Aires lhe sugeriu, por fim, imprimir o seu próprio nome no topônimo do estabelecimento: “Confeitaria do Custódio”, nome isento de implicações políticas e que, por isso, isentaria o seu dono de novas despesas caso uma nova reviravolta o surpreendesse:

Um nome, o próprio nome do dono, não tinha significação política ou figuração histórica, ódio nem amor, nada que chamasse a atenção dos dous regimens, e consequentemente que pusesse em perigo os seus pastéis de Santa Clara, menos ainda a vida do proprietário e dos empregados. Por que é que não adotava esse alvitre? Gastava alguma cousa com a troca de uma palavra por outra, *Custódio* em vez de *Império*, mas as revoluções trazem sempre despesas.<sup>344</sup>

---

<sup>339</sup> Idem.

<sup>340</sup> Idem, ibidem, p.129.

<sup>341</sup> Idem.

<sup>342</sup> Idem, ibidem, p. 130.

<sup>343</sup> Idem.

<sup>344</sup> Idem, ibidem, pp.132-133.

Em conformidade com o que afirma a historiadora Lilia Moritz Schwarcz, “não há como negar o paralelo irônico entre a troca de governo e a mudança das tabuletas”<sup>345</sup>. Não está em questão somente o caráter contingente da nova situação política, mas também “a importância dos nomes e de sua incidência sobre o real”. Se o escritor Machado de Assis afirma em *Memorial de Aires*, romance subsequente a *Esaú e Jacó*, que “não há alegria pública que não valha uma boa alegria privada”, é porque percebia entre essas esferas um entrelaçamento pelo qual melhor pudesse apurar tais acontecimentos, talvez por pensar simplesmente que os acontecimentos públicos fossem sempre e primariamente calculados nestes termos. Em *Esaú e Jacó*, “todo o drama cívico é vivido na chave da pessoalidade”, fazendo Custódio e Aires muitas “vezes o papel dos nossos políticos de plantão”<sup>346</sup>, preocupados com a preservação dos seus interesses, no que se fazem empenhados em demonstrar sua consonância com um novo e emergente sentido de realidade suscitado pelos novos fatos. E, assim, “é o desespero de Custódio que ilumina os impasses desse momento marcado por incertezas, assim como são as saídas diplomáticas de Aires que demonstram de que maneira, muitas vezes, trocas políticas passam também por mudanças nas práticas de nomeações”<sup>347</sup>. Não por acaso, “boa parte dos primeiros atos da República centrou-se na alternância acelerada dos nomes de ruas, praças, escolas e instituições”, acompanhada do “curso apressado para a criação de um novo hino, ou a releitura das cores de nossa bandeira, que, em vez de representarem as casas imperiais, passavam a remeter ao verde de nossas matas e ao azul de nossos céus”<sup>348</sup>.

Essas práticas recorrentes de mudanças de nomes, muito além de uma aparente simplicidade, vêm também imbuídas de um fim performativo, onde o real precisa fazer-se condizente com o que é então suscitado de maneira artificial. Ser, ou melhor, parecer republicano é mais que simplesmente afirmar-se como tal. E aí faz sentido o pensamento de Cornélius Castoriadis, de que “não existimos pra dizer o que é, mas para fazer ser o que não é”<sup>349</sup>, justamente porque o que já é ou está instituído como real pouco depende desse acentuado esforço enunciativo, explicitando-se já e tornando-se visível e perceptível por

---

<sup>345</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Drama cívico entre bolachas e cafezinho”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, nov. 2005, n. 5, p. 19.

<sup>346</sup> Idem.

<sup>347</sup> Idem.

<sup>348</sup> Idem.

<sup>349</sup> CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 197.



meio de outras práticas recorrentes mais espontâneas, prescindido desse uso enfático dos atos de nomeação para dar sentido às coisas. Por isso também que Michel de Certeau afirma que “as técnicas de fazer crer desempenham papel mais decisivo onde se trata daquilo que ainda não é”<sup>350</sup>. E nesse caso, o indicativo, segundo Bourdieu, é também um imperativo<sup>351</sup>. Enunciar algo é sempre uma prática performativa, pois “dizer é fazer, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz”<sup>352</sup>, ou ainda, que se pode ser naquilo que se faz. É o momento no qual se dá “a passagem do implícito ao explícito, da impressão subjetiva à expressão objetiva”<sup>353</sup>, nesse caso não só pelas práticas de nomeação, mas também e principalmente por meio de um novo apelo de hábitos e idéias, substanciados em uma produção intensa de novos gestos e falas, constituindo um verdadeiro roteiro de uma peça teatral.

Havia a necessidade, por isso, mais do que demarcar o início de um novo tempo – e era o alcance principal dessas práticas de nomeação –, de instituir nesse novo tempo um novo sentido de realidade, um sentido próprio para essas mudanças em conformidade com as expectativas aí suscitadas, produzindo também respostas para as críticas dirigidas pelos grupos opositores à maneira como se inaugurou no Estado esse novo momento político. A proclamação da República em Santa Catarina, na contingência dos fatos e naquilo que os mesmos em si permitiam crer, aparecia ainda como algo muito diferente de uma ação concebida pela concordância de idéias entre um povo de mentes evoluídas, persuadidas pela justeza das idéias e, principalmente agora, das práticas republicanas. Era difícil identificar nos fatos recentes um sentido que vinculasse a ascensão republicana a um consentimento popular, como se justificava nos tempos do Império uma reforma constitucional nesse sentido, promovendo a mudança de regime político, onde a concordância entre os parlamentares aí implicados redundasse o consenso e o consentimento geral da população aí representada.

Diante da evidência constrangedora dos fatos, mostrando-se gravemente incontestável a idéia de que o novo regime havia sido instituído por meio de uma intervenção militar, onde a prevalência da força depôs e prendeu autoridades, assim como

---

<sup>350</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 241.

<sup>351</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 100.

<sup>352</sup> Idem, *ibidem*, p. 85.

<sup>353</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 165.

interditou instituições representativas, restava aos republicanos, contudo, argumentar que a reforma constitucional então frustrada nesses fatos era apenas um meio de contemplar as expectativas de uma população ansiosa pela República. Assim, a ascensão republicana por meio de uma reforma precisava ser colocada como algo secundário dentro das expectativas populares e dos propósitos republicanos, pautando-se mais estes últimos na idéia de que o objetivo primordial do projeto republicano era atender, pelos meios possíveis e necessários, os desejos de mudança da população, principalmente quando a dinâmica política vigente era o que melhor garantia o imobilismo das coisas políticas na Província e no resto do país. E a República, mesmo não sendo instituída por meio de uma reforma na constituição do país, preservaria, ainda assim, a sua mesma concepção reformista de antes, compreendendo em si, pelo que queria o discurso republicano, uma séria de outras reformas ansiadas pela população e que se faziam já propulsadas pelo evento fundador de 17 de novembro.

Era nesse personagem marcadamente abstrato – o “povo” -, nas suas supostas vontades e expectativas, que o discurso republicano se pautava na busca de um sentido para justificar suas práticas, falando por ele e em nome dele e, ao mesmo tempo, procurando fazê-lo compreender um sentido diferente para os fatos, no empenho de instituir uma realidade mais conveniente ou, pelo menos, mais coerente com as expectativas aí suscitadas. E a maneira mais encontrada de fazer isso foi atribuir ao povo uma importância fundamental nos acontecimentos que marcaram a implantação do novo regime na extinta província. Mas foi também mais uma vez por meio da imprensa que o novo regime mais procurou se dirigir a esse “povo”, uma parcela minoritária da população para quem se percebeu necessárias as suas justificativas, um reduzido “público” leitor mais assíduo no acompanhamento dos fatos políticos da capital e do resto do Estado e do país, onde se situava também o eleitorado local, entre aqueles que conservavam um especial interesse pela política, principalmente pelos benefícios que esta poderia lhe trazer: um cargo público, um contrato de negócios com o Estado ou qualquer outra medida que viesse trazer benefícios em seus negócios privados.

Sob a orientação tipicamente iluminista de representar os interesses públicos e tornar a verdade um bem público, de levar ao público em geral o esclarecimento dos fatos e das coisas, a imprensa republicana no novo regime serviu-se da missão de transparecer a verdade dos fatos e coisas tal como ela é – como se ela pudesse ser -, investindo-se de uma objetividade colocada como algo inerente e mesmo axiomático. O destacado político e

intelectual republicano Rui Barbosa, em seus escritos sobre o papel da imprensa na vida do país, identificou na imprensa a “vista de uma nação”. Segundo Rui Barbosa, pela imprensa “a nação acompanha o que lhe passa por perto e ao longo, enxerga o mal que lhe fazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam e roubam, (...) vela pelo que lhe interessa e se acautela do que ameaça”<sup>354</sup>. Sob essa concepção, a imprensa é não somente o que reflete ou o que transparece, mas também o que enxerga, realizando uma espécie de atividade ótica que, segundo Walter Lippmann, ilumina os fatos escondidos, estabelece relação entre uns e outros e apresenta “um quadro sobre o qual os homens possam atuar”<sup>355</sup>. Segundo Maria Helena Capelato, o pensamento de Lippmann remete “à análise de Auerbach sobre Voltaire, em ‘A ceia interrompida’, ao ponto em que o autor explicita a técnica de linguagem utilizada pelos iluministas”. Para Voltaire, na análise de Auerbach, essa técnica de linguagem “consistia em iluminar excessivamente pequena parte de um grande e complexo contexto, deixando na escuridão todo o restante que pudesse explicá-la ou ordená-la e talvez, servisse como contrapeso do que é salientado”<sup>356</sup>. Segundo Auerbach, “isso ocorre de tal forma que, ‘aparentemente’, se diz a verdade, pois o que é dito não pode ser negado, e, não obstante, tudo é falsificado, pois a verdade exige toda a verdade, assim como a correta ligação de suas partes”<sup>357</sup>. Esse procedimento definido por Auerbach como “técnica do holofote” foi o meio pelo qual a imprensa pôde salientar a “verdade” e a “objetividade” em sua atividade, prestando-se “ao ocultamento de uma intenção conformadora”, onde “as técnicas de construção do real diluíram nas imagens de transparência da imprensa”<sup>358</sup>.

Essa forma de representação da imprensa fez desaparecer as relações sociais que engendram a produção dos jornais. “O social, fragmentado, dividido e marcado pelo conflito, pelos interesses contraditórios, oculta-se na aparência de um todo uniforme e indiviso”, assim como “a representação do mundo apresentada pela imprensa a seus leitores é marcada pela ilusão da harmonia”<sup>359</sup>. Foi sob essa concepção que alguns jornais

---

<sup>354</sup> BARBOSA, Rui. *A Imprensa e o Dever da Verdade*. Apud. CAPELATO, Maria Helena. “Imprensa na República: uma instituição pública e privada”. In: SILVA, Fernando Teixeira da. et al. (org.). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003. pp. 145 - 146.

<sup>355</sup> LACERDA, Carlos. *A missão da imprensa*. Apud. CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa na República*. p.146.

<sup>356</sup> CAPELATO, Maria Helena. “Imprensa na República”. p. 146.

<sup>357</sup> Idem.

<sup>358</sup> Idem, ibidem, pp. 146 – 147.

<sup>359</sup> Idem, ibidem, p. 147.

assumiram no novo regime “a tarefa patriótica de explicar ao povo o significado das mudanças”<sup>360</sup> ocorridas, a exemplo do que se propunha a fazer, já em sua primeira edição, ao dia 18 de novembro de 1889, o jornal *O Estado de São Paulo*. Era, sobretudo, a mesma missão civilizatória da qual se investiu nos tempos do Império a “propaganda” republicana. Imbuída ainda dessa missão, como queria fazer acreditar, o papel da imprensa republicana após o episódio de 15 de novembro redundava os próprios propósitos “elevados” do novo regime, empenhado também na missão civilizatória de promover o progresso e a ordem social no país. E foi sob essa aura impoluta que a imprensa se tornou um *locus* percebidamente eficaz para a instituição de uma realidade que se queria desvincilhada dos embaraços das contradições próprias que marcaram em Santa Catarina a implantação do regime republicano, marcada pelo intervencionismo e exclusivismo político dos seus protagonistas, em uma imagem pouco condizente com as expectativas aí suscitadas na população.

Foi assim que o jornal *República – Órgão Oficial do Partido Republicano de Santa Catarina* – foi adotado pelo novo governo como o instrumento principal na construção de um novo sentido de realidade que atestasse a irreversibilidade da mudança de regime político, ratificando sua orientação de justificar-se e dirigir-se a um pequeno público de leitores em seus pronunciamentos, em suas práticas em geral. Os primeiros registros desse jornal dão conta de uma transição política ordeira e pacífica, onde não se pudesse identificar nas práticas de seus protagonistas os arroubos da insurgência, de um espírito indesejadamente revolucionário, e onde se pudesse também ver esmaecer o caráter político intervencionista e exclusivista nas imagens de “deposições”, “demissões”, “interdições” ou “dissoluções”. As páginas do jornal aparecem povoadas de notícias de acontecimentos e comportamentos de autoridades e populares que só denotam “o sentido harmonioso e pacífico com que a chegada da República era assimilada pelos seus partícipes”<sup>361</sup>, deixando ver que a República era inaugurada em meio ao regozijo popular e ao conagração geral da população.

O referido jornal cuidou-se em afirmar que a proclamação da República em Santa Catarina, na manhã de 17 de novembro de 1889, não se deu por meio da deposição forçada, suplantada esta idéia pelo consentimento ilustrado e até mesmo entusiasmado do Presidente

---

<sup>360</sup> Idem, *ibidem*, p. 148.

<sup>361</sup> CHEREM, Rosângela Miranda. Os faróis do novo tempo. p. 65.

de Província à chegada do novo regime. Segundo pronunciamento dos representantes da junta governativa do Estado veiculado no jornal *República*, em 29 de novembro, os mesmos haviam recebido “o governo do ex-presidente cidadão dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, que se houve com uma gentileza e desprendimento que muito honram os seus sentimentos patrióticos”<sup>362</sup>. Segundo Rosângela Cherem, parece ter sido uma orientação recorrente até mesmo entre alguns nomes ligados aos quadros políticos da Monarquia “dizer que não havia incompatibilidade entre o antigo e o novo regime, que os interesses da pátria eram maiores do que as contingências políticas”<sup>363</sup>. Assim, segundo o jornal *República*, “a uma breve alocução de um dos membros do governo provisório”, o ex-presidente respondera que “havia 24 horas que se achava ansioso por entregar aos representantes da nova era o governo que tinha recebido de um dos partidos monárquicos”, afirmando ainda, segundo o jornal, que, enquanto permanecesse nesse novo Estado, poderiam “contar que empregaria todos os seus esforços na consolidação da obra que acabava de ver inaugurar-se”<sup>364</sup>.

A chegada do novo regime é colocada como algo que conta com o consenso patriótico dos diferentes grupos políticos da extinta província. A despeito de suas diferenças de idéias e interesses, a justeza do projeto republicano é uma unanimidade política geral. A comunhão de pensamentos sobre isso aparecia também nas trocas de gentilezas e nos atos de cavalheirismo dos membros do novo governo para com o ex-presidente de província, noticiando o jornal *República*, em 19 de novembro, que, após a solenidade que marcou a tal entrega de cargos, Oliveira Bello havia se retirado “para a casa que estava designada para a sua residência (...), acompanhado pelos exms. Coronel Rego Barros e Raulino Horn”<sup>365</sup>, faltando curiosamente entre os membros do governo o médico Alexandre Bayma, chefe do Partido Conservador na Província, antagônico ao partido do ex-presidente. Acomodado antes nas dependências íntimas do Palácio da Presidência, deixando o referido cargo por ocasião da proclamação da República, o ex-presidente tinha disponibilizada ainda pelos membros do novo governo uma casa para completar com a

---

<sup>362</sup> *República*, Desterro, 29 de novembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>363</sup> CHEREM, Rosângela Miranda. Os faróis do novo tempo. p. 67.

<sup>364</sup> *República*, Desterro, 29 de novembro de 1889, pp. 1 - 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>365</sup> *República*, Desterro, 19 de novembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

família a sua estadia na cidade, à espera de uma condução para a Corte. Dias depois, quando deixou a cidade “em companhia de sua exma. família”, no mesmo paquete onde embarcou Rego Barros, o “distinto cavalheiro” e “ilustre cidadão”, “dr. Oliveira Bello, ex-presidente de nossa ex-província”, segundo o jornal, “foi acompanhado a bordo por numerosos amigos, seus apreciadores”<sup>366</sup>.

O empenho em denotar esse espírito harmonioso que tomava conta daqueles que protagonizavam e presenciavam a chegada da República em Desterro fazia também as lideranças políticas do novo regime justificar, através da imprensa, as demissões que foram promovidas pelo novo governo. As autoridades republicanas justificavam que “nem um só funcionário remunerado foi demitido, um só ato do ex-presidente foi reconsiderado”, referindo-se aos funcionários públicos efetivos, admitindo somente a demissão de alguns poucos funcionários que ocupavam os ditos cargos comissionados, considerados de confiança pelo novo governo, principalmente os postos destacados da segurança pública: “Além da demissão do chefe de polícia - que se acha ainda no interior em comissão do governo decaído, e que precisava ser substituído nas circunstâncias em que nos achávamos, por pessoa de nossa inteira confiança, como demonstraram os acontecimentos da noite do dia 18 de novembro - da do comandante da companhia de polícia e de alguns delegados e subdelegados, ao todo 10, nenhum outro ato de demissão mandou lavrar este governo”<sup>367</sup>.

Na edição de 4 de dezembro, o jornal *República* trazia mais uma justificativa para a demissão de um funcionário criticada pelos jornais *Democrata* e *Marat*. Dessa vez era a demissão do promotor público Valentim Antonio de Souza, da comarca de Nossa Senhora da Graça da Vila de Parati, alegando o governo ter usado “de uma atribuição que lhe era privada e de que não abusou”<sup>368</sup>. Segundo o jornal, “o cargo de promotor é e foi sempre considerado de confiança” e mesmo que o tal promotor possuísse todas as qualidades que a imprensa oposicionista lhe atribuíra, o mesmo não havia inspirado ao Governo Provisório, “a mesma confiança que merecem da situação decaída, que fora do poder, não pode ter a pretensão de conservar todas as posições e impor-se à confiança dos que as conquistaram

---

<sup>366</sup> *República*, Desterro, 4 de dezembro de 1889, pp. 1 - 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>367</sup> *República*, Desterro, 29 de novembro de 1889, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>368</sup> *República*, Desterro, 4 de dezembro de 1889, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

pela revolução de 15 de novembro”<sup>369</sup>. Parece esclarecedor na mensagem do jornal que, diante de um propalado consenso e comunhão geral das consciências em torno do novo regime, o princípio da confiança esteja marcadamente definido pelo pertencimento a este ou aquele grupo ou partido político, dando vistas a um intrincado e camuflado conflito de interesses que marcava a passagem de um regime político para outro. Por outro lado, contudo, diante de circunstâncias como essas, os representantes do novo governo, quando no trato de situações de embates e enfrentamentos como essa, vêm colocar o episódio de 15 de novembro aos seus adversários como uma “revolução”, como se uma vontade geral e predominante, ao encontrar a resistência daqueles que se indispõem - na prevalência da força que o poder lhes permite - contra essa mesma vontade, impusesse-se a estes compartilhando dos mesmos meios nos quais encontram resistência.

Foi justamente durante o momento em que esse debate se acalorava na imprensa que o novo governador nomeado, o tenente e engenheiro militar Lauro Müller, tomava posse do cargo, em 2 de dezembro de 1889, definindo como lema de seu governo fazer “tudo pelos homens honestos”<sup>370</sup>. Foi o bastante para que a imprensa oposicionista fizesse uso do lema para considerar injusta a demissão do promotor Valentim - mesmo que tal fato tivesse ocorrido ainda durante o governo da junta governativa -, alegando não haver provas levantadas pelo novo governo que desabonasse a sua conduta, concluindo, por isso, segundo o jornal *República*, que o governo republicano, em seu silêncio diante desta alegação, “o demitiu para servir a um afilhado”<sup>371</sup>. Expondo a acusação dos jornais opositores, o jornal a rebatia em seguida reiterando sua posição anterior, afirmando que “não basta que o cidadão seja honesto para a carreira do funcionalismo, é indispensável também que ele possua outras qualidades que as funções do cargo reclamam”<sup>372</sup>. O “cidadão” Valentim Antonio de Souza foi demitido, segundo o jornal, “porque deu em documentos por ele assinados provas de sua inaptidão para continuar no exercício do cargo de promotor”, incorrendo no erro, conforme mostra o jornal, de preservar o uso de um antigo tratamento forense – “Deus Guarde” - usado recorrentemente na Monarquia e extinto

---

<sup>369</sup> Idem.

<sup>370</sup> *República*, Desterro, 5 de dezembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>371</sup> Idem.

<sup>372</sup> Idem.

pelo novo regime<sup>373</sup>, dando mostras de sua incompatibilidade com o mesmo, mesmo que o fizesse em meio a esforços para colher adesões ao novo governo e ao novo regime:

Ilms Snrs. – A serviço do cargo vim a 17 de Joinville, aqui cheguei na manhã de 18 e sem olhar para as pessoas de um ou outros, ou melhor dizer, de uma ou outra rivalidade local, convidei a reunirem-se para aclamarem o Governo Republicano e o Estado Federal de Santa Catarina, em vista das ocorrências no dia 15 na cidade do Rio de Janeiro, porque e sobretudo sou brasileiro e muito e muito brasileiro, a que órgão de justiça me cumpre velar, quer direta, que indiretamente pelo bem estar de meus concidadãos. Dói-me saber, que a câmara municipal de São Francisco tendo cumprido o seu dever, a desta vila se conserve inativa, estou que convém reunir para tranqüilidade pública e dar conhecimento público e oficial ao povo, do Estado, e do Governo Provisório no Desterro, que cumpre obedecer, e isto já. “Deus Guarde” a V. S<sup>as</sup> – Ilm. Snrs. Presidente e vereadores da Câmara. O Promotor Público, Valentim Antonio de Souza.

Conforme. Vila do Parati, 22 de novembro de 1889 – O Promotor Público, Valentim Antonio de Souza.<sup>374</sup>

Sobre a dissolução da Assembléia Legislativa Provincial, em edição de 29 de novembro de 1889, o jornal *República*, porta-voz do governo republicano estadual, afirma tratar-se de um “ato (...) que precisa ser especialmente mencionado”. Tratando “antes de tudo de garantir a ordem, tranqüilizar o espírito público e ‘dar tréguas aos ódios antigos’”, este governo, segundo coloca o jornal, como “simples agente temporário de soberania deste Estado, com a responsabilidade de todas as funções públicas”, fazendo “uso de suas faculdades e atribuições relativamente extraordinárias de que foi investido, não duvidou (...) decretar aquela dissolução, como providência que se impunha com urgência à manutenção da ordem pública”<sup>375</sup>. A despeito de um caráter supostamente harmonioso atribuído à ascensão do novo regime, supostamente amparado por amplas adesões, o jornal *República*, falando em nome do governo, justificava a dissolução da Assembléia afirmando na referida data que “no momento atual, o exercício simultâneo de poderes tão antagônicos podia ser uma ameaça à paz e à ordem” que por todos os meios ao seu alcance deveria e prometia manter<sup>376</sup>.

Ao término dessa mensagem, o jornal recomendava providencialmente à consideração do público leitor “os extraordinários serviços prestados pelos cidadãos major

---

<sup>373</sup> O decreto de Deodoro da Fonseca que reformulava as novas formas de tratamento forense foi assinado somente em 30 de novembro, posteriormente à expedição do documento no qual o promotor Valentim usa a expressão “Deus Guarde”, datado de 22 de novembro de 1889.

<sup>374</sup> Idem. (grifo meu)

<sup>375</sup> *República*, Desterro, 29 de novembro de 1889, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>376</sup> Idem.



Eufrásio dos Santos Dias e capitão Firmino Lopes do Rego a causa do estabelecimento das instituições democráticas nesta parte do ex-império”<sup>377</sup>. Fazia lembrar assim da necessidade justificada dos esforços referidos orientados na manutenção da ordem pública e da estabilidade do novo regime, que havia sido seriamente ameaçada na noite de 18 de novembro por um levante militar restaurador no qual alguns membros do Partido Liberal – que possuía a maioria dos deputados da extinta assembléia - haviam tido envolvimento. Mesmo ameaçador e atentando contra a ordem pública e a estabilidade do novo regime, o levante militar do 25º Batalhão de Infantaria era aí mencionado com o cuidado que não confrontasse com a propalada onda de amplas adesões e simpatias à República, afirmando o jornal, para tanto, que o tal “movimento (...) parece não ter raízes na população”<sup>378</sup>, orientado por interesses particulares que destoam dos interesses de uma ampla maioria aquiescente aos propósitos republicanos. Ainda assim, o “movimento sedicioso” teria durado pouco tempo, perdurando por poucas horas o pânico por ele produzido na população, tão logo sendo abafado pela ação das autoridades policiais e militares em consonância com o novo regime. Nada que provocasse prejuízos à harmonia estabelecida entre a população local por ocasião da ascensão republicana. Era apenas um pequeno acontecimento diante da grandeza dos fatos outros ocorridos, que exerciam, como fazia entender o discurso republicano, uma influência irredutível na vida dos seus proclamados “cidadãos”, denotando a própria irreversibilidade na mudança de regime. Conforme afirma o jornal *República*, “restabelecida a ordem, a população na manhã do dia seguinte entregava-se às suas ocupações ordinárias e funcionavam todas as repartições públicas”<sup>379</sup>.

A edição de 2 de dezembro de 1889 trazia a transcrição de um artigo do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, com o título “Epopéia”, bastante sugestivo ao sentido que atribuía à proclamação da República no Brasil. Segundo o jornal, o modo pacífico e civilizado como o “povo brasileiro” fez a proclamação da República, “sem violência e pela persuasão”, onde “só labutaram as penas e os cérebros”, era motivo para orgulhar-se, pois a civilização o consagraria herói. A impressão provocada no velho e no novo mundo, até mesmo algum espanto revelado nos telegramas que daí não cessavam de transmitir, eram provas suficientes da magnitude do feito. Os pensadores e sábios do velho e do novo

---

<sup>377</sup> Idem.

<sup>378</sup> Idem.

<sup>379</sup> Idem.

mundo, “esses homens calmos, em cujo espírito brilha a centelha do talento”, quando tomassem em mãos a narração do que aconteceu “no Brasil desde o alvorecer do dia 15” de novembro, iriam duvidar do que lhes era referido, “sentir todas as suas idéias transtornadas” e “dizer (...) essa frase que alguns milhões de bocas já tem pronunciado, de que tudo isso parece...um sonho!”<sup>380</sup>

Todo esse “ato heróico” do “povo brasileiro”, tendo “dado de si provas bastantes de patriotismo e elevação”, despertando a admiração entre o mundo civilizado, vinha precedido de uma situação caótica, pela forma como eram conduzidos os negócios públicos no país, onde se previa a desordem e o horror, não fosse o encaminhamento que, por fim, deu-se aos fatos. Segundo o artigo publicado, a guerra civil pairava “ululando sobre as ruas de nossa capital. (...) A tormenta revolucionária ia desencadear-se com todo o seu cortejo de horrores, quando, de repente, como se tocássemos num botão elétrico, tudo se transmuda”:

A guerra é a concórdia; os gritos ferozes são vivas; os dilacerantes gemidos das vítimas são hinos triunfais; a desordem, é a paz absoluta; o desvairamento é o civismo e a vingança é o cavalheirismo bizarro; em vez de destroços selvagens e fumegantes, a terra está coberta de flores. Só calma, concórdia e fraternidade. E o povo deliberando, toma da monarquia, cuidadosamente, como relíquia e transporta-a com respeito a lugar seguro, onde qualquer alucinado não lhe possa cuspir uma afronta.<sup>381</sup>

A tormenta revolucionária, desqualificada no discurso republicano, vem identificada com palavras como “guerra”, “desordem”, “gritos ferozes”, “gemidos”, “destroços”, “desvairamento” e “vingança”, o que, diante dos meios pelos quais se defende ter sido feita a proclamação da República, significariam a deturpação de seus projetos originais. O episódio de 15 de novembro de 1889, pelo contrário, teria sido uma grande epopéia aos olhos do mundo civilizado, como queria fazer acreditar o discurso republicano. Afirmava ainda o mesmo artigo que “a monarquia estava morta e só (...) faltava enterrá-la, solenemente, com exéquias régias, em meio das pompas da generosidade”<sup>382</sup>. Nada fazia exigir o uso da força, onde a persuasão e a concórdia geral imperavam, a não ser a resistência de alguns poucos, desautorizados pelo próprio Imperador, um homem “sábio” e

---

<sup>380</sup> *República*, Desterro, 2 de dezembro de 1889, pp. 1- 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>381</sup> *República*, Desterro, 2 de dezembro de 1889, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>382</sup> *Idem*.

que saberia “invejar” o que fora feito pelo “povo” e por aqueles que sabiam bem interpretar suas vontades. E somente diante dessa resistência as espadas eram convidadas a desembainhar-se, em nome da vontade de um povo ansioso pela República. Assim, “no momento do perigo, as espadas dos (...) marechais, a bravura da (...) marinha, as baionetas dos (...) soldados e o ardor cívico da Escola Militar estavam na vanguarda, afrontando tudo com a cabeça a prêmio”. Era, segundo o artigo, um comportamento de “sublime abnegação” e “heroísmo desinteressado”, afirmando que “o exército, tendo tudo em suas mãos, tudo deu ao povo”, estando diante do “cumprimento de um dever, guardando os pontos ocupados, defendendo a República, proclamada pelo povo (...), e isto com energia, sob pena que a gloriosa epopéia escrita se transformasse num embróglio sanguinolento”<sup>383</sup>.

O emprego da força e das armas, assim como as interdições e demissões justificadas pelo governo republicano catarinense, era colocado pelo discurso republicano como um complemento necessário nos acontecimentos para se atingir os fins projetados na vontade popular, vencendo a resistência de alguns poucos que se mantinham refratários aos propósitos majoritários de uma população, compreendidos nos fatos mencionados. Era preciso agir com urgência, atendendo ao apelo do “povo”, no momento em que “os abutres famintos da monarquia despedaçavam o coração da mãe pátria”<sup>384</sup>. E aqueles que se colocavam mais salientes diante dos fatos eram apontados como heróis, agindo de maneira desinteressada, orientados principalmente pela sensibilidade que tinham de bem interpretar a vontade popular. Assim, as suas ações colhem sempre a simpatia de um povo “elevado” e “patriótico”, evoluído e ilustrado, persuadido antes pela justeza das idéias e ações republicanas, “afirmando a razão lógica das causas orgânicas do passado”<sup>385</sup>, conforme ratificava um telegrama enviado de Buenos Aires a Desterro e publicado no jornal República. Outro telegrama enviado também de Buenos Aires elogiava ainda “a maneira culta, calma e magnífica com que a opinião pública operou a transição sem que a violência e o abuso do triunfo tenham ferido os sentimentos humanitários do Brasil e do mundo”<sup>386</sup>. Tais considerações encontravam eco nos versos do poeta romântico e político catarinense

---

<sup>383</sup> Idem.

<sup>384</sup> *República*, Desterro, 6 de dezembro de 1889, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>385</sup> *República*, Desterro, 29 de novembro de 1889, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>386</sup> *República*, Desterro, 9 de dezembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Luiz Delfino, fazendo, em seu poema *Quinze de Novembro de Oitenta e Nove*, votos de “Honra e glória a este *povo sublime*, Que dos reis, dos vis se redime, *Calmo ainda na ebbriez triunfal*”<sup>387</sup>. Da mesma forma, na imprensa republicana local, por conta desse povo “calmo” e “sublime”, no lugar da “revolução” – no que significasse imagens de insurreição movida por paixões e sentimentos de vingança inflamados pelo discurso dos ativistas, provocando prejuízos à ordem pública e à harmonia social –, evocava-se a idéia de “transição” – ao gosto das expectativas reformistas aludidas ultimamente pelos liberais –, onde “as instituições (...) se sucedam como as mutações à vista num teatro qualquer”, como assinalava a folha republicana carioca, nas páginas do jornal *República*, de Desterro.

Os acontecimentos referentes à proclamação da República no Rio de Janeiro, da maneira como figuravam na imprensa local, serviam também para bem orientar a conduta dos republicanos em Santa Catarina, principalmente em Desterro, assim como nas outras capitais em que chegavam os telegramas enviados da capital do país. Eram também bastante providenciais ao sentido que os republicanos catarinenses precisavam atribuir aos fatos locais, atendendo, inclusive, a demandas que bem os situavam diante das críticas dos grupos decaídos. Assim, em Desterro, os fatos eram produzidos no sentido de contemplar também essas expectativas suscitadas pelos acontecimentos que se teriam transcorrido no Rio de Janeiro, assim como pelos comentários sobre os fatos expostos nas páginas da imprensa local. Os atos daqueles que protagonizavam as cenas que marcaram na capital estadual o início republicano vinham sempre acompanhados também do consentimento e da simpatia popular, pela espontaneidade de sentimentos e pelo entusiasmo diante dos acontecimentos que se davam no curso dos dias.

A começar pela solenidade que marcou em Desterro a proclamação da República, em 17 de novembro de 1889, no momento em que o coronel Rego Barros, de uma das sacadas do Palácio, erguendo “vivas ao povo, ao exército e à armada”, os mesmos teriam sido, segundo o jornal *República*, “entusiasticamente correspondidos”, por volta das oito horas da manhã de um domingo, mesmo que para um público reduzido de “trinta ou quarenta pessoas”<sup>388</sup>, conforme considera Duarte Schutel. Na tarde do mesmo dia, um boletim impresso distribuído aos recém proclamados “cidadãos” catarinenses de Desterro

---

<sup>387</sup> DELFINO, Luiz. *Poesia completa*: poemas longos. Tomo II. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2001. p. 196. (grifos meus)

<sup>388</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 43.

informava que “por aclamação do Povo, Exército e Armada desta cidade”, as lideranças políticas que então se pronunciavam haviam sido empossadas “do Governo do Estado Livre de Santa Catarina com adesões e aplausos”<sup>389</sup>, supostamente presenciados pelo público leitor. Mesmo em meio aos discretos movimentos dos grupos políticos da cidade nos dias anteriores, em reuniões reservadas e sigilosas, em meio às confabulações de bastidores, era um “povo” convidado a participar do evento, conforme afirma na edição de 29 de novembro, em artigo na primeira página, o redator ou um dos redatores do jornal *República*, fazendo-se incluído nessa “grande multidão de povo” à qual se refere, a despeito das informações apontadas nos manuscritos de Duarte Schutel:

(...) convidados, pelas 8 horas da manhã daquele dia, por uma comissão do clube republicano desta capital e muitos outros cidadãos, e outra de oficiais de terra e mar, para comparecermos no edifício em que funciona aquele clube, ali fomos, no meio de manifestações de alegria e entusiasmo (...) dos governadores provisórios deste estado e em ato contínuo dirigindo-nos a palácio acompanhados das comissões e grande multidão de povo, recebemos o governo do ex-presidente cidadão dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello (...).<sup>390</sup>

É curioso que na medida em que as narrações sobre os fatos vão sendo reelaboradas, após o contato com outras referências telegráficas que conferem maior proporção aos fatos republicanos no resto todo país, a quantidade de “povo” presente nesses eventos aparece sempre mais detalhada e vultosa, confirmando a percepção de que diante desse grande espetáculo não interessava somente o desempenho dos seus atores protagonistas, mas também a quantidade e a qualidade da platéia que os assiste e os aplaude, que os aclama, por fim. Assim, os préstitos que acompanham os atores protagonistas nestas cenas, além de formarem um grande número, assumindo proporções vultosas – mesmo que não quantificadas de maneira detalhada, como faziam as notícias enviadas de São Paulo e Rio de Janeiro -, deveriam ser também caracterizados como “povo”, algo em que vários grupos sociais e políticos se vissem misturados, indistintamente, mesmo que alguns indícios apontem somente para a presença de um grupo seletivo e bastante próximo dos seus protagonistas, como o próprio redator do jornal através do qual o novo governo veiculava seus pronunciamentos e suas medidas ordinárias.

---

<sup>389</sup> *República*, Desterro, 19 de novembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>390</sup> *República*, Desterro, 29 de novembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

As notícias sobre o início republicano em Santa Catarina dão conta de um clima festivo e de alegria e entusiasmo, de ampla e organizada adesão social, marcada, sobretudo, pela espontaneidade de sentimentos daqueles que figuram como partícipes e solidários às mudanças ocorridas. Segundo o jornal *República*, o dia e a noite de 17 de novembro teriam sido de “festas, congratulações recíprocas e adesões não só dos habitantes desta capital como dos de muitos pontos em que pode chegar a notícia do inesperado acontecimento”<sup>391</sup>. O jornal desterrense afirmava ainda em seguida que “o povo desta capital parecia constituído de uma só família”<sup>392</sup>. Fazia referência à queima de fogos de artifícios e passeatas pelas ruas da cidade durante a manhã e a tarde daquele dia, conduzidas pela banda musical do 25º Batalhão de Infantaria, sempre ao som da *Marselhesa*. Os fatos ocorridos em Desterro, da maneira como eram narrados na imprensa, coincidiam em muitos aspectos com os fatos noticiados por telegramas enviados de outras cidades e capitais fora do Estado, publicados na imprensa republicana desterrense. Fazem igual referência a discursos em janelas e sacadas de palácios, aclamações populares, congratulações recíprocas, passeatas pelas ruas ao som da *Marselhesa* tocada por alguma banda militar, queima de fogos de artifícios, além de salvas de 21 tiros, expressando o momento de júbilo que se queria denotar. Sobre o Rio de Janeiro, mais especificamente entre os representantes da alta sociedade, há também registros de requintadas comemorações privadas, como a que foi promovida na casa do “dr. Ubaldino Amaral”, por ocasião da sua nomeação ao cargo de inspetor da alfândega daquela cidade. O jornal *República* descreve cenas de “afabilidade e cavalheirismo”, de “espontaneidade dos afetos” entre trocas de “amistosos brindes” entre poucas pessoas, conferindo também maior pessoalidade aos valores e sentimentos que perpassam essas ações, terminando tudo “na mais cordial e íntima alegria”<sup>393</sup>.

Eram os detalhes importantes que compunham o roteiro de um grande espetáculo teatral, onde o excesso de brilho ofuscava muitas vezes outros sentidos compreendidos nos fatos, principalmente as disputas internas por posições e poderes, as próprias práticas que buscavam assegurar as posições ocupadas, como no caso do tal “dr. Ubaldino Amaral”. Era um tipo de arte bastante delicado, uma espécie bastante interessante de “atividade ótica”

---

<sup>391</sup> Idem.

<sup>392</sup> Idem.

<sup>393</sup> *República*, Desterro, 10 de dezembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

realizada pela imprensa, conforme considera Walter Lippmann<sup>394</sup>. Em um artigo sobre as comemorações republicanas em Campinas, no Estado de São Paulo, o jornal *República* chega a mencionar, entre um público de aproximadamente 3000 pessoas e mais muitos populares nos arredores das manifestações, um préstito de “150 senhoras que formavam colunas, vestidas de vermelho, com barretes frígios, trazendo a tiracolo uma fita branca, onde se lia – República Brasileira – e segurando lábaros com diferentes inscrições”. As referências à Revolução Francesa constituíam um apelo bastante recorrente na produção e na encenação dos fatos. Além das passeatas numerosas pelas ruas bradando vivas ao som da Marselhesa, do uso alegórico de vestes vermelhas e de barretes frígios, a imprensa republicana de Desterro dá conta também da exibição, no teatro Santa Isabel, da “Tomada da Bastilha”, com estréia em 7 de dezembro de 1889. Segundo o *Jornal do Comércio*, a peça encenada pela Companhia Sepúlveda & Rodrigues, da qual o propagandista republicano Araújo Coutinho era representante comercial, era “de palpitante atualidade para o Brasil”, numa referência direta às transformações ocorridas em 15 de novembro<sup>395</sup>, como também salientava o jornal *República*, em anúncio de 6 de dezembro, na véspera da estréia: “Para amanhã, sábado, está anunciado o maravilhoso drama TOMADA DA BASTILHA, cujo enredo coincide perfeitamente com o patriótico acontecimento de 15 de novembro que determinou a queda das nossas velhas instituições. A enchente será real; é o desejamos à empresa”<sup>396</sup>.

Os atores destacados do novo regime em Santa Catarina são também, por essas e outras prescrições, levados a protagonizar cenas que denotem os sentidos que se querem, em consonância com os sentidos percebidos nesses fatos, atribuídos a essa realidade nova republicana, instituída, como se queria, em meio ao consenso das preparadas e evoluídas consciências e das diferentes partes sociais. A chegada do governador nomeado Lauro Müller a Desterro, em 2 de dezembro de 1889, deixava provas desse modo especial como os fatos políticos importantes para o novo regime eram produzidos. Sua chegada ao porto da cidade, em companhia de Carlos Augusto Campos e José Arthur Boiteux, foi recepcionada pelos membros do governo provisório, autoridades civis e militares, oficiais

---

<sup>394</sup> LACERDA, Carlos. *A missão da imprensa*. Apud. CAPELATO, Maria Helena. “Imprensa na República”. p. 146.

<sup>395</sup> CHEREM, Rosângela Miranda. Os faróis do novo tempo. p. 70.

<sup>396</sup> *República*, Desterro, 6 de dezembro de 1889, p. 3. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

de mar e terra e empregados públicos, que se dirigiram ao paquete Aimoré, que transportava o governador, através da lancha a vapor da capitania, escaleres da alfândega e polícia, além de outras embarcações. O numeroso e seletto grupo de homens que figuravam ao governador como representantes do poder público local e defensores do regime republicano no Estado, segundo o jornal *República*, foi “recebido pelo ilustre governador e seus distintos companheiros por entre cordiais abraços de confraternização”<sup>397</sup>.

O desembarque em terra havia se dado no momento em que “subiam ao ar grande quantidade de foguetes”<sup>398</sup>. O jornal informa ainda que no trapiche do desembarque, junto ao mercado público que se defronta com a praça central da cidade, “cujas circunvizinhanças estavam tomadas pela aglomeração de povo, estacionava a banda musical do batalhão 25º, que tocou a Marselhesa à passagem do exm. governador”, acompanhado até o palácio do governo por um “numeroso séquito”<sup>399</sup>. Três dias após sua chegada, a folha republicana informava que um “crescido número de cidadãos de todas as classes sociais tem ido a palácio cumprimentar o Dr. Lauro Severiano Müller, governador deste Estado”, recebendo este a todos “com a amabilidade que o caracteriza”, agradecendo “os votos que fazem pelo progresso do nosso Estado natal e pela felicidade de seu governo”<sup>400</sup>.

Tais felicitações, acompanhadas de outras enviadas por meio de telegramas, ocupavam as páginas do jornal no sentido de denotar a ampla, organizada e espontânea adesão social ao novo regime. Uma coluna do jornal *República*, quase sempre na primeira página, passou a ser recorrentemente ocupada com as “declarações” e “protestos” de adesão ao novo regime das várias câmaras municipais e outras repartições públicas, autoridades, funcionários e particulares, fazendo uso da expressão em latim *Mutatis mutandis* para formalizar sua conformidade com a mudança de regime. Passaram a povoar também as páginas do jornal telegramas cujos remetentes vinham congratular-se com o novo regime ou com o novo governo, como o que foi publicado na primeira página de sua primeira edição o jornal *República*, em 19 de novembro de 1889: “Câmara Municipal de S.

---

<sup>397</sup> *República*, Desterro, 3 de dezembro de 1889, p. 3. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>398</sup> *Idem*.

<sup>399</sup> *Idem*.

<sup>400</sup> *República*, Desterro, 5 de dezembro de 1889, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.



Bento, desde sua eleição, congratula-se com o novo governo”<sup>401</sup>. O amplo apoio ao novo regime era também afirmado nas páginas do jornal com a repetição em alguns números do título “Entre nós”, noticiando a chegada à capital ou ao Estado de algum importante colaborador da causa republicana, solidário ao novo governo, denotando a importância e a amplitude que se queria no movimento republicano ainda na extinta província, ofuscado pelo respaldo que os dois principais partidos políticos da Província tinham na dinâmica política e na distribuição de poderes do Império:

Entre nós

No paquete Laguna chegaram ontem a esta capital os nossos prestimosos amigos, cidadãos Manoel Antonio Fontes, vice-presidente do Clube Republicano de Itajaí; Líbero Guimarães, membro do diretório de Joinville e Capitão João Evangelista Leal, membro do mesmo diretório e um dos redatores do nosso colega do “Sul”, que ali se publica.

Abraçando-nos fraternalmente e cordialmente, saudamos, na pessoa do nosso confrade João Evangelista, a intrépida redação daquela patriótica folha.<sup>402</sup>

Os movimentos de simpatia, adesão e solidariedade ao novo regime também se materializam, como se percebe nesses atos, por meio das atitudes individuais, destacadas do caráter amorfo das massas, principalmente quando estas não existem e são, consequentemente, difíceis de serem representadas, quando muito, nas páginas dos jornais. As expressões de apoio assim manifestadas ao novo regime conferem maior pessoalidade à qualidade dos sentimentos que se quer vinculada à imagem republicana e que deve orientar, como se espera, essas adesões, onde se possa também melhor mensurar essa assimilação desejada da justeza das idéias aí compreendidas. Assim, a exemplo do que acontecia em outras capitais do país, conforme noticiava o jornal *República* em Desterro, Tomaz Tenório de Albuquerque, tenente honorário do Exército, oferecia ao governo do Estado, “5% de seu ordenado mensalmente durante um ano a fim de ser aplicado no pagamento da dívida externa do País”<sup>403</sup>.

Todo esse enredo construído por essa infinidade de cenas tornava-se um *locus* estratégico para que grupos diferentes concorressem por uma maior inserção nos quadros

---

<sup>401</sup> *República*, Desterro, 19 de novembro de 1889, p. 1. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>402</sup> *República*, Desterro, 26 de novembro de 1889, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>403</sup> *República*, Desterro, 6 de dezembro de 1889, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

do novo regime, apropriando-se dos valores aí prescritos e acreditando-os como um importante meio de legitimação para tanto. Em tudo isso, porém, a rivalidade velada das várias lideranças políticas por postos de destaque nos acontecimentos que marcaram o início do novo regime em Santa Catarina contribuiu para que uma parcela mais ampla da população não tivesse uma participação mais destacada nos referidos fatos. O papel reservado ao “povo” nesses acontecimentos que marcaram o início republicano em Santa Catarina, pela própria versão construída na imprensa republicana local, foi o de um espectador ativo, uma espécie de platéia que age no sentido de dar validade às ações encenadas pelos atores que protagonizam esse grande espetáculo teatral. Trata-se de uma platéia diferenciada cuja civilidade e evolução de pensamento lhe orientam no sentido de não ocupar ou “invadir” um espaço nesse espetáculo que não lhe cabe. O “povo”, assumindo esse papel de espectador ativo, sabe bem perceber a justeza das idéias republicanas e, quando as mesmas deságuam em ações concretas, esse mesmo “povo”, educado o bastante para tanto, sabe bem consentir ao que vê. E, mais do que isso, esse povo ilustrado sabe também bem aclamar o que ora se descortina aos seus olhos, o heroísmo “desinteressado” daqueles que em seu nome se colocam à frente dos acontecimentos, conferindo àquilo que outros acusavam de práticas marcadas pelo exclusivismo e pelo intervencionismo político, uma carga exaltada de abnegação e desprendimento daqueles que bem sabem interpretar suas aspirações. Por fim, se o povo não proclamou efetivamente a República, tomando as iniciativas necessárias para tanto, participando de modo ativo e direto na instalação do novo regime, ocupando papéis de destaque nos acontecimentos aí compreendidos, atesta o discurso republicano que houve, por outro lado, A ACLAMAÇÃO DA REPÚBLICA pela vontade popular, transformando o imobilismo conformista do povo em um sentimento ilustrado dotado de requintes invejáveis de civilidade.

Os sentidos acumulados pelas cenas e imagens produzidas no decurso dos dias que marcaram o início republicano em Santa Catarina e, principalmente, em Desterro, prescrevem aos atores aí implicados, valores novos a orientar suas falas e gestos, seus pronunciamentos, nas cenas em que eles figuram ou protagonizam, sob um novo apelo de hábitos e idéias. A necessidade de apresentar respostas rápidas e imediatas às situações produzidas por um regime instituído por via de um exacerbado pragmatismo, em meio ao alvoroço de idéias suscitadas em um tempo percebidamente curto e rarefeito, fez-lhes produzir já nos primeiros dias republicanos um sem número de imagens próprias da

percepção que desenvolviam acerca do nascente regime. Esses atores políticos procuraram imprimir em seus gestos e falas, em seus pronunciamentos, uma personalidade percebidamente republicana, orientada nos princípios de civilidade que a trama dos fatos recentes fizera qualificar, em consonância com o papel histórico o qual o povo deveria então representar.

A inserção no novo regime implicava o desenvolvimento de saberes sobre como bem pronunciar-se, sobre como bem produzir seus gestos e suas falas em conformidade com aquilo que percebiam encontrar legitimidade no novo regime. Foi assim que os atores do amanhecer republicano em Santa Catarina procuraram assumir, em um curto tempo, uma personalidade percebidamente republicana, atendendo a um ideal de moderação do agir, uma espécie de ética da medida substanciada em uma imagem idealizada do ser republicano. Fazia-se iminente um apelo maior ao caráter ambivalente do indivíduo, impelido a saber por si como bem calar e exprimir suas emoções, como bem expressá-las por meio de seus gestos e falas, de seus pronunciamentos – onde transparecessem o “cavalheirismo”, a “espontaneidade de sentimentos”, a “amabilidade”, o “desprendimento” e a “abnegação” -, aguçando-lhe ainda mais a percepção acerca do outro, diante de quem se sente coagido por uma constante exposição ao seu olhar.

Sob essa prerrogativa tão própria da natureza política – da exposição inelutável ao olhar do outro -, esses sujeitos assumem necessariamente uma natureza dupla e são, ao mesmo tempo, ser e aparência, condição inerente a todos os seres expostos ao olhar alheio, mergulhados no hiato existente entre as exigências da sociedade e as aspirações individuais. Isto porque o mundo político os destina a uma forma separada deles mesmos, uma espécie de máscara, de imagem aparente. É nesse sentido que o sujeito político se apresenta sempre como algo que ele não é, assim como aquilo que se lhe apresenta aos olhos não é também o que ele quer ver, constituindo um jogo onde o “desmascaramento”, isto é, a decifração da aparência, revela-se uma estratégia determinante à sobrevivência dos sujeitos aí compreendidos<sup>404</sup>, tal qual Édipo frente ao risco tormentoso do enigma da Esfinge: decifra-me ou devoro-te.

---

<sup>404</sup> COURTINE, Jean Jacques e HAROCHE, Claudine. “O homem desfigurado: Semiologia e Antropologia política da expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX”. Cultura e Linguagem: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 13, 1986/fev. 1987. pp. 9 - 10.

Segundo Marcel Mauss, “o ser se decompõe, de um modo extraordinário, entre seu ser e seu semblante (...). Ele dá de si mesmo e recebe de outro, algo que é máscara, duplo, disfarce, pele destacada”<sup>405</sup>. Assim, em uma espécie de observação introspectiva, conforme consideram Jean Jacques Courtine e Claudine Haroche, o sujeito projeta sua aparência a partir daquilo que percebe como prescrição de um olhar exterior<sup>406</sup>, constituindo aquilo que Foucault chama de uma “elaboração de si por si”<sup>407</sup>, em um esmerado cuidado de si com vistas ao domínio sobre os outros. Formula-se, segundo Foucault, “uma experiência do poder político que, por um lado, assume a forma de um ofício distinto do *status* e, por outro, requer a prática atenta das virtudes pessoais”<sup>408</sup>, em conformidade com as prescrições percebidas nos olhares alheios. Por isso, segundo Claudine Haroche, “É preciso lutar contra o excesso de interesse por si mesmo e manifestar pelo outro atenção, deferência, respeito, consideração”<sup>409</sup>.

Essa arte política do disfarce implica no sujeito um regime de contenção de vontades e sentimentos, principalmente daqueles que o impulsionam ao confronto hostil com seus “inimigos percebidos”, inscrevendo-se estes nessa esfera, contudo, como uma “oposição legítima” a merecer consideração. Assim, a política, em uma acepção moderna – naturalizada como uma esfera própria de disputas por interesses, de embates e enfrentamentos pelos mesmos entre os homens aí situados –, seria percebida como algo fundado a partir da idéia da sublimação da agressão, do comportamento hostil, na relação dialética entre a definição e a desqualificação do desvio agressivo – as práticas concretas que definem em cada época a agressão na política, como as próprias práticas concretas compreendidas nos termos “deposição”, “demissão” e “interdição”, em um contexto político onde a qualificação de práticas iniciativas reformistas como meios de mudança política encontra aceitação e simpatia até mesmo entre grupos políticos antagônicos – e os meios discursivos tolerantes aos mesmos<sup>410</sup>, considerando a iminência constante, entre as

---

<sup>405</sup> Idem, ibidem, p. 9.

<sup>406</sup> Idem, ibidem, p. 14.

<sup>407</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. São Paulo: Graal, 2005. p. 97.

<sup>408</sup> Idem, ibidem, p. 96.

<sup>409</sup> HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. Trad. Ana Montoya e Jacy Seixas. Campinas: Papirus, 1998. p. 38.

<sup>410</sup> Geralmente produzidos por aqueles que incorrem percebidamente em tal desvio, no sentido próprio de justificar-se diante dos outros. Trata-se de uma necessidade inerente ao mundo político, exigindo o desenvolvimento de saberes capazes de contornar essas situações, produzindo sempre uma conformidade

várias partes divergentes, da recorrência a essas práticas percebidas de agressão<sup>411</sup>, onde as mesmas devam ser justificadas com outros sentidos, sob outra percepção. É onde as práticas compreendidas nos termos “deposição”, “demissão” e “interdição” dão origem a outros significados que se fazem então compreendidos em um conjunto amplo de termos qualificados como “heroísmo desinteressado”, “abnegação”, “patriotismo”, “civismo” e, também, por esses valores “elevados”, o “cavalheirismo”, a “amabilidade” e, em geral, um senso amplo, “ilustrado” e “evoluído” de “civildade”.

As práticas de contenção se tornam, assim, indissociáveis do político, estruturando “em profundidade um certo tipo de economia psíquica, uma certa forma de subjetividade”, implicando, segundo Claudine Haroche, “a consciência, o reconhecimento do próximo e o respeito por ele, ao mesmo tempo que constitui uma delimitação de si”<sup>412</sup>, uma concepção própria do “eu” formulada na relação com os outros, no compartilhamento, pelo menos em parte, das mesmas formas de contenção com sentidos e valores inteligíveis a um determinado grupo. Esse compartilhamento, por sua vez, é o que delineia um comportamento e, conseqüentemente, um pensamento percebidamente republicano entre os grupos políticos de Santa Catarina, principalmente de Desterro. Deste modo, “simbolizando e realizando a aceitação de constrangimentos que se exercem sobre o eu em sociedade, a contenção (...) desempenharia o papel de um desses enunciados transversais (...) que dão unidade forte a um tempo, a uma transformação”<sup>413</sup>, justamente porque a contenção “concerne o eu em companhia, o indivíduo em sociedade, e o vínculo estabelecido com o outro”<sup>414</sup>, mesmo em uma esfera própria de enfrentamentos que é a política.

Assim, em um campo marcado por uma ostensiva troca de impressões, assumem certa solidez algumas concepções que implicitamente adquirem um caráter mais ou menos consensual, inteligíveis a um determinado grupo, forjando uma espécie de *habitus social*,

---

entre a intenção e a aparência. Segundo Nietzsche, sendo vedado ao homem travar uma luta pela existência com chifres ou presas aguçadas, o conhecimento lhe serve como instrumento de disfarce, para enganar, mentir, “falar-por-trás-das-costas”, ludibriar, representar, mascarar-se em uma espécie de jogo teatral diante dos outros e de si mesmo. É nesse sentido, segundo o filósofo, que o intelecto age como um meio de conservação do indivíduo, existindo socialmente e em rebanho, precisando, por isso, de uma espécie de acordo de paz, esforçando-se de modo a fazer que “a máxima *bellum omnium contra omnes* (guerra de todos contra todos) desapareça de seu mundo” (NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Obras incompletas* (Coleção “Os Pensadores”). Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 46.).

<sup>411</sup> GAY, Peter. *O cultivo do ódio: a experiência burguesa da rainha Vitória a Freud*. Trad. Sergio Góes de Paula e Viviane de Lamare Noronha. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp. 218 – 220.

<sup>412</sup> HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. p. 44.

<sup>413</sup> Idem, ibidem, pp. 44 – 45.

<sup>414</sup> Idem, ibidem, p. 45.

alguma coisa que, segundo Norbert Elias, “brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com os outros” <sup>415</sup>, na dinâmica das falas e dos gestos – movidos por esse regime de contenção no agir –, onde parecem estar consolidados alguns valores que regem ou moderam de alguma forma esse agir coletivo percebidamente republicano. Mostra-se aí, segundo Claudine Haroche, “como as normas, os preceitos e as idéias de uma época podem ser incorporados nos gestos, nas posturas, nos movimentos (...)” <sup>416</sup>. Logo, também por meio destes, para além do simples uso das palavras, revela-se uma maneira própria desse pensamento político republicano, no compartilhamento de uma linguagem própria que delineia esse mesmo pensamento. É preciso considerar – e é também o que aqui se afirma – essa dinâmica cotidiana das falas e dos gestos, o próprio uso corriqueiro de determinadas palavras e expressões, como algo que, independente de uma prévia elaboração racional, de uma simples prescrição nesses termos, contribui de modo determinante na formação desse pensamento republicano, remontando o pensamento de Michelet sobre o modo como a Revolução Francesa, nas práticas cotidianas ensejadas em seu próprio decurso, constituiu, para além das idéias e prescrições formuladas antes por seus ideólogos iluministas, um pensamento revolucionário próprio, entendendo o mesmo que “a ação popular, durante a revolução, mostrou como as crenças comuns atualizaram-se espontaneamente, com a imediatez e a certeza do instinto”<sup>417</sup>.

Essa linguagem compartilhada que molda as práticas de elaboração de um pensamento político percebidamente republicano se desenvolve, segundo Pocock, através de meios próprios e singulares de validação, entre uma “grande variedade de coisas de podiam ser ditas ou reconhecidas como tendo sido ditas”, uma grande diversidade de contextos lingüísticos que determinam “o que poderia ser dito e que, ao mesmo tempo, sofriam a ação daquilo que era dito”<sup>418</sup>. Assim, o contexto lingüístico no qual esse pensamento republicano encontra possibilidades de validação se situa no meio de um debate político acalorado durante os últimos momentos do Império e os primeiros dias da República acerca da definição dos encaminhamentos políticos a serem dados às demandas políticas que os vários grupos políticos aí envolvidos percebiam emergirem. É o momento

---

<sup>415</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. p. 150.

<sup>416</sup> HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. p. 45.

<sup>417</sup> ANSART-DOURLEN, Michèle. “Rousseau e a ideologia jacobina: Racionalismo e foro íntimo”. In: BREPOHL, Marion et al. (Orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: UnB, 2002. p. 27.

<sup>418</sup> Idem.

no qual a prática reformista, sobrepondo-se às expectativas revolucionárias propulsadas por uma minoria republicana considerada mais radical, encontra destacado apoio entre esses vários grupos políticos, principalmente – no caso daqueles que ascenderam politicamente com a mudança de regime político - em função da preservação de uma dinâmica política favorável aos seus interesses, onde o papel reservado ao povo nessa trama é o de um simples espectador ativo dos fatos, que pode ou não aplaudir o que vê à sua frente, aclamar ou não o que ora se sobressalta aos seus olhos, por uma evolução que se lhe atribui pautada nos conceitos então forjados de ilustração e civilidade.

#### **4.2. Em viagem a Lages, a saga dos “republicanos encobertos”: os conservadores adesistas e a assimilação da idéia republicana**

Alguns relatos sobre a proclamação da República, marcadamente diferentes dos relatos produzidos pelo deputado liberal Duarte Schutel, revelam - como se esforçam em fazer acreditar – que as primeiras notícias sobre a mudança de regime político no país, propagadas pelos vários pontos do Estado, encontraram o entusiasmo de vários nomes que se mantinham encobertos até o momento, sob o dossel das antigas siglas partidárias. Fosse talvez uma questão de sobrevivência, difícil que era eleger-se na Província, como faziam saber os resultados das últimas eleições, pelo pequeno e desarticulado Partido Republicano. Oswaldo Rodrigues Cabral, comungando dessa crença, afirma que “em todos os municípios (...) havia, também, republicanos, alguns confessos, outros encobertos, dada a situação de funcionários ou dependentes dos chefes partidários monárquicos”<sup>419</sup>. Considerando a existência de parte da sociedade que conservava de fato alguma dependência a tais lideranças políticas - pelos empregos públicos ou mesmo particulares sobre os quais tinham controle – e que depois, com a mudança de regime político, declararam sua fidelidade e sua devoção à República<sup>420</sup>, acompanhando a orientação de seus “chefes partidários”, é possível concluir que de algum modo a historiografia local contribuiu para que essa crença na existência dos tais “republicanos encobertos” alcançasse mesmo alguma validade.

---

<sup>419</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1987. p. 202.

<sup>420</sup> As declarações de adesão ao novo regime enviadas por telegramas ao Governo Provisório e publicadas no jornal República sob o título em latim “Mutatis mutandis” eram assinadas por um sem número de homens que ocupavam nos vários municípios do Estado uma série de cargos públicos comissionados, sob indicação das lideranças políticas locais que estavam à frente do poder nesses municípios.

Mas há, ainda, outro agravante. Muitos destes republicanos que se consideravam “encobertos” eram também, pelo contrário, lideranças políticas de importante destaque na dinâmica política de seus municípios e também no âmbito político provincial. Manifestavam-se inclinados à causa republicana – a despeito das posições que ocupavam em seus partidos e das idéias e valores afiançados pelos mesmos -, por alguma simpatia despertada por uma sensibilidade peculiar de perceber urgir a justeza de tais idéias, coincidentemente no momento próprio em que as mesmas tomavam vigor. Mesmo que a chegada de tal momento fosse recebida com algum espanto, provocando “grande impressão” sobre muitos que não hesitavam inclusive em admitirem-se “desorientados”, conforme relata o político lageano e conservador adesista João José Theodoro da Costa<sup>421</sup>. Fosse talvez necessária uma noite de sono, mesmo mal dormida, para perceber as coisas com mais clareza e identificar que os novos fatos vinham apenas contemplar as nobres idéias há tempos inculcadas, como então propalava esse “republicano encoberto”, guardadas talvez como requeira guardar alguma grande preciosidade. Assim, pelo menos, queria fazer denotar suas justificativas, não sem embaraços, como a concreção muitas vezes inconveniente dos fatos relacionados se encarregou de fazer. E assim se mostraram, sob os ares do novo regime, essas figuras já radicadas na política imperial, cheias de embaraços, de nós a serem desatados, empenhados que estavam em provar-se republicano, mostrar-se como tal.

Esse empenho pela legitimidade republicana tinha, contudo, para esses ditos “republicanos encobertos”, suas peculiaridades, pautadas em uma dinâmica política com características próprias e distintas em relação àquelas lideranças políticas lotadas em Desterro ou proximidades. As mudanças ocorridas na dinâmica e na composição política do recém fundado Estado da República não ofereciam garantias de que o jogo político em alguns municípios seguiria a mesma orientação, principalmente onde o movimento republicano se mostrava ainda muito incipiente e desarticulado, sem contar com a presença de qualquer instituição representativa, um partido ou mesmo um clube<sup>422</sup>, quando raramente fizessem descobertas e conhecidas as suas convicções um ou outro simpático à causa – considerando as dificuldades sócio-políticas para se fazer isso -, guardando-as,

---

<sup>421</sup> COSTA, João José Theodoro da. *Reminiscências Políticas*. Florianópolis: IHGSC, 2003. pp. 71– 72.

<sup>422</sup> O município de Lages, um dos municípios mais importantes do interior da extinta província, era um exemplo da inexistência de qualquer tipo de representação republicana, por meio de um partido, clube ou jornal (MEIRINHO, Jali. *República e oligarquias*. pp. 32-44).



quando muito, desarticuladas politicamente do movimento na Província, o que não parecia ser o caso das lideranças conservadoras e liberais que aderiram à República após o episódio de 15 de novembro no Rio de Janeiro.

Assim, por tais motivos, em muitos municípios, principalmente no interior do Estado, onde as idéias republicanas encontraram menor adesão, as disputas políticas em torno do novo regime tinham nas fileiras dos partidos extintos do Império os seus grandes protagonistas, interessando muito ao novo governo a força que cada um tinha no âmbito político municipal<sup>423</sup>, sem que deixassem de importar, é claro, as conveniências acordadas nas alianças concebidas quando da instalação do novo regime, que, tampouco, eram percebidas como condição irrefutável. E, ainda, importando tais conveniências, assim o faziam mais por uma questão de coerência e segurança no arranjo das forças que por uma questão de legitimidade em relação ao regime que se inaugurava. Todavia, sendo este arranjo de forças percebido pelas lideranças locais como um meio de inserção em uma esfera maior de poder – o âmbito estadual, onde se tramava desde o início do novo regime uma disputa entre dois “diferentes” projetos de República -, urgia-lhes tão logo, mesmo *a posteriori*, o empenho em fazer-se condizente com os novos valores políticos percebidos como instituídos com a mudança de regime político, mostrar-se bem situado no processo que culminou com a ascensão do novo regime.

E foi certamente com a orientação de contemplar inicialmente demandas consideradas talvez mais imediatas do jogo político, que algumas lideranças políticas catarinenses, assim que tiveram a confirmação das mudanças cogitadas e dos arranjos políticos ensejados, deixaram Desterro e regressaram aos seus municípios de origem, seus nichos eleitorais<sup>424</sup>. Da mesma forma, outras, que desavisadas viajavam a Desterro para aí tratar de interesses de cunho econômico ou político, precipitavam o retorno aos seus

---

<sup>423</sup> Lembremos aqui das vários telegramas de adesão ao novo regime publicados no jornal República, onde uma parte considerável dos seus remetentes eram políticos de municípios do interior ligados aos partidos decaídos do Império, constando ainda aí muitos telegramas assinados pelos próprios diretórios partidários liberais e conservadores desses municípios.

<sup>424</sup> Outro fator político importante a ser considerado era o voto distrital, instituído pela Lei Saraiva, de 1880, (CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História da Política em Santa Catarina durante o Império*. p. 1381) fragmentando o sistema de representação política na extinta província, criando áreas delimitadas de influência para algumas lideranças, onde o governo da capital nos tempos do Império não encontrava grande penetração, mas onde também esse mesmo governo não concorria pela mesma, considerando o sistema unitário de Estado vigente durante o Império. Não havendo no início republicano, em seus primeiros dias, perspectivas de alterações nesse sistema eleitoral, esse fator era um detalhe importante a ser considerado na dinâmica política durante o alvorecer desse novo regime.

municípios, antes mesmo que chegassem ao destino previsto, sabendo em caminho das mudanças ocorridas. Tal situação representa bem a experiência vivida pelo ex-deputado provincial João José Theodoro da Costa, um abastado homem de negócios e uma das principais lideranças políticas do município de Lages, legando-nos sobre isso, em suas “Reminiscências Políticas”, um detalhado testemunho dos fatos que marcaram em seu município a passagem do Império para a República.

Conforme relata, no dia 17 de novembro de 1889, em companhia do amigo José Dias de Azambuja Cidade, partira de Lages rumo a Desterro, para onde ia, segundo afirma, como negociante que era, “fazer sortimento de mercadorias”<sup>425</sup>, em vultosa quantidade. Até o lugar de nome “Capitão Mor”, acompanhava-os em sua comitiva o seu irmão Ignácio Costa, apontado por Theodoro da Costa como simpático às idéias republicanas e sem filiação a nenhum dos dois grandes partidos do Império, talvez mais isto que aquilo, mesmo que mantivesse uma relação de bastante proximidade com grandes nomes do Partido Conservador, por intermédio do irmão<sup>426</sup>. Teria se separado da comitiva para se dirigir aos chamados “Campos do Figueiredo”, guardando para isso propósitos que são aqui desconhecidos. Chegada a noite do dia 18 - tendo saído de Lages, no dia anterior, quando já era noite certamente -, o ex-deputado e seu companheiro de viagem teriam então parado para pernoitar às margens do Rio João Paulo. Quando eram sete horas da noite, pouco mais ou menos, chegara a este local o então deputado provincial Córdova Passos, de orientação liberal. De volta da capital, contou o tal deputado, segundo Theodoro da Costa, que “notícias recebidas do Rio de Janeiro a 16 pela manhã davam como fato consumado a proclamação da República, feita pelo Exército e Armada”<sup>427</sup>. Relatara ainda que “a Casa Imperial estava sitiada pelas tropas, o Imperador detido, assassinado o Barão do Ladário, Ministro dos Estrangeiros, e Silveira Martins preso e incomunicável na cidade do Desterro”<sup>428</sup>, onde aportara a caminho da Corte.

Nada mais informava sobre o motivo de tal prisão. Parecia mesmo nada mais saber sobre isso. E era o que pareciam querer fazer entender suas palavras a Theodoro da Costa, conforme o relato do mesmo: “nada mais posso adiantar porque ante tais acontecimentos tratei de retirar-me apressadamente da Capital, receando as conseqüências de tão

---

<sup>425</sup> COSTA, João José Theodoro da. *Reminiscências Políticas*. p. 72.

<sup>426</sup> Idem, *ibidem*, pp. 73-74.

<sup>427</sup> Idem, *ibidem*, p. 71.

<sup>428</sup> Idem.

inesperada mudança da forma de governo”<sup>429</sup>. Pelo que se pode concluir do testemunho de Theodoro da Costa, Córdova Passos não ficara em Desterro a espera de maiores informações sobre os fatos, de possíveis maiores repercussões sobre isso. Era o mesmo Córdova Passos que na tarde do dia 15 de novembro, quando uma sessão ordinária presidida na Assembléia pelo deputado liberal Duarte Schutel fora interrompida pela notícia da chegada de um telegrama enviado da Corte à empresa Carl Hoepcke & Cia., tendo o referido deputado chamado o contínuo da casa e pedido que fosse “ao armarinho e comprasse dois metros de fita larga tricolor”<sup>430</sup>, devendo entregar-lhes em mãos, teria perguntado a Schutel para que ele queria para si a tal fita. Respondendo que queria tê-la a tiracolo para anunciar à Assembléia Legislativa a proclamação da República, acreditando talvez na evidência de tal idéia, Córdova Passos parece mesmo não ter demonstrado grande entusiasmo pelas aspirações de seu correligionário ou, ainda, com o teor das idéias que se predispunha então a apoiar. Também não contou tempo a espera do que pudesse talvez alcançar Duarte Schutel em suas pretensões. Tão logo amanheceu o dia seguinte, deixou a capital e partiu rumo a Lages, mesmo antes que a República fosse proclamada na Província, que aí se instalasse um governo republicano. Não era certamente um desacreditado das mudanças que Schutel parecia esperar, no que talvez fizesse diminuir sua indiferença em relação às expectativas de seu correligionário. Se assim o fosse, talvez não precipitasse seu retorno a Lages e esperasse os enganos propagados serem desmentidos, não acreditando na gravidade dos fatos noticiados em Desterro. Nos movimentos percebidos de aproximação política entre republicanos históricos, militares de médio e alto posto e lideranças do Partido Conservador em Desterro, Córdova Passos, a exemplo de outros liberais, identificava certamente o ímpeto revanchista dos conservadores, diante do que visualizasse o seu alheamento do arranjo político que então se esboçava na capital da Província.

O certo é que percebia que, diante das coisas que se esboçavam aos seus olhos, Lages, seu reduto político-eleitoral, parecia o lugar mais propício para cuidar das coisas de seu interesse, para melhor se posicionar em relação aos fatos que iam aos poucos se desenovelando. Um liberal decaído na capital não significava necessariamente um liberal derrotado no interior, no município de Lages mais precisamente. Era preciso pensar na

---

<sup>429</sup> Idem.

<sup>430</sup> SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. p. 345.

incipiência do movimento republicano em Lages, na improbabilidade de se formar nesse município um governo exclusivamente republicano, na sua frágil representação. Não era difícil constatar a força que teriam ainda nesse município os dois grandes partidos da política imperial, suas principais lideranças. Da mesma forma, havia motivos para que se percebesse como insustentável qualquer governo novo que aí se instalasse sem o apoio de pelo menos um desses partidos. E vislumbrando tais perspectivas, havia também motivos para que não visse na República uma morte necessária. Até mesmo porque sabia também que o apoio político de Lages, de suas principais lideranças, era algo importante e necessário para qualquer governo novo que se instalasse na Província à frente do novo regime. A República, fraca e pobre em seus quadros, carecia de adesões, principalmente nos municípios do interior, onde se encontrava quase completamente desfalcada, considerando-se também que, a despeito do que havia ocorrido com as assembleias provinciais, as câmaras municipais não haviam sido dissolvidas. Precisava também não ser confundida com a Monarquia, considerando certamente a importância de ter, sempre que possível, nomes republicanos à frente ou ao lado dos governos municipais, como previam já as primeiras deliberações do novo governo instalado em Desterro, orientadas pelas prescrições advindas do Rio de Janeiro. Formado um governo provisório na capital do recém fundado Estado da República, arranjado pela aliança entre republicanos históricos, conservadores e militares, chegava o momento da composição dos governos municipais, onde diferentes e dispersos grupos republicanos disputavam entre si a legitimidade para ocupar tais posições, no que contavam também com o apoio dos partidos do Império, cada qual com seus nomes, buscando participação no novo regime. Era, por isso, bastante oportuno às lideranças políticas interioranas retornarem aos seus municípios de origem, no que também as lideranças liberais não vacilaram, acreditando nessa possibilidade de inserção, mesmo que guardassem, por ventura, propósitos outros bem menos contemplativos a esses.

Assim, Córdova Passos seguia rumo a Lages. A notícia que dera ao ex-deputado Theodoro da Costa o fizera seguir o mesmo destino. Pela manhã do dia 19 de novembro, após uma noite de sono mal dormida, pela forte impressão que lhe causaram os fatos noticiados, Theodoro da Costa resolveu suspender, conforme relata, a viagem a Desterro e precipitar seu retorno a Lages, onde melhor esperaria o desenrolar dos acontecimentos,

persuadido, como conta, “de que estava iminente uma revolução”<sup>431</sup>, orientado certamente na idéia de que a ascensão republicana – assim como de qualquer outra coisa contrária à monarquia e às autoridades imperiais constituídas - significaria necessariamente a subversão da ordem política monárquica, onde do arrebatamento dos seus insurgentes pudesse resultar também o arrebatamento popular, principalmente diante da estranha notícia de que a República ascendia sem que estivesse morto o Imperador. O político conservador revela em seu relato o receio de que a instabilidade política do momento animasse alguma tomada de assalto por parte daqueles mais inclinados à causa que então tomava vigor, no que se quisesse talvez a deposição das autoridades instituídas pelo regime decaído, descartando qualquer possibilidade de entendimento com as mesmas. Contudo, perscrutando encaminhamentos entendidos como favoráveis aos seus propósitos, soube visualizar na figura do irmão um antídoto ao ímpeto revolucionário que dizia perceber iminente, então apontado por ele como alguém afeito historicamente às idéias republicanas, afeito, como queria fazer entender, a práticas contrárias àquelas que eram então apontadas como causadoras de grande receio:

Ficamos pernoitando em Pessegueiros onde veio ter conosco o meu mano Ignácio Costa, por tê-lo mandado avisar do que se havia dado e convidado-o a voltar à cidade onde poderia ele, como republicano que há muito o era, tornar-se um elemento da ordem, que eu receava, fosse alterada. Já era alta noite quando Ignácio se aproximando do lugar onde estávamos e quando já se podia fazer ouvido por nós, disparou uma salva com sua pistola bradando em seguida – *Viva a República Brasileira*.<sup>432</sup>

A cena descrita atestava, a seu tempo, a crença republicana do irmão, percebido então, muito diferentemente de outros que se colocavam como inclinados às mesmas idéias, como alguém sobre quem se pudesse assentar a responsabilidade ou a missão de fazer preservada a ordem pública, sobre o que se receava alguma alteração por via de uma revolução perpetrada, como se queria fazer acreditar, por agitadores republicanos mais radicais, comprometidos com interesses e propósitos outros que representassem uma ameaça política verdadeira. A idéia de uma ameaça de revolução, uma tomada de assalto contra as autoridades instituídas com prejuízos à ordem pública revela um apelo contra a legitimidade de um grupo cujos propósitos eram percebidos como adversos aos interesses

---

<sup>431</sup> COSTA, João José Theodoro da. *Reminiscências políticas*. p. 72.

<sup>432</sup> Idem.

dos grupos até então estabelecidos ou que planejassem por outros meios e com outras forças ascender ao poder.

As palavras de Theodoro da Costa, escritas com algum distanciamento temporal dos fatos considerados, parecem mesmo querer justificar um posicionamento assumido em uma ocasião crucial na qual engendra a sua inserção no regime que se inaugurava. E, não por acaso, o mesmo aparecia então reclamado em consonância com a preservação da ordem pública, sem que se afetassem os ânimos daqueles aí envolvidos, preservando-se a tranquilidade favorável às articulações das lideranças políticas do Império, mais precisamente daquelas que pudessem se cercar das armas políticas empunhadas por Theodoro da Costa. Sob a reclamação justificada da preservação da ordem pública, seu irmão Ignácio Costa era então apontado como alguém que pudesse se colocar no novo regime com propalada legitimidade como um “elemento da ordem”, ameaçada, como se queria fazer acreditar, por um “movimento revolucionário iminente”. Da mesma forma, colocando-se como um acólito da ordem pública, condição então qualificada para que se preparasse no município a instalação da República, posicionava-se também, por conseguinte, como um homem sensível aos propósitos pelos quais se queria fazer concebido o novo regime.

O respeito e, ainda, a afeição que demonstrava ter com Ignácio Costa, seu “mano”<sup>433</sup>, como o referenciava em seus relatos, o trato sensível com o mesmo, quisessem talvez denotar também que tais sentimentos encontrassem motivos nas idéias que advogava o irmão, um “Republicano”<sup>434</sup>, como considerava, com inicial maiúscula, distintamente. Quisesse talvez fazer entender que a estima pelo irmão, a proximidade com o mesmo, mostrasse-o já um simpatizante às idéias republicanas, sensibilizado desde algum tempo pelas mesmas. De fato, seus escritos parecem mesmo preparar, antes dos fatos arrolados, condições outras, convenientemente dispostas como anteriores a esse grande vórtice de acontecimentos, nas quais pudesse melhor datar alguma simpatia justificada pelas idéias republicanas, mais precisamente a partir da queda do Gabinete João Alfredo, em 7 de julho de 1889, não sem tempo, como parece acreditar:

---

<sup>433</sup> Idem, *ibidem*, p. 71.

<sup>434</sup> Idem, *ibidem*, p. 72.

O Partido Conservador protestou contra este ato da Coroa, dispensando um ministério que se achava forte. Desgostoso com esse procedimento anticonstitucional, quase em sua totalidade, passou a engrossar as fileiras do Partido Republicano, chefiado pelo Prudente de Moraes e Campos Sales. O novo Ministério, apresentando-se às câmaras, foi mal recebido, e nessa ocasião o Padre João Manoel, representando o Partido decaído, e Cesário Alvim, representando uma fração do Partido da oposição até então, em pleno Parlamento fizeram os protestos e deram vivas à República. Estes fatos concorreram extraordinariamente para implantar em meu espírito completa indiferença às causas políticas e não obstante a descrença que em mim se produziu, fui obrigado a permanecer ao lado do meu amigo Coronel João Ribeiro, mais como um conselheiro do que como político<sup>435</sup>.

A descrença nos negócios políticos que então versavam no regime antigo atesta uma disposição para que se inclinasse, mais pelas idéias, como parecia querer denotar, ao projeto político republicano, no que lhe acompanhavam as movimentações de alguns correligionários, orientados, conforme assinalava, pelo mesmo espírito de “descrença” em relação às coisas da política imperial. Não se diz, contudo, um republicano histórico, empenhado, como alguns de seus correligionários, conforme assegura, na campanha republicana na Província. Seria um atestado de infidelidade à política partidária da qual se fizera um representante por muitos anos. Mostrava-se já, porém, conforme afirma, um desiludido com os encaminhamentos da política imperial, mergulhado em um espírito de completa “indiferença” às causas políticas, fazendo-se presente na vida pública não mais como político, somente como “conselheiro”, no que quisesse talvez dar mostras do seu comportamento desinteressado, prestimoso, movido mais pelo senso político de zelo pelas coisas públicas e pelo bem comum. Fazia-se, assim, ao tempo da proclamação da República, um homem conformado à força e à justeza das novas idéias, um nome no qual os seus acólitos históricos pudessem encontrar apoio e fidelidade, a solidariedade de um obsequioso “conselheiro” onde pudesse ainda se desenvolver o entusiasmo com os caminhos novos esperados da política, onde alguma mudança nesses termos se mostrasse então seu guia principal, neutralizando as mágoas do passado e o espírito de indiferença que estas haviam produzido.

Theodoro da Costa mostrava-se mais como um partícipe do que um artífice dos acontecimentos, aquiescido à força das verdades suscitadas com os fatos. Era mais conveniente reduzir sua posição na articulação dos acontecimentos e no encaminhamento das coisas, com o que não deveria também demonstrar insensibilidade nem alheamento. Era preciso combinar não ser um oportunista ou um proscrito das coisas políticas do

---

<sup>435</sup> Idem, *ibidem*, p. 70.

momento, até porque o anonimato não lhe traria nenhum benefício diante da nova ordem, sendo preciso definir e estabelecer claramente as posições que melhor o enquadrassem no novo regime. Os meandros desse assentimento às idéias republicanas não se limitam, em seus argumentos, às querelas partidárias nas disputas pelo poder, embora não ocultem – não sem melindres, é claro – decorrências daí irrefutáveis pela notoriedade pública de seus encaminhamentos, mas que não devem obviamente suplantiar o importante lugar da consciência, da convicção, da sensibilidade com as coisas suscitadas como verdades no desenovelar dos fatos, os quais devem ser entendidos mais como decorrência do que propulsão daquelas referidas.

De semelhante orientação era o testemunho que o ex-deputado conservador Vidal Ramos, correligionário e conterrâneo de João José Theodoro da Costa, preparara em suas “Notas sobre a minha vida”, acerca do seu envolvimento com a causa republicana. E isso teria ocorrido, como faz entender, por uma tomada de consciência, onde se fizesse manifestar a sua sensibilidade diante das coisas, uma espécie de assentimento aos valores daí revelados e que se revela como uma propriedade do sujeito, cuja serenidade de espírito o faz capaz de perscrutar e perceber a justeza das idéias novas que se fazem com ele deparar, o que não o faz, portanto, minorar diante dos fatos. E onde a política se faz menos mundana que o usual, faz-se o nosso político, um homem à altura dos fatos, sobre o que valida também seu poder sobre os mesmos:

Era presidente da Província o ilustre Dr. Francisco José da Rocha, que deixou em Santa Catarina merecida fama de grande administrador. Fiz boas relações com ele. Agradava-lhe minha “vivacidade de moço”. (...).

Terminado o primeiro mandato, fui reeleito, mas a situação política tinha mudado. Eu e outros conservadores fomos excluídos do chamado 3º escrutínio (reconhecimento de poderes). “No ostracismo, continuei a atuar na vida local”.

Minhas “idéias de moço com alguma instrução” e a luta com o adversário comum, aproximaram-me do pequeno grupo de republicanos históricos, chefiados por um idealista – Ignácio José da Costa.

Assim, quando proclamada a república, “não fui considerado adesista de última hora” e logo meu nome foi indicado para deputado constituinte de 1891, e eleito com apoio dos chefes do Partido Conservador, que “aderiu sinceramente ao novo regime”.<sup>436</sup> (grifos meus)

A queda do gabinete conservador, provocando prejuízos à diplomação de sua reeleição à Assembléia Legislativa Provincial, levava-o ao distanciamento dos canais

---

<sup>436</sup> RAMOS, Vidal José de Oliveira. *Notas sobre a minha vida*: discursos e correspondências. Florianópolis: IHGSC, 2005. p. 74.



diretos e usuais de exercício do poder político, àquilo que chama de “ostracismo”, sem que abandonasse, conforme quer fazer entender, seu comprometimento com a coisa pública, com os interesses aí compreendidos, atuando continuamente “na vida local”. Aparece o poder não como um fim, mas como um meio de operar suas idéias em favor, como faz denotar, dos interesses locais ou de seu povo, como pretende ficar subentendido certamente, não o sendo, contudo, condição irrefutável para seus assinalados fins. Não deveria ser a simples paixão pelo poder o que orientasse suas ações em política, mesmo que admitisse a influência da ascensão liberal na aproximação dos conservadores aos republicanos pela simples percepção de um adversário em comum.

Ademais, o continuado interesse pelos negócios públicos rechaça a idéia de retorno ao poder em situação meramente oportuna. Sob tal orientação, argumenta não ter se portado, quando da instalação do novo regime na Província, como “um adesista de última hora”. Também porque sua “vivacidade de moço” era então arrolada como habilitação para que se fizesse tão naturalmente suscetível a mudanças de pensamento, com abertura para tanto, com uma inerente inclinação à busca pelo novo, à boa compreensão de novas idéias. “Alguma instrução” o colocava também em condição diferenciada de melhor perceber, por uma sensibilidade mais depurada que tivesse por conta disso, a justeza destas novas idéias, acompanhando o processo de evolução das consciências que preparara na Província e no país a chegada da República – conforme advogava o discurso republicano -, sem o que outros, desprovidos de tão importantes atributos, não puderam se posicionar de igual modo sobre os fatos ocorridos, pelo menos no tempo em que as coisas aí aconteceram.

Quando Vidal Ramos afirma ter aderido “sinceramente” ao novo regime, a exemplo de seus correligionários, procura deslocar todo o sentido de sua ação para uma questão própria de foro íntimo, como se sua adesão ao novo regime fosse orientada primordialmente por convicções pessoais, íntimas, livre de outras motivações que perpassam esse tipo de ação pelas práticas engendradas por outros indivíduos, orientadas muitas vezes pelo oportunismo político em defesa de interesses mais imediatos, alheias às elaborações próprias da consciência, às convicções pessoais. Da mesma forma, em João José Theodoro da Costa, sua “indiferença” e “descrença” em relação aos encaminhamentos políticos dos últimos momentos do Império, atuando mais como um “conselheiro” em relação ao trato político das coisas locais, revelam um movimento de reclusão e introspecção, de voltar-se para si, onde as suas ações políticas se querem concebidas e

movidas mais por um exame próprio de consciência, sem motivações exteriores a ela ou que pudessem comprometê-la ou mesmo corrompê-la.

Em tempos de República, sob as inspirações que orientaram a propaganda republicana na Província, esse modo de concepção da ação política remonta uma discussão própria do pensamento iluminista francês, mais precisamente acerca da ação política durante o processo revolucionário, onde alguns pensadores contestavam o racionalismo político dominante na filosofia das luzes e nos projetos políticos da Revolução Francesa. Segundo Michèle Ansart-Dourlen, o filósofo Rousseau foi um dos que se opuseram a essa orientação racionalista da ação política, que tendia a ocultar, segundo a autora, “o papel das atitudes e motivações individuais, a apresentar como evidências objetivas os princípios norteadores da ação e, simultaneamente, a encarar como lógico e inelutável o progresso da razão”<sup>437</sup>. Segundo Ansart-Dourlen, nessa perspectiva, “o foro íntimo dos atores seria mais tributário de uma evolução necessária do que de uma vontade política”<sup>438</sup>. E desse modo, o poder de realização da racionalidade sobre os indivíduos, no sentido do esclarecimento e da preparação das consciências para uma determinada ação política, poderia incidir de modo mais ou menos igual em todos os indivíduos, já que a própria ordem política aí concebida – por uma parte significativa dos filósofos do século XVIII e dos revolucionários de 1789 – “constituía um modelo em conformidade com a natureza e com as aspirações de todos os povos”<sup>439</sup>.

Era, sobretudo, uma concepção da ação política que comprometia o empenho de alguns pela diferenciação em relação a outros no envolvimento com a causa da Revolução, com as ações políticas aí engendradas, buscando patentear títulos de propriedade sobre o pensamento político em questão, como também se verificou no início republicano em Santa Catarina. Assim, do mesmo modo, a necessidade de argumentos que atestassem essa diferenciação almejada por alguns exigiu outro modo de pensar as motivações das suas ações em política. Na França setecentista, Rousseau considerava “impossível tomar como referência um homem naturalmente apto ao julgamento racional, na medida em que em sociedade é inevitável que os interesses oponham os homens em uma luta que coloca em

---

<sup>437</sup> ANSART-DOURLLEN, Michèle. “Rousseau e a ideologia jacobina”. p. 15.

<sup>438</sup> Idem.

<sup>439</sup> Idem, *ibidem*, p. 16.

cheque a ordem natural que os filósofos iluministas (...) pretendem encontrar”<sup>440</sup>. Nesse sentido, a ação política estaria relacionada mais a um apelo do indivíduo à sua consciência, a uma espécie de sentimento interior, como algo decorrente de um assentimento a determinada causa política que é “mais sentimental que racional”, baseando-se na “crença de que a afetividade precede, na vida individual e coletiva, o uso próprio da razão”<sup>441</sup>, como se fosse possível identificar “por trás das aparências”, da exterioridade própria do indivíduo no curso de determinada ação, “a nobreza das convicções”<sup>442</sup> supostamente aí existentes.

O foro íntimo, definido por Germaine Staël – uma intelectual francesa educada no espírito das luzes, contemporânea à revolução, segundo Maria Stella Bresciani<sup>443</sup> - “como uma espécie de tribunal interno e secreto no qual a consciência atuaria como juiz”, um verdadeiro “refúgio da liberdade”<sup>444</sup>, seria o lugar, segundo Staël - em consonância com outros autores que se opõem a uma concepção racionalista da ação política, como Rousseau e Marat<sup>445</sup> -, onde as motivações da ação política se processam. Considerando uma capacidade própria do intelecto para formar convicções pessoais<sup>446</sup>, a ação política encontra em cada indivíduo uma possibilidade diferente de realização e de concepção, permitindo também diferentes convicções e sentimentos entre diferentes indivíduos que se deparam diante de uma mesma ação política “coletiva”, onde cada um tem ou pode ter motivações diferentes para tanto. É também diante desta concepção da ação política que os indivíduos podem se diferenciar uns dos outros por uma sensibilidade maior ou uma capacidade maior de percepção da justeza de uma determinada idéia que alguns julgam ter diante de uma determinada ação política e que os coloca aí em posição diferente de outros, assumindo postos destacados como sujeitos ativos condutores dos demais nesta dada ação política.

---

<sup>440</sup> Idem.

<sup>441</sup> Idem.

<sup>442</sup> Idem, *ibidem*, p. 25.

<sup>443</sup> BRESCIANI, Maria Stella. “O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos: Germaine Staël e as ficções literárias”. In: BREPOHL, Marion et al. (Orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: UnB, 2002. p. 32.

<sup>444</sup> Sendo um espaço de liberdade, o foro íntimo, na concepção de Germaine Staël, “não poderia ser penetrado pela violência”, preservando-se como um espaço próprio no indivíduo “sempre aberto à educação e aos argumentos da razão” (Idem).

<sup>445</sup> Segundo Ansart-Dourlen, para Marat, um pensador e ativista político jacobinista, “comunicar, tocar o ‘foro íntimo’ dos cidadãos, significava utilizar uma linguagem que deveria atingir menos a inteligência do que a afetividade”, concebendo a ação política como uma ação espontânea derivada das pulsões emocionais do indivíduo, das suas convicções pessoais. (ANSART-DOURLÉN. Michèle. *Rousseau e a ideologia jacobina*. p. 26).

<sup>446</sup> BRESCIANI, Maria Stella. “O poder da imaginação”. p. 32.

Foi assim que algumas lideranças políticas do novo regime justificaram sua participação nos acontecimentos que marcaram em Santa Catarina a ascensão republicana, colocando-se muitas vezes como intérpretes da vontade de uma maioria que não encontrava nenhum tipo de participação nas mudanças políticas aí compreendidas. Em João José Theodoro da Costa – além de um movimento próprio de consciência que o aproximasse dos propósitos republicanos por conta da “descrença” e da “indiferença” manifestadas em relação aos encaminhamentos políticos da política imperial -, uma sensibilidade própria de perceber o que era preciso fazer para garantir a estabilidade da República e o “bem estar” da população local o colocava, juntamente com alguns de seus correligionários, à frente dos acontecimentos políticos do início republicano em seu município, colocando-se como representante das aspirações da população lageana em geral, principalmente quando as mesmas eram apontadas como ameaçadas por idéias indesejadas de atentado contra a ordem pública, conforme considerava.

Sobre isso, Theodoro da Costa afirma que no dia 21 de novembro, um dia após seu retorno a Lages, “já se manifestavam idéias de assalto aos cartórios, à coletoria e arquivo da Câmara Municipal”<sup>447</sup>, referindo-se certamente às possíveis ações de algum grupo político sem proximidade com as lideranças políticas conservadoras locais, ameaçador por uma orientação de engendrar ações políticas no município sem o entendimento esperado com essas forças políticas. Antes disso ainda, Theodoro da Costa atestava uma sensibilidade apurada de sua parte ao considerar perceber, na noite de 19 de novembro de 1889, quando precipitava seu retorno a Lages na viagem que fazia a Desterro, a importância de ter mandado avisar seu “mano” Ignácio Costa das mudanças políticas ocorridas na Corte a partir de 15 de novembro, “convidando-o a voltar à cidade, onde poderia ele, como Republicano que há muito o era, tornar-se um elemento da ordem”, que ele receava, conforme afirma, fosse alterada<sup>448</sup>. Parecia agir como um prestimoso e desinteressado “conselheiro” cujas ações são sempre mostradas como um movimento próprio de consciência que coloca a sua interioridade em consonância com a sua exterioridade – suas ações supostamente espontâneas -, como se não houvesse nenhum tipo de mascaramento de suas vontades pessoais.

---

<sup>447</sup> COSTA, João José Theodoro da. *Reminiscências políticas*. p. 72.

<sup>448</sup> Idem.

Assim como João José Theodoro da Costa, outras lideranças políticas locais priorizavam o encaminhamento das coisas políticas na mudança de regime de modo que não houvesse grandes agitações, valorizando-se a idéia de preservação da ordem pública como condição mais importante para se garantir a estabilidade do novo regime. O comprometimento com a preservação da ordem pública é colocado como igual comprometimento e sensibilidade com a causa republicana, dependendo esta daquela, constituindo também a preservação da ordem pública um importante meio de impedir a inserção de outros grupos políticos na dinâmica política local do novo regime, preservando assim, um dado *status quo*. Desqualificava-se assim, qualquer idéia de tomada de assalto em repartições públicas ou qualquer ímpeto “revolucionário” inclinado a esse tipo de prática. Essas supostas ameaças não chegaram, contudo, a se concretizar, conforme afirma Theodoro da Costa: “felizmente nada disto foi posto em prática, porque o meu mano Ignácio optou por formal resistência, aconselhando calma e reflexão e impedindo essas cenas de vandalismo”<sup>449</sup>. Fazia-o, ainda, conforme propala Theodoro da Costa, com o apoio massivo de maioria da população lageana, convencida, segundo o autor, da necessidade salutar de se garantir a preservação da ordem pública:

Ao meio-dia de 21 de novembro de 1889, a convite do Dr, Antonio Antunes Ribas, então nesta cidade, reuniu-se na sala do Conselho Municipal quase toda a população aqui residente. Tratava-se de resolver quais os meios mais eficazes para a manutenção da ordem no município e as providências a tomar-se para nos garantir de qualquer invasão de forças revolucionárias (...). Depois de solene compromisso de todos pela manutenção da ordem, e da adoção do novo regime, dissolveu-se a reunião, espalhando-se um boletim impresso no qual se recomendava ordem ao povo.

É preciso imaginar a dificuldade de reunir-se na sala do Conselho Municipal quase toda a população residente em Lages e concluir daí, por conseqüência, o modo como as lideranças políticas do município que estiveram à frente dos acontecimentos locais nesse início republicano procuraram legitimar suas ações como representando as inquietações do “povo” em geral. O tal boletim era publicado na imprensa de Lages em 22 de novembro de 1889 com o título “Boletim do Lageano”, no jornal *O Lageano*, do extinto Partido Conservador<sup>450</sup>. Curiosamente, o “povo” ao qual se recomendava ordem por meio desse boletim impresso era na cidade majoritariamente iletrado, revelando bem exatamente a

---

<sup>449</sup> Idem.

<sup>450</sup> COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens: sua história e influência no Sertão da Terra Firme*. Vol. 3. Florianópolis: FCC, 1982. p. 1242.

parte da população a quem essas lideranças políticas se dirigiam. E sob essa orientação, por meio do tal boletim, o político conservador Antonio Antunes Ribas propunha, “diante da gravidade dos acontecimentos”, sob a possibilidade cogitada de ameaça à ordem pública, que fosse “marcada uma sessão popular para tempo suficiente em que devem comparecer as influências locais – a fim de nomearem uma *Comissão de Direção* – que deve ter por fim reclamar das autoridades as providências necessárias para segurança e que as circunstâncias forem exigindo”<sup>451</sup>. Antonio Antunes Ribas atentava ainda para que essa comissão fosse “apta para representar o povo lageano ante qualquer emergência – assumindo responsabilidade coletiva”<sup>452</sup>, com a orientação, segundo afirma, “de garantir-se a ordem e a tranquilidade das famílias – congraçando-se neste pensamento toda a população sem atender-se a cores políticas”<sup>453</sup>.

O mesmo ímpeto “desinteressado” aparece também em João José Theodoro da Costa, conforme informa o *Boletim Lageano*, salientando o político conservador “o grande e patriótico pensamento de fundirem-se os partidos”<sup>454</sup> na idéia de constituir-se a união do povo lageano”<sup>455</sup>, deixando transparecer que a idéia de povo aí compreendida, dos interesses aí implicados, redunda nas próprias representações partidárias em questão, nas suas respectivas lideranças políticas. Estas, por sua vez, colocam-se como intérpretes das aspirações do “povo”, por uma sensibilidade própria de bem percebê-las e representá-las, sobrepondo-as, inclusive – por meio de ações políticas “desinteressadas” motivadas por movimentos próprios da consciência, por convicções pessoais -, a interesses políticos próprios que se manifestassem mais imediatos. Do mesmo modo, ainda no mesmo boletim, o dr. Edilberto Licínio da Costa Campello, ex-chefe de polícia da extinta província, “afirmou causar-lhe admiração e parabéns a atitude sensata do ‘povo’ preparando-se para tão grandes acontecimentos – ‘unidos’<sup>456</sup> e calmos”<sup>457</sup>. O boletim seguia afirmando que o ex-chefe de polícia, “com um brilhante discurso caracterizou a índole hospitaleira, cavalheira e generosa do ‘povo lageano’ que em hora suprema tem a (...) ‘energia d’alma’

---

<sup>451</sup> “Boletim do Lageano”. *O Lageano*, Lages, 22 de novembro de 1889. Apud. COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens*. p. 1242.

<sup>452</sup> Idem.

<sup>453</sup> Idem.

<sup>454</sup> Liberal e Conservador.

<sup>455</sup> Idem.

<sup>456</sup> Referência à idéia defendida por Theodoro da Costa de fundirem-se os partidos Liberal e Conservador.

<sup>457</sup> Idem. (grifos meus)

para olvidar os ódios, prevenções e lutos do passado”<sup>458</sup>. Após seu discurso, segundo o boletim, “estrepitosos e longos aplausos saudaram o encanto patriótico da palavra do orador – que tão ‘belas intenções’ revelava a seus concidadãos”<sup>459</sup>.

E assim, pelos movimentos próprios de consciência, pelas “sinceras” convicções pessoais, por uma sensibilidade própria no sentido de melhor perceber a justeza das novas idéias, assim como por suas “belas intenções”, esses homens – as lideranças políticas do novo regime – se colocam à frente dos acontecimentos, antecipando-se ao próprio “povo” no sentido de representar e defender seus interesses, em uma ação supostamente desinteressada. E, por fim, esse modo como essas lideranças conceberam, no início do novo regime, as motivações e os sentidos de suas ações políticas, encontra uma boa tradução em um pensamento do republicano histórico Gustavo Richard registrado em suas *Reminiscências Políticas*: “Os verdadeiros estadistas se antecipam aos anseios e apelos da população”<sup>460</sup>. Era um modo recorrente de mostrar-se republicano, estabelecendo claramente os papéis diferentes a serem representados pelas classes políticas – por atributos morais próprios e distintos – e pelo “povo” no processo político, nas ações aí compreendidas.

Era o reflexo de uma imagem própria de República delineada pelo pensamento político das lideranças republicanas de Santa Catarina e do resto do país, onde toda ação política é levada a cabo por um grupo pequeno de homens sensíveis em perceber os anseios de uma maioria conduzida pelos mesmos ao caminho da civilidade e do progresso material e intelectual, constituindo-se um “povo” calmo e ilustrado a ponto de poder bem perceber a justeza das idéias e das ações daqueles que o conduzem a um caminho promissor, indicando os rumos a serem seguidos, com a sapiência dos grandes conselheiros. E por tal capacidade de percepção, esse povo calmo e ilustrado sabe também bem aclamar as ações daqueles homens abnegados que, como heróis desinteressados, o conduzem a rumos novos, promissores e inelutáveis da história. E dessa evolução geral das consciências deriva toda a espontaneidade dos gestos de apoio desse povo a esses homens, os seus aplausos, os seus “vivas” a essas lideranças, as suas congratulações recíprocas. E, por fim, como toda essa grandiosa obra de ficção era concebida no sentido de instituir-se como realidade, os

---

<sup>458</sup> Idem. (grifos meus)

<sup>459</sup> Idem. (grifo meu)

<sup>460</sup> “Reminiscências Políticas” de Gustavo Richard. Acervo pessoal de Sylvia Amélia Carneiro da Cunha (Manuscritos fotocopiados).

republicanos souberam também forjá-la como tal, em imagens concretas produzidas e divulgadas em todo o país e no exterior, enaltecendo o heroísmo dos governantes e a civilidade e ilustração dos governados do novo regime, representado como uma grande e até mesmo comovente comunhão de afetos.



**Figura 8.** As lideranças do novo regime à frente do povo. O Marechal Deodoro da Fonseca, em trajes militares, e o jornalista republicano Quintino Bocayuva, em trajes civis, desfilam pelas ruas do Rio de Janeiro no dia 15 de novembro à frente de grande quantidade de povo que aplaude e aclama os “heróis” da República. Da sacada de um dos sobrados, ao centro da imagem, os membros da redação do jornal republicano *O Paiz*, de Quintino Bocayuva, trocam saudações com as lideranças republicanas e o povo que passa, denotando a ampla e organizada adesão social à República, a “felicidade geral da Nação”, em gestos de cavalheirismo e civilidade de um povo calmo e ilustrado. Essa imagem, revelando a expressão do ideário político republicano brasileiro, foi propagada por vários jornais republicanos de todo o país e também pela imprensa européia, chegando a ser estampada em uma das páginas do periódico republicano parisiense *Illustration*.



## Considerações finais

*As revoluções trazem sempre despesas.*

**Machado de Assis**

O romance *Esau e Jacó*, de Machado de Assis, trazendo como enredo principal o antagonismo de dois irmãos gêmeos – Pedro e Paulo –, além do drama do confeitiro Custódio com a troca das placas de sua confeitaria por ocasião da mudança de regime político no país, marca um retorno do autor ao tema da proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889. Dos personagens principais, Pedro, homônimo do Imperador, era monarquista, médico, cauteloso e dissimulado, enquanto Paulo, impetuoso e agressivo, era republicano, escolhendo a advocacia como profissão. Mesma com essas diferenças tão marcantes, eram gêmeos, certamente uma forma de o autor insinuar a visível semelhança entre os dois regimes, filhos do mesmo ventre, como sugere pensar o autor, da mesma procedência. São nuances que permitem ao leitor pensar que os mesmos nomes que deram sustentação à monarquia sustentaram também o regime republicano, pelo menos em parte, como ocorreu também em Santa Catarina.

Publicado pela primeira vez em 1904 e concluído em 1903, o romance *Esau e Jacó* marca um retorno do seu autor ao tema da proclamação da República em um momento da história política do país que se fazia bastante oportuno para tanto. O ano de 1902 fora marcado pela instituição da chamada “política dos governadores”, no final do mandato do presidente Campos Sales, criando uma espécie de acordo político baseado no apoio mútuo entre as lideranças políticas dos estados e da União, por via de um único partido político: o Partido Republicano. Foi o momento em que nos vários estados, grupos políticos antagônicos se uniram sob uma mesma sigla partidária, ocorrendo em Santa Catarina, por exemplo, a conciliação política entre republicanos e federalistas – antigos liberais, em grande parte – sob a liderança de Lauro Müller, chefe do Partido Republicano Catarinense. O momento fazia lembrar o ano de 1889, quando por ocasião da mudança de regime político no país, lideranças políticas antagônicas – liberais, conservadores e republicanos – se colocaram também lado a lado, empunhando todos uma mesma bandeira, tendo início uma grande onda de adesismos ao novo regime, de mudanças oportunas de posição política.

Em *Esau e Jacó*, essa mudança repentina e interessada de posições, por ocasião da mudança de regime político no país, ficou bem representada pelo autor no drama vivido pelo confeitiro Custódio, assombrado pela estranha e custosa necessidade de mudar a tabuleta com o antigo e tradicional nome de seu estabelecimento – “Confeitaria do Império”, na Rua do Catete, centro do Rio de Janeiro -, encomendada com recomendação de pressa no dia 14 de novembro de 1889. No dia seguinte, pela manhã, alguns boatos foram pouco a pouco se propagando pela Corte, afirmando a mudança de gabinete ou mesmo “a revolução e vagamente a República”<sup>461</sup>. Confirmadas as suspeitas sobre os fatos, Custódio lembrou da tabuleta e percebeu logo “que era preciso sustar a pintura. Escreveu às pressas um bilhete e mandou um caixeiro ao pintor. O bilhete só dizia isto: Pare no D”<sup>462</sup>. Tarde demais. Quando o caixeiro voltou, “trouxe a notícia de que a tabuleta estava pronta”<sup>463</sup>.

Mas “que nome lhe poria agora? (...) Não sabia que buscasse, faltava-lhe invenção e paz de espírito”<sup>464</sup>. Lembrou nesse momento do “vizinho Aires e correu a ouvi-lo”<sup>465</sup>. Ex-conselheiro do Império, dotado de notória erudição e sensibilidade para tratar destas delicadezas, Aires foi ao socorro do vizinho. “S. Ex<sup>a</sup>., com a grande inteligência que Deus lhe dera, podia salvá-lo”<sup>466</sup>. Sugeriu de início que mudasse o nome do estabelecimento para “Confeitaria da República”, filiando-se, assim, ao novo regime, corroborando com a mudança ocorrida. Essa primeira sugestão não teve, porém, a aceitação do proprietário, alegando este o seguinte: “se daqui a um ou dois meses houver nova reviravolta, fico no ponto em que estou hoje, e perco outra vez o dinheiro”<sup>467</sup>. Aires sugeriu depois um meio termo entre os dois regimes: “Confeitaria do Governo”. Custódio recusou novamente a sugestão do amigo, alegando, desta vez, procurar o respeito de todos, expondo, para tanto, o problema de todo governo, independente do regime político, ter oposições. Após várias sugestões, Aires lhe sugeriu, por fim, imprimir o seu próprio nome no estabelecimento: “Confeitaria do Custódio”, nome isento de implicações políticas e que, por isso, isentaria o seu dono de novas despesas caso uma nova reviravolta o surpreendesse:

---

<sup>461</sup> MACHADO DE ASSIS, Manuel Maria. *Esau e Jacó*. São Paulo: Globo, 1997. p.128.

<sup>462</sup> Idem.

<sup>463</sup> Idem.

<sup>464</sup> Idem, ibidem, p.129.

<sup>465</sup> Idem.

<sup>466</sup> Idem, ibidem, p. 130.

<sup>467</sup> Idem.

Um nome, o próprio nome do dono, não tinha significação política ou figuração histórica, ódio nem amor, nada que chamasse a atenção dos dois regimes, e conseqüentemente que pusesse em perigo os seus pastéis de Santa Clara, menos ainda a vida do proprietário e dos empregados. Por que é que não adotava esse alvitre? Gastava alguma coisa com a troca de uma palavra por outra, *Custódio* em vez de *Império*, mas as revoluções trazem sempre despesas.<sup>468</sup>

Custódio buscava nas palavras de Aires um alento às suas atribulações, alguma solução para a crise da tabuleta, que o fizesse talvez se livrar das despesas contraídas. Mas as recomendações do vizinho só as faziam irreversíveis e irremediáveis, como era de se esperar em momentos como esse, em meio às mudanças súbitas da política. Tais recomendações só fizessem talvez dar mais intensidade ao seu desespero, diante de iguais constatações. Mas o que fazer senão levar em conta as sugestões do experiente e sábio conselheiro? Tivesse talvez se arrependido de tê-lo procurado em tão grave momento. Fizera-o certamente sem muito pensar, impulsionado mais pelo desespero que o afligia, mas agora já o havia feito, não podendo de súbito apagar da memória as coisas que ouvira. E o fizera, é certo, convencido de que Aires fosse dos homens mais recomendados para tratar de questões como essa. Ministro aposentado, diplomata de carreira, Aires tinha gabarito para lidar com situações adversas da política, com as ocasiões mais complicadas, sem que as resolvesse, é claro, mas sabia bem se ajustar às contendas com as quais por ventura tivesse que lidar. Isto também porque sabia da importância de não se fazer inimigos, de não produzir desafetos, com o que contasse possuir sempre disposições de pensamentos favoráveis aos seus propósitos. Trazia consigo, mesmo aposentado, “o calo do ofício, o sorriso aprovador, a fala brande e cautelosa, o ar da ocasião, a expressão adequada, tudo tão bem distribuído que era um gosto ouvi-lo e vê-lo”<sup>469</sup>.

Tinha a facilidade de se adequar às mudanças da maneira que melhor se fizesse conveniente aos seus propósitos. Foi assim, sob tal orientação, por exemplo, que concebeu seu casamento com sua já finada esposa. Era o tipo de homem bem afeito às ocasiões, às conveniências de momento. “Não amava o casamento. Casou por necessidade do ofício; cuidou que era melhor ser diplomata casado que solteiro, e pediu a primeira moça que lhe pareceu adequada ao seu destino”<sup>470</sup>. Era-lhe próprio ocultar os sentimentos, suas opiniões

---

<sup>468</sup> Idem, *ibidem*, pp.132-133.

<sup>469</sup> Idem, *ibidem*, pp. 27-28.

<sup>470</sup> Idem, *ibidem*, p. 28.

sinceras, suas verdadeiras idéias. Talvez, ainda, de tanto escondê-los dos outros e acostumando-se a ver em si o que os outros nele quisessem ver, já nem mais os soubesse com clareza. Era já o espectro de uma imagem idealizada de si mesmo. Homem “cordato”, como afirma Machado de Assis, “tinha o coração disposto a aceitar tudo, não por inclinação à harmonia, senão por tédio à controvérsia”<sup>471</sup>. Quando requisitado a emitir opinião sobre algo, fazia-o sempre com a orientação e o empenho de contemplar opiniões outras das mais controversas. Nada pensava sobre coisa alguma, pelo menos de maneira autêntica, pessoal, no que se permitisse aos outros. Preocupava-lhe deixar ver e ouvir de si somente aquilo que percebia lhe prescreverem os olhos e ouvidos alheios. Leitor de Xenofonte, adepto dos clássicos, amante da História, dos exemplos vários que lhe oferece esta *mestra da vida*, ou mesmo por algum interesse próprio na história do ofício que exercera durante anos, é possível que estimasse uma das mais contundentes assertivas de Talleyrand, de que o homem havia recebido o dom da palavra para esconder seu pensamento. Assim ele bem o fazia. Lépidio e sagaz, de uma notória e peculiar agudeza de espírito, “este Aires – José da Costa Marcondes Aires, - tinha que nas controvérsias uma opinião dúbia ou média pode trazer a oportunidade de uma pílula, e compunha as suas de tal jeito, que o enfermo, se não sarava não morria, e é o mais que fazem as pílulas”<sup>472</sup>.

Isto lhe parecia mesmo natural. Era “um sincero à sua maneira”<sup>473</sup>, sempre disposto a harmonizar. Talvez por conservar esse entendimento das coisas, não fosse de se espantar ou surpreender facilmente com as mudanças que se lhe mostrassem inicialmente trajadas com o véu da adversidade, de alguma coisa contrária aos seus propósitos. Certamente por isso não calculava o desespero de Custódio, um “delicado de sentimentos”<sup>474</sup>. Sem que abalasse a consciência que tinha sobre o tino que possuía para lidar com coisas dessa natureza, surpreendera-o, entretanto, o abatimento do vizinho diante dos fatos, mesmo após ter-lhe oferecido seus requisitados aconselhamentos. Aires, à janela, vendo-o atravessar a rua, imaginou que levaria de sua casa “um ilustre particular que faria esquecer por instantes a crise da tabuleta”<sup>475</sup>. Mas como, se as despesas com a mesma eram dadas pelo vizinho como irremediáveis, se o mesmo não havia indicado a ele um meio indolor para que se

---

<sup>471</sup> Idem, ibidem, p. 29.

<sup>472</sup> Idem.

<sup>473</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. “Drama cívico entre bolachas e cafezinho”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, nov. 2005, n. 5, p. 19.

<sup>474</sup> MACHADO DE ASSIS, Manuel Maria. *Esau e Jacó*. p. 132.

<sup>475</sup> Idem, ibidem, p. 133.

livrasse delas? E não foi concebido com esse propósito o conselho dado por Aires. Não acreditava certamente que tal expectativa sobre os fatos fosse possível, queria apenas distrair o vizinho do grave problema que vivia, esperando que se conformasse com o curso dos fatos. Acreditava na validade de suas pílulas, entendendo, em seu pragmatismo de homem público, que “a droga amarga engole-se com açúcar”<sup>476</sup>.

Os calos do ofício faziam inculcar em Aires a idéia de que arcar com tais despesas era algo tão necessário quanto natural, inerente ao ímpeto que conservava de permitir a si a continuidade dos dias. Mesmo diante do abundante desespero do vizinho, insistia ainda na validade de seus aconselhamentos, senão para Custódio, ao menos a quem os requisitasse. E recebera ainda em sua casa, às duas horas da tarde daquele mesmo dia, a visita de Santos, barão do Império, que lhe trouxera, sem mais considerações, a confirmação dos fatos, pelos quais conservara até então alguma descrença, a despeito da aflição em que mergulhara seu vizinho da confeitaria: “É verdade, conselheiro, vi descer as tropas pela Rua do Ouvidor, ouvi as aclamações à República. As lojas estão fechadas, os bancos também, e o pior é se não abrem mais, se vamos cair na desordem pública; é uma calamidade”<sup>477</sup>. Conservava Aires o mesmo empenho de aquietar-lhe o coração, fazendo uso de sua acreditada sensibilidade no trato destas coisas. O comércio era preciso, assegurava, e, os bancos, indispensáveis. Quem estivesse à frente do novo governo saberia entender isso. “No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a constituição”<sup>478</sup>. Conservava consigo lembranças de experiências passadas que confirmavam seu pensamento. Uma delas ocorrera em Caracas, onde servira na qualidade de adido de delegação:

Estava em casa, de palestra com uma atriz da moda, pessoa chistosa e garrida. De repente, ouviram um clamor grande, vozes tumultuosas, vibrantes, crescentes...

- Que rumor é este, Cármem? Perguntou ele entre duas carícias.
- Não se assuste, amigo meu; é o governo que cai.
- Mas eu ouço aclamações...
- Então é o governo que sobe. Não se assuste. Amanhã é tempo de ir cumprimentá-lo.<sup>479</sup>

---

<sup>476</sup> Idem, ibidem, p. 29.

<sup>477</sup> Idem, ibidem, p. 133.

<sup>478</sup> Idem, ibidem, p. 134.

<sup>479</sup> Idem, ibidem, p. 80.

Tal lembrança o fazia confirmar sua crença na volatilidade dos homens em assuntos de política, movidos mais por interesses que por idéias, acreditando estas serem facilmente moldadas aos propósitos daqueles, pela vacuidade que lhes é inerente nessa esfera. Mudam-se os governos, o regime político e, convenientemente, as idéias são também modificadas para figurarem em melhor conformidade com as outras mudanças, preservando-se, contudo, os homens e os seus interesses. Garantia ao amigo Santos, por isso, que o governo seria mudado sem que se tocasse nas pessoas, havendo possivelmente lances de generosidade. “Nada se mudaria; o regime, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele”<sup>480</sup>. Parecia estar certo daquilo que pensava. Contudo, é bem verdade que trocar de roupas nessas condições nunca foi de graça, tampouco pouco custou também. As “revoluções” não poupam “despesas”, sabia Aires, não somente para o confeitiro Custódio, por ter trocado o antigo nome “Império” por outro em sua já bem datada tabuleta, mas também para aqueles que se dispusessem de igual forma a desprezar tal nome em detrimento de outro, mais conveniente à ocasião em que se vivia, onde se percebia levantar-se o nome “República”. Por trás da mudança do nome “Império” por alguma outra coisa no lugar, como no caso da tabuleta, sabia Aires, havia sempre despesas a pagar. Era o preço das “revoluções” àqueles que quisessem bem sobreviver a elas.

Acertadamente, a historiadora Lilia Moritz Schwarcz afirma que em *Esau e Jacó*, na ocasião da mudança de regime no país, os personagens Aires e Custódio fazem os nossos políticos de plantão. Este, mais por seu espírito oportunista de acompanhar sempre e superficialmente as mudanças que se lhe mostram convenientes aos seus interesses mais imediatos; aquele, pelo saber de como proceder em tais mudanças do modo mais conveniente à contemplação desses interesses, por seu espírito volátil, pela duplicidade típica do sujeito político que ele é, onde o seu ser é sempre ofuscado por uma aparência que se mostra como se fosse a sua mais íntima substância. Aires e Custódio, como nossos políticos de plantão, representam a conjugação desses dois elementos primordiais que orientam o modo de agir dos grupos políticos que protagonizam as cenas principais do início republicano em Santa Catarina: os interesses e os saberes próprios daqueles que se ocupam da política. Mas no caso da República em Santa Catarina, como no resto do país, aparece ainda outro elemento que essa pequena passagem da obra de Machado de Assis não

---

<sup>480</sup> Idem, *ibidem*, p. 133.

contempla: as demandas políticas, que no discurso republicano foram principalmente as aspirações do “povo”. Talvez porque estas fossem apenas um elemento específico contido nos saberes próprios que orientam as práticas discursivas daqueles grupos que se ocupam diretamente da política, uma importante peça de retórica da qual esses grupos usam recorrentemente no cuidado próprio que aí fazem dos seus interesses.

E é por isso que o povo não aparece não aparece nas ruas, nas praças, no porto da cidade, no largo do Palácio, na frente da Câmara Municipal ou da Assembléia Legislativa, junto aos acontecimentos políticos onde a sua vida se faz implicada, diante das mudanças políticas que em princípio deveriam significar também mudanças nas suas condições de vida. Muito seria também querer que o povo aparecesse nas reuniões reservadas que no início republicano foram responsáveis pela ultimação dos acordos que marcaram estrategicamente a composição das forças políticas na mudança de regime. Mas era importante que o povo aparecesse nos artigos de jornais como tendo, mesmo com alguma distância, consentido com as ações políticas desses grupos nesses acontecimentos.

Essa obra ilusionista ficava por conta dos saberes próprios desses grupos que se ocupam diretamente da política. E é nessa obra de ilusão que é a encenação dos acontecimentos políticos que marcaram o início republicano em Santa Catarina que o povo aparece sempre como uma espécie de espectador ativo dos fatos, uma platéia que, diante de um grandioso espetáculo, sabe bem aplaudir o que ora se sobressalta aos seus olhos, dotada de um espírito ilustrado – por obra própria da propaganda republicana - que a faz bem perceber a justeza das idéias novas aí compreendidas, mesmo que a maioria desse povo fosse iletrada, uma situação com a qual o próprio movimento republicano demonstrara desde algum tempo um grande comprometimento. Mas não era coisa para ser lembrada, permitindo que, mesmo nessas condições, no ideário republicano construído pelas elites políticas do país do Estado, a imagem do novo regime fosse sempre evocada por cenas onde os intérpretes das vontades populares fossem sempre aclamados em suas ações por aqueles que eles supostamente representavam.

E, por fim, se o povo não proclamou a República, participando de modo ativo e direto da instalação do novo regime, justificava-se no discurso republicano que houve ao menos A ACLAMAÇÃO DA REPÚBLICA pela vontade popular, transformando o imobilismo conformista do povo em uma espécie de consentimento ilustrado dotado de

requintes invejáveis de civilidade, em consonância com os propósitos advogados pelo novo regime através da pena de seus principais defensores.



## Fontes

### **Almanaque (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)**

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanak Litterario e estatístico do Rio Grande do Sul para 1891*: com numerosas illustrações, o retrato e a biographia do illustre jornalista Carlos Von Koseritz, enriquecido com muitas matérias de utilidade publica. Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande: editores Carlos Pinto & Comp. Successores, 1891.

### **Arquivos pessoais**

Declaração de adesão do Diretório do Partido Conservador de Santa Catarina ao regime republicano no Estado (manuscrito). 17 de novembro de 1889. Documentos pessoais do Cel. Antonio Pereira da Silva e Oliveira. Acervo de Arthur Pereira Oliveira.

“Reminiscências Políticas” de Gustavo Richard. Acervo pessoal de Sylvia Amélia Carneiro da Cunha (Manuscritos fotocopiados).

### **Documentos oficiais (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina)**

Relatório com que o Exm. Sr. Coronel Augusto Fausto de Souza, Presidente da Província de Santa Catharina, passou a administração da mesma província ao Dr Francisco José da Rocha, em 20 de maio de 1888. Desterro: Typographia do Conservador, 1888.

Relatório com que o Exm. Sr. Cônego Joaquim Eloy de Medeiros, 2º Vice-Presidente, passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Abdon Baptista, 1º Vice-Presidente, em 26 de junho de 1889. Desterro: Typographia da Republica, 1890.

### **Jornais (Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina)**

*A Regeneração* (1881 e 1884)

*A Voz do Povo* (1885)

*Jornal do Comércio* (1881, 1882, 1885 e 1889)

*O Despertador* (1881, 1882 e 1884)

*República* (1889 e 1890)

**Livros de memória (Manuscritos políticos publicados em livros – Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina)**

COSTA, João José Theodoro da. *Reminiscências Políticas*. Florianópolis: IHGSC, 2003.

RAMOS, Vidal José de Oliveira. *Notas sobre a minha vida: discursos e correspondências*. Florianópolis: IHGSC, 2005.

SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. Florianópolis: IHGSC, 2002.

**Livro de poesia**

DELFINO, Luiz. *Poesia completa: poemas longos*. Tomo II. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2001.

## Referências bibliográficas

### Artigos

- ANSART – DOURLIN, Michèle. “Rousseau e a ideologia jacobina: Racionalismo e foro íntimo”. In: BREPOHL, Marion et al. (Orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: UnB, 2002.
- BRESCIANI, Maria Stella. “O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos: Germaine Staël e as ficções literárias”. In: BREPOHL, Marion et al. (Orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: UnB, 2002.
- CAPELATO, Maria Helena. “Imprensa na República: uma instituição pública e privada”. In: SILVA, Fernando Teixeira da. et al. (org.). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. “As proclamações da República”. *Ciência Hoje (Especial República) - Revista Brasileira de História*, Araxá - MG, vol. 10, n. 59, nov. 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. “O pecado original da República: como a exclusão do povo marcou a vida política do país do início do período republicano até os dias de hoje”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, nov. 2005, n. 5.
- CHEREM, Rosângela Miranda. “A capital catarinense e os labirintos do início republicano”. In: LINS, Nunes Hoyedo et. all. (orgs.). *Ensaio sobre Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- COURTINE, Jean Jacques e HAROCHE, Claudine. “O homem desfigurado: Semiologia e Antropologia política da expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX”. *Cultura e Linguagem: Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 13, 1986/fev. 1987.
- CUNHA, Sylvia Amélia Carneiro da. “Sesquicentenário do Marechal Manoel de Almeida da Gama Lobo d’Eça – Barão de Batovi”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, n. 1 (3ª fase), 2º sem. de 1979.
- DEL PRIORI, Mary. “O homem que queria ser imperador”. *Revista BrHistória*, São Paulo, jun. 2007, n. 4, p. 38.
- FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. “Silva Jardim: um radical a ferro e fogo”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, nov. 2005, n. 5, p. 43.

- OLIVEIRA, Plácido Olímpio de. “A política de Joinville no Império”. In: *Álbum histórico do centenário de Joinville*. Joinville: 1951.
- PRADO, Maria Emilia. “Abolicionismo de última hora”. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, n. 34, ago. 2006.
- Revista Veja (Edição especial: República). A trama da vitória. São Paulo, 20. nov. 1989, s/n.
- Revista Veja (Edição especial: República). Galanteios do bardo agreste: um marechal poeta e dançarino. São Paulo, 20. nov. 1989, s/ n.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. “Drama cívico entre bolachas e cafezinho”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, nov. 2005, n. 5.
- SILVA, José Luiz Werneck da. “O 15 de novembro e a imprensa de Paris”. *Revista Ciência Hoje*, São Paulo, nov.1989, v. 10, n. 59.

## **Livros**

- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- MACHADO DE ASSIS, Manuel Maria. *Esau e Jacó*. São Paulo: Globo, 1997.
- BOITEUX, Henrique. *A República Catharinense*. Rio de Janeiro: Imprensa, 1927.
- BOPPRÉ, Maria Regina. *Eleições diretas e primórdios do coronelismo catarinense (1881-1889)*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina, 1989. p. 87.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História da Política em Santa Catarina durante o Império*. Vol. 4. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1987.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro: Memória*. Vol. 2. Florianópolis: Editora da UFSC, 1972.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues Cabral. *Nossa Senhora do Desterro: Notícia*. Vol. 1. Florianópolis: Copyright do autor, 1967.

- CALDAS, Cândido. *História Militar da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1992.
- CAMPOS, Custódio Francisco de. *Ditos e feitos*. Florianópolis: Lunardelli, 1995.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CORRÊA, Carlos Humberto. *Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982*. Florianópolis: UFSC, 1983.
- COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens: sua história e influência no Sertão da Terra Firme*. Vol. 3. Florianópolis: FCC, 1982.
- CUNHA, Sylvia Amélia Carneiro da. *Gustavo Richard: um republicano histórico em Santa Catarina*. Brasília: Editora do Senado, 1995.
- DEL PRIORI, Mary. *O príncipe maldito: traição e loucura na família imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. São Paulo: Graal, 2005.
- GAY, Peter. *O cultivo do ódio: a experiência burguesa da rainha Vitória a Freud*. Trad. Sergio Góes de Paula e Viviane de Lamare Noronha. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GRISARD, Iza Vieira da Rosa. *Duarte Schutel: escritor, poeta, médico e político: história de uma vida.... Ilha de Santa Catarina: Terceiro Milênio*, 1999.

- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2ª ed. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. Trad. Ana Montoya e Jacy Seixas. Campinas: Papirus, 1998.
- KLUG, João & OLIVEIRA, Sandra Regina Ramalho de & REIS, Sara Regina Poyares dos. *Carl Hoepcke: a marca de um pioneiro*. Florianópolis: Insular, 1999.
- KONDER, Marcos. *Lauro Müller: Ensaio biobibliográfico*. 2ª ed. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1957.
- MEIRINHO, Jali. *República e oligarquias: subsídios para a história catarinense (1889-1930)*. Florianópolis: Editora Insular, 1997.
- MOELLMANN, Leatrice. *A obra inédita de Carlos de Faria e a Guerrilha Literária em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC – FCC Edições, 1994.
- NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Obras incompletas* (Coleção “Os Pensadores”). Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- PAULI, Evaldo. *Hercílio Luz: governador inconfundível*. Florianópolis: IOESC, 1976.
- PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.
- PESSOA, Reynaldo Carneiro (Org.). *A idéia republicana no Brasil através dos documentos*. São Paulo: Alfa – Omega, 1973.
- PEREIRA, Carlos da Costa. *A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina*. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.
- PIAZZA, Walter Fernando. *O Poder Legislativo Catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1994)*. 2ª ed. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. Trad. Fabio Fernandez. São Paulo: Edusp, 1999.
- SILVA, Hélio & CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *História da República Brasileira: nasce a República (1888-1894)*. Vol. 1. São Paulo: Editora Três, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Reinado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1998.

VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993

### **Teses e dissertações**

CHEREM, Rosângela Miranda. Os faróis do novo tempo: política e cultura durante o amanhecer republicano na capital catarinense. Tese de Doutorado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1998.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império. Condensado da Tese de Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ROSSATO, Luciana. Imagens construídas: imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889 – 1896). Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1999.

### **Sites**

<http://www.fernandodannemann.recantodasletras.com.br>

<http://www.hoepcke.com.br>

<http://www.ihgrgs.org.br>

<http://www.ihgsc.org.br>